



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE (CPDA)**

TESE DE DOUTORADO

**“Tem gente que só procura a gente na hora da dor”:
Ajuda na saúde e produção de capital político**

Gilmara Gomes da Silva Sarmiento

2017



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE (CPDA)

“Tem gente que só procura a gente na hora da dor”:
***Ajuda* na saúde e produção de capital político**

GILMARA GOMES DA SILVA SARMENTO

Sob a orientação da professora
Elisa Guaraná de Castro

e Co-orientação do professor
John Cunha Comerford

Tese de doutorado apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de **Doutora em Ciências**, no curso de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

Rio de Janeiro, RJ

2017

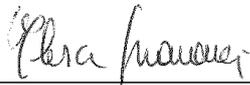
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento,
Agricultura e Sociedade (CPDA)

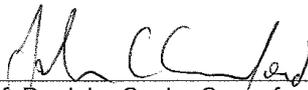
Gilmara Gomes da Silva Sarmento

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em
Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade como requisito parcial para
obtenção do grau de doutor em Ciências Sociais.

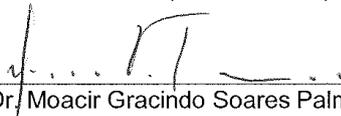
Tese aprovada em 01/09/2017.



Prof.^a Dr.^a Elisa Guaraná de Castro (CPDA/UFRRJ)
(Orientadora)



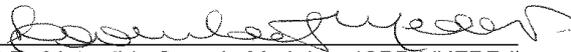
Prof. Dr. John Cunha Comerford (PPGAS/UFRJ)
(Co-orientador)



Prof. Dr. Moacir Gracindo Soares Palmeira (PPGAS/UFRJ)



Prof. Dr. Marcos Otávio Bezerra (PPGS/UFF)



Prof.^a Dr.^a Leonilde Servolo Medeiros (CPDA/UFRRJ)



Prof.^a Dr.^a Thereza Cristina Cardoso Menezes (CPDA/UFRRJ)

S246 Sar Sarmiento, Gilmara Gomes da Silva, 1978 -
“Tem gente que só procura a gente na hora da dor”: Ajuda na
saúde e produção de capital político / Gilmara Gomes da Silva
Sarmiento. - 2017.
265 f.

Orientadora: Elisa Guaraná de Castro.
Coorientador: John Cunha Comerford.
Tese (Doutorado). - Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro, Pós-Graduação de Ciências Sociais em
Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. 2017.

1. Política local. 2. Capital político. 3. Ajuda. 4. Saúde. I.
Guaraná, Elisa de Castro. II. Comerford, John Cunha. III
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Pós Graduação de
Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.
IV. Título.

AGRADECIMENTOS

No man is an island, entire of itself; every man is a piece of the continent, a part of the main. If a clod be washed away by the sea, Europe is the less, as well as if promontory were, as well as if a manor of thy friend's or of thine own were. Any man's death diminishes me, because I am involved in mankind; and therefore never send to know for whom the bell tolls; it tolls for thee. (John Donne, citação realizada na epígrafe de livro de Hemingway "Por quem os sinos dobram")

Nenhum homem é uma ilha, cada homem é uma pequena parcela de algo muito maior. Cada realização sua é resultado também do movimento de outras mãos, cérebros e corações. Este é o momento de agradecer a uma pequena parcela de outros seres humanos significativos que contribuíram generosamente com seu tempo, disposição, paciência, escuta, palavras, aconchego, presença, reflexões, sugestões e orientações. Com exceção dos equívocos, falhas e erros que possam ser encontrados nas páginas que seguem, estes são “méritos” apenas meus, há um pouco de cada uma dessas pessoas na construção desse trabalho que neste momento se materializa na tese ora apresentada.

Agradeço aos orientadores: Elisa Guaraná de Castro e John Cunha Comerford pelo tempo dispendido, pelas sugestões e análises e toda atenção dedicada à orientação deste trabalho. Especialmente ao John Comerford por haver aceitado generosamente o convite para co-orientar apesar dos muitos outros compromissos em outra instituição de ensino. Muito obrigada pelas trocas sempre frutíferas durante as orientações e nas disciplinas realizadas no Museu Nacional.

Ao professor Félix Talego Vázquez, orientador do estágio doutoral na Universidade de Sevilha – Espanha, por ter proporcionado um ano de muito aprendizado e riquíssima convivência acadêmica. Por sua simplicidade para compartilhar conhecimentos grandes e profundos e por ser mais um exemplo de intelectual e pessoa humana que tive a oportunidade de conhecer e conviver nesses anos de doutorado.

Agradeço aos professores do CPDA, em especial a Fátima Portilho pelo aprendizado intelectual, pelo suporte humano e as palavras recebidas em momentos de desânimo e dificuldade. Professores como você nos animam a acreditar que é possível conciliar o *lattes* com a vida.

Aos meus colegas da turma 2013 e outros colegas que compartilharam comigo experiências acadêmicas e experiências de vida. Aprendi muito com vocês e desejo seguir aprendendo. Obrigada por compartilharem comigo conhecimentos, sorrisos, mas também queixas e choro. Grata pelas visitas, os abraços, os afagos, os cafés muitos, alguns copos de cerveja ou vinho. Agradeço em especial a Andreia Techio, Elis Galvão, Daniel Delatin, Fernanda Ferreira, Geovania Manos e Ricardo Dias pessoas maravilhosas que tive a oportunidade de conhecer e conviver de pertinho e que levo da universidade para a vida.

Ao casal Ricardo Dias Campos e Caetana Maria Damasceno por abrirem generosamente à porta de suas casas para me hospedar no Rio de Janeiro, por quase dois anos, quando eu fazia as disciplinas no CPDA. Pelos GTs matinais (Grupos de trabalho durante o café da manhã) momentos de grandes debates e aprendizado. Por todo estímulo intelectual e pelo exemplo de vida que representam, obrigada por cada encontro, cada

palavra, cada mensagem e os muitos outros suportes: intelectuais, emocionais e logísticos desde *antes do tempo do doutorado*. Como o poema acima citado, presenteado por Ricardo há quase cinco anos e agora oportunamente resgatado. A lista de vivências, experiências e aprendizado é interminável, daria para escrever outra tese. Com vocês vivenciei algo que faz parte da discussão deste trabalho, o valor de uma “dívida impagável”, que levarei para outra “encadernação” como diz minha amiga Caetana. Tudo valeu e vale muito a pena!!!

É preciso dizer que não há palavras suficientes para agradecer à família por suportar com paciência e carinho quatro anos e meio de ausência, de estresse e muitas vezes de mau humor. É momento de reconhecer e pedir perdão pelas reuniões e festas familiares perdidas, pelo carinho algumas vezes não retribuído, pelas razões já mencionadas. Reconheço com genuína gratidão os esforços de cada um para dar o suporte necessário para que eu conseguisse realizar e concluir mais este trabalho. A minha mãe Maria, meus irmãos Girlane, Mateus e Layla ao pequeno Miguel que sempre queixava que a tia dinda “não terminava nunca de estudar” (agora teremos mais tempo para nós). A minha cunhada Suelen Gomes, ao cunhado Adriano Costa e a Maurício Machado pelo suporte técnico e os inúmeros consertos do notebook que insistia em querer me deixar na mão. Obrigada Família, estou de volta!

Por último, a CAPES pela bolsa concedida nos três últimos anos de doutorado.

RESUMO

SARMENTO, Gilmara Gomes da Silva. “**Tem gente que só procura a gente na hora da dor**”: *Ajuda na saúde e produção de capital político*. 2017. 265 p. Tese (Doutorado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2017.

Esta tese apresenta um estudo etnográfico sobre as implicações da *ajuda* na configuração política de um município do norte fluminense. Como ponto de partida a constatação de que a maioria dos políticos locais estava envolvida na prestação de assistência informal na área de saúde. Tratava-se de diferentes mediações para dar resolução as demandas de enfermidade e de morte. Transportar enfermos ao médico, conseguir vagas em hospitais, marcar consultas ou cirurgias, interceder na agilização de determinados procedimentos e pagar despesas funerárias eram algumas das atividades desenvolvidas por esses políticos. Na medida em que a pesquisa de campo avançava, a centralidade do campo da saúde como arena de produção de *capital político* ficava ainda mais evidente, pois foi possível constatar que o êxito eleitoral de algumas dessas personalidades estava associada quase que exclusivamente às atividades de assistência nesta área. Para muitos desses políticos, o prestígio assim conquistado era o principal recurso social mobilizado como forma de legitimação política. No entanto, a inserção neste universo da “assistência” não era tão simples como parecia, pois demandava determinada conduta ética. Esse tipo de “assistência” podia produzir políticos, mas também desmoraliza-los, pois ao mesmo tempo em que a *ajuda* em momentos de sofrimento e dor podia gerar uma dívida moral impagável, ao menor sinal de interesse o político podia ter a reputação arruinada, porque esses domínios da vida eram concebidos como inegociáveis. Sendo assim, a partir deste trabalho tentou-se apreender as lógicas morais que possibilitavam que práticas de *ajuda, favores e trabalho social* na saúde pudessem conformar uma modalidade de entrada e reprodução política.

Palavras-chave: Ajuda, Saúde, Política local, Capital político

ABSTRACT

SARMENTO, Gilmara Gomes da Silva. "Some people only look for us when they are in pain:" *Health aid and production of political capital*. 2017. 265 p. Thesis (PhD in Social Sciences in Development, Agriculture and Society). Institute of Human and Social Sciences, Department of Agriculture and Society, Rio de Janeiro Federal Rural University, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro state, 2017.

This thesis presents an ethnographic study on the implications of *aid* in the political configuration of a municipality in the northern Rio de Janeiro state. As a starting point we find that most local politicians were involved in the provision of informal healthcare. There were different mediations to meet the demands of illness and death. Transporting patients to the doctor, getting places in hospitals, scheduling medical appointments or surgeries, helping in speeding up certain procedures, and paying for funeral expenses were some of the activities developed by these politicians. As the field research progressed, the centrality of the health field as an arena for the production of *political capital* was even more evident, since it was possible to verify that the electoral success of some of these personalities was associated almost exclusively with the assistance activities in this area. For many of these politicians, the reputation thus achieved was the main social resource mobilized as a form of political legitimation. However, insertion in this universe of "assistance" was not as simple as it seemed, because it demanded a certain ethical conduct. This kind of "assistance" could produce politicians, but it could also demoralize them; for while *aid* in moments of suffering and pain could generate an unpayable moral debt, at the least sign of interest the politician could have his/her reputation ruined, because these domains of life were conceived as non-negotiable. Hence, this work tries to understand the moral logics that make it possible for practices of *aid*, *favors*, and *social work* in the health area to conform a modality of political entry and reproduction.

Key Words: *Aid, Health, Local politics, Political capital*

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 1 - Fidelidade partidária entre os candidatos ao executivo (1996 -2016)	85
Tabela 2 - Fidelidade partidária Entre vereadores da gestão 2013/2016	85
Tabela 3 - Vereadores com <i>trabalho social</i> na área da saúde	111
Tabela 4 - Eleições 2016 – candidatos, nº de votos e relação com a saúde	112

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 - “FALAMOS MUITO DE DOIS ASSUNTOS QUE EU GOSTO: POLÍTICA E MEDICINA...”. O PROCESSO DE PESQUISA.....	20
1.1 Dos funerais à política: a construção do objeto de pesquisa	21
1.2 “O campo é a vida”: experiência empírica e o diálogo com a literatura	32
1.3 Da experiência nativa ao olhar etnográfico: a pesquisa de campo	49
CAPÍTULO 2 - “ISSO AQUI ERA UM LUGAR QUE NÃO EXISTIA NO MAPA”: O MUNICÍPIO E A CONFIGURAÇÃO POLÍTICA LOCAL	63
2.1 De “sertão” sanjoanense à cidade de São Francisco de Itabapoana	64
2.2 A política Local: candidaturas, eleições, alianças e conflitos	74
2.3 Elites locais, vínculos partidários e eleições municipais	81
2.4 Nova geração, velhas performances: estratégias de manutenção do poder no executivo municipal e as expectativas do eleitorado	92
2.5 O político e o pescador: sobre estratégias, cálculos e expectativas mútuas	96
2.6 “O que eu faço aqui é ajudar as pessoas”: <i>Ajuda, favor, trabalho social e amizade</i>	99
CAPÍTULO 3 - A SAÚDE COMO RECURSO SOCIAL E CAPITAL POLÍTICO... 111	
3.1 As eleições locais: dados, significados e interfaces com a área de saúde	112
3.2 “Antes batia nas costas do eleitor e dizia: Como é que é amigo? Agora não, manda o cabo eleitoral e foge. É tudo na base do dinheiro”: da política <i>da amizade à política do dinheiro</i>	117
3.3 O voto aqui é por varejo, não por atacado: o sentido do voto no idioma local ..	139
3.4 O tempo da política: política-eleitoral e as pequenas políticas do cotidiano.....	142
3.5 <i>A política não olha para a saúde com bons olhos</i> : profissionais da saúde na política versus políticos <i>trabalhando</i> na saúde – redes de cooperação, reciprocidades e conflitos	152
3.6 Desigualdade no atendimento à saúde e a inserção dos políticos na dinâmica <i>ajuda</i>	167
3.7 <i>Ajuda, família</i> e cargos de confiança: recursos sociais e <i>capital político</i>	180
3.8 “A gente colhe o que a gente planta”: o <i>prefeito da saúde</i> e o <i>trabalho social</i> .	187
CAPÍTULO 4 – ENTRE O DIREITO E A DÁDIVA: A ÉTICA DA AJUDA, A VIOLÊNCIA SIMBÓLICA E A RETÓRICA DO SOFRIMENTO.....	191
4.1 Entre o direito e a <i>dádiva</i> : saúde e a ética da <i>ajuda</i>	192
4.2 “Tem gente aqui em São Francisco que abaixo de Deus, agradece a mim”: a questão da violência simbólica nos serviços de saúde	205
4.3 “É nessas horas que a gente vê quem são os verdadeiros amigos”: narrativas de <i>sofrimento</i> e a retórica da ajuda	215

4.4 “O peixe morre pela boca”: as palavras e a presença em contextos de enfermidade e morte.....	231
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	239
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	251
ANEXOS	260

INTRODUÇÃO

A saúde pública subiu ao palanque. Ganhou as ruas, é tema central de outdoors, cartazes, panfletos e, principalmente, brilha no horário político da mídia eletrônica. (...) A saúde vai eleger muita gente. A saúde, enfim, é o centro das atenções. Passa o ano inteiro ignorada, desprezada. Esquecida, coitada. Tanto que é a principal causa de insatisfação da população, segundo pesquisas feitas recentemente. A saúde, portanto, dá voto. (...) Depois, quando o palanque for desmontado, restará apenas como mais uma promessa não cumprida. Pelo menos até o dia em que a sociedade como um todo fizer valer o seu direito de acesso amplo e universal a uma assistência eficiente, digna e igualitária (Marco Antônio Becker, 1999) ¹.

Esta crítica enunciada pelo então conselheiro federal e presidente da Confederação Médica Latino-Americana e do Caribe (CONFEMEL), publicada em 1999 no portal do Conselho Nacional de medicina, expõe a ambiguidade entre os discursos de campanha em defesa da saúde e a prática política sobre o tema.

Essas ambiguidades no campo da política produzem na população sentimentos como o descrito por um agricultor de São Francisco de Itabapoana em abril de 2017: “a saúde e a política estão desacreditadas”. No entanto, a saúde não só segue “dando votos”, como tem se configurado em uma fonte inesgotável de prestígio social para alguns de seus defensores.

Contudo, a relação entre saúde, prestígio e votos longe de ser automática está mediada por questões de diferentes naturezas, como me ensinou a experiência de campo no município fluminense. Uma das minhas primeiras lições com essa experiência foi aprender a distinção entre *vitória eleitoral* e *vitória política*. Segundo explicou meu interlocutor - um candidato ao pleito de 2016 cuja entrada no universo político havia resultado do aprendizado político familiar e do “desejo de *ajudar as pessoas*” - a *vitória eleitoral* dizia respeito ao êxito nas urnas e estava condicionada aos votos que um determinado candidato precisaria receber para galgar o posto pleiteado. E a *vitória política* se referia ao êxito pessoal condicionado ao reconhecimento social (prestígio), a boa reputação e o bom nome do candidato que transcende o encerramento da campanha eleitoral.

A *vitória eleitoral* dependia da quantidade dos votos recebidos, enquanto a *vitória política* da qualidade das relações estabelecidas com o eleitorado. Dependendo do processo de aquisição dos votos, a *vitória eleitoral* podia resultar em um fenômeno passageiro, enquanto a

¹Disponível na página http://portal.cfm.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=20537:a-saude-no-palanque&catid=46:artigos&Itemid=18

vitória política resultaria na transformação de determinado candidato em político reconhecido, legitimando-o enquanto tal. O que significava que esta não estava condicionada necessariamente ao êxito nas urnas, mas a capacidade de continuar existindo socialmente no campo da política.

Na opinião do meu interlocutor, os votos podiam até ser “comprados” gerando vitória nas urnas, mas o prestígio social tinha que ser *conquistado*. Aquele se *adquire*, este se *conquista*, enfatizou. O ato da “compra de votos” assim como qualquer outra transação comercial se esgota em si mesmo, com o intercâmbio entre objeto e dinheiro, o prestígio se conquista através da *amizade*, através dos atos cotidianos de *atenção* e de *ajuda* que se materializavam na disposição de *socorrer* o eleitorado. Sendo assim, a relação entre o político e os eleitores não se resumia apenas no “interesse” de “ganhar o voto” em uma eleição, mas implicava também receber apoio do eleitorado tanto em eleições futuras como na vida.

A *vitória política* independe da conquista de determinado mandato. Trata-se da reputação que sustenta o nome do político para além do período político-eleitoral e, inclusive, se transforma em declarações de apoio diante de uma “derrota eleitoral”. Está referida a ideia de apoio mútuo e é uma força que anima o político a persistir nas disputas vindouras apesar de derrotas eleitorais nas urnas.

Essa teoria nativa foi fundamental para que eu pudesse desconstruir alguns paradigmas subvertendo assim certo olhar disciplinado por uma teoria que me impedia ver além de uma imagem mental informada de antemão e, portanto, preconcebida (CARDOSO, 1996). Ou seja, ao me deparar com a forte relação entre condições precárias de acesso aos serviços de saúde, demanda por esses serviços e a *ajuda* informal para acessá-los, estive inclinada em um primeiro momento a olhar essa questão do ponto de vista das relações essencialmente clientelistas, uma vez que aparentemente estava diante de um “clientelismo político disfarçado de ajuda” (VIEIRA, 2002).

No entanto, na medida em que me aprofundava na trajetória dos políticos, nas suas narrativas da *ajuda* e nas motivações para investir algum esforço e energia nessa atividade, tomei conhecimento que nem tudo se resumia a interesse e voto (ainda que estes também estivessem presentes), e de que *estar disponível* para *ajudar* o eleitorado era uma dimensão do aprendizado político que resultava de uma interpretação sobre a conduta ético-moral desse ator social no interior da *comunidade*, e que se tratava de uma concepção compartilhada tanto pelos políticos, quanto pelos eleitores. Ou o que ambos chamavam localmente como *política da amizade*.

Diante de um universo moral bastante complexo, tomar o clientelismo político como ponto de partida significava reduzir a *ajuda* ao interesse calculista e este tema não fazia jus ao universo de relações com o qual eu estava lidando. Nesse sentido, uma etnografia das práticas clientelistas locais a partir da *ajuda* e da assistência na saúde me parecia uma atividade contraproducente, pois nada teria de novo a acrescentar ao debate sobre os modos de fazer política.

Ao eleger a *ajuda* como objeto de investigação eu tentei me afastar de uma perspectiva normativa que induz olhar os fatos políticos ajuizando-os, apontando como eles deveriam ser e não apreendendo-os tal como eles são na “realidade”.

Ao adotar esse ponto de vista, a relação entre políticos e eleitores através da demanda e satisfação das necessidades de saúde se tornou a chave de entrada para compreender e explicar etnograficamente a rede mais ampla de relações, inclusive de poder, que definiam como a política funciona e se configura no município. Ou seja, como a política é, e não como ela deveria ser (KUSCHINIR, 2007).

Nesse sentido, sem desprezar outros olhares sobre o fenômeno da assistência informal na saúde, como aqueles que a define como uma estratégia eleitoreira e/ou como negação de direitos, procurei focalizar neste trabalho a dimensão moral dessas relações e práticas sociais, pois independente de qualquer teoria esta dimensão é indissociável da vida e, portanto, crucial para entender as coisas sociais (GODBOUT, 1998).

Ainda que concebida como uma “questão menor”, no campo dos estudos sobre a política, a *ajuda* não pode ser considerada uma questão menos importante, pois como mostrou o trabalho de campo esta é uma das entradas possíveis a partir da qual a política pode ser apreendida. Uma questão que etnograficamente capturada e problematizada tem muito a dizer sobre relações de dominação e de poder (BEZERRA, 1999; CANEDO, 2005; VÁZQUEZ, 2014).

Sendo assim, o leitor não encontrará nas páginas desta tese um estudo sobre o clientelismo na saúde, embora em muitos momentos essa categoria teórica possa ser acionada de forma operativa para realizar aproximações ou desconstruções quando confrontada aos dados empiricamente verificados. Tampouco trata da análise das políticas públicas de saúde e/ou das políticas de saúde no município. Este trabalho resulta do estudo etnográfico sobre as implicações da *ajuda na saúde* sobre certa configuração política em um município do norte fluminense.

A escolha deste objeto de estudo se deu em função do contato prévio com o campo de pesquisa e, portanto, da possibilidade de confrontar: i) A existência da *ajuda na saúde* como prática política (observada preliminarmente no âmbito da pesquisa de mestrado entre 2004-2006); ii) Ao fato do político mais emblemático nesse tipo de prática haver sido acusado, investigado e preso por fraudes e desvio de recursos públicos exatamente desta área (em março de 2012). Essas informações preliminarmente acessadas resultavam do contato com o campo através de uma pesquisa anterior, iniciada coincidentemente no período-político eleitoral em 2004, e do contato ininterrupto com pessoas que residem no município.

A escolha pelo tema se deu quando o episódio envolvendo o ex-prefeito colocou em relevo a tênue relação entre “defesa da saúde” e o desempenho político formal nesta área. Ao buscar informações sobre este personagem da política local, descobri que uma parcela significativa dos vereadores do mandato 2013/2016 também estava envolvida em alguma atividade de assistência informal no âmbito da saúde, além de outros políticos, *antigos* e *novatos*, que embora não possuíssem mandato naquele período também eram identificados como atuantes nesta área pelos moradores locais.

Na medida em que a entrevista aos moradores avançava evidenciava a seguinte contradição: uma parcela significativa dos políticos havia *entrado na política* a partir do *trabalho social na saúde*, mas, no entanto, pouca coisa havia sido alterada no que se referia às condições de saúde e de oferta de serviços nesta área.

Ao traçar o perfil desses políticos, pude notar que a área de atuação profissional da maioria deles não era a área da saúde. Com exceção do prefeito do mandato 2013/2016, que era médico, nenhum dos vereadores tinha profissões relacionadas à saúde. Paradoxalmente, as principais queixas endereçadas a esse gestor municipal era por “não olhar para a área da saúde” e por nunca haver atuado como médico no próprio município.

Apenas dois dos políticos entrevistados se apresentaram como profissionais da área de saúde. No entanto, apenas um deles tinha uma reputação pública associada à *ajuda* nesta área e, curiosamente, foi o único que apresentou uma carreira política ascendente. A maioria desses políticos declarou profissões como a de comerciante ou de produtor agropecuário (as profissões mais declaradas tanto nas entrevistas como no site do Tribunal Regional Eleitoral nas duas eleições tomadas como referência – 2013 e 2016).

Sobre a militância político-partidária apenas um entrevistado declarou ter iniciado sua

trajetória política a partir dessa experiência, corroborando com as observações de Schottz (2005) de que o vínculo partidário era algo bastante débil no município e de que os cargos públicos estavam de certo modo monopolizados por uma pequena elite política local. O que segundo esta ótica apontava para a predominância dos laços de sangue como um dos principais mecanismos de legitimação da carreira política.

No entanto, um olhar voltado para a inserção dos políticos locais na temática da saúde, mostrou que a mediação no acesso a esses serviços e uma atuação dedicada à resolução das necessidades de terceiros, figurava como um recurso de acumulação de prestígio que podia “fazer políticos” (segundo a teoria nativa). Ou seja, uma reputação construída a partir deste tipo de *ajuda* podia gerar votos e “eleger um político” ou ampliar a margem de adesão e apoio daqueles que a articulavam também a outros atributos e recursos de legitimação local, como o *nome de família*.

Sendo assim, essa reputação não estava vinculada ao desempenho profissional ou ao prestígio social decorrente do valor simbólico atribuído as carreiras/profissões da área médica/saúde, como observou Canedo (2005) no interior de Minas, tampouco às atividades desempenhadas no âmbito formal da política, mas associada à manutenção e o gerenciamento de certa conduta moral frente aos dramas de saúde da população local.

Ao se dispor *ajudar e/ou prestar assistência* na saúde, área concebida como carente pelos próprios munícipes, essas pessoas conquistavam notoriedade aos olhos da comunidade e passavam a ser visadas por partidos ou políticos influentes, como deputados estaduais e candidatos a prefeito e, portanto, convidadas (recrutadas) para participar da disputa eleitoral. Uma parte dos políticos entrevistados declarou haver iniciado a carreira a partir desses convites. Às vezes iniciavam aderindo à campanha de terceiros (como apoiadores e/ou cabo eleitorais), outras vezes eram convidados para lançar a própria candidatura diretamente.

Nesse sentido, este trabalho propôs no âmbito de seu projeto apreender como se dava o processo de aquisição desse *capital político*. Isto é, o processo de inserção de pessoas de diferentes carreiras profissionais na assistência/*ajuda* às necessidades de saúde de outros moradores, e como uma trajetória associada a este tipo de atividade oportunizava a sua entrada no universo formal da política.

Com esse objetivo comecei a elencar, a partir da entrevista com os eleitores, o nome daqueles políticos reconhecidos localmente pela *ajuda*, pelo *trabalho social* e/ou os *favores*

realizados na área de saúde. A partir da narrativa dos políticos, busquei identificar algumas pessoas e/ou famílias que haviam recebido algum tipo de assistência. E por último, tentei acessar alguns profissionais da saúde, pois na medida em que o trabalho de campo avançava ficava patente o papel relevante exercido por esses profissionais.

Durante o trajeto etnográfico busquei apreender como moradores locais (eleitores concretos ou em potencial), profissionais da saúde e os próprios políticos entendiam a *ajuda* e/ou *mediação* no acesso aos serviços de saúde no contexto das práticas políticas. Ao fazê-lo penetrava também nas concepções desses distintos atores sociais acerca da política e do papel exercido pelos políticos.

A tese aqui apresentada resulta não só do trabalho de campo realizado no município entre 2014-2017, mas do somatório de experiências algumas das quais vivenciadas entre 2004-2006 no contexto do trabalho de mestrado². Sendo assim, os encontros e as informações trocadas e acumuladas com moradores do município durante os anos que entremearam a realização de ambos os trabalhos (mestrado e doutorado), também fizeram parte do processo de pesquisa.

No âmbito da pesquisa atual presenciei eventos de muitas naturezas, tanto aqueles ordinários referentes à vida cotidiana de famílias do município, como aqueles de caráter excepcional como os funerais e os eventos do *tempo da política*. No final do trabalho de campo estava de posse de um rico material produzido a partir da observação etnográfica e das entrevistas com distintos atores sociais (políticos consagrados, candidatos, “pessoas comuns” – eleitores e profissionais da área da saúde).

No total foram realizadas quarenta e uma entrevistas, sendo quinze com políticos locais, quatro com funcionários da área de saúde do município e vinte e duas com moradores: mulheres e homens de diferentes ocupações. Dentre os políticos entrevistados, oito eram vereadores durante o mandato 2013/2016 e sete estavam sem mandato na época da pesquisa.

Concluído o trabalho de campo e reunido o material que possibilitou analisar as questões que motivaram a escrita da tese, chegou o momento de organizar a exposição dos dados de modo a dar inteligibilidade ao trabalho. O resultado do esforço empreendido no

² “Até que a morte nos separe”: um estudo sobre os rituais matrimoniais e funerários numa comunidade rural fluminense. Dissertação de mestrado: CPDA/UFRRJ, 2006.

processo etnográfico e no levantamento de informações que permitiram refletir sobre o problema de pesquisa está organizado em quatro capítulos.

No primeiro capítulo, eu inicio contando mais detalhadamente o processo de escolha do tema e da construção do objeto de pesquisa, buscando construir uma relação dialógica entre as experiências e dados de campo com a literatura pertinente, de modo a oferecer ao leitor uma ideia das escolhas teóricas que orientaram o trabalho. E finalizo essa parte inicial da tese relatando minha experiência pessoal como “pesquisadora nativa” e as implicações positivas e negativas desta posição peculiar no desenvolvimento da pesquisa.

No segundo capítulo, procuro descrever o cenário sociogeográfico onde o trabalho de campo foi realizado, tentando contextualiza-lo na conjuntura regional. Para realizar esse intento busquei apresentar um pouco da história local partindo da conciliação entre os dados oficiais e acadêmicos produzidos sobre o município e a narrativa dos próprios são franciscanos sobre a emergência do novo município, antes chamado de *sertão de São João da Barra*, a partir de suas experiências concretas.

Para tornar inteligível certo modo de fazer política que foi se consolidando após a emancipação municipal, exponho as distintas composições políticas que vem representando o município, com suas alianças e conflitos, em diferentes mandatos até os dias atuais. Ao realizar esse exercício foi possível demonstrar os principais arranjos locais acionados pelos políticos, como a *ajuda* e as trocas de partido, dentre outros, que ao lado da concepção local sobre o papel da política e dos políticos conformavam certos critérios de legitimação política local. Ao final do capítulo apresento algumas estratégias de tentativa de manutenção do poder que apesar de reivindicar atualidade na realidade refletiam a “velha política” travestida de “caras novas”. E finalizo este capítulo esclarecendo ao leitor, a partir do ponto de vista local, a diferença crucial entre a *ajuda na saúde, trabalho social e favores*, categorias a partir das quais os moradores do município definiam as relações no campo da política e expressavam suas percepções sobre o seu funcionamento.

No terceiro capítulo, intitulado “A saúde como recurso social e capital político” exponho a relação entre ascensão política – *vitória eleitoral* e *vitória política*, e o desempenho pessoal de cada político ou candidato na área de saúde. Abordo a forma como os moradores interpretavam a inserção da chamada *política do dinheiro* nas disputas eleitorais, que segundo a perspectiva local vinha debilitando certos critérios que compõem a “boa política”, como o

prestígio, a *confiança*, a *consideração* e a *amizade*. E o sentido atribuído ao voto no idioma local uma vez que apreendê-lo possibilitou compreender a expectativa da população a respeito da relação com os políticos e da sua atuação. Neste capítulo reúno ainda descrições etnográficas de como as disputas políticas-eleitorais cortam o cotidiano e de como as tensões ordinárias emergem no *tempo da política* com a suspensão das regras de cordialidade e de não-conflito, suspensão esta concebida como uma dimensão *da política*. Trago à baila também a tensão, o conflito e as redes de cooperação e reciprocidade entre os profissionais da saúde e os políticos que resultavam na contraposição entre a dinâmica do atendimento versus dinâmica da *ajuda*. E por último, apresento como a articulação da *ajuda na saúde* com outros recursos sociais possibilitavam a sua conversão em *capital político*.

No quarto e último capítulo “entre o direito e a dádiva: *a ética da ajuda*, a *violência simbólica* e a retórica do sofrimento” trato da ideia de saúde entre ser concebida externamente como um direito e a sua distribuição como *dádiva* no nível local, assinalando como as necessidades de saúde da população são resolvidas a partir de determinada ética da *ajuda*. Analiso também a partir de situações empíricas, a questão da *violência simbólica* nos serviços de saúde e a emergência da *amizade* e das relações pessoais, especialmente com políticos como uma forma de “navegação social”. E para finalizar, descrevo as narrativas de *sofrimento* diante de enfermidades e mortes e a retórica da *ajuda* que demonstravam como a solidariedade, a atenção e a palavra empenhada diante da dor do outro produzia laços de reconhecimento e dívidas morais duradouras e, o seu oposto, desmoralizações e rupturas às vezes profundas no tecido social.

CAPÍTULO 1 - “FALAMOS MUITO DE DOIS ASSUNTOS QUE EU GOSTO: POLÍTICA E MEDICINA”. O PROCESSO DE PESQUISA

Neste capítulo apresento uma descrição detalhada sobre o processo de construção do objeto de pesquisa, articulando-o ao arcabouço teórico que dará sustentação as análises sobre o fenômeno investigado. Ao construir essa narrativa, as escolhas teóricas realizadas, aquelas lentes através das quais interpreto o objeto se tornam evidentes aos olhos do leitor.

Nas páginas que se seguem, exponho como o estudo dos ritos fúnebres, em uma localidade do município, possibilitou que eu mergulhasse no universo de relações políticas onde emergiu a questão da *ajuda na saúde*. Ao apreender etnograficamente o fenômeno, me deparei com uma multiplicidade de situações que redundavam em atitudes como as de dar, oferecer e receber *ajuda* que me desautorizavam a pensa-la em termos de relação interessada. Essas evidências endossavam os argumentos de certa literatura que questionava o uso de critérios como a privação material e a renda como ponto de partida para compreender fenômenos do universo da política como o intercâmbio de *favores* e votos. Em função disso e considerando o fato da ideia de pobreza vir sendo automaticamente associada à produção e a reprodução do clientelismo político, de maneira bastante naturalizada, procurei evitar analisar a *ajuda* na saúde sob esse rótulo, como descrevo neste capítulo.

Nesse sentido, nesse capítulo introdutório procurei articular essa literatura com as evidências empírica, apontando para outros imperativos sociais que se interpõem entre o ato de dar ajuda, recebe-la e retribuir ou não com votos. Como, por exemplo, os sentimentos de obrigação moral.

Na parte final do capítulo relato minha experiência pessoal como “pesquisadora nativa”, os distintos espaços sociais que serviram de suporte às observações realizadas e as implicações de uma etnografia de certo modo *feita em casa*, descrevendo as diferentes experiências, positivas e negativas, que a minha condição particular de observadora de “dentro” e de “fora” me impôs, como também as prerrogativas de observar a partir dessa posição peculiar e os desafios e surpresas que são uma dimensão sempre presente do trabalho de campo.

1.1 Dos funerais à política: a construção do objeto de pesquisa

Em agosto de 2004 cheguei ao município de São Francisco de Itabapoana para iniciar o trabalho de campo, que resultou na minha dissertação de mestrado, naquela época tinha como objetivo apreender etnograficamente os rituais matrimoniais e funerários, partindo da queixa habitual dos próprios moradores de que estes eventos já não eram mais “como antigamente”³. Naquele mesmo período, coincidentemente, se iniciava também a corrida político-eleitoral para as eleições minoritárias de 2004. Ao chegar à comunidade notei que a atenção da população estava quase que exclusivamente voltada às disputas entre os candidatos e os eventos do *tempo da política*⁴. De modo que, inevitavelmente, tive contato com uma série de ideias e representações que diziam respeito àqueles eventos.

A revelia do meu interesse de pesquisa, o clima de disputa eleitoral me colocou em contato com narrativas, acontecimentos e me levou a participar de eventos específicos daquele período *da política*. Nos primeiros dias, inclusive, tive bastante dificuldade para emplacar qualquer conversação sobre o meu tema de pesquisa propriamente dito. Fui lograr algum êxito nesse empreendimento apenas dois dias depois de minha chegada, quando os acontecimentos de um comício organizado por uma das facções políticas locais, me possibilitou abordar um dos temas de investigação com maior facilidade.

Foi o discurso de um personagem da política local, o mote para penetrar no meu universo de pesquisa. Tratava-se da citação nominal dos mortos das principais famílias da localidade citados como seus apoiadores incondicionais. Ao fazer tal referência perante a plateia, rememorou os tempos em que os laços de *amizade* com aquelas pessoas redundavam no apoio mútuo entre ele e praticamente todas as famílias daquela *comunidade*⁵. Ao discursar naqueles termos, o protagonista do episódio provocou certa polêmica entre os moradores locais, pois praticamente todos estavam ligados a algum daqueles falecidos. E assim sendo, os que estavam inclinados a apoiá-lo se sentiam prestigiados, enquanto os que apoiavam os

³ Denominada “‘Até que a morte nos separe’: um estudo dos rituais matrimoniais e funerários em uma pequena comunidade rural fluminense”.

⁴ A expressão *tempo da política* será utilizada neste trabalho a partir da perspectiva de Palmeira (1996, p41-42), isto é, como um *recorte social do tempo* circunscrito ao período em que a política é sentida em toda sua cotidianidade pelas populações de determinado município ou comunidade. Ou seja, trata-se do período político-eleitoral ou as eleições.

⁵ Termo utilizado localmente para caracterizar a localidade onde se vive no município, trata-se de uma demarcação até certo ponto geográfica e social (delimita fronteiras físicas entre localidades e o pertencimento de pessoas dentre dessas fronteiras), está referida também ao pertencimento a uma *comunidade moral*. Refere-se às pessoas/famílias que *contam* ainda que em alguns momentos estas pessoas estejam “fora” dos limites físicos da localidade. Como aqueles que retornam para votar, por exemplo, (BAILEY, 1971; COMERFORD, 2003).

candidatos adversários o acusavam de ter usado a memória dos mortos com finalidade eleitoreira.

Essa pequena polêmica acabou por me possibilitar entrar no tema dos funerais, pois os desdobramentos desse episódio perduraram por alguns dias nas rodas de conversa local. E na medida em que penetrava o universo das práticas e dos significados que compunha os eventos fúnebres, curiosamente acessava também um cabedal de informações sobre certo modo de pensar e de operar à política, pois começavam a ser revelados dramas de enfermidade e/ou demandas fúnebres politicamente mediadas⁶.

A partir desse episódio, comecei a apreender um conjunto de expectativas sobre o desempenho dos políticos locais, de modo especial, sobre certos temas críticos da vida cotidiana como situações de enfermidade e de morte.

Naquela ocasião observei que as transformações que incidiam sobre os padrões de sociabilidade, tema sobre o qual se queixavam os moradores, estavam relacionadas a certos acontecimentos que expandiam os limites da *comunidade* e a colocava em maior relação de interdependência com o mundo externo e, por contraste, diminuía e/ou debilitava os vínculos sociais que antes eram centrais no amparo e socorro mútuo, em casos de necessidade.

Tratava-se de um conjunto de situações políticas, sociais e econômicas que se modificaram na medida em que o município era organizado. Como, por exemplo, a implantação de todo tipo de serviços que antes eram praticamente inacessíveis para grande parte da população (serviços burocrático-estatais⁷ e empreendimentos comerciais), a melhoria nas condições das estradas que ligavam o município a principal cidade da região (e, conseqüentemente, nas condições de transporte entre ambas e a circulação de coisas, informações e pessoas) e a migração que se intensificou a partir da década de 1990 em consequência de uma forte crise na agricultura local (SARMENTO, 2006).

⁶ No âmbito deste trabalho, estou concebendo demandas de saúde ou fúnebres todas aquelas necessidades materiais e/ou simbólicas impostas por situações de enfermidade e/ou de morte que implicavam a utilização dos serviços públicos de saúde ou similar, isto é, aquelas necessidades produzidas por situações limites na vida de pessoas e famílias do município.

⁷ Por serviço burocrático-estatal estou me referindo ao conjunto de instituições organizadas no âmbito de determinada comunidade política (o município) que são ao mesmo tempo formas de acesso a certos bens e serviços e de controle social. Refere-se aos estabelecimentos de registro/documentação, as exigências de apresentação desses documentos para aceder a certos serviços como o atestado de óbito (que passa a ter que ser feito obrigatoriamente por profissionais e não mais pelos próprios moradores. Em conjunto os serviços funerários prestados por profissionais e não mais pelo mutirão da comunidade), o estabelecimento de unidade de saúde e de maternidade exigindo a medicalização do parto e, conseqüentemente, minimizaram e substituíram os partos em casa assistidos pelas parteiras pelos realizados no hospital, etc.

Diante da modernização/burocratização da vida social, inevitavelmente algumas práticas foram atualizadas alterando também os laços sociais naquela localidade, pois a cooperação mútua em assuntos como bodas, doença e morte foi aos poucos substituída pela obrigatoriedade de realizar certos procedimentos através dos serviços públicos (como óbitos, nascimento/partos, perícias, etc.) e/ou substituída pela contratação de serviços privados, considerados mais modernos e especializados – como ocorreu com a inserção das empresas fúnebres e de organização de eventos (SARMENTO, 2006).

Logo, o parto, a doença e a morte que em grande medida eram tratadas em casa, como recordavam as pessoas mais antigas, passaram a ser mediados pelos hospitais, Institutos Médico Legais e pelas empresas funerárias. Sendo assim, a instituição da *ajuda* que era o cimento que dava liga às relações sociais e sentimentos de obrigação mútua, foi substituída por uma relação do tipo burocrática-comercial.

No entanto, ao mesmo tempo em que as exigências do “mundo moderno” subordinavam a resolução dessas demandas da vida ao mundo externo, por razões de ordem prática e/ou moral a *ajuda* permanecia sendo uma necessidade às vezes vital para solucionar boa parte das questões de saúde e/ou fúnebres, uma vez que o acesso aos serviços formais no município era precário.

Em razão disso havia uma contradição evidente entre as queixas sobre a *falta de consideração, individualismo* e indiferença das pessoas diante das demandas urgentes de doença e de morte e ao mesmo tempo a existência de uma rede de apoio e de *ajuda* que possibilitava pessoas/famílias acessarem serviços e resolverem demandas provenientes dessas mesmas necessidades.

Ainda que diante das demandas mais complexas nem sempre as pessoas da rede mais próxima dispusessem de recursos materiais (econômico) e/ou simbólicos (influência e/ou disposição) para ajudar, a *ajuda* sempre vinha de alguma parte. Essas questões eu às vezes acessava através da observação direta, outras vezes através das narrativas locais. E foi dessa maneira que tomei conhecimento das *ajudas* realizadas por políticos e/ou seus intermediários.

Alguns desses acontecimentos eram reativados na memória local a partir dos eventos do *tempo da política*, pois neste momento em que os políticos locais se articulavam em busca de apoio e votos, a população acionava o “fundo de conhecimento comum” e os vínculos morais entre ambos para direcionar seu apoio e voto (BAILEY, 1971).

Nessa época, em algumas ocasiões as pessoas lembravam que apesar de algum conhecido concorrer às eleições, o fato de *dever obrigação* a outro candidato implicava no dever moral de apoiá-lo. Essas “dívidas” quase sempre estavam referidas a *ajuda/assistência* em contexto de doença e morte. Uma dona de casa local certa vez relatou que “perdeu a amizade” de uma candidata à vereadora, amiga de longa data, porque quando abordada por ela em busca de apoio se viu obrigada a revelar que estava comprometida com outro candidato, pois em período anterior este a havia *ajudado* na resolução das demandas de saúde de um membro da família.

Na medida em que me familiarizava com essas narrativas, ficava evidente que muitas alianças políticas eram tecidas a partir desse tipo de situação e que muitas ponderações definidoras do “bom” ou “mau político”, estavam referidas às expectativas frustradas ou atendidas no plano pessoal.

Esses episódios relativos à vida privada, mas que se associavam diretamente às questões políticas ou modos de fazer política, certamente continuariam dissimulados no cotidiano caso a minha chegada ao município tivesse ocorrido em outra época do ano. No entanto, em face da coincidência entre aquela pesquisa de campo e o período político-eleitoral, as narrativas sobre processo de doença, de mortes e os funerais contavam também histórias de alianças, adesões, apoios, cooperação, ajuda, gratidão, mágoas, conflitos e rupturas que resvalavam das “pequenas políticas do cotidiano” para a política formal⁸.

Passei observar que os políticos que *chegavam junto* e se colocavam a disposição para *ajudar* se tornavam bem quistos aos olhos da *comunidade*. Essa *ajuda* às vezes era mediada por terceiros, alguém da vizinhança cujo contato com essas personalidades possibilitava intermediar o pedido de *ajuda*, outras vezes por iniciativa do próprio político ou em atendimento ao pedido de um parente do enfermo.

Durante o trabalho de campo fui notando que os problemas da vida privada se tornavam públicos com certa facilidade, no entanto alguns desses temas referentes a certos comportamentos morais ou a certas necessidades corriam “à boca pequena”, pois eram temas cujas regras de etiqueta pediam certa discrição em nome da harmonia da comunidade, como observou Pitt-Rivers (1971). Porém, em assuntos de morte ou de enfermidade a lógica funcionava de forma diferenciada.

⁸ Ideia expressada por Bailey (1971, p.3) para se referir ao gerenciamento de reputações na vida cotidiana em uma comunidade, a mobilização das regras tácitas para jogar o “‘o jogo social’ e como vencê-lo” (p.3)

No que se referia a esses assuntos, discrição e distanciamento às vezes eram mal interpretados. Em muitos casos, a intromissão não só era admitida como desejável. E de fato algumas questões eram resolvidas e/ou amenizadas a partir dessa intervenção e *ajuda* externa.

O transporte de enfermos ao médico era uma das *ajudas/favores* mais relatados, pois o problema de transporte público e de automóvel especializado (ambulâncias, etc.), para atender principalmente as localidades mais distantes do município, tornava a posse de um veículo próprio um sinal de distinção. Quando o proprietário do veículo além de disposição para *ajudar* possuía certa desenvoltura para *ajeitar* algum trâmite necessário ao atendimento demandado como, por exemplo, dar entrada com o enfermo no hospital, conseguir vagas, etc. ganhava ainda mais notoriedade. Inclusive, algumas pessoas ficavam conhecidas por serem *despachadas* nesse assunto (uma mistura de desinibição com habilidade para resolver problemas) e/ou por possuir *conhecimentos* na área (possuir *amizades*, relações pessoais influentes que pudessem facilitar/agilizar o atendimento da demanda e/ou necessidade).

Pude notar ainda que aceitar ou pedir *favores* para resolver questões dessa natureza – saúde e morte – não era desmoralizante ou vergonhoso como às vezes passava com outros tipos de *favores*. “Ir atrás de político para pedir emprego”, por exemplo, nem sempre era bem visto e às vezes era motivo de humilhação para muitas pessoas. Esses pedidos às vezes eram realizados “debaixo dos panos”, embora mais tarde todos ficassem sabendo de alguma maneira ou conjeturasse a respeito.

O fato de “não depender de político” (estar submetido ou “preso” por este tipo de dívida), de haver conseguido o próprio emprego/trabalho, de haver construído a própria casa e “pagar as próprias contas” era motivo de orgulho como me disse certa vez um morador do município. Por isso nem sempre as pessoas comentavam os *favores* que recebiam em outros campos da vida, mas curiosamente aqueles referentes à saúde, enfermidade e mortes eram abertamente declarados.

Estes *favores* eram considerados uma necessidade básica e às vezes até mesmo uma obrigação. Uma necessidade existencial e por vezes inesperada, produzida por fatores externos ao controle dos afetados e, portanto, livre de qualquer julgamento moral. Diferente de situações como conseguir um emprego ou de outros *favores e pedidos* que sempre podiam conter outros critérios de julgamento, como aqueles associados às formas de conseguir vantagens econômicas e/ou pessoais.

Sendo assim, aqueles referentes à saúde, principalmente quando eram realizados por alguma personalidade local como um político, por exemplo, eram abertamente declarados. Foi dessa maneira que pude listar alguns tipos mais comuns de *ajuda* praticada por esses políticos, tais como, providências no sentido de conseguir exames complicados e caros, intermediar a família na tarefa de conseguir uma vaga para internação ou para realizar uma transferência entre hospitais, o pagamento de despesas de medicamentos, marcação de cirurgias, custeamento de despesas funerárias e/ou *ajeitar* transporte público para acompanhar o cortejo fúnebre (transporte coletivo para levar parentes ao funeral, etc.), etc.

Além dessa *ajuda/assistência* mais logística e/ou material, outros tipos de apoio também eram bastante comentados. Diziam respeito à atenção, a presença e as palavras e se materializava em visitas aos doentes, presença nos funerais, envio de coroas de flores, envio de condolências, na expressão, às vezes pública, de palavras de conforto (às vezes por telefone, conforme o caso), na oferta pública de *ajuda*, no de se colocar a disposição da família enlutada (às vezes expressa em frase do tipo: “pode contar comigo para o que precisar, é só me procurar”), etc.

Isso indicava que além da assistência logística/material outras formas de apoio também eram valorizadas, algumas vezes esses gestos aparentemente pequenos eram considerados essenciais. E quando realizados no âmbito privado, cedo ou tarde os “beneficiados” encontravam uma forma de torna-los públicos⁹, pois comentar o apoio recebido nessas circunstâncias, inclusive o apoio econômico, era uma forma de expor a nobreza e/ou generosidade de quem o realizava (fosse ela um político ou não). E, por conseguinte, o ato de *consideração* que tal gesto expressava.

O simples ato de revelar publicamente a *ajuda* recebida não era um mero detalhe, mas cumpria na verdade um papel bastante significativo, o de mostrar o reconhecimento do valor da família para aquele político perante a *comunidade*. Esse tipo de situação ocorria com maior frequência quando se tratava de famílias identificadas como apoiadoras ferrenhas de algum político ou “puxa-sacas” de alguma dessas personalidades.

⁹ Alguns dias depois do funeral de um parente, uma senhora que participava de uma roda de conversa sobre o evento entre vizinhas, revelou os motivos que segundo ela o vice-prefeito da cidade, visto como um *chegado* (amigo) o havia impedido a comparecer ao velório. Contou com orgulho que ele havia ligado para o seu telefone pessoal celular para dar as condolências, desculpar-se pela ausência e se colocar a disposição para ajudar caso precisassem de algo.

Sendo assim, ao enfrentar uma dificuldade dessa natureza, a expectativa da vizinhança era que a família recebesse assistência por parte do político aliado. A não correspondência colocava em xeque a suposta *consideração* entre ambos e os vínculos de amizade. Daí a importância de tornar público a *ajuda* ou atenção realizada no âmbito privado. Declarar ter recebido um telefonema com palavras de condolência e/ou afeto, ter recebido uma boa justificativa para a ausência (quando era o caso) e/ou a oferta de algum tipo de *ajuda*, pois essas informações minimizavam os possíveis rumores.

Ignorar o sofrimento de um *eleitor amigo* (aliado) era concebido como uma ofensa, um ato de ingratidão com os aliados e podia repercutir bastante mal para o político. A adesão pública a determinado político ou candidato expunha as pessoas a possíveis rivalidades com a vizinhança, portanto este “sacrifício” devia ser compensado com demonstrações de atenção e de *amizade*. Seguir apoiando um político após ser “ignorado” conferia à pessoa ou famílias, na qualidade de eleitor, o título de *puxa-saco*¹⁰.

Ser considerado um *puxa-saco de político* é ser publicamente desvalorizado, pois na gramática local se presume que também é obrigação do político ir em busca dos seus aliados, e fazer por onde merecer a adesão e os votos com demonstrações de atenção e de *amizade*. Pessoas com boa reputação e que sabem o valor do seu voto “não vão atrás de político”, mas sim espera que estes percebam a importância do seu apoio e venha pedi-lo.

Nesse sentido, a desatenção do político com os problemas graves como doença e morte referidas às pessoas/famílias previamente conhecidas como apoiadores, às vezes conferia uma reputação bastante ruim ao político e resultava em manifestação pública de decepção e de mágoa. Dependendo do caso podia implicar na perda de apoio, do voto e iniciar uma rivalidade.

Na medida em que a pesquisa avançava e eu me familiarizava com os acontecimentos no âmbito da doença e da morte, me familiarizava também com a biografia de algumas personalidades políticas locais. Muitas dessas biografias indicavam que atenção e a *ajuda* eram o principal recurso social acumulado por esses atores para ingressar na vida política.

¹⁰ Designação pejorativa que se dava para pessoas concebidas como bajuladoras. Esta condição supunha uma relação desequilibrada e assimétrica entre as partes, cujo vínculo de proximidade resultava da posição de subalternidade consentida e/ou de lealdade desmedida e não de uma relação simétrica cujas trocas são mútuas. Portanto, uma condição inferiorizada aos olhos dos demais.

Apesar de haver reunido um material significativo sobre o universo da política naquela época, segui investigando os rituais matrimoniais e funerários. Opção que implicou selecionar e “descartar”, temporariamente, informações que não me pareciam relevantes para explicar o objeto de pesquisa naquele momento. No entanto, todas as narrativas sobre aqueles acontecimentos e outras tantas situações presenciadas durante a observação direta, ficaram registrados no caderno de campo ou como fragmentos na memória da pesquisadora.

Foi este material que em 2012, quando me preparava para ingressar no doutorado, pude contrastar com um evento de grande repercussão no município e, portanto, me possibilitou chegar à formulação do problema de pesquisa e a elaborar o projeto de investigação que deu origem a esta tese.

Tratava-se da investigação policial, prisão e afastamento do prefeito do município sob acusação de irregularidades, mau uso e desvio de recursos públicos da saúde. Este fato teria sido considerado apenas mais um caso de corrupção na política se não fosse o fato do acusado ser uma referência na prestação de assistência na área de saúde, cuja legitimação política estava associada ao empenho nesta área (mais precisamente na atenção pessoal às demandas por serviços de saúde). O próprio político era conhecido como “Beto da Saúde”, nome que adotara oficialmente nas eleições em que ascendera ao cargo de prefeito, marcando definitivamente sua imagem como um político engajado no tema da saúde¹¹.

Devido a sua trajetória particular, quando a notícia veio à tona escandalizou os moradores do município que o haviam elegido como o prefeito mais bem votado de todos os tempos, desbancando, inclusive, políticos consagrados que tinham um apoio amplo consolidado baseado principalmente na tradição política familiar.

Este caso teve grande repercussão nos meios de comunicação tanto regional, quanto de projeção nacional. Várias notícias sobre o tema foram veiculadas em diversos sites de jornais e em telejornais. Eu, inclusive, que na época morava em outro estado da federação tomei conhecimento primeiro através desses meios para depois acionar minhas redes de contato local e me informar melhor sobre o tema.

Para se ter uma ideia, o site G1 online exibiu em 29/03/2012 a seguinte matéria: “Prefeito de São Francisco de Itabapoana é preso no RJ”. O Globo no mesmo dia veiculou:

¹¹ Nome adotado oficialmente pelo candidato através de sua candidatura registrada no Tribunal Superior Eleitoral em 2008.

“O prefeito e o secretário de saúde de São Francisco de Itabapoana são presos por suspeita de corrupção: clínica declarava mais exames que os realizados, e a prefeitura pagava por serviços não comprovados”. E o Notícias R7 escreveu: “Prefeito de São Francisco de Itabapoana e mais 4 são presos por suspeita de fraude: grupo é suspeito de desviar R\$ 2,5 milhões em dois anos”¹².

Como era de se esperar, assim que a notícia veio a público se tornou o tema mais comentado nas rodas de conversa locais. Era motivo de surpresa e escândalo para alguns, mas também de comemoração e *piadinhas* para outros, segundo meus interlocutores. Ainda hoje esse tema divide opiniões no município. Há quem acredita que o político foi alvo de uma espécie de golpe, há quem ironiza: “quando ele dizia que ia lutar pela saúde, era para ficar com o dinheiro da saúde, o povo que não entendeu...(risos)”¹³.

Sob os holofotes da imprensa, o caso se resumiu à corrupção na política e por alguns dias matérias foram exibidas associando o acontecimento à pobreza no município, medida através da posição do município no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Não tive acesso a nenhuma nota sobre os interesses das empresas do setor da saúde e sua associação à política, ou qualquer reflexão correlata. Nem na época, nem em ocasião posterior.

No entanto, este episódio me fez lembrar que em 2004, alguns políticos além do próprio ex-prefeito se colocavam como “defensores” da saúde e, paradoxalmente, em 2012 as condições dos serviços de saúde aparentemente continuavam inalteradas. Sugerindo, pois, que o investimento no *trabalho social na saúde*, algo que já aparecia em 2004, não era necessariamente reconvertido em investimento formal na área de saúde após os políticos ascenderem ao cargo.

Ao contrário do que era de se esperar, a ascensão de políticos ligados à saúde além de não sinalizar para melhorias no acesso aos serviços públicos, coincidia com a existência de uma espécie de distribuição “privada” dos serviços públicos de saúde, como descreveu posteriormente um vereador local durante uma entrevista para este trabalho.

A insatisfação da população com o desempenho formal dos políticos no que referia ao tema da saúde era evidente durante o trabalho de campo. Esse sentimento se manifestava

¹² Notícias em anexo.

¹³ Um morador do município sobre o que ele pensava sobre acusação sobre o ex-prefeito naquela época.

cotidianamente na fala dos moradores que os acusavam frequentemente de “não fazer nada pela saúde”. No entanto, esta acusação dirigida aos políticos de um modo genérico contrastava com o elogio a certos políticos por sua atuação particular na resolução de questões ou demandas pessoais por serviços de saúde e/ou “demandas fúnebres”¹⁴. Ou seja, o descontentamento da população com os serviços públicos que resultavam em críticas às vezes duras aos políticos e à política, não excluía a expectativa acerca da atuação privada desses mesmos políticos na resolução de casos particulares de “eleitores amigos”. A *ajuda* estava aparentemente naturalizada no cotidiano e dissimulada através da relação político-eleitor na chamada *política da amizade*, que será abordada em outro capítulo.

Nesse sentido, apreender o esquema moral que possibilitava articular em um mesmo plano, o descontentamento com os serviços públicos de saúde, a insatisfação com a atuação formal dos políticos na área de saúde e o prestígio conferido a eles pela atuação personalizada no tema, me pareceu crucial para entender as concepções de política e, conseqüentemente, a forma como a política funciona no município.

Ao articular as informações apreendidas durante o campo entre 2004-2006, com os novos fatos apreendidos após o episódio do ex-prefeito, a saúde emergiu como um campo importante de produção de *capital político*. Sendo assim, as demandas e a satisfação das necessidades de saúde foram tomadas como chave de entrada para apreender aquele universo de relações políticas.

A escolha desse tema implicou resgatar informações preliminares contidas no antigo material de campo, articulando-as às narrativas sobre a temática da política coletadas informalmente a partir do meu contato com os moradores do município, além do investimento em um referencial teórico específico do campo da antropologia política.

Interessava-me apreender a lógica a partir da qual a saúde era “apropriada” e convertida em um recurso social capaz de “produzir” políticos, alguns dos quais aparentemente destituídos de outros recursos relevantes para a ocupação dos cargos de

¹⁴ Por demandas fúnebres estou referindo a um conjunto de necessidades (materiais e simbólicas) impostas pela morte de um ente, que pode ser distintas em cada caso. Desde a necessidade de recursos financeiros (capital/dinheiro) para realizar os procedimentos fúnebres, especialmente quando se trata de uma morte inesperada em razão de um acidente, por exemplo. Da necessidade de realizar trâmites burocráticos em órgãos da polícia e/ou hospitais, até a necessidade de companhia, da presença e de palavras de conforto suscitadas pela notícia, às vezes aterradora, da morte de um ente.

representação¹⁵. E como, uma vez tendo alcançado o posto, esses atores sociais se reproduziam politicamente, considerando que a fama de muitos deles no âmbito da sua atuação formal nem sempre era das melhores.

Cabia perguntar que percepções de política e do papel exercido pelos políticos vigoravam segundo o imaginário local. Que representações, práticas sociais e valores permeavam as trocas entre ambos, políticos e eleitores, levando em conta que em algumas circunstâncias as atividades na área de saúde eram vistas como um misto entre obrigação dos políticos e generosidade, e em outras circunstâncias concebidas como estratégia eleitoral e, portanto, uma atitude “interessada”.

Assim sendo, que visões de mundo conduziam parte da população apoiar determinados candidatos ainda que consciente de que estes não eram “bons políticos” no desempenho de sua função? Que lugar a *ajuda* e a *amizade* ocupavam no contexto mais amplo de um sistema moral que, aparentemente, operava com lógicas distintas e por vezes contraditórias?

Ao me colocar diante deste cenário, parecia evidente que a *ajuda* oferecida por políticos ou solicitada por eleitores para acessar serviços de saúde, se convertia em apoio político e votos. E que, portanto, estava diante de um caso clássico de barganha político-eleitoral, do uso eleitoral dos serviços públicos de saúde, ou seja, de uma modalidade de clientelismo político.

Os fatos apontavam para a atuação personalizada dos políticos na satisfação de certas demandas de saúde e do uso privado de recursos públicos para atender de forma personalizada essas demandas dos *eleitores amigos*¹⁶. Demandas que referiam tanto a *ajuda* material (referentes o pagamento de cirurgias, despesas fúnebres, etc.), quanto à mobilização de recursos simbólicos e afetivos (àqueles referentes ao uso da posição de poder para acessar pessoas e serviços e atender a demanda ou referentes à atenção desejada pelo eleitorado).

¹⁵ Como recursos políticos básicos me refiro aos atributos correntemente associados a “produção” do político, alguns dos quais elencados por Coradine (2006), isto é, a filiação partidária, militância religiosa, sindical ou outros tipo de associação, a ocupação de cargos públicos que possa favorecer a candidatura do político e a obtenção de certa vantagem político/eleitoral o *nome de família*, etc.

¹⁶ Estou utilizando a ideia de recursos públicos materiais e simbólicos para me referir tanto aos recursos de natureza material usado por esses políticos como, por exemplo, automóveis públicos, capital para combustível, etc. Como também o uso da influência que possui em decorrência do cargo público que ocupa para conseguir favores para terceiros. Ou seja, o uso da autoridade/poder simbólico, em tese um poder público porque a ele conferido por representação.

No entanto, embora os atos de *ajuda* e assistência na saúde coincidissem em parte com certa definição de clientelismo, também a transcendia e, portanto, não foi o ponto de partida desta tese, mas sim o contexto sociomoral em que tais práticas eram adotadas e reconhecidas como legítimas.

Nesse sentido, ao invés de tentar endossar a tese do clientelismo na saúde, buscou-se problematizar essa categoria de pensamento, partindo da análise do lugar ocupado pela *ajuda na saúde* na definição de certo modo de fazer política.

1.2 “O campo é a vida”: experiência empírica e o diálogo com a literatura

Estudos focados no caráter clientelista da ação de políticos no Brasil são bastante recorrentes no campo da ciência sociais. Alguns desses estudos têm adotado um caráter mais teórico e outros, no entanto, apresentam análises baseadas em investigações empíricas ou ambos. O fato é que desde os mais antigos aos mais recentes, esses trabalhos em grande medida estão preocupados em demonstrar a existência e/ou a persistência dos *favores* ou assistências (informais) como resultado da pobreza e, conseqüentemente, da submissão, lealdade e adesão política das populações designadas de “pobre” (VIEIRA, 2002; LENARDÃO, 2006; ALVES, 2006; SILVA FILHO, 2011; PASE ET AL, 2012).

Ao entrevistar vereadores da periferia de Pernambuco, sobre a atividade de assistência na saúde, Viera (2002) a definiu como uma estratégia essencialmente eleitoreira, de cunho clientelístico que resultava da dependência e da alienação política da população pobre que recebia assistência em troca de votos. E cuja implicação seria a “privatização” de um direito universal consagrado na Constituição, o direito à saúde.

Leonardão (2006, p. 9) cuja narrativa empírica guarda muitas semelhança com os fatos observados pela autora desse trabalho no município de São Francisco de Itabapoana, parte do pressuposto de que a relação entre pobreza profunda e a precariedade do apoio estatal é a primeira condicionante da entrada do eleitor em vínculo de clientela, e investiga “as razões da presença de práticas clientelistas entre setores das classes populares” em um município do Paraná.

Apesar da riqueza das descrições empíricas e de suas análises apontarem em determinados momentos para a dimensão moral das práticas que envolvem o ato de dar e receber *ajuda* e *favores*, o autor considera que a mediação dos vínculos afetivos na

produção de julgamentos morais sobre os políticos e, portanto, na produção de julgamentos mediados por “parâmetros de quem avalia o comportamento de ‘um amigo’, de um ‘membro da família’” configurava a “arquitetura moral do clientelismo”. Ao confrontar as práticas do político investigado, tido como clientelista, com as ponderações dos entrevistados, que corroboravam com a ideia de que a adesão dessas pessoas ao político se dava por vínculos personalistas, o autor considerou que estava diante de “uma possível subcultura política do clientelismo” (LEONARDÃO, 2006, P. 118-119).

A meu ver, apesar do mérito do seu trabalho, expresso no rico material empírico apresentado, ao restringir o olhar aos pressupostos informados por certa literatura, ao fim e ao cabo acabou apenas por ratificá-las. O autor reafirma a existência de uma representação política (políticos) apegada às práticas de recorte patrimonialista e paternalista que encontrou contrapartida em setores pobres da população, cuja “necessidade de ordem material” e “‘carências’ de natureza subjetiva”, os empurrava a estabelecer relações e vínculos clientelistas. Identificando esses setores populares como *eleitores-clientes*.

O tipo de abordagem das práticas políticas realizadas pelos dois autores acima citados, assim como aparece em outros trabalhos, acaba por engrossar a categoria de estudos que tendem a definir o clientelismo como uma espécie de “política dos pobres”. Esta perspectiva teórica tende a expor questões de ordem moral como um problema de classe, uma subcultura e um entrave à consolidação da democracia política (AUYERO, 2004).

Auyero (2004) adverte que esse tipo de enfoque implica na reprodução de certo estigma e esclarece pouco sobre o fenômeno do clientelismo, pois os argumentos utilizados para explicá-lo, na maioria das vezes se aproximam de uma espécie de acusação moral.

Há que se destacar que nessa ordem teórica que também expressa uma ordem simbólica, a própria naturalização do clientelismo dificilmente tem sido questionada. Vázquez (2014, p.37) sugere que estranhar o processo de naturalização de certas categorias é um exercício necessário para identificar as formas modernas de dominação. Enquanto Canedo (2005, p.477) indica a necessidade de dar visibilidade “as diferentes entradas que permite apreender a política (...)”, pois essa é uma maneira crucial para problematizar “as formas assumidas pela dominação política”.

As minhas próprias observações de campo desautorizam generalizar a respeito da ideia que os pobres por sua condição econômica e social se “beneficiariam” dessas políticas clientelistas: i) Durante a observação direta surgiram casos de pessoas consideradas

remediadas que também recebiam assistência em saúde; ii) Encontrei muitas famílias desprovidas de condições materiais, mas que faziam o que podiam para “não depender de políticos”; iii) Para muitos políticos a *ajuda* era apenas uma dimensão do seu trabalho enquanto tal; iv) A *ajuda* em momentos de enfermidade e de morte se distinguia bastante daquelas categorias de trocas em que se articula automaticamente o intercâmbio de interesses, recursos (benefícios) e apoio político/votos; v) Nem todas as pessoas que *ajudavam na saúde* haviam entrado em algum momento *na política*.

Ainda que a privação material suponha carência dos elementos mais básicos para a existência social e, portanto, sugira um menor grau de liberdade e, conseqüentemente, maior possibilidade de submissão a formas de dominação política e social, me parece contraproducente reduzir a existência dessa categoria de pessoas a sua existência apenas material. Isto é, como se houvesse uma única ordem simbólica e/ou moral que orientasse as práticas sociais dos chamados “pobres”, como uma categoria social homogênea, e cuja ação no campo da política fosse guiada, exclusivamente, pela necessidade material (SARTI, 1994; DEMO, 2006).

A favor de tentar apreender outras dimensões não contempladas nos estudos anteriores me vali do método etnográfico, pois conforme Peirano (2008, p.3) este não se trata de “uma metodologia e/ou uma prática de pesquisa, mas a própria teoria vivida”, ou seja, permite o pesquisador apreender as diferenças e as idiossincrasias a partir da experiência empírica no universo social do grupo estudado, podendo confrontar, inclusive, os modelos teóricos previamente assimilados e às vezes generalizantes.

Fazendo uso desta prerrogativa emergi no campo de pesquisa buscando apreender as concepções de política, do papel dos políticos e as motivações para as escolhas neste campo: isto é, aquelas relativas ao apoio/adesão política e, conseqüentemente, o voto. E passei a coletar, tanto quanto possível, as duas versões: a da população (os eleitores) e a dos políticos (aqueles já consagrados e candidatos ao pleito 2016).

Logo no início do trabalho de campo foi ficando evidente a importância da dimensão moral na escolha dos representantes políticos naquele município. No entanto, na medida em que conversava com os moradores de distintas localidades, observava que distintas lógicas concorriam para explicar suas escolhas no campo da política. E que essas escolhas quase nunca estavam baseadas em qualidades objetivas, como a habilidade e o êxito dos políticos no

plano das atividades formais. Isso foi possível verificar, pois muitos políticos estavam caminhando para o segundo mandato ou já acumulava mandatos anteriores.

De um modo geral, havia uma descrença grande acerca do papel formal desempenhado por esses políticos. No entanto, o ceticismo dos moradores entrevistados não podia de forma alguma ser explicado por fatores como alienação política, pois embora basicamente todos os entrevistados, por seu estilo de vida e renda, conformassem o que correntemente se designa por pobre, muitos deles mostravam um elevado senso crítico com relação aos políticos, a política e a escolha do voto. E os argumentos utilizados não se diferiam daqueles cristalizados pelo paradigma de universalização da política, e defendido por aqueles que acreditam que o voto deve ser produto de uma escolha individual, desconectada de outras dimensões da vida social. Como, por exemplo, a afirmação de Sr. Luis de que “os vereadores não estão aí para dar nada para ninguém, mas para trabalhar pelo município”.

No entanto, embora esses atores sociais tenham incorporado determinadas formas de classificação hegemônicas do universo da política, na prática operavam também com outras lógicas¹⁷. Todavia, a incorporação desses paradigmas na produção da representação sobre o universo da política, em certas circunstâncias colocava esses atores diante de um dilema moral.

O caso de uma dona de casa de um pequeno lugarejo do município ilustra bem esta questão. Após criticar o descaso das autoridades locais em relação aos serviços básicos e afirmar “infelizmente os políticos não fazem nada pela saúde”, D. Maria expressou a sua insatisfação com o próprio voto, revelando que votava no mesmo vereador há algumas eleições não por sua atuação no plano formal, mas porque lhe *devia obrigação* no plano pessoal.

Segundo ela, embora reconhecesse que o político não merecia o cargo que ocupava, e que estivesse desapontada com sua atuação durante alguns mandatos, seguia votando nele em diferentes eleições por tê-la ajudado com um problema grave de doença na família antes mesmo do vereador “entrar para a política”. Nesse sentido, o voto resultava da *consideração* que o devotava, pela *ajuda* prestada numa situação descrita como muito grave. E que havia

¹⁷ Como formas de classificação do universo da política tenho como referência Wacquant (2005, p.12) que partindo das perspectivas teóricas de Bourdieu, assinala que há sempre uma disputa cognitiva para impor visões de mundo a partir das quais “os agentes entendem e constroem aquele mundo”, e aponta para a emergência de “ingredientes, os mais variados para a *racionalização da dominação* produzidas e validadas pela própria ciência social. Algumas das quais, as pesquisas de opinião, as técnicas de marketing político, retórica de mercado, etc. Ingredientes estes que como temos visto chega e são propagados à distintas classes sociais por meio dos meios de comunicação disponíveis.

sido prestada fora do contexto de disputas políticas. O sentimento de *obrigação moral* tem conduzido D. Maria a empenhar o voto da família, mesmo que o próprio político não o solicitasse diretamente. No entanto, lamentou: “infelizmente por causa disso, aqui na família, a gente já tem o nosso vereador”.

Esse caso revela que embora certas escolhas no campo da política possam parecer “irracionais”, quando interpretadas a partir de determinada perspectiva teórica, estão em realidade dotadas de sentido e racionalidade. Demonstram que a dimensão moral sempre estará presente quando se trata de apreender as coisas sociais, sejam estas no campo da política, da economia, etc., porque estão perpassados por esses valores (GODBOUT, 1998).

Durante a entrevista D. Maria se mostrou completamente consciente de que sua escolha no que se refere ao voto se tratava de um desserviço ao município, pois não via a atuação política do “seu vereador” com bons olhos, mas o sentimento de *dever obrigação* por uma dívida concebida como impagável, contraída antes mesmo que ele “entrasse” para a política, a impelia a conceder-lhe o voto, pois entendia que direcionar o voto para outro candidato seria um ato de tremenda ingratidão.

As diferentes situações encontradas durante o trabalho de pesquisa confirmam que nem todas as relações e/ou trocas no campo da política estão embasadas em cálculos racionais ou interesses calculistas, em muitos casos as expectativas articulam sentimentos como, *gratidão, consideração e dever obrigação*. E podem estar relacionadas a variáveis como “a busca de prestígio, poder e o cumprimento de obrigações formais e morais” (BEZERRA, 1999, p.16-17).

A narrativa de Sr. José corrobora com esta afirmação realizada por Bezerra (1999). Segundo o próprio interlocutor ele possui uma boa relação com alguns políticos do município pelo fato de fornecer *ajuda* na conquista de votos em sua *comunidade*. E isso se deve ao prestígio conquistado a partir do que ele chamou de sua *disposição para ajudar*.

Comentou que o reconhecimento que possui na *comunidade* resultaria do serviço prestado aos vizinhos, especialmente naquelas situações de emergências, pois reside em uma localidade bastante isolada do município e é uma das poucas pessoas que possui automóvel no lugar. De acordo com sua narrativa, pelo fato de está sempre disponível para atender a comunidade, em dado momento havia assumido a presidência da associação de moradores. Cargo que ocupou duas vezes e através do qual consolidou sua respeitabilidade na vizinhança, esta medida pela importância de sua opinião para as pessoas do lugar. Contou que no período eleitoral, as pessoas o procuram para pedir sugestão em quem votar.

Apesar de manter uma boa relação com alguns políticos do município, esse interlocutor afirmou que sua premissa básica tem sido evitar “dever favor” pessoal para essas personalidades. E, portanto, tem conseguido manter ao longo do tempo uma dupla vantagem, prestígio (valor) aos olhos dos políticos e também perante a *comunidade*, pois utiliza o prestígio com os políticos para conseguir benefícios para a *comunidade* e, em contrapartida, consegue arregimentar votos da *comunidade* para estes.

Conforme o seu relato, o fato de não *dever obrigação* lhe conferia maior liberdade de escolha com relação ao apoio ou a retirada do mesmo em relação aos candidatos. Nunca precisou “ir atrás de políticos”, ao contrário, estes é que vinham em busca de sua “ajuda”, apoio e voto. Para ele, a respeitabilidade conquistada de ambos os lados se devia ao fato de oferecer socorro de um lado, e apoio político, por outro, sem nunca haver aceitado contrapartida. Nem dinheiro, nem emprego, nem cargo, etc.

Ao recusar todo tipo de oferta, se isentava de qualquer *obrigação*, subvertendo assim a “ordem”. Ficava livre para decidir a quem direcionar o seu apoio e o voto, e tornava os políticos que solicitavam a sua adesão “seus devedores”. Sendo assim, contrariava a lógica clientelística cuja premissa primordial é a perda da liberdade que “obriga” entrar numa relação de favor (BLANCO, 2014).

Teixeira (1999, p.4) lembra que a estima social é um valor fundamental na esfera política e assinala que nesta esfera “a atribuição de prestígio é um sinal de poder e uma fonte de poder”. No caso de Sr. José, o prestígio era um recurso social (um poder) que não chegou a se materializar em poder político *stricto sensu*, uma vez que afirmou não ter pretensão de concorrer a cargos de natureza política. Ao mesmo tempo, o reconhecimento e o prestígio social lhe fazia sentir importante para a sua comunidade e lhe conferia maior liberdade para ser eleitor (realizar suas escolhas), contrariando aquelas críticas ao clientelismo que tendem ressaltar apenas a falta de agência dos pobres e a sua não-resistência frente às investidas clientelistas.

Esse episódio oferece outra chave de leitura para pensar as representações do voto entre “os pobres” e os atos de resistências contidas na recusa à “ajuda” de políticos, pois como nos lembra Chauí, na ordem democrática:

Os sujeitos políticos não são simples votantes, mas eleitores. Eleger não significa apenas exercer o poder, mas manifestar a origem do poder, repondo o princípio afirmado pelos romanos quando inventaram a política: eleger é “dar a alguém aquilo que se possui, porque ninguém pode dar o que não tem” o que significa que eleger é afirmar-se soberano para escolher”. (CHAUI, 2007, p. 52).

Como ilustra o caso de Sr. José, evitar os “favores pessoais” pode ser um ato de resistência aos vínculos de subordinação que levam empenhar o voto. Durante o trabalho de campo encontrei outros exemplos de atos de resistência a essas relações de trocas com os políticos algumas dos quais que se travestiam no ato de se colocar à “margem da política”.

Como pude observar através da observação direta, o discurso da neutralidade política era também uma recusa à aproximação, era uma forma de evitar a intimidade com o político desencorajando-o de oferecer algo e/ou de pedir o voto. Dessa perspectiva, se definir uma pessoa “neutra na política” ou “por fora da política” era, em alguns casos, também uma conduta moral.

Ao se situarem fora da esfera da política se declarando desinformadas e/ou sem conhecimentos sobre o tema, as pessoas não só evitavam a abordagem de seus pares, evitando conflitos com a vizinhança, como também dificultavam a aproximação de certos políticos ou de cabos eleitorais e, conseqüentemente, dos famosos pedidos de apoio, de voto e da oferta de “ajuda”¹⁸.

Esta forma de conduta, em muitos casos, implicava o recebimento de determinados rótulos. Eu mesma fui advertida para evitar abordar determinadas pessoas supostamente “ignorantes”, “alienadas”, “mal educadas” e “grossas” (rudes) que não gostavam de falar de política, e de fato saí frustrada de uma dessas tentativas. Após explicar a pesquisa que eu estava realizando, a pessoa respondeu rispidamente “eu não tenho nada para falar sobre esse assunto. Eu trabalho para pagar minhas contas e não dependo de político nenhum”, virou-se para o outro lado e foi embora.

Uma moradora da localidade que presenciou a cena advertiu que muito provavelmente o mesmo tivesse pensado que eu fosse uma candidata ou cabo eleitoral em campanha, pois afinal estava no período político-eleitoral.

Ao me deparar com essas distintas formas de conduta e lógicas morais, a aproximação teórica com uma literatura que explicita a centralidade da problematização de certas categorias e fenômenos, foi inevitável. Literatura esta, que enfatiza a importância de estranhar a naturalização dessas categorias e fenômenos, como forma de desvendar os

¹⁸ Durante a estadia no município presenciei o *corpo a corpo* de uma das facções políticas que concorriam às eleições de 2016 em uma das localidades. Essa técnica consiste na caminhada desses políticos pelo bairro em abordagem direta aos transeuntes (eleitores em potencial), e/ou batendo de porta em porta para conversar com as famílias. No entanto, esses grupos sempre possuem uma ou mais pessoas de referência nessas localidades que cumprem o papel de identificar e/ou definir o que os políticos podiam ou não esperar de cada investida. E pude observar uma desses intermediários locais explicando pra um político porque não deveria perder o tempo em bater em determinada casa. Segundo ela, o povo ali *era muito ignorante* não gostava de política e sempre vinha “com quatro pedras na mão” quando alguém tocava no assunto. Portanto, desaconselhou à abordagem com o que ponderou ser “perda de tempo”.

sentidos mais profundos que conformam a dominação política. (BOURDIEU, 1997; BEZERRA, 1999; CANEDO, 2005; OFFERLÉ, 2005; SOUZA, 2010; VÁZQUEZ, 2014).

Partindo desta perspectiva, para uma compreensão aprofundada acerca da relação político-eleitor, mediada por trocas que supostamente implicam ajuda/assistência versus apoio político, me pareceu fundamental apreender empiricamente a concepção do voto, pois como assinala Offerlé (2005) este não pode ser concebido como algo natural, mas sim como um produto de processos históricos e sociais e, portanto, “ser eleitor não tem nada de evidente para grande parte da população”.

Ao contrário do que está naturalizado em parte da literatura acadêmica, as situações apreendidas através do trabalho de campo demonstraram que a privação material está longe de ser definidora de uma única lógica moral. Ou seja, a condição social dos chamados “pobres” não necessariamente determina o que se define como alienação política e que pessoas e/ou grupos classificados como pobres entrem, necessariamente, em relações clientelistas. Farias (2000) assinala que em muitos contextos essa condição, inclusive, pode determinar a ampliação da sua participação política.

É importante dizer que as trocas de natureza clientelista, mais abundantes e nocivas, que implicam no grave desrespeito as chamadas regras do jogo democrático e que, conseqüentemente, comprometem a consecução dos direitos e dos ideais de liberdade e igualdade, estão justamente localizadas na relação entre as elites e os políticos.

Portanto, remeter as trocas entre políticos e população no campo da saúde ao clientelismo político da população pobre, sem contextualiza-las, obscurece o outro lado deste fenômeno, ou seja, aquele referente ao clientelismo político presente e nocivo na elite. O foco na alienação dos pobres, que em tese não sabem votar ou votariam mal, encobre o fato de que há vínculos profundos entre a elite econômica e a política, que não só possibilita a dominação no campo político como torna possível e imperceptível a canalização de recursos públicos, inclusive da saúde, para atender as empresas privadas.

Não só ofusca esse tipo de clientelismo como encobre a sua nocividade, pois permite que os desvios exorbitantes de verbas públicas para atender o interesse privado sejam definidos apenas como corrupção na política, enquanto os “crimes de colarinho branco” sigam ocorrendo e que as políticas públicas na área de saúde sejam influenciadas pelos interesses privados (RODRIGUES, 2014; FONSECA, 2014).

Para Fonseca (2014), o fato das trocas entre a elite econômica e os políticos não serem abordadas da perspectiva clientelista é muito significativo. Ao problematizar a questão, o autor nos convida a repensar as lógicas simbólicas e teóricas que definem o clientelismo como uma “política dos pobres”. Por que a literatura especializada e autores consagrados vêm ao longo do tempo ratificando esta premissa? Carvalho (1997), por exemplo, uma referência no assunto, ao realizar o labor de distinguir conceitualmente o clientelismo, o mandonismo e coronelismo, o descreve nos seguintes termos:

As relações clientelísticas, nesse caso, dispensam a presença do coronel, pois ela se dá entre o governo, ou políticos, e setores pobres da população. Deputados trocam votos por empregos e serviços públicos que conseguem graças à sua capacidade de influir sobre o Poder Executivo. Nesse sentido, é possível mesmo dizer que o clientelismo se ampliou com o fim do coronelismo e que ele aumenta com o decréscimo do mandonismo. À medida que os chefes políticos locais perdem a capacidade de controlar os votos da população, eles deixam de ser parceiros interessantes para o governo, que passa a tratar com os eleitores, transferindo para estes a relação clientelística.

Para o autor, os coronéis perderam sua hegemonia como mediadores entre a população e o governo (políticos), e este passou a tratar diretamente com a população, leia-se a população pobre. Ou seja, por que as trocas de natureza clientelista entre o governo (os políticos) e a elite não tem sido tratada como clientelismo?

Temos visto que tanto nos meios acadêmicos como nos veículos de comunicação, a relação de troca de benefícios materiais por apoio político entre representantes da elite e políticos, além de não ser definida como clientelismo só ganha visibilidade quando associada à corrupção, como ocorreu no episódio da prisão do prefeito do município em 2012.

A discussão que se estabeleceu na época, nem de longe chegou a tocar na natureza dos interesses econômicos da empresa privada de saúde e a sua penetração na política através das relações de troca com os políticos locais (dentre os quais o prefeito implicado). O tema do apoio da empresa privada na campanha dos políticos locais e o êxito da mesma no processo de licitação, posteriormente acusado de fraudulento e que rendeu o benefício de milhões em recursos públicos da saúde não chegou a ser comentado.

Toda ênfase daquele episódio recaía sobre o suposto caráter corruptível da política, e a sua “natureza demoníaca” que pode corromper “pessoas de bem” como a que impeliu o ex-prefeito, na opinião de algumas pessoas, a se envolver em tramas como a que culminou

no caso de corrupção (TEXEIRA, 1999).

Nenhuma menção foi realizada sobre a relação histórica entre os interesses da *indústria da saúde*, e de seus representantes dos mais variados ramos¹⁹, na política e nos políticos. Esse é um tema para outro trabalho de investigação, mas que quando visto de perto expõe vínculos clientelistas no topo da pirâmide social e seus efeitos deletérios para a reprodução de determinados políticos e, conseqüentemente, para a consecução de políticas públicas de saúde desfavoráveis ao conjunto da sociedade e a manutenção de condições precárias de atendimento em saúde e/ou sucateamento dos serviços de saúde já existentes. (ILLICH, 1975; LUZ, 1991; CORADINE, 1997; FOUCAULT, 1999; MACIEL, 1999; BARROS, 2002; GARRAFA et al, 2011; RODRIGUES, 2014)²⁰.

Episódios como o que ocorreu em São Francisco, assim como outros tantos ocorridos em outras partes do país, quase sempre veiculam ideias bastante poderosas no sentido de criminalizar a política e de naturalizar a corrupção na política e, portanto, concorrem para aprofundar o descrédito da população com relação à política, e a crença que política e corrupção são sinônimos e, conseqüentemente, para que parte da população se relacione com a política e com os políticos de forma personalizada (FONSECA, 2014)²¹.

Quando se trata da relação de troca entre políticos e a população pobre, a ênfase quase sempre recai sobre o caráter do político por um lado, e a pobreza e a “alienação” dos pobres, por outro. Esse tipo de relação é quase sempre da perspectiva da anomia e, portanto, referida em tom de denúncia moral. Embora a reputação do político possa também estar em jogo, quase sempre é no pobre, visto como necessitado e alienado que recai a responsabilidade de reproduzir essa relação de clientela.

A investigação empírica tem demonstrado que a descrença na política como ferramenta de promoção do bem comum e de garantia do acesso a direitos, até mais do que

¹⁹ Farmacêutico, de tecnologias médicas, planos de saúde, etc.

²⁰ Um caso bastante emblemático se refere ao do atual ministro de saúde que de acordo com os principais veículos de comunicação nacional, foi eleito a deputado federal com uma campanha política cujo maior doador foi nada menos que um dos donos de uma das maiores empresas de planos de saúde privado. E defende a implantação de “planos populares” como forma de aliviar o sistema público de saúde (ver matéria em anexo 2).

²¹ Para Souza (2010), há um forte processo de banalização da política veiculada na tese da corrupção do Estado (ou da política). Trata-se de uma campanha de desmoralização da política cujo objetivo é naturalizar a ideia de que esta é lócus de corrupção e, portanto, incapaz de concretizar o bem comum, o acesso aos direitos e a igualdade social. Esta ideia acaba de fato se naturalizando quando a população se depara com as inúmeras barreiras (muitas vezes burocráticas) e dificuldades ao tentar acessar esses direitos como, por exemplo, aos serviços públicos de saúde.

a carência material, tende a ser um elemento desmobilizador que, obviamente, impulsiona a população na busca de soluções individuais para o seu problema. Nesse contexto, as relações clientelistas podem emergir como uma “alternativa”, dentre outras, para acessar esses direitos. Como, por exemplo, quando um morador do município aciona um político para conseguir um exame ou qualquer outro atendimento de saúde.

Blanco (2014, p.20) ao citar o trabalho de Nadel (1935) “Nupe State and Community”, nota que as necessidades que empurravam os grupos estudados por ele ao intercâmbio assimétrico com o poder político local, que os colocava numa relação patrão-cliente e, portanto, em um estado de submissão, era uma forma de recrutamento político cuja via era a desativação da resistência²².

Essa chave de leitura joga uma luz interessante para interpretar as formas de dominação no campo da política e, sobretudo, para explicar a dominação velada que se encontra por trás do sucateamento do sistema de saúde público não apenas em São Francisco de Itabapoana, mas também em grande parte dos municípios brasileiros.

Demandas (necessidades) em temas cruciais para a vida pode em alguns contextos ser uma forte via de *desativação de resistência* como sugere o autor. E o campo da saúde pela trajetória em que se constituiu e o poder simbólico que encarna, é sem dúvida um campo fértil para o exercício da dominação política, pois está referido ao cuidado daquilo que as pessoas têm de mais sagrado, a vida, e do seu principal temor, a morte (BOURDIEU, 2007).

A emergência das tecnologias médicas e de questões definidas como higiênico-sanitárias, por si só é uma história de perda de autonomia sobre o corpo e a vida e, portanto, de submissão ao Estado, aos peritos no tema e a chamada indústria da saúde (ILICH, 1975; FOUCAULT, 1999; ORELLANA, 2009; SCLIAR, 2007)²³.

²² Segundo o autor, essa relação resultava da necessidade de proteção por parte de grupos rurais e da necessidade de ascensão social para os grupos urbanos.

²³ Mesmo condições naturais (biológica) como a gravidez e o parto, ao longo desse processo foram sendo transformados em patologia, resultando na perda de conhecimento e controle sobre esse processo natural e sobre o próprio corpo, pela mulher. As parteiras que no passado realizavam um importante labor neste sentido foram criminalizadas e substituídas pelo profissional médico, que monopolizou mais esse domínio da vida. Conjuntamente, cresceu a ideia de controle de natalidade a partir de técnicas de esterilização e, principalmente, os “pobres” considerados pejorativamente com exibindo pouca consciência a esse respeito tendem a ser considerados “procriadores” por excelência e, portanto, essas famílias muitas vezes são pressionadas a recorrer a essas técnicas (realizar cirurgias de laqueadura). Todavia, essas cirurgias geralmente são realizadas conjuntamente ao parto cesariano, que no Brasil só é permitido no hospital público apenas em caso de extrema

Uma análise aprofundada sobre o campo da saúde pública brasileira revela que interesses difusos no campo da política vêm desde sempre inviabilizando a concretização desses direitos na prática, mesmo após 1988 com as lutas e tentativas de democratização da saúde (GARRAFA et al, 2011).

Em municípios definidos como de pequeno porte como é o caso de São Francisco, somente a modalidade de atendimento primário de saúde está permitida (políticas de promoção de saúde e atendimento básico), de acordo com as regras que definem as categorias de atendimento. Segundo tais regras, a maioria dos municípios brasileiros não possui contingente populacional que os permita oferecer os serviços de caráter secundário (ambulatorial especializado) e terciário (hospitalar). Sendo assim, a população tem que buscar atendimento fora (em outros municípios e/às vezes em outras regiões) e/ou em polos regionais onde em tese tais serviços são ofertados²⁴.

Especialistas no tema da saúde tem alertado que essa delimitação têm sido problemática, pois em decorrência disso o atendimento das demandas de saúde que deveria ser exercido como um direito muitas vezes acaba sendo distribuído como forma de dádiva e de reciprocidade - entre políticos de diferentes instâncias governamentais e entre políticos e a população desses municípios (SILVA FILHO, 2011; RODRIGUES, 2014).

Além disso, questões como a municipalização da gestão dos recursos de saúde, que a

necessidade. Mas, contraditoriamente, a história da medicalização do parto trata também da história do amplo estímulo ao parto técnico (cesariano) realizado pela própria classe médica. Desse contexto, surgiu um quadro de perversidade ainda em curso no Brasil, os partos no sistema público são realizados com um forte aspecto de tortura às mulheres que dependem desse atendimento. Não é sem significado que o Brasil é campeão na prática desse tipo de parto (Barros, 2002; Leal & Gama, 2014). Durante a pesquisa de campo ouvi relatos de famílias cuja gratidão aos médicos e políticos estava referida à facilitação desse tipo de procedimento cirúrgico (cessaria mais laqueadura). Segundo esses relatos, muitos médicos atestavam alguma complicação no parto que “justificava” realizar a cirurgia e realizavam o procedimento no hospital público mediante pagamento, que ocorria de modo “velado”. Em uma conversa sobre a *ajuda* de políticos em casos de enfermidade, ouvi uma senhora que concedia entrevista junto com uma de suas filhas assinalar: “Não tem sua tia fulana? Até hoje quando fala no Dr. Beltrano ela chora, pois é muito agradecida porque ele fez o parto e a ligadura dela depois que ela teve a menina mais nova. Isso com a ajuda de Sr. Cicrano (um político da região) que arranhou a cirurgia”. Ou seja, políticos e médicos colaborando no processo de submissão política de famílias através da oferta de cirurgias cesariana e de ligadura de trompas.

²⁴ De acordo com as normas operativas que consolidou a descentralização dos serviços de saúde, isto é, que passou para os municípios a responsabilidade pela gestão e aplicação local dos recursos federais no setor da saúde, em 1990, os municípios com população inferior a 50 mil habitantes não possuíam justificativa para a implantação de unidades de saúde de caráter secundário (ambulatorial especializado) ou terciário (hospitalar). Considerando que 89,4% dos municípios brasileiros possuem até 50 mil habitantes e que dentre estes 70,5% possui menos de 20 mil habitantes, fica claro que há uma concentração muito grande na distribuição dos serviços de saúde no Brasil, inclusive em termos regionais, pois os municípios mais populosos tendem a se concentrar no sudeste (Rodrigues, 2014).

priori parecia um caminho interessante para a democratização da gestão e a melhoria dos serviços desse setor, tem sido fonte de contestação por alguns autores, pois desde a sua implantação na década de 1990 tem demonstrado limitações e deficiências, incluindo aí o uso da saúde como um meio de sustentação para o poder local, associado também às possibilidades de corrupção e de seu uso clientelista (RODRIGUES, 2014).

Em alguns municípios, parte da população associa a vitória eleitoral de alguns candidatos às promessas na área de saúde e as ações que os políticos desenvolvem neste âmbito. Essas ações vão sendo estabelecidas na medida em que profissionais da saúde se inserem na política (formal ou informalmente) e que os políticos lançam mão de uma rede de relações pessoais com profissionais da saúde, que lhes permite conseguir informações privilegiadas e atendimento personalizado.

No entanto, esse tipo de adesão nem sempre é voluntária, às vezes os profissionais da saúde sofrem forte pressão de políticos já consolidados, sendo assim a cooperação entre ambos que pode gerar um atendimento prioritário ou um atendimento atencioso para os seus “apadrinhados”, nem sempre ocorre sem que esteja atravessada por tensões, conforme relatos durante o trabalho de campo.

O uso da saúde como um idioma político e a interferência informal dos políticos no campo da saúde vêm sendo apontado no senso comum e na literatura como uma estratégia eleitoral de caráter clientelista. Um *modus operandi* associado à persistência de um modelo político autoritário e conservador que presente desde os tempos coloniais, coexistiria com ideais e práticas universalistas na cultura política brasileira. E a saúde nesse sentido, um nicho para às práticas clientelistas (NUNES, 1997, VIEIRA, 2002; RODRIGUES, 2014)²⁵.

Ao estudar o clientelismo na saúde no município de Mossoró – RN, Silva Filho assevera que:

A heterogeneidade das demandas por serviços de saúde e as dificuldades de acesso relacionadas, principalmente, a procedimentos de média e alta complexidade redimensiona as relações entre as famílias e a classe política local, desenhando um mosaico de trocas assimétricas ancoradas nas práticas clientelistas e dádivas

²⁵ Rodrigues (2014, p.51), por exemplo, partindo de autores consagrados no estudo da temática como Raymundo Faoro, Victor Leal e José Murilo de Carvalho ao analisar as dificuldades de efetivação do SUS afirma que “apesar de pertencer ao passado político brasileiro, o coronelismo deixou marcas que permanecem até os dias atuais principalmente nas cidades do interior do país, cujas sociedades são menos organizadas, e o completo exercício da cidadania inexistente. O poder local brasileiro, e não só esse, ainda é marcado por características do coronelismo, como o mandonismo, o filhotismo ou apadrinhamento e o clientelismo, que suprem necessidades dos setores mais pobres da população na forma de favores políticos, em troca de votos nas eleições”.

simbólicas que reveste o campo da saúde como um campo sagrado de 'dívida divina' (SILVA FILHO, 201, p.14).

Este autor notou ainda um investimento dos profissionais da saúde no campo da política e de políticos de outras áreas no campo da saúde, fato semelhante ao observado em São Francisco de Itabapoana. E associa a hegemonia de alguns grupos políticos locais ao fato de estarem vinculado a serviços, inclusive, no setor da saúde. E ressalta que a dificuldade de acesso aos serviços oficiais de saúde pública, especialmente no que se refere à burocratização administrativa “induz muitas famílias a buscarem alternativas não institucionalizadas pelo sistema de saúde” (SILVA FILHO, 2011, p.13).

Fragilizadas no que se refere às possibilidades de atendimento de saúde e mediante a atuação de benfeitores neste âmbito, aquelas pessoas (ou famílias) que recebem *ajuda* em situações mais graves e/ou dramáticas ficavam naturalmente gratas. E às vezes se sentiam até mesmo valorizadas, pois mediante a ausência do acesso a esse direito básico é comum às pessoas vivenciarem situações e sentimentos próximos aos de desumanidade²⁶. Diante da inviabilidade econômica para pagar os serviços de saúde privados e da injustiça social representada pela desigualdade frente ao acesso aos serviços públicos, a *ajuda* e a atenção de alguém na resolução desse tipo de necessidade, inclusive pode melhorar a autoestima de quem a recebe.

No entanto, há que se ressaltar que a *ajuda* não é a única saída da população para acessar os direitos, frente ao descaso das autoridades com questões cruciais como à saúde há também protesto e contestação, como informou alguns moradores. Em julho de 2013, por exemplo, o atropelamento de uma senhora em uma localidade do município resultou no protesto dos moradores contra a falta de médicos, falta de um estabelecimento de urgência 24 horas e contra a morosidade dos veículos de emergência- unidade móvel - para o socorro nesses casos.

De acordo com o relato desses moradores, a tentativa de socorrer a mulher acidentada foi frustrada ao se depararem com o posto de atendimento mais próximo fechado. Diante do *desespero* causado por essa situação, os moradores se revoltaram, invadiram o posto,

²⁶ No Brasil, a precariedade dos serviços de saúde geralmente é traduzida por parte da população pobre que depende de atendimento público como sinônimo de maus tratos, *desrespeito* e *desumanidade* do Estado. Segundo pesquisa realizada por Vidal (2003) na periferia do Rio de Janeiro e de Pernambuco, diante do mau atendimento ou da falta de acesso a ele, a população mais pobre manifestava um forte sentimento de *falta de respeito* e *humilhação* e o expressavam em frases como “somos tratados como cachorro”, “eu sou um cidadão, eu mereço respeito”, etc.

quebraram instalações e tentaram queima-lo. Fato que não fora consumado devido à chegada da polícia (ver anexo 5).

Contradizendo os moradores locais, alguns vereadores abordados sobre esse assunto afirmaram que esse episódio havia sido uma atitude isolada de vândalos e opositores à administração municipal como tentativa de desmoralizá-los. E afirmaram que a saúde segundo os seus critérios de avaliação seguia muito bem.

No entanto, *desespero*, *desamparo*, *desrespeito*, *humilhação* e *desumanidade* são sentimentos que acompanham muitas narrativas sobre a necessidade de atendimento de saúde no serviço público não só em São Francisco, atos de protesto como o corrido no município não são novidades, ao contrário, são bastante recorrentes e podem ser observados em outras partes do país (VIDAL, 2003).

Diante de uma necessidade extrema e da impossibilidade de conseguir o atendimento pelas vias formais, a revolta às vezes é inevitável e pode culminar em situações de violência²⁷.

Este pequeno recorte bibliográfico articulado aos dados empíricos não tem como objetivo esgotar todas as possibilidades de análise fornecida pela literatura, mas realizar um esforço inicial para oferecer ao leitor, de antemão, pistas sobre as lentes através das quais analisaremos o objeto de estudo aqui proposto.

Neste item está suposto o alcance das análises realizadas e, obviamente, também as suas possíveis fragilidades e limites. No entanto, a discussão teórica não se resume a esta pequena parte da tese, uma vez que a opção pela perspectiva etnográfica me permite abordar os dados de pesquisa como “uma teoria vivida” (PEIRANO, 2008).

Todavia, esse pequeno fragmento da tese que, inspirado no texto de Marisa Peirano “Etnografia, ou teoria vivida, chamo de “O campo é a vida”: experiência empírica e o diálogo com a literatura” terá cumprido o seu objetivo se em alguma medida contribuir para a problematização de certos supostos hegemônicos presentes na literatura, e oferecer uma abordagem alternativa para pensar essas velhas questões presentes na discussão sobre política no Brasil.

²⁷ “Falta de atendimento em hospital do DF gera revolta e quebra-quebra” (<http://noticias.r7.com/distrito-federal/falta-de-atendimento-em-hospital-do-df-gera-revolta-e-quebra-quebra-18052015>). “Falta de atendimento do Hospital da Criança em São Luís revolta população” (<http://g1.globo.com/ma/maranhao/jmtv-2edicao/videos/v/falta-de-atendimento-do-hospital-da-crianca-em-sao-luis-revolta-populacao/4844023/>); “Falta de médico no plantão revolta moradores de Barra Bonita, SP” (<http://g1.globo.com/sp/bauru-marilia/tem-noticias-1edicao/videos/t/edicoes/v/falta-de-medico-no-plantao-revolta-moradores-de-barra-bonita-sp/2678868/>).

No decorrer do trabalho procuro realizar um esforço contínuo de estranhar o que está naturalizado e apreender o que a primeira vista possa parecer “estranho”, para tentar conferir às ideias e categorias socialmente dadas novos conteúdos e significados, pois fazer etnografia significa, por um lado, duvidar radicalmente e, por outro, *capturar o local* com nos ensina Bourdieu (2014)²⁸ e Brenner (1998)²⁹, respectivamente.

Ao longo da história do próprio conceito de clientelismo no Brasil, o pobre tem sido frequentemente colocado como o *eleitor-cliente*³⁰, o objeto passivo das relações de dominação clientelista. Sendo assim, o clientelismo tem sido uma categoria classificatória e explicativa para determinar as relações de troca entre população “pobre” e políticos, ou seja, daqueles eleitores que privados de certas condições materiais recebem ou recorrem ao apoio e/ou assistência pessoal de um político e, em teoria, empenha o apoio e/ou voto. Nunca o rico empresário ou grupos da elite que através da relação estreita com o poder e com os políticos demandam, por via pública, benefícios econômicos e privilégios para satisfazer seus interesses privados (FARIAS, 2000; FONSECA 2014).

Ao realizar uma crítica contundente à política no Brasil, Demo (2006, p 2-4) assevera que problemas como clientelismo e a corrupção não pode ser explicados pela “alienação política” dos pobres, mas a partir do esquema moral de uma elite usurpadora que governa e “imbeciliza de alto a baixo” subtraindo, monopolizando e concentrando todos os recursos e privilégios, especialmente os econômicos e sociais. E assinala: “hoje sabemos melhor: a violência que vem da pobreza nem de longe é tão virulenta como aquela que surge da elite, porque esta rouba de tudo, desde merenda, bolsa família, até terras e dinheiro públicos”.

Fonseca (2014) em argumento similar assinala que as trocas mais contundentes - em que benefícios públicos, especialmente, o econômico, são apropriados e trocados -, não ocorrem entre políticos e população pobre, mas sim no nível das elites. E essas relações de troca, na maioria das vezes representam diferentes tipos de atos graves e até mesmo crimes,

²⁸ Para o autor a *dúvida radical* se trata de um desafio metodológico das ciências sociais. Grosso modo, significa duvidar das categorias de pensamento e os “problemas sociais” pré-fabricados e questiona-los. Isto é, problematizar categorias e questões forjadas da perspectiva da elite, pois segundo o autor é de onde sai os grandes arquitetos de “questões sociais” que são, geralmente, apropriadas pelas ciências sociais e transformadas em questões sociológicas. Sendo assim, abrir mão de problematizar esses fenômenos socialmente cristalizados, significa sob a aparência de pensa-los contribuir apenas para a sua ratificação ou para dar-lhes existência concreta (BOURDIEU, 2014).

²⁹ Para Brenner, *capturar o local* tem o sentido de apreender o significado das representações e das práticas sociais no contexto mesmo onde estas são produzidas.

³⁰ Termo utilizado por Leonardão (2006) para se referir aos eleitores pobres objeto das trocas clientelistas no município por ele analisado.

como, por exemplo, os “crimes do colarinho branco”, o “tráfico de influência”, “desvios de verbas públicas” etc. No entanto, segundo o autor, essas relações e vínculos dificilmente são abordados sob o prisma do clientelismo. O que parece endossar a ideia de que mesmo nos meios acadêmicos, o fenômeno tem sido concebido como uma espécie de “política dos pobres”.

Embora tenha evitado rotular de clientelista as trocas mediadas pelo contexto de doença e de morte, entre políticos e eleitores no município estudado, a discussão com uma literatura pertinente foi fundamental para apreender e desconstruir determinados conceitos a partir da experiência empírica, uma vez que mesmo recusando a premissa generalizante e economicista de que a privação material condiciona as relações clientelistas no campo da política, reconhecia também que a privação do acesso a determinados recursos que são monopolizados e distribuídos desigualmente, como o acesso a saúde, restringem a liberdade e, portanto, em muitos aspectos propiciam perversamente às relações de clientela e de sujeição política (LEAL, 1997; CARVALHO, 1997; NUNES, 1997; FARIAS 2000; WOLF, 2003; AYUERO, 2001-2004; ALVES, 2006; CUNHA, 2006; LENARDÃO, 2006; SILVA FILHO, 2011; BLANCO, 2014).

Para capturar em profundidade as relações em curso, busquei apreender como pessoas de “dentro” e de “fora” do campo da saúde ao exercer *trabalhos sociais* ou *favores* nesta área se municiavam de recursos sociais (especialmente prestígio e reconhecimento) que podiam ser convertidos em *capital político*³¹. Como eram realizados esses *favores* e/ou *trabalho social* muitas vezes designados como *ajuda* e como essas *ajudas* eram concebidas e vivenciadas pelos indivíduos concretos com suas demandas e necessidades de saúde.

Esse recorte resultou da constatação de que boa parte dos políticos locais estava envolvida com atividades de “assistência” na área da saúde. Fato que me levou a questionar se as atividades no campo da saúde teriam relação com a conformação de determinado quadro político. Isto é, com a ocupação dos cargos de representação no legislativo e executivo municipal. Até que ponto a oferta de atividades/atendimentos informais na área da saúde influenciava no êxito eleitoral daquelas personalidades.

Para alcançar o objetivo proposto busquei mapear a articulação dos políticos e/ou

³¹ Para este trabalho tomo de empréstimo a ideia de *capital político* no sentido empregado por Bourdieu (2007) referindo-me a concentração de recursos que podem ser econômicos, sociais e/ou culturais que possibilitam e legitimam a ocupação de determinada posição de poder no campo da política.

aspirantes à política (os candidatos na eleição 2016) no campo da saúde e como estes concebiam e agiam diante dessas demandas de saúde e fúnebres da população. E, em contrapartida, os contextos em que as pessoas “comuns” situadas na posição de eleitores aceitavam ou solicitavam a *ajuda* dessas personalidades, buscando estabelecer, em ambas as situações, os nexos entre práticas sociais e representações sobre a política no nível local.

E, por fim, analisar como eventos tidos como acontecimentos da vida privada, situações de doença e morte, tomavam uma dimensão pública ao mediar relações tidas como “políticas”. E como tais relações sociais – de cooperação, troca, reciprocidade e/ou conflito -, estabelecidas ou reproduzidas nos contextos de doença e de morte influenciavam nos processos de adesão, apoio político e voto, e podiam lançar nova luz para pensar “as formas assumidas pela dominação” onde a própria ideia de clientelismo é uma delas (CANEDO, 2005, P.477).

1.3 Da experiência nativa ao olhar etnográfico: a pesquisa de campo

Em junho de 2015 cheguei ao município de São Francisco para dar início ao trabalho de campo no contexto da pesquisa de doutorado, exatamente onze anos depois da minha primeira incursão naquele universo social na condição de pesquisadora. Embora transcorrido mais de uma década desde essa primeira experiência, segui em conexão com o lugar e com as pessoas que vivem ali, pois o meu vínculo com o município transcende aquele proporcionado pela pesquisa.

Ao relatar os antecedentes que me levaram a escolha do cenário da pesquisa e o meu envolvimento com este “pequeno mundo”, estarei revelando uma pequena parte de minha própria biografia pessoal. No entanto, ao realizar esse exercício aparentemente banal, busco por em prática alguns ensinamentos antropológicos compartilhados por grandes mestres da área, como o de refletir sobre a própria atividade etnográfica, ou seja, problematizar “o olhar, o ouvir e o escrever” (CARDOSO, 1996, p.15).

Minha relação com o município, mais especificamente com um povoado local, situa-se muito antes das minhas visitas de pesquisa entre 2004-2006. O fato de ter sido moradora desta localidade, desde os primeiros meses da infância até a adolescência, me torna ainda hoje a ser considerada uma espécie de “membro forasteiro da comunidade”. Condição que está

estritamente relacionada ao contexto de inserção da minha presença naquele espaço social. Isto é, o pertencimento por linha paterna a uma das famílias locais.

No entanto, desde os primeiros anos de vida, a qualidade de filha de um nativo (que viveu fora muitos anos) e uma “forasteira”, condicionou a forma como fui incorporada à *comunidade*. O fato de eu mesma haver nascido fora dos limites regionais e de possuir certos laços sociais com um universo externo – padrinhos de batismo pessoas desconhecidas da comunidade - concorria para certa distinção³². Esta condição de pessoa de “dentro” e de “fora” da comunidade me permitiu viver uma experiência singular quando comparada a experiência das demais pessoas “nascidas e criadas no lugar”, expressão usada para marcar a identidade de pertencimento³³.

Por outro lado, os fortes vínculos de parentesco local e outros laços estabelecidos a partir da socialização naquele espaço – relações de amizade e vizinhança –, me permitiram tomar parte daquele universo sociomoral. E foi o que me permitiu vivenciar aquela dupla experiência.

No entanto, em decorrência da minha relação de familiaridade com o mundo externo, alguns moradores costumavam opinar que cedo ou tarde eu deixaria para trás os limites geográficos da *comunidade*. Esse modo de ver se traduziam em comentários realizados na minha presença ou de membros de minha família em diferentes ocasiões, e especialmente quando deslumbrada com as experiências urbanas, narrava parte das minhas peripécias para amigos e conhecidos que viviam na comunidade.

Outro elemento em que as pessoas utilizavam para dar como certo o meu retorno ao lugar de nascença, isto é, à cidade, era a fama de “estudiosa”, uma vez que as condições de estudo após o ensino fundamental no município eram precárias e limitadas. Previsão que se concretizou após eu completar a idade de 15 anos, quando me transferi pra cidade para realizar os estudos secundários. A partir de então, o município passou a ser o lugar onde eu retornava apenas em período de férias para visitar os familiares que ficaram.

³² Isto é, os laços de parentesco pela linha materna fora dos limites da localidade e também de compadrio, uma vez que os meus padrinhos de batizo eram do Rio fiquei “excluída” de um importante vínculo entre as famílias da localidade.

³³ Mesmo o meu pai que era considerado um membro integral da comunidade, o fato de haver morado muitos anos fora levava a ser chamado de *carioca* pejorativamente por alguns vizinhos. E eu, muitas vezes, de carioquinha. Especialmente quando retornava do Rio, destino certo nos meses de férias durante toda a infância/adolescência.

O fato de ter sido socializada desde os meus primeiros anos de vida naquele ambiente social possibilitou que estivesse completamente familiarizada com *as pequenas políticas do cotidiano*, no sentido de saber me mover socialmente naquele espaço (BAILEY, 1971). Enquanto a minha condição *liminar* me permitia enxergar também através de outras lentes e questionar modos de ser e de ver o mundo, naturalizadas no cotidiano daquela *comunidade* (TURNER, 1974; VAN GENNEP, 1978).

Foi a partir do confronto entre essas duas identidades “de dentro” e “de fora” que surgiu o primeiro “fato etnográfico”, isto é, o objeto de estudo que deu origem a minha dissertação de mestrado (PEIRANO, 2008). A experiência vivida possibilitou tomar um recorte da vida como objeto de análise e problematizá-lo (GARCIA JR., 1989).

Foi assim que em 2004 retornei ao lugar desta vez não para visitar parentes, mas na condição de pesquisadora. Diante da notícia que eu estava realizando um estudo na localidade, passei a ser alvo de comentários do tipo “a filha mais velha do Grivaldo (meu pai), neta do Julico (meu avô paterno) que estuda lá pro lado do Rio está fazendo um livro sobre as coisas antigas do lugar”³⁴.

Talvez pelo fato de ter sido vista como uma ex-moradora escrevendo um livro sobre as coisas antigas do lugar, a coleta de informações e a concessão de depoimentos e entrevistas ocorreu sem maiores dificuldades. Além disso, minha condição como alguém “de dentro” ampliou bastante as possibilidades etnográficas, pois lidavam de forma natural com a minha presença e minha participação em eventos e espaços sociais da comunidade. Além disso, presenciei conversas sobre temas polêmicos que certamente seriam matizados ou mesmo censurados ante a presença de um pesquisador desconhecido. Quando no decurso de uma conversa considerada inapropriada para vir a público, alguém se recordava que eu estava realizando uma pesquisa dizia em tom jocoso: “temos que ter cuidado com o que falamos na frente dela, porque tudo vai para o caderninho e daqui a pouco sai no livro”.

Esta “antropologia feita em casa”, paradoxal por subverter os preceitos iniciais do trabalho etnográfico (a etnografia do “estranho”, do “exótico” de sociedade distinta do pesquisador), tampouco seria possível sem uma “domesticação teórica do olhar” (PEIRANO, 2008; CARDOSO, 1996.). A condição de pesquisadora “nativa” embora exigisse um esforço

³⁴ Esse tipo de comentário eu ouvi de um ancião da comunidade quando o abordei para uma entrevista. Ele disse “Ah, você é a neta do Julico que estuda lá pro lado do Rio que está fazendo um livro sobre as coisas antigas do lugar?”.

maior de distanciamento é também um desafio que pode ser superado através do treinamento antropológico.

Cardoso (1996, p.15) assinala que a apreensão do objeto depende da bagagem teórica e do itinerário acadêmico, pois estes “formam nossa maneira de ver a realidade” quando chegamos ao campo de pesquisa. Portanto, seja qual for o objeto este não escapa ao esquema conceitual internalizado através da formação do pesquisador.

Dessa perspectiva, o desafio imposto por uma pesquisa “feita em casa” poderia ser superado através do aprendizado teórico que permite desenvolver o chamado “olhar etnográfico”. Ou seja, um olhar que permite visualizar o “exótico” não apenas com curiosidade ingênua, mas, ao contrário, “sensibilizado pela teoria disponível”. E informado por esta teoria e treinamento antropológico pudesse olhar o familiar com estranheza e certo distanciamento.

Diante dos dilemas enfrentados antes de me aventurar como “pesquisadora nativa”, nas duas experiências de investigação no município, busquei alento nos ensinamentos de Evans-Pritchard (2005), para quem a pesquisa de campo é sempre uma experiência singular cujo êxito depende apenas de duas questões fundamentais, o acúmulo de conhecimentos teóricos e uma boa dose de bom senso.

Desde que nosso objeto de estudo são os seres humanos tal estudo envolve toda nossa personalidade – cabeça e coração; e assim tudo aquilo que moldou aquela personalidade está envolvido, não só a formação acadêmica: sexo, idade, classe social, nacionalidade, família, escola, igreja, amizades e assim por diante” (EVANS-PRITCHARD, 2005, p. 244).

Tomando de empréstimo esta perspectiva, em junho de 2015 cheguei ao município para iniciar o novo trabalho de campo. Desta vez com o objetivo de apreender o funcionamento da política a partir do recorte já mencionado. Também dessa vez, o vínculo com o lugar sem dúvida se configurou em uma vantagem sobre a qual eu não podia prescindir.

Mesmo antes da minha chegada física ao município lancei mão de informações fornecidas por amigos e parentes muitas vezes realizadas por telefone ou através das redes sociais. E pude contar com o depoimento de muitas dessas pessoas após minha chegada, pois as mesmas se dispuseram a continuar colaborando. E, conseqüentemente, abriram as portas de

suas casas, memória e coração para revelar suas próprias histórias, seus dramas, suas experiências e seus conhecimentos acerca do tema abordado.

Eram histórias de trocas, cooperação e conflitos, sobre expectativas superadas e frustradas, sobre dívidas de gratidão e mágoas, trajetórias de vida, visões de mundo, esperanças e desilusões, especialmente no que se refere ao âmbito da política. Muitas vezes essa abertura tinha como motivação o espírito da *ajuda*. Isto é, *Ajudar* “a filha do falecido Grivaldo” que retornara ao município para realizar mais um trabalho para a faculdade, como algumas vezes as pessoas se referiam a minha atividade de pesquisa.

Apesar da familiaridade com o lugar e com as pessoas, a entrada no campo propriamente dita sempre se trata de uma experiência nova, como afirma Evans-Pritchard (2005). No âmbito deste trabalho, isso significou também entrar em contato com uma parte desconhecida do município e estabelecer novas redes de contato, retomando, pois, em muitas circunstâncias, a condição exclusiva de pesquisadora forasteira.

Em termos territoriais o município de São Francisco de Itabapoana é o segundo maior município do estado do Rio de Janeiro. Está dividido em três distritos, e cada um deles comportam um conjunto de localidades³⁵. Muitas dessas localidades estão situadas relativamente distantes da sede municipal e desprovidas de serviço público de transporte, o que torna a mobilidade entre elas e a sede algo bastante complicado.

No entanto, o parentesco com moradores locais, pessoas *nascidas e criadas*³⁶ ali e que ainda permaneciam no município, em muitas circunstâncias conferiu vantagens à pesquisa. Tive acesso a informações preliminares e, muitas vezes privilegiadas junto à própria rede familiar. Informações que ao longo da pesquisa puderam ser verificadas e/ou contrastadas. Sem dúvida, a mediação desta rede já estabelecida foi crucial para conseguir

³⁵ 1º Distrito: sede - cidade de São Francisco de Itabapoana. Principais localidades: Volta Redonda, Bom Jardim, Ponto de Cacimbas, Aroeira, Santo Antonio, Estreito, Macuco, Pingo D'água, Praça Imaculada, Morro Alegre, Santa Rita, Imburi de Cacimbas, Maribondo, Floresta, Florestinha, São Diogo, Campo Novo, Gargaú, Muritiba, Cacimbas, Sossego, Santa Clara, Funil, Espiador e Boa vista Italiana.

2º Distrito: sede Barra de Itabapoana. Principais localidades: Travessão de Barra, batelão, Praça da Fé, Guarixima, Tatagiba, Guriri, Brejo grande, canto do Junco, Caçador, Amontoado, Santa Terrinha, Máquina, Morro do Bode, Lagoa Feia, Coréia, Boa Esperança, Maguinhos, Guaxindiba, São Pedro, Bom Lugar e Faxina.

3º Distrito: sede Praça João Pessoa. Principais localidades: Santa Luzia, Valão Seco, Carrapato, Vilão, Deserto Feliz, Imburí de Barra, Floresta de Barra, Ladeira das Pedras, Quatro bocas, Calderão, Muritiba, Alegria dos Anjos, Quilombo, Muribeca, Aldeia, Areia Dourada, Santo Amaro e São Paulinho. (ACRUCHE, 2002)

³⁶ Expressão muito utilizada no município para distinguir as pessoas do município, naturais do município em relação às que vieram de “fora”. Sendo assim, é muito comum durante uma conversa, ao ser interrogado sobre o conhecimento acerca de alguém, o seu interlocutor vir a responder “O fulano? Conheço sim, ele (a) é nascido e criado aqui”.

contatar informantes desconhecidos de outras localidades.

Todavia, o parentesco local também impõe ao pesquisador o domínio de certa etiqueta, e a se defrontar com restrições (dificuldades) e com certa ambiguidade. Há alguns episódios dessa experiência que talvez valha a pena compartilhar, pois ainda que a minha presença no município se tratasse de uma visita de trabalho e não de uma visita familiar, em muitos momentos tive que cumprir uma agenda de eventos sociais para não romper com o equilíbrio das relações com os parentes.

Antes mesmos de chegar ao município tinha convite para almoços, para eventos religiosos e/ou algumas festividades. Assuntos como minha hospedagem no município foi preciso ser negociada, pois três familiares distintos já me haviam aberto a porta de suas casas. Para a resolução desse impasse utilizei o vínculo de compadrio que eu possuía com uma dessas famílias para justificar a escolha da hospedagem. No entanto, essa solução não me eximiu do “dever” de visitar e aceitar outros convites. Ao fim e ao cabo essas atividades se tornavam também oportunidades importantes para a pesquisa.

Nessa disputa sutil para oferecer hospedagem notei que estava em jogo não apenas a costumeira hospitalidade, mas havia também uma disputa velada que fui tomando conhecimento ao longo da estadia. O fato de receber visitas de parentes vindos “de fora” e/ou de personalidades locais conferia a quem os recebe certa distinção social. Notei que as senhoras das localidades falavam com satisfação o labor realizado para receber determinadas visitas ou para tornar a estadia dessas pessoas algo agradável. Como, por exemplo, a organização da casa e/ou a preparação de comidas para recebê-las e/ou compartilhar com elas durante a estadia (dentre outras coisas a confecção de bolos e outras guloseimas que as pessoas geralmente preparam apenas em ocasiões mais especiais como o recebimento de uma visita, por exemplo)³⁷.

Notei que quanto maior a personalidade do hóspede ou da visita, maior a distinção de quem o recebe, as pessoas se sentiam importantes e valorizadas ao serem visitadas. Isso

³⁷ Durante a estadia observei que a minha anfitriã (uma tia pela linha paterna) fazia questão de comentar perante as pessoas que eu desconhecia “esta é a minha sobrinha que estava estudando no exterior (em função do estágio de doutorado sanduíche que eu havia acabado de realizar), está passando uns dias aqui em casa. Veio fazer um estudo aqui na região para o doutorado dela”. E quando em algum momento eu intervi assinalando que em minha opinião era desnecessário aquele tipo de comentário, ela me disse “Não, tem que mostrar que você é uma pessoa importante, assim as pessoas vão até te dar entrevista com mais boa vontade”.

ficou bastante evidente em 2016 durante o período político-eleitoral, quando notei que uma parte significativa das pessoas fazia questão de comentar as visitas que recebiam de políticos e personalidades (prefeito, vice-prefeito, vereadores, etc.), mencionar o que haviam preparado para recebê-los e as trocas de gentilezas proporcionadas durante a visita (elogios à família, etc.). Em tempos de redes sociais, tive a oportunidade de visualizar fotos de algumas dessas visitas expostas orgulhosamente no facebook.

No que se refere à hospedagem, no fim das contas a escolha do lugar foi bastante oportuna, pois a residência estava localizada às margens da rodovia principal, a rodovia que corta o município e liga as principais localidades dos distritos à sede municipal. O ponto de ônibus e o principal comércio local ficavam a poucos metros de onde eu estava hospedada. Essa localização não só facilitou a mobilidade como também o acesso às informações, pois descobri que este comércio era um ponto de referência importante no que se referia à circulação de pessoas e de notícias.

Lançando mão da localização privilegiada iniciei o trabalho de campo propriamente dito a partir de uma “conversa de bar”. Isso porque quando alguém passa em frente a este comércio (que funciona como mercearia e bar ao mesmo tempo) dificilmente passa despercebido e com bastante frequência pode ser abordado por alguém. Foi exatamente dessa maneira que comecei acessar informações tão logo desembarquei na localidade.

Assim que desci do ônibus e cruzei a rodovia visualizei um parente que comprava algo no bar e conversava com outras pessoas. Ao parar para cumprimenta-lo tive que explicar-lhe o motivo da visita e, portanto, colocar-lhe a par do trabalho de pesquisa que eu iria desenvolver no município, pois não apenas estava curioso como a minha chegada como os demais frequentadores do bar que pararam para prestar atenção a nossa conversa.

A curiosidade com a minha chegada estava relacionada ao fato de haver chegado em uma época imprevista (não festiva). A minha presença teria provocado menos curiosidade se houvesse chegado em épocas marcadas do ano para as quais os “de fora” são esperados como, por exemplo, no período de férias, um feriado especial como semana santa, se fosse véspera de alguma das principais festas locais (Festival do Maracujá, Exposição Agropecuária, Dia de finados, dentre outras), por ocasião de uma boda, para participar de algum funeral ou se fosse dia de eleição/votação.

Durante essas festividades ou acontecimentos, o município costuma receber muitos

ex-moradores que retornavam às suas localidades de origem para participar desses eventos. Os moradores locais, por sua vez, nos dias que antecediam esses eventos estavam sempre trocando informações a respeito da visita desses parentes. Sendo assim, se a chegada de alguém que mora “fora” coincidissem com um ou outro desses eventos, quase sempre tinha a própria visita associada automaticamente ao evento em tela.

No entanto, as visitas “fora de época” ou no período político-eleitoral produziam suspeitas e curiosidade bem maiores. Essas visitas costumavam a ser alvo de muito interesse. Saber o motivo da visita era o objetivo da grande maioria dos moradores. Sem essa informação se produzia todo o tipo de conjectura e que, posteriormente, alguém buscava as informações para confirmá-la. As suspeitas acerca dessas visitas podiam ser as mais variadas, dependendo de cada caso e pessoa, e iam desde a possibilidade de migração de retorno, passando pela resolução de problemas/pendências familiares ou realização de negócios, às vezes diziam respeito à suspeitas de “fuga” ou de tentativa de “esconder-se” de algo “errado” realizado na cidade ou até mesmo a desconfiança que o “de fora” estava em busca de vantagem pessoal junto aos políticos locais, quando se tratava de período político-eleitoral.

Como o início de minha pesquisa de campo não coincidia com nenhuma das festividades relatadas, como era de se esperar a curiosidade sobre a minha presença era evidente e se manifestou tão logo cheguei à localidade. Assim que iniciamos a conversa no bar, notei que a atenção das pessoas presentes no recinto se voltou diretamente para nós. Em questão de poucos minutos, essas pessoas - vizinhos, amigos e conhecidos de meu parente - não só ouviam a conversa como interferiam e dialogavam conosco.

Esse episódio que em outro contexto certamente causaria certo desconforto, no final das contas se tornou uma oportunidade ímpar para iniciar o trabalho de campo, pois ao saber que eu estaria realizando uma pesquisa sobre a política local, imediatamente fui recebendo sugestões de nome de personalidades da política com seus respectivos endereços (localidade que viviam) e/ou referências que na opinião de meus interlocutores poderiam ser úteis ao meu trabalho.

Tratava-se basicamente de políticos aposentados, lideranças comunitárias (presidentes de associações), ocupantes de cargos de confiança no serviço público municipal e de pessoas que embora não tivessem nenhum tipo de relação formal com a política, eram

concebidas como pessoas bem informadas e/ou interessadas no assunto.

Com base no *conhecimento comum* forneciam informações pormenorizadas sobre a rotina e a vida dos entrevistados em potencial. E, inclusive, sobre a viabilidade e as dificuldades que eu poderia enfrentar para conseguir as informações pertinentes³⁸.

Sem dúvida este encontro fortuito no bar foi fundamental para a pesquisa e marcou o início formal do trabalho de campo, ainda que o processo de pesquisa tivesse iniciado muito antes da chegada ao município, pois os contatos anteriormente estabelecidos e os fatos previamente observados no contexto do mestrado e através do contato ininterrupto com pessoas locais possibilitaram levantar informações preliminares valiosas antes de iniciar o campo propriamente dito.

Vale ressaltar ainda que o bar em questão teve uma importância sociológica ímpar para o levantamento de informações, pois sendo um espaço de sociabilidade por excelência, e de passagem para aqueles que visitam ou circulam pela localidade, isso favoreceu escutar e participar de conversas bastante significativas sobre diversos temas da vida cotidiana e, inclusive, sobre as experiências políticas locais.

O estabelecimento que também foi parte concreta de minha experiência de pesquisa, durante o dia funcionava como uma espécie de mercadinho local. Era frequentado por pessoas de todas as idades e sexo, desde crianças *fazendo mandado* ou comprando alguma guloseima para levar para a escola, passando por senhoras idosas em busca de um carretel de linha para suas costuras ou mesmo uma barra de sabão para lavar roupas, até homens e mulheres que passavam para realizar compras da semana ou simplesmente comprar um ou outro item que faltava na dispensa familiar.

Este e outros estabelecimentos do gênero, que eu tive a oportunidade de verificar, normalmente vendem na modalidade à vista ou no crédito, porém esta modalidade não se tratava de comprar no cartão, mas sim na modalidade *fiado no caderninho*³⁹. As idas e vindas

³⁸ Com base no conhecimento comum meus interlocutores revelavam não só as dificuldades que eu poderia encontrar como me advertiam sobre as informações que eu poderia receber. Um deles revelou: “Ah tem o Sr. Antônio lá de Buena. Ele é muito antigo na sua comunidade e também é bastante envolvido com política por lá. Parece que é presidente da associação, só tem um problema, é pescador também e o que não falta são histórias para contar, fala pelos cotovelos e joga muita conversa fora, muita coisa você vai ter que filtrar. (risos)”.

³⁹ Trata-se de um caderno de clientes locais onde são anotadas as dívidas das compras realizadas pelo cliente ao longo do mês. O pagamento do montante é realizado geralmente no final do mês ou em outra data previamente combinada com o dono do estabelecimento.

ao bar eram também momentos de encontro e troca de informações entre clientes, entre si, e com os donos do estabelecimento. Estes, por sua vez, estavam todo o tempo se atualizando através dos clientes habituais e do contato frequente com representantes comerciais e entregadores que passavam por ali durante o dia indo ou vindo de outras localidades do município e/ou da redondeza.

No entanto, ao cair da noite o bar se transformava em um ambiente essencialmente masculino (de sociabilidade masculina). Lugar para jogos de carta, jogos de bilhar e outras atividades consideradas próprias do universo masculino, portanto “interditado” às mulheres e considerado um ambiente impróprio para elas. Ou pelo menos para as “mulheres direitas”⁴⁰. Basicamente a única mulher que frequentava o bar no período noturno era a esposa do proprietário, pois trabalhavam juntos no estabelecimento. E mesmo ela, no turno da noite atendia durante curto espaço de tempo, apenas para substituir o marido quando este necessitava ausentar-se para realizar alguma atividade (como tomar banho, por exemplo).

Há que comentar que o meu parentesco com os donos deste bar facilitou a observação neste ambiente, porque eu era vista como uma visita dos proprietários e, portanto, minha presença algumas horas do dia e momentos da noite era vista com certa naturalidade. Sendo assim, pude acessar certos acontecimentos e muitas conversas sem causar maior estranheza, a partir dessa condição privilegiada.

A boa localização deste estabelecimento me possibilitou realizar observações importantes durante o período político-eleitoral 2016, pois se tratava de parada obrigatória para cabos-eleitorais e políticos que passavam fazendo campanha. Foi a partir das observações ali realizadas que tive acesso às informações sobre as apostas realizadas sobre as disputas entre os candidatos locais. Isto é, sobre o fato de alguns frequentadores apostarem dinheiro, entre si, nos candidatos que acreditam sair vencedores das eleições.

Sendo assim, posso dizer que foi a partir de uma “conversa de bar” que iniciei a minha primeira atividade de pesquisa propriamente dita, no contexto deste trabalho de campo. Naquele ambiente social encontrei pessoas dispostas, no primeiro momento, a colaborar com a pesquisa e a me oferecer as primeiras informações e sugestões que

⁴⁰ Estava muito mal visto a presença de mulheres no recinto, algumas poucas que apareciam de vez em quando tinham má reputação na comunidade. Quando necessita comprar algo a noite, as mulheres o fazem através dos maridos ou filhos homens (na falta destes alguma criança, quando menina geralmente a mulher fica do outro lado da rua, guarda certa distancia ritual enquanto observa). Às vezes Somente em caso de extrema urgência e na falta destes, uma ou outra mulher aparecem apressadas para comprar o que necessitam.

permitiram que eu avançasse com a pesquisa.

Embora a pesquisa de campo já estivesse em curso, a primeira entrevista formal propriamente dita, ocorreu na manhã seguinte a minha chegada ao município por sugestão de meus interlocutores. Essa primeira entrevista foi realizada com um dos políticos identificados como mais antigo do município. E se tratava de ninguém menos do que o personagem que havia protagonizado o discurso “utilizando” a memória dos mortos no comício observado durante o trabalho de mestrado em agosto de 2004.

Ao chegar ao endereço do referido político fui recebida por um dos seus filhos que garantiu “ah ele vai gostar de te receber, porque esse é um assunto que ele entende e gosta muito de debater”. Em fração de minutos o próprio político apareceu sorridente, embora um pouco desconfiado. Desconfiança que se dissipou tão logo eu o situei em relação ao meu parentesco local e em seguida ao meu trabalho.

Diante das minhas explicações, o político não só revelou ter um amplo conhecimento de minhas raízes locais (conhecia todos os meus parentes nominalmente), como também se recordou ter-me visto alguma vez quando era criança.

Ao ativar a memória sobre aqueles tempos pretéritos, recordei uma antiga fotografia de família que guardava relação com aquele personagem. Tratava-se de um registro fotográfico realizado em setembro de 1978, na casa dos meus avós paternos, quando o referido político passou por ali para fazer o título eleitoral da minha mãe, que na época era o mais novo membro da família e ainda não possuía o documento⁴¹.

Embora ele próprio não se recordasse desta fotografia em particular, comentou com aparente satisfação que havia mantido uma grande amizade com os meus avós paternos e com todo o restante da família. E para comprovar sua familiaridade citou nominalmente o

⁴¹A lembrança daquela fotografia me motivou a buscar informações a respeito. Comecei por telefonar para minha mãe para buscar explicação sobre ela. Segundo sua narrativa, havia sido feita em setembro de 1978, ocasião em que o referido político fora à casa dos meus avós paternos exclusivamente para fotografá-la. O propósito era o de fazer o título eleitoral (que segundo ela, o político fazia muito isso naquela época), pois sendo ela forasteira e que ainda não possuía o documento eleitoral teria dificuldade para tirá-lo uma vez que o cartório eleitoral era em São João da Barra que era uma viagem contramão para fazer. Na ocasião o político havia aproveitado para fazer aquele registro fotográfico para deixar de recordação. O ano em que a fotografia foi tirada (e, portanto, da confecção do documento eleitoral) coincide com eventos importantes do ponto de vista da história política nacional, isto é, as eleições gerais no contexto da chamada abertura “lenta, gradual e segura” no governo Ernesto Geisel.

nome dos meus cinco tios (e seus cônjuges) que ainda residiam no município, demonstrando ainda que conhecia um pouco de suas biografias (em que trabalhavam, onde residiam, etc.).

Curiosamente, todas as suas recordações do período em que atuava ativamente na política estavam referidas a ideia de *política da amizade*. Esta foi a primeira vez dentre muitas outras que ouvi esse tipo de referência, pois o tema esteve presente durante toda a conversa e apareceu também em todas as outras entrevistas realizadas (assunto que abordarei em outro capítulo).

Após um longo período de conversa sobre a política local e sobre a sua própria trajetória, como farmacêutico e político, ele ponderou: “falamos sobre os dois assuntos que eu mais gosto, política e medicina”.

Ao fim desta entrevista estava munida de informações reveladoras sobre o objeto a ser apreendido e de pistas importantes para novas entrevistas e observações. A partir daí saí no encalço de outros nomes previamente sugeridos e anotados no dia anterior, mas a cada entrevista recebia também novas sugestões dos próprios entrevistados.

Nesse sentido, segui conciliando as sugestões de meus interlocutores com a abordagem aleatória nas localidades onde eu passava, porque as sugestões de nome quase sempre estavam referidas a pessoas consideradas “entendidas” no assunto, aquelas previamente identificadas como possuidoras de *competência social* para falar sobre o tema (BOURDIEU, 2007). Ou seja, os “profissionais da política” local, pessoas com vínculo estreito com o universo da política *stricto sensu*. E o meu objetivo era o de coletar as distintas perspectivas, especialmente, daquelas pessoas cuja demanda por serviços de saúde as haviam colocado em relação com personalidades da política local.

Com este objetivo circulei por todos os distritos e percorri diferentes localidades. Algumas vezes tive que realizar trajetos difíceis por estradas de chão e, outras vezes, foi necessário recorrer à companhia de um morador local como precaução, pois as estradas e caminhos margeados por plantações estavam total ou parcialmente desertos e, portanto, ofereciam certa dificuldade para alguém que não estivesse familiarizado com os símbolos locais, que demarcavam as direções para os diferentes povoados.

Nesse giro pelo município tive a oportunidade de conversar e encontrar pessoas (donas de casa, comerciantes, ambulantes, agricultores, funcionários municipais,

professores, enfermeiros, etc.) em diferentes espaços sociais. Muitas delas abriram a porta de suas próprias casas para me receber, alguns políticos em seus gabinetes, algumas em seus escritórios ou balcões de seus estabelecimentos, na câmara municipal (políticos) e muitas delas eu encontrei na praça da cidade, nos bares das diferentes localidades, nos pontos de ônibus ou nos trajetos realizados entre uma localidade e outra.

A maioria dessas pessoas me recebeu hospitaleiramente e se mostrou solícitas em conceder entrevista, embora algumas tentassem se esquivar dizendo que não gostava de falar sobre o tema ou que estava “por fora da política”. Mesmo estas, ao fim e ao cabo acabavam revelando um ou outro detalhe de eventos do universo político local e a sua forma específica de conceber aquele universo.

Cada conversação formal ou informal e a cada atividade de observação direta foram momentos singulares de aprendizado e repletos de significado. Entretanto, um episódio, em particular, que resultou de uma das entrevistas foi bastante significativo e revelador.

Sucedeu-se após finalizar uma excelente entrevista com um funcionário da saúde que trabalha no hospital municipal. Depois de debater longamente sobre a relação entre o seu trabalho na saúde e a interferência dos políticos locais em favor de “amigos”, conhecidos e apadrinhados, o meu interlocutor sugeriu que o acompanhasse durante o almoço, pois assim teria a oportunidade de conversar com outras enfermeiras e técnicos de enfermagem e ouvir também outros depoimentos.

Este convite a princípio promissor causou grande constrangimento tão logo chegamos ao lugar indicado. Após eu ser apresentada para as três enfermeiras que estavam à mesa, conversando animadamente, um silêncio sepulcral tomou conta do ambiente e a partir de então se notava apenas troca de olhares cúmplices entre elas.

Ao passo que eu segui tentando explicar o objeto de minha pesquisa e o interesse que tinha em entrevista-las, elas se mostravam visivelmente incomodadas e seguiam entreolhando-se sem levantar os olhos em nossa direção. Ao notar a mudança no comportamento das colegas, o enfermeiro que me acompanhava tratou de intermediar o assunto explicando não se tratar de uma auditoria, muito menos de uma investigação policial ou jornalística. No entanto, apesar de comentar que ele próprio já havia concedido entrevista, ambas se recusaram a falar, se levantaram bruscamente e saíram antes mesmo de terminar a refeição, argumentando que a pressa se devia a quantidade de trabalho

acumulado e problemas que tinham para resolver naquele dia. Algo que foi contrariado pelo enfermeiro que me havia acompanhado.

Diante deste visível mal-estar, meu interlocutor justificou a atitude de suas colegas pela dependência aos seus “empregadores” (determinadas figuras da política local). Segundo ele, se tratava de funcionárias contratadas e, portanto, tal comportamento expressava o medo de perder o emprego, inclusive, porque uma delas possuía um cargo de confiança.

Curiosamente, minutos depois das três mulheres terem saído do recinto, uma delas retornou para se desculpar. Segundo a sua narrativa, havia reagido daquela maneira por coerção de uma das colegas (a que possuía o cargo de chefia/confiança), revelando, pois, que chegara a ser golpeada pela mesma por debaixo da mesa para não falar. Após expor sua justificativa voltou rapidamente para o hospital, antes que as outras desconfiassem do seu sumiço, porém antes de se retirar revelou a pressão que vinha recebendo de alguns políticos locais que se intrometiam no trabalho para garantir o atendimento a seus eleitores (referidos por ela também, como “apadrinhados”).

A intromissão desses políticos se traduzia em cobranças, queixas e controle sobre o trabalho dos funcionários da saúde cuja finalidade era atender e *agradar* aliados e correligionários, garantindo-lhes tratamento diferenciado. Esta revelação coincidia com as informações concedidas também por seu colega de trabalho.

O episódio com as enfermeiras confirmou logo no início do trabalho de campo que ademais da cooperação necessária com os profissionais de saúde, para promover as atividades de “assistência”, havia também uma tensão permanente entre esses profissionais (funcionários) e os políticos. Que se traduzia na resistência de alguns profissionais “concursados” diante dos pedidos ou exigências de atendimento diferenciado, e em estado de profunda subordinação no caso daqueles que “deviam favores” a essas personalidades, ou seja, aqueles (as) cujo emprego no serviço público estava subordinado a um *favor* do político, não só não tinham liberdade para contrariar os seus pedidos como se sentiam completamente paralisados (acovardados) diante de qualquer possibilidade de falar sobre o assunto, conforme evidenciou o comportamento das referidas enfermeiras.

CAPÍTULO 2 - “ISSO AQUI ERA UM LUGAR QUE NÃO EXISTIA NO MAPA”: O MUNICÍPIO E A SUA CONFIGURAÇÃO POLÍTICA LOCAL

Neste capítulo procuro descrever o cenário da pesquisa a partir da emancipação municipal, enfatizando o papel marginal ocupado pelo município no contexto regional, papel este que se expressa no rótulo de “primo pobre” e repercute ainda hoje na sua organização política, econômica e social. Após situar o município e descrever as principais questões que culminaram na sua emergência como uma unidade política-administrativa, procuro apresentar alguns processos de transformação socioeconômicos que acompanharam também o processo de estabelecimento da organização política local. Como, por exemplo, a conformação de alianças e os conflitos que foram se constituindo a partir da primeira disputa política-eleitoral, e os arranjos que se conformavam a cada pleito, após a emancipação municipal até a atualidade, sinalizando as contradições existentes.

Algumas das principais características da política local se evidenciaram. Ao descrever esse panorama, tais como a presença de uma pequena elite local no monopólio do executivo e a existência de vínculos partidários pouco duradouros, que sinalizavam para a existência de outras formas de inserção na carreira política, uma vez que no que se referia à ocupação das vagas no legislativo, o fator herança política familiar estava menos evidente.

Em contraponto com a predominância dessa elite na gestão municipal, outras formas de ascensão política começaram a se desenhar, possibilitando que “candidatos novatos” entrassem na competição eleitoral e ocupassem as vagas no legislativo municipal. Notadamente, o prestígio resultante da assistência informal na saúde vai projetando outros políticos no cenário local. No entanto, para apreender o processo de aquisição de prestígio por essa via, foi necessário, sobretudo, apreender o ponto de vista local sobre o tema e como a concepção que as pessoas tinham sobre essa assistência se expressava no idioma local. Sendo assim, finalizo esse capítulo apresentando ao leitor a diferença entre *ajuda*, *favor*, *trabalho social* e a ideia de *amizade*.

2.1 De “sertão” sanjoanense à cidade de São Francisco de Itabapoana

A frase que intitula este capítulo, retirada do livro “Apontamentos para a história de São Francisco de Itabapoana” (ACRUCHE, 2002), faz parte do repertório de lembranças que a população local possui da época anterior à emancipação municipal. Alguns moradores locais, entrevistados durante o trabalho de campo, quando rememoravam aquela época, a descreviam exatamente assim, embora sequer tivessem conhecimento da existência do livro acima citado.

A referência ao município como “um lugar que não existia no mapa” retratava segundo a fala dos informantes, o sentimento de isolamento político que haviam experimentado durante o tempo em que São Francisco do Itabapoana possuía o status de *sertão* de *São João da Barra*⁴². Uma época em que a região pertencia àquela comarca e que a comunicação entre sede e *sertão* era bastante complicada, ambas estavam separadas geograficamente pelo Rio Paraíba do Sul e pela cidade de Campos dos Goitacazes, o que dificultava bastante a locomoção dos moradores do município.

Sendo assim, o acesso entre ambos era realizado em precárias embarcações de pescadores ou por via terrestre. O trajeto por terra era feito através de uma estrada de chão que ligava aquela parte do município à cidade de Campos. Ao chegar a esta cidade era necessário tomar outro transporte rumo à sede que ficava em São João da Barra. A primeira vez que a estrada que ligava à região a cidade de Campos foi asfaltada no final da década de 1970 (apenas uma parte da RJ-224). Antes disso, como descreve Acruche (2002, p.120), as poucas estradas eram de “terra batida, algumas mal conservadas, o que dificultava o escoamento da produção (...)”. E o completo asfaltamento desta rodovia foi concluído apenas no final da década de 1980.

Segundo o autor, a enorme quantidade de buracos e/ou de poças d’água na estrada, desgastava os veículos e tornava o percurso extremante lento. Sendo assim, o trajeto entre o extremo do município (na localidade de Barra de Itabapoana) até cidade de Campos (cerca de 107 km), eram feitos por apenas uma linha de ônibus (com um coletivo que saía pela manhã e

⁴² Parece-nos interessante ressaltar que o termo *sertão* no dicionário Aurélio de Língua Portuguesa tem as seguintes definições: 1. Região agreste, distante das povoações ou terras cultivadas. 2. Terreno coberto de mato, longe do litoral. 3. Interior pouco povoado. 4. Bras. Zona pouco povoada do interior do país, em especial do interior semiárido da parte norte-ocidental, mais seca do que a caatinga, onde a criação de gado prevalece sobre a agricultura, e onde perduram tradições e costumes antigos. (...). (HOLANDA FERREIRA, 1975, p.1293).

retornava à noite) em cerca de 4h de viagem. Sem contar o tempo de espera e de trajeto entre Campos dos Goitacazes e São João da Barra. Em decorrência dessa dificuldade, poucas pessoas de São Francisco chegaram a conhecer a antiga sede do município.

Os serviços de saúde nessa época praticamente inexistiam. Todas as necessidades de saúde mais graves eram resolvidas na cidade de Campos, enquanto a maioria das outras demandas de saúde era remediada por farmacêuticos (práticos), rezadeiras e parteiras locais.

Na época da pesquisa, “o serviço” das parteiras já tinha sido completamente abolido e as mais conhecidas da região, que também eram rezadeiras, haviam falecido. Restava apenas um antigo farmacêutico que apesar de idade bastante avançada seguia sendo respeitado e acionado por muitos moradores do município. Durante o trabalho de campo ouvi muitas vezes a seguinte referência: “eu tenho muita crença em Z. D”. Inclusive, alguns idosos do município se recusavam a procurar serviço médico, pois confiavam no diagnóstico e tratamentos recebidos do referido farmacêutico.

Quando a sede do município era em São João da Barra, as poucas pessoas que transitavam de um lado ao outro eram basicamente os políticos que residiam no chamado *sertão*. E estes o faziam em decorrência da exigência do cargo que possuíam e por integrarem uma pequena parte do pequeno grupo que naquela época tinha acesso a um automóvel, particular ou público, para realizar o trajeto. Um dos ex-vereadores aposentados que eu entrevistei, assinalou os vereadores costumavam ficar com um carro da Câmara para realizar uma série de atividades e atender a solicitação dos munícipes.

Em razão disso, esses políticos atuavam como os mediadores “naturais” entre o *sertão* e a sede, inclusive, resolvendo diferentes demandas dos moradores como contratos de trabalho com o município, realização e retirada de documentos (especialmente, títulos eleitorais) e etc. Sobre esse tema assinalou o morador de uma das localidades:

Na época de políticos como Amansinho [isto é, antes da emancipação], o eleitorado tinha menos opções aí eles faziam aquele trabalho de tirar título. Eu mesmo, na primeira vez que votei, votei em Sr. R.J porque ele me levou de carro a São João da Barra pra tirar o título..[risos]...E olha que nem voltei com ele, pois na ida fomos até gargaú e atravessamos de barco e eu fiquei com medo de voltar pelo mesmo caminho. Então peguei um ônibus por campos na volta e paguei minha passagem. (Fonte: Agricultor e integrante de uma das associações de moradores locais, Nova Belém, junho 2015)

O argumento da distância entre o *sertão* e a sede sempre foi utilizado e aceito para justificar o “abandono”, especialmente o abandono político do município. Ao olhar a história regional esse argumento parece confirmar uma tendência histórica nacional, a saber, a desvalorização da pequena agricultura frente à produção agroexportadora. Na contramão da

economia canavieira regional, representada pelos grandes engenhos/usinas de açúcar de Campos dos Goytacazes e das atividades agroindustriais e portuárias da sua antiga sede, no *sertão* prevaleceu a pecuária associada ao cultivo de gêneros alimentícios (atividade geralmente considerada como uma atividade de subsistência e, portanto, menor e desvalorizada)⁴³.

Apesar da importância do cultivo de alimentos e da relevância da pequena propriedade, esse modo de reprodução socioeconômica tem sido historicamente tratado como secundária e, portanto, marginalizada no Brasil (PRADO JÚNIOR, 2004; CARNEIRO, 2007).

A região onde hoje se localiza o município de São Francisco de Itabapoana era considerada “atrasada”, recebia pouca atenção política e pouco investimento em políticas públicas voltadas para os pequenos cultivos. Consequentemente, recebia também pouca atenção em outros setores fundamentais como saúde, educação, transporte, etc. Na década de 1970, com os incentivos oficiais, a produção canavieira se expandiu contribuindo para a degradação das condições de vida locais (CRUZ, 2006)⁴⁴.

Com a implantação do Programa Nacional do Alcool (Proálcool), estabelecido pelo governo federal, a deterioração das condições de vida e a miséria se aprofundaram na região. De acordo com as análises sobre os impactos do Proálcool na região, o programa não só não trouxe o “desenvolvimento” esperado como foi um dos grandes responsáveis para a pauperização dos pequenos agricultores locais e a sua transformação em “boias frias”, num processo de precarização das condições de trabalho, de pobreza e de migração (CRUZ, 2006)⁴⁵.

Apresentado como um motor de desenvolvimento, o programa entrou em declínio na década de 1980. Os benefícios resultantes deste período foram monopolizados pelos grandes

⁴³ Enquanto em São Francisco prevaleceu o cultivo de alimentos a cargo de pequenos proprietários, em terras de fazenda (em regime de *arrendamento*, *parceria* ou *meação*), em campos dos Goitacazes se desenvolveu uma economia baseada na monocultura e a agroindústria da cana formando, pois, uma elite açucareira (OSCAR, 1977; NETO & AJARA, 2006).

⁴⁴ Cruz (2006, p.54-55) salienta que o fenômeno da cana na década de 1970: “destruiu culturas e atividades econômicas tradicionais”. “(...) Proletarização do trabalhador do campo, o que aprofundou sua precarização. O mercado de trabalho sazonal se tornou um mercado dominado pelo biscate, alternado com o trabalho na cana”.

⁴⁵ As terras de fazenda antes arrendadas a pequenos agricultores para o cultivo de *roças* e até mesmo aquelas voltadas para a pecuária foram transformadas em áreas de cultivo da cana, pois os grandes proprietários locais estavam estimulados pelas perspectivas econômicas (lucros) acenadas pelo Proálcool. Para os pequenos agricultores as consequências foram terríveis, pois significou sua transformação em assalariados da cana.

monocultores, usineiros e exportadores. No que se refere à vida dos pequenos agricultores e trabalhadores rurais em geral, as desigualdades foram ainda mais aprofundadas⁴⁶.

Frente à crescente pauperização surgiram programas de incentivo à fruticultura e a diversificação da agricultura como forma de paliar o problema e frear a migração⁴⁷. Algumas dessas iniciativas visavam desenvolver alternativas de trabalho e renda, especialmente para as “vítimas” do modelo de “desenvolvimento” anteriormente adotado. Todavia, o somatório de fatores desfavoráveis (ambientais – surgimento de praga; políticos - políticas públicas pouco efetivas; sociais - disputas e desentendimentos), resultou no declínio desses programas e iniciativas locais na década de 1990⁴⁸.

De acordo com os poucos trabalhos relativos à região, o desinteresse dos políticos da sede em relação ao interior, se manifestava na apropriação e monopólio dos recursos produzidos no distrito que “eram todos repassados para a sede sem que houvesse vantagens para o chamado sertão”, resultando na oferta precária de serviços públicos nesta parte mais interiorana do município (SANTOS, 2014, s/p).

Acruche (2002) assinala que o abandono político do *sertão* resultou em anos de estagnação em todas as áreas. E a educação se restringia apenas ao ensino primário até a década 1980, a situação era ainda pior quando se tratava de serviços de saúde:

No setor da saúde a carência era total. Não havia postos de saúde nas principais comunidades, quer seja da rede municipal ou estadual, com exceção de São Francisco e Barra de Itabapoana que tinham postos médicos que mal funcionavam. Não havia ambulância do setor público para a remoção dos doentes, apenas algumas farmácias. Em Ponto de Cacimbas, Manoel carola tentava transformar o asilo em um hospital (Acruche, 2002, p.99).

⁴⁶ Para Cruz (2006), a decadência da atividade canavieira se relaciona com o fim da ditadura militar, pois significou o enfraquecimento dos programas desenvolvimentistas que eram o sustentáculo das “elites açucareiras”.

⁴⁷ Como, por exemplo, o projeto de fruticultura realizado pela Emater. Projeto que significou a introdução do cultivo de frutas como maracujá, abacaxi, goiaba e coco na região e a criação de cooperativas para facilitar a comercialização. Segundo dados da Emater regional, entre o final de 1980 a meados de 1990 houve grande produção de maracujá e abacaxi. Em pouco tempo a região passou a ser o principal produtor de maracujá e abacaxi do Rio de Janeiro (WERNECK, 1994). Após a emancipação política e administrativa em 1995, o novo município de São Francisco de Itabapoana chegou a alcançar a posição de maior produtor de abacaxi e maracujá do estado, e um dos maiores produtores de cana-de-açúcar. (ACRUCHE, 2002). Com a crise do setor açucareiro muitos proprietários locais voltaram a arrendar terras ou estabelecer contratos de meação com pequenos agricultores para o plantio de lavouras, especialmente de maracujá. Todavia, a devastação destas lavouras em decorrência de uma praga que surgiu na região no meado da década de 1990 dificultou a vida dos pequenos agricultores, tornando a migração novamente uma alternativa possível.

⁴⁸ Dentre as dificuldades de desenvolvimento da fruticultura: o surgimento de uma praga devastadora que arrasou as lavouras de maracujá e o fechamento da cooperativa que facilitava o escoamento da produção (WERNECK, 1994; ACRUCHE, 2002).

Ao realizar um estudo sobre a implantação de programas sociais no município, Schottz (2005) corrobora com Acruche (2002) e assinala que os serviços de saúde até a emancipação municipal se resumiam apenas a um hospital geral filantrópico (posteriormente municipalizado) e quatro unidades de atendimento básico à saúde (que funcionavam praticamente como postos de vacinação). Para esses autores, o baixo investimento na melhoria da qualidade e do acesso a esses serviços suscitariam um forte “sentimento de injustiça”, resultando em grave insatisfação com a administração municipal por parte das lideranças políticas locais que se estendeu para a população.

Ao se referir ao tema, um vereador local ressaltou: “embora a maioria do eleitorado residisse em São Francisco, os recursos públicos e os investimentos ficavam em São João da Barra descontentando a população”. Diante de um quadro crescente de insatisfação, as lideranças se mobilizaram politicamente conseguindo ampliar o número de representantes (vereadores do *sertão*) na câmara municipal.

O aumento quantitativo desses vereadores teria sido a chave para a conquista de alguns benefícios para a região, pois a partir da atuação desses parlamentares, a parca oferta de serviço público começou a ser ampliada, e a economia agropecuária passou por um incremento, revelando o potencial do *sertão* para se tornar um município emancipado (ACRUCHE, 2002; SANTOS, 2014)⁴⁹.

Com o aumento da representatividade política na Câmara Municipal, o conflito sobre a aplicação dos recursos municipais também aumentou. Deste embate surgiu o projeto de uma ponte que integraria ambas as regiões municipais, mas a paralisação das obras no início da construção aprofundou ainda mais a crise entre as duas forças políticas situadas em lados opostos do Rio Paraíba⁵⁰. Este evento é citado como o estopim para o movimento de

⁴⁹ A partida da década de 1980 uma maior atuação dos políticos de São Francisco de Itabapoana resultou na aprovação de projetos que beneficiavam o “sertão” e, conseqüentemente, algumas melhorias tais como o asfaltamento de estradas, abertura de uma cooperativa de eletrificação, abertura de escolas de ensino secundário, de agências bancárias, a ampliação do atendimento básico nos dois postos de saúde existentes e a abertura de novos postos de saúde, aumento na produção fruticultora, canavieira, etc. (ACRUCHE, 2002; SANTOS, 2014).

⁵⁰ A obra dessa ponte cujos pilares foram postos desde 1981 foi retomada em 2013 no contexto da construção do Porto do Açú em São João da Barra (empreendimento logístico de grande envergadura, situado em uma localização estratégica no que se refere à região petrolífera, todavia polêmico por ter sido construído a custa de desapropriações de pequenos agricultores e de interferência direta no ecossistema da região. Polêmico pelos inúmeros impactos humanos, sociais e ambientais que representa). No entanto, as autoridades tanto de São João da Barra quanto de São Francisco de Itabapoana, argumentam que a concretização desta ponte significaria maior crescimento econômico para essa região do estado (SANTOS, 2014).

emancipação político-administrativa do município. Movimento que ganhou fôlego a partir do pleito de 1988, quando a maioria dos vereadores eleitos procedia do *sertão sanjoanense*, inclusive o presidente do legislativo, tornando a clivagem política um tema manifesto (ACRUCHE, 2002).

Em 1990 o movimento ganhou força com a adesão do deputado estadual Barbosa Lemos, que saiu em defesa da emancipação na Assembleia Legislativa⁵¹. Esse apoio resultou na realização de um plebiscito com a vitória da emancipação. Sendo assim, em 18 de janeiro de 1995 nasceu o novo município nomeado São Francisco de Itabapoana através da Lei nº 2.379/95 (ACRUCHE, 2002; SANTOS, 2014)⁵².

O município e toda organização administrativa pertinente foi consolidado em 1997. A partir de então, os distritos que antes compunham a margem norte do Rio Paraíba do Sul, uma área correspondente a 1.122,146 km², cuja configuração político-territorial antes era conhecida como o *sertão sanjoanense* foi elevado a categoria de município dando início à história municipal (IBGE, 2010).⁵³.

Localizado no extremo norte fluminense, o município faz fronteira com São João da Barra e Campos dos Goitacazes, no estado do Rio, e Presidente Kennedy e Mimoso do Sul, no estado do Espírito Santo. Integra a chamada Bacia de Campos, denominação atribuída aos municípios do norte fluminense que se tornaram “beneficiários” da exploração do petróleo, levado a cabo na região a partir da década de 1970.

A população local atualmente está estimada em 41.354 habitantes, dentre os quais 32.995 são considerados aptos a votar. Isto é, conformam o eleitorado em potencial (IBGE, 2010). A principal atividade econômica continua sendo a agropecuária e a pesca, setor que

⁵¹ O referido deputado (PSDB) é natural do Sertão Sanjoanense, embora toda trajetória política e moradia estivesse localizada na cidade de Campos dos Goitacazes. Os seus opositores costumam atribuir o apoio do político à causa emancipacionista a uma mudança de estratégia política antes voltada para o executivo campista (prefeitura de campos).

⁵² A paternidade do projeto de emancipação permanece sendo fonte de disputa e tensão política. Os políticos de oposição ao deputado o acusam de ter se apropriado do projeto idealizado por Nival Ornelas (um vereador do município), como se fosse de sua autoria, fato que o teria projetado no município possibilitando a sua ascensão ao cargo de primeiro prefeito da cidade. Outros relativizam a concretização desse projeto, afirmando que não foi obra de um político, mas da participação de diferentes forças políticas. No fim das contas não há um consenso sobre a questão, e esta permanece como fonte, inclusive, de acusações políticas ainda hoje 22 anos depois da emancipação.

⁵³ Com a emancipação a antiga sede municipal (margem sul do Paraíba) perdeu mais de 50 % de seu território ficando com apenas 458,611 km² (IBGE, 2010).

abarca a maioria dos residentes na faixa considerada economicamente ativa⁵⁴. E pequena parcela da população está empregada nos pequenos comércios locais ou no serviço público municipal. Este dispõe atualmente de 2951 servidores segundo Relatório Socioeconômico publicado pelo Tribunal de Contas – RJ (TCE, 2014).⁵⁵. As principais fontes de renda municipal estão relacionadas às atividades agropecuárias e aos Royalties do petróleo (KRONEMBERGER et al, 2012).

No que se refere aos royalties há um grande descontentamento por parte das autoridades políticas locais, pois durante as entrevistas concedidas em 2016 consideravam a participação do município na distribuição do benefício injusta (o valor dos royalties recebido pelo município é considerado muito aquém do necessário para compensar os possíveis danos causados por essa atividade). Um vereador local argumentou que as chamadas linhas ortogonais, estabelecidas pela Agência Nacional de Petróleo ANP, que definem os municípios produtores e o valor dos royalties, são linhas imaginárias de caráter subjetivo e que exclui o município apesar deste reunir todas as características para entrar na categoria de produtor de petróleo (60 km de costa e localização geográfica entre os dois grandes beneficiários dos royalties de petróleo, o município de Campos dos Goitacazes - no norte do Rio de Janeiro - e o de Presidente Kennedy - no sul do Espírito Santo)⁵⁶.

⁵⁴ Embora a pesca seja uma atividade a qual se ocupa muitas famílias, especialmente residentes em três localidades, Barra de Itabapoana, Gargaú e Guaxindiba os registros sobre essa atividade é praticamente inexistente. Segundo Acruche (2006, p.164) “Infelizmente não houve nesse setor a iniciativa ou investimentos e apoio necessário (...) a pesca e o pescador têm sido discriminados, nos projetos, e os existentes, assim como as linhas de crédito e recursos, são bastante tímidos”.

⁵⁵ O cultivo da mandioca ainda que não seja tão significativo no município como em outros momentos da história municipal, ainda o mantém como o principal produtor de mandioca e fabricante de farinha (alimento básico do brasileiro) do estado do Rio de Janeiro. Atualmente existe apenas cerca de 3 bolandeiras, mas as atividades provenientes do cultivo e do processamento da mandioca, de forma tradicional, ainda tem sido uma alternativa de renda para muitas famílias da região. Inclusive muitas delas “vendem a farinha e seus subprodutos em barracas à beira das estradas de acesso à cidade ou às praias são-franciscanas”, conforme destaca o Relatório Socioeconômico do município (TCE/RJ, 2014).

⁵⁶ Através de uma consulta ao site Info Royalties, a título de comparação, pode-se verificar que os valores correntes correspondentes ao ano de 2015 recebidos pelos três municípios foram os seguintes: Campos dos Goitacazes R\$ 406.073.703,99; São Francisco de Itabapoana R\$ 6.188.233,40 e Presidente Kennedy R\$ 118.595.381,15. O site pesquisado é mantido pelo Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades da UCAM-Campos onde além de publicações mantém uma base de dados (a partir dos dados da ANP) onde disponibiliza o acesso às informações sobre a distribuição dos royalties petrolíferos entre os municípios brasileiros. As informações podem ser consultadas através do seguinte endereço <http://inforoyalties.ucam-campos.br/informativo.php>.

Alguns canais de comunicação regional tem endossado o argumento desses políticos, declarando como *injusta* a participação do município no contexto de divisão dos royalties⁵⁷. De acordo com algumas matérias veiculadas por esses meios de comunicação, a divisão dos royalties do petróleo, tal como está, tem reproduzido a exclusão histórica do município no contexto econômico regional. Um município que segundo tais opiniões viria ocupando, historicamente, o lugar de “primo pobre da região”⁵⁸.

A desigualdade socioeconômica não é um problema que afeta apenas o município, mas toda região norte fluminense apesar das atividades petroleiras levadas a cabo desde a década de 1970. Todavia, o rótulo de município pobre que pesa sobre São Francisco tem se reproduzido através de estatísticas produzidas sobre a região e amplamente difundidas pela mídia sem problematização. Com base no último senso, o município foi classificado como ocupante da nonagésima primeira posição entre os noventa e dois municípios do estado do Rio de Janeiro, no chamado Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM).

Esta posição no ranking estadual rendeu ao município o título de segundo município mais pobres do estado. E apesar do Relatório Socioeconômico do Tribunal de Contas – RJ de 2014 ter mencionado o aumento do IDHM municipal, conformando um IDHM médio (TCE, 2014), a posição de penúltimo no ranking estadual permaneceu inalterada no relatório de 2016 (TCE, 2016).

Pesquisa publicada em 2003⁵⁹ demonstrou que uma parte significativa da população do município estava abaixo da linha da pobreza (o que significava 43,80 % da população com renda per capita inferior a R\$156,00). Esses números somados a um levantamento que apontou a utilização acentuada de trabalho infantil na região (crianças trabalhando nos canaviais e em outras lavouras) levou o município a se tornar “um dos primeiros locais a ter acesso a um programa federal de transferência de renda” em 1997 (SCHOTTZ, 2005, p.121). Isto é, a ser

⁵⁷ Como, por exemplo, o blog da rádio Bom Jesus 111,7 AM (radio sediada no noroeste fluminense); blog da rádio São Francisco FM, blog do ex-vereador e atual secretário de Planejamento e desenvolvimento do município, dentre outros.

⁵⁸ “O primo pobre da região, com aproximadamente 60 quilômetros de litoral, mas sem as vultuosas quantias de royalties do petróleo como produtor, também passa por treinamentos e simulações de derramamento de óleo no mar”. Disponível em <http://www.bomjesusam.com.br/noticia/2905/sem-royalties-do-petroleo,-mas-com-uma-costa-grande,-sao-francisco-tera-treinamento-para-casos-de>

⁵⁹ Néri, M. (org), 2003. *O mapa do fim da fome II*. RJ: FGV/SESC/Ação da Cidadania.

contemplado com a implantação do programa inicialmente conhecido como PET- Programa de Erradicação do Trabalho Infantil⁶⁰.

Conforme a tabela de pagamento do programa Bolsa Família, disponibilizada pelo Ministério de Desenvolvimento Social referente ao mês de fevereiro de 2017, atualmente quatro mil e sessenta e seis famílias do município recebem o benefício⁶¹.

A distribuição deste benefício social tem sido uma questão bastante polêmica no município. Em 2004, por exemplo, a prefeitura foi denunciada por uso eleitoral do referido programa. E o prefeito e os vereadores de sua coligação política investigados por estarem supostamente implicados em casos de barganha eleitoral envolvendo o benefício (SCHOTTZ, 2005).

Esse tema ainda hoje é controverso, pois durante o trabalho de campo ouvi com bastante frequência relatos sobre caso de famílias que recebiam o benefício mesmo que não apresentasse, na prática, o principal critério para integrar o rol de beneficiários: baixa renda. Esses comentários proferidos em tom de censura moral vinham acompanhados de referência à *amizade* entre alguns beneficiários (considerados não necessitados) com políticos e/ou pessoas importantes da política local. Essas denúncias corriam à boca pequena, assim como o fato do inquérito que apurava o uso eleitoral do programa pelo antigo prefeito, falecido em 2009, haver sido arquivado em sua época.

Apesar das mudanças ocorridas após a emancipação municipal, a *amizade* e os *favores* aparecem como ingredientes importantes da política local. A resolução das demandas pessoais através dos políticos é um assunto tratado com naturalidade entre as pessoas que vivem ali. Elas comentam com certo orgulho os vínculos que possuem com essas personalidades e se gabam de poder contar com elas em caso de necessidade.

Em decorrência da precariedade dos serviços de saúde no município, essas *amizades* se tornavam especialmente importantes quando surgiam demandas nesse tema. Às vezes ter *amizade* com políticos era condição *sine qua non* para conseguir atendimento de saúde e/ou ser bem atendido, pois o município conta apenas com os serviços básicos de saúde, e estes nem sempre são satisfatórios. Quando a demanda se refere aos serviços de média ou alta

⁶⁰ A partir de 2001 as diferentes modalidades de programas de transferência de renda como o PET, o auxílio-gás e o programa Bolsa Escola se fundiram através do Cadastro Único do governo federal (SCHOTTZ, 2005).

⁶¹Disponível em http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/bolsa_familia/.

complexidade, o enfermo precisa ser encaminhado para outra cidade e os trâmites para esse tipo de atendimento fora do município muitas vezes é complicado. As pessoas que possuem *pouca leitura*, conforme comentou certo político local, às vezes desistem de tentar conseguir o atendimento por terem dificuldades com as burocracias de acesso a esses serviços, e para conseguir as informações pertinentes.

Sendo assim, o êxito no acesso às terapias necessárias depende de mediadores, *amigos* políticos ou que tenham *conhecimentos* (amizade) e possam facilita-lo e/ou conseguir as informações para acessá-lo.

Ao conversar com autoridades locais sobre o assunto, se nota que embora estivessem conscientes das dificuldades da população sobre o acesso aos serviços de saúde, não demonstravam inclinação para resolvê-los pelas vias formais. No entanto, se mostravam bastante solícitos quando o assunto era mediar o acesso de modo pessoal. Em conversa com alguns vereadores ouvi inúmeros relatos de *favores* realizados, porém nenhuma proposta de lei apresentada.

Curiosamente, os *favores* apareciam nas narrativas como se fossem um “dever”. Prestar assistência, *ajudar* e *atender* eram atitudes cristalizadas como parte do ofício do político. Este *modus operandi* praticado desde antes do município ser emancipado, somado à manutenção de certas condições sociais e econômicas, tem sido associada à condição de *sertão* relegada ao município durante o período que este ainda era território de São João da Barra. Ou seja, os políticos atuais seguem atribuindo ao “atraso” econômico e social do município, o fato de ter sido submetido ao “abandono político” durante todo o período que pertenceu à comarca de São João da Barra, época que era considerado o *sertão sanjoanense*.

Esse tem sido um argumento bastante usado por políticos que representam a região. Com esse argumento tendem a justificar a manutenção do baixo desempenho econômico e social apresentado pelo município nas agências de estatística, nas pesquisas e relatórios produzidos, que apontam números contundentes relativos à carência econômica da população local. Como sugere o discurso do deputado estadual Roberto Henriques (PSD), na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) em 2013.

Gostaria desses cinco minutos que tenho de prestar uma homenagem a todo aquele povo destemido de São Francisco de Itabapoana, São João da Barra e Campos, que ao longo de décadas, até mesmo mais do que séculos, desafiaram todas as impossibilidades, todas as dificuldades para atravessarem de um lado a outro, unindo as duas margens do Rio Paraíba com suas canoas,

com suas pranchas e com seus barcos, levando os produtos produzidos no Norte de Campos, no Sul do Espírito Santo, **atual São Francisco do Itabapoana, antigo sertão de São João da Barra**, levando para o cais da Lapa, em Campos dos Goytacazes, e no porto de São João da Barra, e vice-versa - de Campos a São João da Barra até a localidade de Gargaú, no Delta do Paraíba. (Deputado estadual Roberto Henriques)⁶².

Esse discurso, proferido após anunciada a liberação da ordem de serviço para a retomada da execução da obra histórica de construção da ponte entre os municípios de São Francisco de Itabapoana a São João da Barra, coaduna com o discurso do prefeito do próprio município na gestão 2013/2016. Ao discursar no evento de comemoração do vigésimo primeiro aniversário de autonomia político-administrativa, o referido prefeito afirma: “São Francisco celebra 21 anos de emancipação, **antes sertão sanjoanense, agora município em desenvolvimento**” (grifos nossos)⁶³.

Para autores que estudaram a configuração socioeconômica da região, o rótulo de “primo pobre” acena não só para o “patamar de desenvolvimento” municipal, considerado baixo, como também para a perpetuação da exclusão econômica, social e política do município no contexto regional. Exclusão esta que se perpetua mesmo diante das “riquezas” que durante anos foram geradas pela exploração do petróleo (KRONEMBERGER et al, 2012).

Da observação empírica se pode depreender que para além de todas as dificuldades que os gestores do município possam enfrentar para oferecer melhores condições de vida para os moradores locais, como por exemplo, a baixa receita municipal, fatores ligados a sua história, seu lugar econômico, geográfico e social, etc., as autoridades políticas locais continuam muito apegadas ao discurso do “atraso do sertão” para justificar as poucas transformações que lograram realizar nesses anos de autonomia político-administrativa do município.

2.2 A política Local: candidaturas, eleições, alianças e conflitos

Um ano depois de estabelecida a autonomia político-administrativa em 1996, a população local elegeu pela primeira os representantes políticos do novo município. Neste

⁶² Discurso do Deputado: Disponível em http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/taqalerj.nsf/3620b663fe7fd44f832565370043e8be/f1b39562d629e43283257c000071090e?OpenDocument&ExpandSection=1#_Section1.

⁶³ Parte do discurso proferido durante o evento em 18 de janeiro de 2016 e transcrito no perfil oficial do município no Facebook. Pode ser consultado em <https://www.facebook.com/Prefeitura-Municipal-de-S%C3%A3o-Francisco-de-ItabapoanaRJ-628484860499019/?fref=ts>

pleito quatro candidatos concorreram à vaga para o executivo. Dois deles haviam representado o *sertão* como vereadores anos anteriores a emancipação, um dos concorrentes havia sido deputado estadual e o último um fazendeiro local estreante na política⁶⁴.

Essa primeira campanha eleitoral após o município ter sido emancipado foi uma campanha “bastante disputada, com shows, carreatas, espetáculos de rodeios e grandes comícios”. A vitória neste pleito foi obtida pelo ex-deputado estadual considerado um dos principais articuladores da emancipação municipal, resultando no primeiro prefeito da cidade (ACRUCHE, 2002, p.153)⁶⁵.

Na eleição do ano 2000, a disputa eleitoral ficou polarizada apenas entre dois candidatos, o ex-deputado eleito prefeito no pleito anterior e o fazendeiro local que havia sido o seu principal adversário naquela ocasião (ambos os candidatos filiados a novos partidos políticos nesta nova eleição)⁶⁶.

De acordo com a memória local, a campanha política do ano 2000 foi ainda mais acirrada do que a anterior, pois a população se dividiu em dois grandes grupos rivais que se hostilizavam continuamente. De um lado os que *torciam* pelo candidato da família Cherene (o referido fazendeiro), e do outro os apoiadores do candidato da família Barbosa (o ex-deputado buscando a reeleição). O conflito entre eleitores de ambos os lados (e entre políticos) foram relatados como algo frequente na campanha eleitoral daquele ano E para a surpresa de muitos o prefeito saiu derrotado daquele pleito.

De acordo com moradores locais, a derrota eleitoral não estaria associada necessariamente a uma má administração realizada pelo prefeito, mas a uma série de conflitos e ameaças que caracterizariam as relações políticas sob a sua gestão. Sendo assim, o adversário político aproveitou o clima de tensão e medo que pairava sobre o município, para propor a paz como tema de campanha, como relembra um funcionário público local:

⁶⁴ Embora estreante na política, o candidato pertencia a uma família de políticos conhecidos na região.

⁶⁵ Quanto à filiação política, a disputa ocorreu entre candidatos dos seguintes partidos: PSDB, PL (Partido Liberal), PDT (Partido Democrático Trabalhista) PFL (Partido da Frente Liberal, atual DEM). As informações sobre os candidatos e seus partidos estão disponíveis no site do Tribunal Superior Eleitoral (<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-1996/eleicoes-1996/resultados-das-eleicoes>).

⁶⁶ O prefeito que em 1996 estava filiado ao PSDB, passou ao PMDB no pleito de 2000. Enquanto seu adversário passou do PFL ao PDT. Quanto à coligação que apoiou o ex-prefeito, que tentava a reeleição, temos a seguinte formação: PMDB / PT do B / PTB / PSC / PL. Enquanto a que apoiou o partido adversário o PDT, foi: PDT / PFL / PV / PST / PPB / PSB / PPS / PSDB / PC do B. Estas informações estão disponíveis no site do Tribunal Superior Eleitoral (<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2000/resultado-da-eleicao-2000>).

Lembro-me bem da campanha dele, foi uma campanha muito bonita. Governo de paz. O símbolo era uma pomba, foi uma campanha das famílias. Era ele como o velhinho, o bom velhinho trazendo paz para as pessoas.

Para alguns interlocutores, o clima de enfrentamento político e os conflitos velados e manifestos, instaurando desde a emancipação municipal, tornou o apelo a um “bom velhinho” uma ideia bastante convincente e uma excelente estratégia eleitoral⁶⁷.

Querelas e cenas de violência eram assuntos bastante comentados quando os moradores locais se referiam às disputas políticas no município. Esses conflitos se manifestavam com maior intensidade no período político-eleitoral e não se restringiam ao universo dos políticos *stricto sensu*, pois se generalizava a toda a sociedade, como acena o depoimento de dois moradores.

A política aqui era muito violenta. As pessoas atacavam umas as outras. Era vereadores da oposição ameaçados de morte. As pessoas tinham muito medo. O vereador Carlos Abílio (ex-assessor de Barbosa Lemos) mesmo foi assassinado no governo de Pedro Cherene, mas a gente não sabe o que motivou o assassinato dele. É claro que foi por divergências políticas, mas não se sab. A população fica muito temerosa...Outro que também foi assassinado foi o José Antônio de Azevedo (vereador assassinado em 1998 no centro da cidade), acho que foi no governo de Barbosa (Fonte: funcionário com cargo comissionado municipal, fevereiro 2015)

Ah, conflito tem muito aqui. Aqui mesmo (na localidade) teve muitos protestos de uns contra os outros... Em especial teve um entre duas (mulheres) cabos eleitorais, uma remunerada e outra por troca de favores, por causa de emprego. Quando vimos formou aquele povaréu e as pessoas baixaram muito o nível. Foi uma barbaridade! Foi das pessoas baixar a roupa pro lado das outras e mostrar bundinha e tudo. Soltaram bombinhas na casa uns dos outros. Saíram em carreata de Praça João pessoa pra cá, teve uns 50 carros e mais motos todos com aqueles apitos que usam em época de copa. Foi um protesto planejado. Gente em cima de caminhonete, gritando....uma coisa! (Fonte: dona de casa, Ladeira das Pedras, fevereiro 2015)

Segundo eles, assassinatos e conflitos de toda a natureza mediavam às relações políticas no município. E a campanha para as eleições de 2004, não acenou com mudanças nessa questão. Assim que se iniciou a corrida eleitoral surgiram acusações e denúncias que tornaram essa eleição ainda mais emblemática do que as anteriores.

Neste pleito, quatro candidatos se apresentaram: Barbosa Lemos (o primeiro prefeito da cidade, antigo deputado estadual, desta vez filiado ao PDT), um vereador do município, um empresário da região (estreado na política), filiado ao PCdoB, e o prefeito do mandato 2001/2004 buscando a reeleição (neste pleito registrado no PMDB).

⁶⁷ Em razão da propaganda eleitoral, o candidato foi apelidado de “o velhinho” ou simplesmente “o velho” e muitas pessoas utilizavam (e ainda utilizam) essa expressão para se referir a ele.

Comenta-se que um conjunto de acontecimentos levou essa campanha político-eleitoral a ser uma das mais agitadas da região. De acordo com informantes locais duas graves denúncias surgiram no auge da campanha política. Uma contra o prefeito em exercício na época (candidato a reeleição), e a outra contra um dos candidatos da oposição (o vereador).

No caso do primeiro, tratava-se do uso eleitoral de programas sociais do governo federal. No caso do segundo, se referia a um homicídio cometido anos antes em um município de Minas Gerais e estava relacionado à disputa no mercado do couro, ramo em que o vereador era considerado empresário (SCHOTTZ, 2005).

O que chama a atenção para esse evento é que apesar do clima de denúncias e da tensão eminente, a agenda e os compromissos de campanha continuaram sendo realizados normalmente. Segundo Schottz (2005, p.117) “os principais candidatos gastaram vultosas quantias em suas campanhas, que contavam com grandes comícios e fretamento de diversos ônibus para transportarem a população”.

Enquanto as denúncias eram supostamente investigadas e surgiam novas acusações, os dois candidatos seguiam participando, ainda que indiretamente, de *showmícios* e outras atividades em diferentes localidades do município.

Um dos fatos mais comentados se refere ao uso de um *boneco de posto* pelo grupo político do candidato implicado no homicídio⁶⁸. Enquanto este candidato esteve foragido da polícia e, posteriormente, capturado e preso em uma penitenciária da região, a campanha a favor de sua candidatura seguia de vento em poupa através da candidata a vice-prefeita na mesma chapa. Para tanto, um boneco inflável em tamanho gigante fabricado com os traços físicos do político e com as vestimentas ao estilo que ele costumava utilizar, era levado de um lado para outro nos comícios para representa-lo.

Durante todo o período eleitoral, esse boneco adornava o palanque enquanto a candidata à vice proclamava o discurso em nome do referido candidato. Segundo a opinião local, a associação do político com o crime, sua prisão e o uso do boneco inflável durante o

⁶⁸ As pessoas relatam que durante a prisão do referido candidato, um boneco inflável em tamanho gigante, fabricado com os traços físicos do político, era levado a representa-lo nos comícios. Durante todo o período eleitoral, o boneco adornava o palco enquanto a candidata à vice proclamava o discurso em nome do candidato a prefeito.

período político-eleitoral não enfraqueceu a campanha como era de se esperar. De acordo como uma eleitora “a política era tão desacreditada que o político estava preso, e eles carregando um bonecão do posto pra lá e pra cá e todo mundo aplaudindo o bonecão do posto. Coisa de doido! Mas dava muita gente no comício dele”.

Para muitos moradores se não fosse à prisão do político, provavelmente ele teria vencido às eleições daquele ano. Opinião que pode ser endossada pelos dados disponibilizados pelo Supremo Tribunal Eleitoral, pois o prefeito da época se reelegeu com 13.392 votos contra os 10.511 votos recebidos pelo político preso e os 1468 votos angariados pelo empresário local estreante na disputa política⁶⁹.

Os votos recebidos pelo vereador implicado no crime estão associados tanto a sua popularidade, quanto ao apoio recebido do ex-prefeito/ex-deputado estadual que desistiu da própria candidatura para apoiá-lo. Há quem diga que a desistência e adesão à campanha do candidato denunciado foi um intento de desbancar o seu principal rival, o então prefeito da família Cherene.

Para muitos eleitores, a denúncia de assassinato no período eleitoral teria sido motivada por razões políticas, pois haviam se passado muitos anos entre o crime e sua denúncia. E esta veio ocorrer justamente no período eleitoral. Inclusive, o referido candidato chegou a exercer dois mandatos como vereador do município. E neste meio tempo teria exercido a presidência da câmara municipal antes de disputar o executivo da cidade.

Dessa perspectiva, a denúncia teria sido um pretexto político para derrubar um candidato que aparecia bem cotado na disputa, e que supostamente desbancaria os dois outros candidatos “fortes” ao pleito, isto é, os dois antigos ex-prefeitos. Longe de expressar julgamentos morais acerca da conduta criminosa de um dos candidatos, as opiniões e rumores se davam no sentido de conjecturar sobre qual o candidato se beneficiaria com a revelação daquele fato.

Alguns opositores do prefeito que tentava a reeleição chegaram a acusa-lo de ser o principal beneficiário. Especialmente porque pesava sobre ele também denúncias sobre o uso de programas sociais na campanha eleitoral, fatos que mesmo sob fortes indícios de

⁶⁹ O resultado disponível dessas eleições pode ser acessado em <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antteriores/eleicoes-2004/resultado-da-eleicao-2004>.

veracidade nunca foram confirmados pela justiça, e o político saiu vitorioso neste pleito cumprindo o mandato até o final de 2008⁷⁰.

Após dois mandatos consecutivos a frente da administração municipal, o prefeito reeleito entrou em divergências com o governador do estado, na ocasião diretor regional do seu partido (PMDB), mudando novamente de sigla. Diante desse novo contexto e da impossibilidade de reeleger-se para o exercício 2009/2012, retirou o apoio “natural” ao candidato do PMDB se tornado seu principal adversário. Todavia, mesmo sem o apoio do ex-prefeito da cidade, o vereador que ficou conhecido como o “político da saúde” saiu vitorioso.

De acordo com a opinião local, a candidata apoiada pelo prefeito era pouco conhecida e pouco carismática, ao passo que o candidato do PMDB possuía grande notoriedade local adquirida antes mesmo de se tornar o vereador mais votado da cidade. Os moradores do município que conhecem a trajetória deste político comentaram que o prestígio conquistado por ele estaria relacionado ao *trabalho social* desenvolvido na área de saúde.⁷¹

A derrota da candidata apoiada pelo ex-prefeito, por seu turno, é explicada localmente por outros fatores. Há quem diga que sua derrota estaria associada ao desgaste da imagem de “bom velhinho”, ou seja, do seu “padrinho” político em consequência das tais denúncias de crime eleitoral, ainda que estas não tivessem sido comprovadas⁷². Ao passo que ao eleger a bandeira da saúde como lema eleitoral, o adversário político teria se fortalecido ainda mais aos olhos da população.

Segundo a opinião de alguns moradores, ao se apresentar como defensor da saúde e prometer investimento na área, o político teria se tornado uma alternativa política importante diante da precariedade dos serviços de saúde e das condições sanitárias do município (serviços de saneamento básico, tratamento de água, etc.). Uma área considerada

⁷⁰ De acordo com um político local, em decorrência dessas denúncias o prefeito havia sido afastado do cargo por 30 dias, assumindo o cargo interinamente o presidente da câmara da época durante esse período. Todavia, o afastamento provisório deste político é um fato praticamente desconhecido para os moradores do município.

⁷¹ Este candidato é tido no município como alguém que *ajudava* as pessoas a resolver as suas demandas de saúde, como, por exemplo, transportá-las para o hospital e/ou unidades de saúde fora do município, conseguir consultas, exames, internações, etc.

⁷² Comenta-se que esse fato provocou muitos problemas na segunda gestão do então prefeito, pois desde que assumiu o segundo mandato enfrentou forte oposição da Câmara municipal dificultando aprovação de projetos e a sua governabilidade, etc.

praticamente esquecida durante os dois mandatos do prefeito anterior, o que havia tornado o acesso à saúde uma questão ainda mais problemática e, portanto, um tema fundamental (SCHOTTZ, 2005).

Para selar o compromisso com a saúde, o referido candidato se registrou como “Beto da Saúde” no Tribunal Superior Eleitoral, nome que adotou durante a campanha política que saiu vitorioso, conforme comentado em ocasião anterior. No entanto, o político não chegou a completar o mandato, pois foi denunciado e acusado de desvio de recursos públicos do setor da saúde e, portanto, cassado do cargo⁷³.

Com o afastamento do prefeito, o vice-prefeito, membro da família Barbosa, concluiu o mandato. E no ano seguinte se candidatou a vaga no executivo da cidade rivalizando-se com o herdeiro político de outra família da cidade. Ou seja, ambos iniciaram a campanha eleitoral apoiados no *nome de família* e, portanto, já contava com o apoio de fiéis correligionários, apoio este herdado da disputa entre o pai de ambos antigos ex-prefeitos da cidade. Segundo uma moradora local:

O velho morreu, mas o filho ganhou. Outro dia (no período eleitoral referido) ele veio aqui com os capangas dele e os caras disseram: ‘Ela foi um grande cabo eleitoral de seu pai’. O filho ganhou pela consideração pelo velho. A minha família é muito grande e muito unida. É igual peru aonde vai um vai todos. Todos deram o voto a ele em consideração a mamãe, que no caso sou eu.

Além do legado familiar ambos também haviam ocupado cargos na administração municipal, mas nesta disputa a vitória foi obtida pelo candidato da família Cherene, médico e ex-secretário de saúde do município, que venceu as eleições com 15.804 votos contra 12.830 do outro candidato⁷⁴. No final das contas, o candidato derrotado teve ainda os votos anulados por determinação da justiça, após comprovado o uso de recursos e do patrimônio público (veículos da prefeitura, etc.) na campanha eleitoral, tornando-se inelegível até 2020.

Na opinião de alguns moradores entrevistados, se não fosse a determinação da

⁷³ As acusações que pesaram sobre o prefeito “Beto da Saúde”, sobre secretário de saúde do município e mais alguns funcionários diziam respeito ao pagamento de exames laboratoriais superfaturados a uma clínica particular com os recursos do Fundo Nacional de Saúde que eram repassados ao município (verba pública). Segundo a Polícia Federal, através dos meios de comunicação que cobriam o caso na época, a clínica conseguia convênio com a prefeitura para a prestação de exames laboratoriais de média e alta complexidade através de processos de licitação fraudulentos. Além das fraudes no processo de licitação, a polícia teria verificado que grande parte das informações sobre a prestação dos serviços que eram enviadas ao Sistema Único de Saúde (SUS) era falsa e versava sobre exames fictícios.

⁷⁴ Dados disponíveis no site do TER-RJ <http://www.tre-rj.jus.br/site/eleicoes/2012/resultados/municipio/arquivos/2012/turno1/votacao%20de%20candidato%20por%20municipio%20-%20resultado%20geral%20-%20prefeito%20e%20vereador%20-%20sao%20francisco%20de%20itabapoana.pdf>

justiça e o tom ofensivo adotado por esse candidato durante a campanha eleitoral, teria aumentado ainda mais a margem de votos diminuindo a vantagem do outro candidato. Tanto adversários, quanto correligionários criticaram a campanha deste candidato, pois diziam que ele havia adotado uma estratégia de campanha suja e inaceitável, ao escolher denegrir a imagem do adversário durante os comícios e eventos públicos, com base na suposta orientação sexual do mesmo⁷⁵.

Como era de se esperar, o prefeito do mandato 2013-2016 tentou a reeleição em 2016. Dessa vez não no partido PSC, mas no PMDB. Os seus adversários nesta corrida eleitoral foram um vereador do município (exercício 2013/2016), candidato pelo PSDB, e uma “novata” na política inscrita pelo PSB. Embora esta candidata fosse estreante na disputa eleitoral possuía uma forte ligação com a política local. Além de ter sido secretária de assistência social no período em que o marido foi vice-prefeito da cidade, é nora do antigo ex-prefeito. Ou seja, pertence à família Barbosa.

Durante a campanha eleitoral houve quem dissesse que se a referida candidata chegasse a ganhar a disputa, esse fato representaria o retorno “indireto” dos Barbosas ao poder (pai e filho – ex-prefeito e ex-vice-prefeito respectivamente). E que se chegasse a ocupar a gestão da cidade seria como “uma espécie de fantoche na mão do marido e do sogro”, considerados os verdadeiros interessados na administração da cidade.

De acordo com essas narrativas, a candidata havia se tornado uma espécie de peça de xadrez para a família retornar ao poder local, uma vez que os dois principais políticos do grupo estavam penalizados pela justiça eleitoral. Ao fim e ao cabo, a candidata saiu vitoriosa deste pleito marcando, portanto, a ascensão e retorno da família Barbosa à gestão da cidade para o período 2017/2020.

2.3 Elites locais, vínculos partidários e eleições municipais

Ao analisarmos as disputas políticas referentes ao executivo municipal durante os 21 anos de emancipação, três características básicas observadas por Schottz (2005, p.117)⁷⁶

⁷⁵ Um episódio considerado excessivamente ofensivo e desnecessário realizado contra o adversário político foi narrado repetidas vezes por diferentes moradores da cidade. Nessas narrativas, citam que o pai do candidato (antigo prefeito da cidade) havia atirado calcinhas em direção ao público enquanto proferia insultos contra o outro candidato durante um dos comícios. Em uma dessas conversas uma professora declarou: “Com esse ato ele ofendeu não só o outro candidato como até mesmo as mulheres. Isso é uma falta de respeito”.

⁷⁶ A autora realizava pesquisa sobre a implementação do Programa Bolsa Família no município no período eleitoral de 2004 na mesma época.

podem ser endossadas. A saber, a alternância de uma pequena elite com fortes vínculos personalísticos no poder, uma fraca ligação partidária (vínculos apenas formais) e o emprego de vultosos investimentos econômicos nas campanhas eleitorais.

Além dessas três características outras duas podem ser acrescentadas, a proeminência dos partidos de direita e de centro, tanto no executivo quanto no legislativo municipal ao longo desses anos, e a presença da violência em algumas disputas políticas locais. Canedo (2005, p.481) observou no interior de Minas Gerais que o monopólio das disputas políticas e a forte rivalidade entre duas facções familiares acabavam tornando o processo de disputa político-eleitoral uma encarnação de vinganças pessoais, isto é, vencer as eleições passava a ser uma espécie de questão de honra, e este aspecto, dentre outros, a autora ressalta como sendo “um dos fatores a dificultar a sobrevivência de partidos com plataformas ideológicas”.

A análise do resultado das cinco eleições disputadas no município e das entrevistas realizadas com moradores locais (políticos e eleitores), demonstrou que três mandatos do executivo municipal foram preenchidos por membros de uma mesma família. A família Cherene além de ter alguns de seus membros ocupando vagas no legislativo municipal, ao longo desse tempo, esteve à frente da gestão da cidade nos anos 2000, 2004, 2012.⁷⁷. Essa família só não concorreu diretamente da corrida eleitoral em 2009. E só foi derrotada pela outra família – Barbosa - em apenas dois pleitos, nas eleições de 1996 e 2016.

A família Barbosa, por sua vez, esteve presente em todas as disputas políticas desde 1996, inicialmente através de seu principal representante, o ex-deputado estadual e primeiro prefeito da cidade, posteriormente através de seus herdeiros políticos. O grupo ascendeu ao cargo no executivo municipal duas vezes e foi derrotado nas demais disputas para membros da família Cherene.

O único prefeito que ao longo desses anos concorreu e ascendeu ao cargo sem ligação de sangue com uma dessas famílias, teve o êxito eleitoral atribuído a sua estreita ligação com a área da saúde. Todavia, não se pode negligenciar o fato de que o “político da saúde” estava aliado com a família Barbosa no pleito em que saiu vitorioso, cujo um membro foi vice-prefeito na sua chapa.

⁷⁷ Muitos vereadores desta família já ocuparam vagas no legislativo municipal. Uns dos quais reproduzem no cargo desde a emancipação ininterruptamente.

Com relação à fidelidade partidária há que ressaltar que, em contraponto com o município estudado por Canedo (2005), em São Francisco de Itabapoana nem mesmo as duas famílias que dominavam o cenário político se mostraram fidelizadas, pois os candidatos desses dois grupos mudavam de partido a cada disputa, aparentemente estabelecendo arranjos que melhor servissem ao propósito de vencer as eleições⁷⁸.

Todavia é importante dizer que as facções políticas em disputa no interior de Minas já tinham uma trajetória política consolidada desde o início do século XX, alguns membros dessas famílias tinham ocupado cargos importantes na política mineira e até mesmo nacional. Ao passo que no contexto estudado, a existência política das famílias mencionadas datava pouco mais de vinte anos.

Com relação à fidelidade partidária, pude notar através das entrevistas que o partido político não tem sido um critério importante na escolha dos candidatos. No entanto, algumas famílias demonstraram certa fidelidade aos políticos filiados ao PMDB. Estas famílias foram aquelas cujo membro entrevistado garantiu que ao grupo geralmente apoiava o mesmo candidato. Todavia, na medida em que esses interlocutores falavam sobre essa escolha, ficava evidente que estava baseada muito mais na confiança inspirada pela relação de *amizade* com o político, do que relacionada ao partido propriamente dito.

Além do partido político, a qualidade da gestão dos representantes também apareceu como uma questão secundária, não necessariamente definidora do voto. Nem o partido, nem a performance dos políticos, no exercício do cargo, eram critérios importantes para adesão a determinado candidato. A pouca importância atribuída à verificação das habilidades formais dos parlamentares no momento da escolha, parecia explicar a reprodução de certos políticos no poder. E isso era um tremendo paradoxo diante da constatação, desses mesmos entrevistados, que pouca coisa ou quase nada havia mudado no município no decorrer dos anos. A esse respeito um dos entrevistados me perguntou: “há quantos anos você vem ao município? Você consegue ver alguma mudança? Segue tudo igual, não melhorou nada não é mesmo?”⁷⁹ Este tipo de constatação revelava a avaliação negativa que as pessoas faziam da atuação dos políticos. Entretanto, esse aparente contrassenso estava contido na forma como os moradores locais visualizavam a política e produziam interpretações a seu respeito.

⁷⁸ Consegui observar apenas um caso em que pai e filho há anos estavam filiados a um mesmo partido (PMDB). No entanto, ao passo que o pai fora exitoso em todas às disputas que participou, em sua época, o filho tentava sem êxito pela terceira vez o legislativo da cidade. Embora em todas as eleições em que participou tenha ficado entre os primeiros mais votados, em números de votos, conseguiu ocupar apenas a vaga de suplente.

⁷⁹ (Fonte: secretário da associação de moradores, Ladeira das Pedras, setembro 2016).

Política para mim é um meio de vida, é ruim é ruim, mas ninguém faz nada sem ela (Fonte: funcionário municipal – Gargaú, agosto 2016).

Política pra mim é uma mentira, é muita pouca vergonha e engano, a política no município está horrível. Nada que presta, quando chega perto das eleições começam a procurar os outros. Visitam pessoas para prometer e não cumprir (Fonte: funcionária padaria– Brejo Grande, agosto 2016).

Política ninguém vive sem ela, queira ou não queira. Se é hospital precisa de política, se é posto de saúde precisa de política. Tem política e politicagem. Agora a política aqui está péssima, a política foi desvalorizada. Não é de dizer o cara foi ruim não, é que está zerado mesmo. As comunidades todas desprezadas, agora eles estão até com vergonha de chegar perto dos eleitores, não tem o que dizer pra gente. (Fonte: pequeno produtor rural- Brejo Grande, agosto 2016).

A política vem de muito tempo atrás, mas nada mudou em nosso município. A maioria (dos políticos) não trabalha para evoluir o município, más trabalha para encher o bolso. Há venda de votos, eu na verdade voto por consideração. A pessoa vai ser um bom político se já ajuda os outros sem interesse, então vai ser um bom candidato (Fonte: vendedor, Floresta de Barra, agosto 2016).

A política aqui está desacreditada. Na política vem todo mundo, mas acabou nem um adeusinho, um obrigada. (Dona de casa – Retiro, agosto 2016)

A gente vota por consideração porque fez alguma coisa lá atrás, a gente tem que votar em quem fez alguma coisa pela gente, alguém que ajuda a gente. (Fonte: comerciante – Brejo Grande, agosto 2016).

Política pra mim é um jogo de interesses. Hoje em dia está assim, a visão que os políticos têm é uma e da população é outra...desde sempre há esse voto de cabresto, as pessoas pensam que mudou mais não mudou. Antigamente se comprava o voto com um favor, levava para conseguir uma consulta. Hoje tem políticos que compra voto com R\$ 5000,00 por 3 votos. (Presidente Associação de Moradores, São Francisco, setembro 2016).

A descrença dos munícipes na política é notória como demonstra as narrativas. Uma parte dos entrevistados a descrevia como um “interesse particular”, uma atividade que as pessoas se envolviam antes de tudo por interesse próprio, especialmente o econômico. Em razão disso, parte dessas pessoas concebia o político como uma pessoa dependente da *ajuda* externa para conquistar o posto almejado. Ou seja, dependente do voto, pois ao votar em determinado candidato não estaria apenas votando em um representante político, mas acima de tudo *ajudando* aquela pessoa em particular a se eleger, a conquistar aquele cargo.

Em contrapartida, com exceções, as pessoas demonstram possuir forte expectativa em relação ao tipo de comportamento adotado pelo candidato após as eleições. Não se tratava de fiscalizar o exercício parlamentar, mas de observar como o político reagiria após as eleições, se iam demonstrar gratidão com seu eleitorado ou se “esqueceriam” e/ou ignorariam aqueles que o elegeram. E através dessa teoria explicavam o êxito ou insucesso de algumas personalidades locais na política.

Tenho que reconhecer que o eleitorado dele era muito fiel, mas porque ele era muito

justo com o eleitorado dele. Ampara o seu eleitorado, cumpria com o que prometia fosse um emprego, o que fosse. Ao contrário do outro que fala demais e joga muita conversa fora.

Durante a pesquisa de campo, ficou claro que a opinião dessa moradora possuía unanimidade entre os entrevistados, correligionários de ambos os lados, alguns inclusive afirmaram ter mudado o apoio em eleições seguintes após essa constatação. O senso de justiça a que se refere à entrevistada nada mais é que a demonstração de gratidão, pelo político, ao apoio recebido da população. Essa demonstração não tem a ver com a gestão municipal, mas com a forma como o dito político tratava o seu eleitorado. E, acima de tudo, tinha a ver com a consecução das promessas realizadas no nível particular durante o período da campanha e atendidas após o seu acesso ao cargo.

Do ponto de vista dos políticos, a preocupação com retribuir o eleitorado (dar atenção e ajudar) era evidente e se manifestou de forma naturalizada na narrativa dos vereadores que foram entrevistados durante a pesquisa de campo. Dentre eles, apenas um demonstrou certo estranhamento com esse tipo de expectativa, e explicou que embora não estivesse de acordo com esta visão de mundo, a partir do momento em que constatou que havia perdido votos na sua própria comunidade por ter “apenas calçado ruas” e “esquecido” de atender aos pedidos particulares, teve que adequar seu comportamento. A partir desse episódio percebeu que esse tipo de atenção era uma dimensão importante da política local. Sendo assim, passou a conjugar as atividades no gabinete com a atenção personalizada dispensada aos eleitores.

A tentativa de ganhar a confiança e o voto através do serviço à comunidade e não a indivíduos de forma particular, conforme assinalou o vereador, resultava de sua formação política. Sua trajetória até o legislativo do município havia sido muito diferente quando comparada à trajetória dos demais políticos. Ao contrário dos demais vereadores, ele tinha formação política no seu partido e vinha da militância política partidária. Na ocasião da pesquisa ele era o único político com formação superior. Havia morado na capital do estado para estudar, ocasião em que se filiou ao PSDB e recebeu formação e cargos dentro do partido. Ao regressar ao município, obviamente, se inseriu na política local.

Este político foi o único que associou a sua entrada formal na disputa eleitoral com a experiência partidária. E fez questão de citar as atividades e cargos ocupados na coordenação do partido, como por exemplo, a frente do movimento jovem durante o período da graduação. Para ele, essa experiência havia sido crucial, pois o havia

possibilitado realizar contatos com o centro do poder (em referência as viagens a Brasília) e com figuras emblemáticas da política estadual e nacional, capacitando-o para ocupar um cargo de confiança na gestão municipal, quando retornou ao município. Ao ocupar este cargo aproveitou a experiência para preparar a própria candidatura, inicialmente ao legislativo (eleito a vereador em 2012) e, posteriormente, ao executivo da cidade (sendo, pois, derrotado nas eleições 2016)⁸⁰.

Este foi o único personagem da política local que atribuiu à militância um papel fundamental. Para ele, a sua porta de entrada na política teria sido essa experiência. Este fato o distingue dos demais políticos entrevistados, pois estes atribuíram a ocupação dos cargos representativos a argumentos como: “vocação”, herança política familiar, o desejo de *ajudar* as pessoas ou o convite de algum partido. Quando se referiam   trajetória na política, a mudança frequente de partido ficava evidente. Esta mobilidade partidária apareceu como uma tendência entre os políticos que ocupavam os dois níveis de poder no município. Conforme foi verificado, os candidatos dificilmente permaneciam no mesmo partido político em duas elei es consecutivas, como demonstra a tabela 1 e 2 abaixo.

Tabela 1 - Fidelidade Partidária (candidatos ao executivo, 1996 -2016)

Prefeito/Candidato	1996	2000	2004	2008	2012	2016
Família C	DEM	PDT	PMDB	-	PSC	PMDB
Família B	PSDB	PMDB	PDT	-	PR	PSB

Fonte: tabela elaborada pela autora a partir dos dados disponível no site do Tribunal Eleitoral (TSE-RJ)

Tabela 2 - Fidelidade partidária (vereadores da gestão 2013/2016)

Vereadores	2016	2012	2008	2004	2000	1996
Vereador 1	PMDB	PSC	-	-	-	-
Vereador 2	-	PSDB	PSDB	-	-	-
Vereador 3	-	DEM	DEM			
Vereador 4	PP	PP	PP	-	-	-
Vereador 5	PSDB	PSDB	-	-	-	-
Vereador 6	PMDB	PMDB	PSDB	PTB	-	PDT

⁸⁰ Participou nos tempos da faculdade da militância jovem do PSDB, onde ocupou distintos cargos. No município iniciou a convite de um ex-prefeito local e começou inicialmente como uma espécie de assessor. Posteriormente ocupou alguns outros cargos na administra o municipal, inclusive, na secretaria de finanças e era o principal mediador local entre a política local e a nacional, isto é, pessoa responsável pelos contatos em Brasília para conseguir recursos para o município, de acordo com sua própria narrativa.

Vereador 7	PPS	PSDC	-	-	-	-
Vereador 8	PR	PR	-	-	-	-
Vereador 9	DEM	PMDB	-	-	-	-
Vereador 10 (família C)	PTB*	PTB	-	-	-	-
Vereador 11	PMDB	PSC				
Vereador 12	PTN*	PSB	PSB			
Vereador 13 (família C)	PSC	DEM	DEM	PFL	-	-

Fonte: tabela elaborada pela autora a partir dos dados disponível no site do Tribunal Eleitoral (TSE-RJ)

A mudança frequente de partido político, identificada também como infidelidade partidária, tem sido uma questão bastante discutida por acadêmicos dedicados ao tema da política no Brasil, especialmente por aqueles empenhados ao estudo do sistema partidário e/ou eleitoral. Alguns temas como a titularidade do mandato, os impactos da migração de políticos entre partidos, a influência do financiamento de campanha e dos lobbies na mobilidade partidária além da crise de representatividade, por exemplo, tem figurado essas discussões (SCHMITT, 1999; FREITAS, 2008; BAHIA & NUNES, 2010; ASSIS, 2011).

Assis (2011) sustenta que a mudança de partido político está estreitamente relacionada aos financiamentos privados de campanha e a pressão que os “patrocinadores” exercem (ou exerciam) sobre os seus candidatos. Embora não entremos no mérito deste debate, é interessante lembrar que até recentemente, as campanhas eleitorais eram marcadas por grandes eventos com shows de cantores famosos, distribuição de brindes, etc., conforme atestou Schottz (2005). A autora que realizava pesquisa no município na época se impressionou com os gastos e a envergadura dos eventos realizados durante a campanha de 2004, período que culmina com o que alguns políticos locais identificaram também como sendo o de consolidação do que chamaram “política do dinheiro”.

Longe de ser uma particularidade do município de São Francisco de Itabapoana, as campanhas políticas “milionárias” têm sido uma tendência no Brasil. Uma estratégia utilizada por políticos das diferentes esferas para acessar e/ou se manter no poder, tanto nos grandes centros urbanos, quanto na periferia e municípios “rurais”. Trata-se de investimentos de cunho pessoal (dinheiro proveniente da economia familiar e/ou da venda de bens), de empréstimos bancários e os chamados financiamentos de campanha, que se trata do patrocínio de particulares (investimento) na campanha de políticos (prática esta, que embora proibida pelas novas regras eleitorais, são burladas constantemente e tema polêmico na política nacional).

O financiamento privado de campanha tem sido um tema bastante controverso, pois

pressupõe uma contrapartida do político patrocinado se materializado na “privatização” das políticas. Isto é, na atuação do parlamentar, gestor municipal, etc. em favor dos interesses privados. Muitos autores cuja pesquisa está centrada na consolidação dos sistemas públicos de saúde e/ou na medicalização da sociedade têm dado ênfase e criticado a nefasta presença das grandes empresas da chamada *indústria médica* “por detrás” da política e dos políticos. Cenário este que configura empecilho real para o estabelecimento e a consolidação de políticas públicas de saúde e para a aplicação dos recursos na saúde, isto é, a quantidade e as prioridades (ILLICH, 1975; ORELLANA, 2009; OLIVA-AUGUSTO & COSTA, 1999; LUZ, 1991; RODRIGUES, 2014)⁸¹

No contexto do município de São Francisco de Itabapoana, aparentemente a transferências frequente de políticos entre partidos não resulta de nenhuma ruptura ideológica ou fuga às limitações impostas pelos partidos, mas a arranjos convenientes que a cada nova eleição redefine o lugar do político, pois conforme observado às mudanças ocorrem não entre partidos diametralmente opostos, senão entre partidos ideologicamente bastante similares (FREITAS, 2008).

Os munícipes e alguns políticos locais identificaram *a política do dinheiro* como sendo uma modalidade de fazer política e/ou uma estratégia eleitoral, em que pagamento de dinheiro sobrepunha as “dívidas por obrigação moral” na definição de apoios políticos. Com isso se referiam à inserção da prática de doações materiais (coisas e dinheiro) em troca de voto em prejuízo do chamado *voto de amizade*, ou seja, daqueles votos cuja escolha do candidato está relacionada à *consideração* pelo político e/ou sentimento de *obrigação moral*.

A partir de 2005, com a proibição dos chamados showmícios e distribuição de brindes, as campanhas passaram a ser mais modestas, mas conforme as narrativas locais o emprego de dinheiro e de outras artimanhas para obter o voto persistiram. Outro aspecto

⁸¹ Nos diferentes meios de comunicação também abundam notícias e/ou denúncias dessa relação entre interesse privado das indústrias médicas e a política, e como essa relação prejudica a oferta de serviço público. Em matéria publicada por Natalia Passo no site da ONG “A repórter Brasil”, em dezembro de 2015, intitulada “Lobby da indústria farmacêutica põe direito à saúde na UTI”. A autora da matéria demonstra a satisfação dos interesses dessas empresas através da ação de parlamentares e afirma que “grandes laboratórios investem em doações para campanhas eleitorais, bancam viagens internacionais para parlamentares e contratam ex-gestores públicos com acesso a informações privilegiadas. O Brasil é hoje o sexto mercado interno em vendas de medicamentos do mundo, com forte perspectiva de ocupar o quarto lugar já em 2017” (reportagem completa no site <http://reporterbrasil.org.br/2015/12/lobby-da-industria-farmaceutica-poe-direito-a-saude-na-uti/>).

que tem chamado à atenção nessas narrativas tem sido a recorrente alusão à compra de votos, como basicamente a única forma de ascensão do político novato aos cargos de representação política, conforme detalharemos mais adiante.

De acordo com o idioma local, os “políticos que não tem tradição”, isto é, os novatos na política, que ainda não tem o nome consolidado ou não pertence a famílias de políticos tradicionais no município, possui maior dificuldade para se eleger se não for pela via do dinheiro. E como esta tem sido uma estratégia empregada por alguns candidatos, até mesmo os chamados *políticos de tradição*, em teoria a *campanha do dinheiro* viria se tornando uma prática generalizada.

O motorista de um transporte alternativo comentou durante uma viagem pelo município: “Aqui ninguém fala mais em campanha de menos de um milhão”, sugerindo que para ser candidato no município e pensar vencer uma eleição, o político teria que possuir no mínimo essa quantia disponível para investir na campanha eleitoral.

Esse tipo de referência estava frequentemente presente na fala dos moradores do município quando se referiam às disputas políticas que estavam se aproximando (2016). Os comentários a respeito do valor pago por determinados políticos em troca de apoio público eram recorrentes e, segundo essas narrativas, esse pagamento podia variar de um salário mínimo a mil reais⁸². Essas narrativas apareciam em forma de “denúncias veladas” (quando as informações eram deste tipo, geralmente o interlocutor antes de contar a informação, diziam: ouvi dizer por aí que tem políticos que..) ou abertas (quando era este tipo de informação, as pessoas contavam abertamente como ficaram sabendo e o nome dos políticos envolvidos). Outras vezes apenas como um simples comentário⁸³. O interessante é que os narradores nunca admitiam estarem eles próprios envolvidos com esse tipo de transação, tampouco os políticos entrevistados admitiram pagar por apoio ou voto. Ao comentar esses casos às vezes simplesmente diziam: “isso tem acontecido muito por aqui”, ou “se me der dinheiro eu pego, mas não sou obrigado a votar”.

Por outro lado, tanto os políticos quanto os eleitores demonstraram certo orgulho em afirmar que participam da *política da amizade*. Isto é, recebiam votos pela *consideração* do

⁸² Valor pago para colar adesivo do candidato no carro, por exemplo.

⁸³ Em algumas situações essas informações eram ditas por algum entrevistado, porém com a ressalva de que não queriam se complicar, que não gostariam ter o nome associado a esse tipo de informação. Outras vezes as pessoas falavam abertamente e ainda apontavam exemplos de pessoas e/ou políticos envolvidos em tais transações.

povo e que votavam em *consideração* ao político. Ninguém demonstrou resistência ou desconcerto para afirmar que empenhou o voto por *obrigação* ou por se sentir *obrigado* a retribuir o eleitorado.

A gente aqui em casa vota por obrigação. Ajudou lá atrás e a gente considera. Agora não faz mais nada, mas fez lá atrás a gente considera. Ele ajudou muito o meu marido quando ele estava com problema de saúde. Votamos nele e depois no filho dele. Essa consideração eu nunca vou esquecer... A gente tem que votar em quem faz alguma coisa pela gente. Sou contra reeleição, mas vou votar nele pelo problema que já falei, mas sou contra porque não fazem nada depois (moradora local).

Tem gente que compra voto e tem voto de amizade. O que eu faço aqui é socorrer as pessoas, levar pra Campos. (vereador local).

No decorrer da pesquisa verifiquei que alguns desses políticos que afirmavam se valer da *política de amizade* também eram citados em casos de compra de votos. Um desses políticos, inclusive, fez um comentário que deu entender que lançava mão dessa prática quando necessário, “na noite da eleição estava em segundo lugar nas pesquisas. Eu estava eleito. Aí meu sobrinho desafogou de mim para atender outros. E aí perdi votos porque naquela noite teve gente que pagou 50 reais pelos votos”.

Na narrativa dos políticos, a compra de votos é um tema subterrâneo quando se trata da própria atuação, indicando que embora um ou outro pudesse lançar mão de tal prática esta não está naturalizada como o voto de *amizade* ou de *consideração*. Ao contrário, quando se trata da prática de outros está condenada tanto no discurso dos políticos quanto no dos eleitores. E ficou evidente que nenhuma das partes queria se identificar com este tipo de prática.

Na medida em que avançava na coleta de informações, notava que ainda que se falasse muito da compra de votos, esta prática por si só não garantia o êxito eleitoral, ou pelo menos não garantia o estabelecimento de uma reputação necessária para a reprodução no universo da política. Muitos munícipes entrevistados compartilhavam da opinião de que quando o candidato compra votos deixava de ter compromisso com o município e menos ainda obrigação com o eleitorado, portanto não merecia ser votado. Ou para usar os termos de um comerciante local “o candidato que compra votos não tem interesse nenhum com o município. Se eu comprei e paguei não te devo obrigação, né?”.

Os políticos por sua vez ressaltavam a importância de conquistar o eleitor, ou seja, de construir uma relação de reciprocidade a longo prazo, um tipo de relação que não é possível estabelecer através da compra de votos, pois esta não garantia lealdade e,

tampouco, a continuidade política.

A partir da emancipação, mais ou menos pelo ano 2000 teve um candidato que implantou aqui uma eleição de dinheiro. Nenhum vereador que está lá [na câmara mandato 2013/1016] não gastou menos de R\$300.000. Da última eleição está havendo alguma mudança, há muitas vendas/trocas de favores, mas muitos já estão mudando. Fui mais votado que o candidato que gastou mais de 200.000 na minha localidade, apesar dele investir tudo isso fui mais bem votado. Você não vai conquistar quando compra o voto, vai adquirir o voto. Quando eu perdi [eleição], no dia seguinte eu experimentei o carinho das pessoas por eu não ter conseguido [ganhar a eleição]. Tive uma derrota eleitoral, mas uma vitória política muito grande, meu nome está aparecendo bem cotado até para prefeito. (Candidato a vereador)

De acordo com o político citado acima, derrota eleitoral não significava derrota política. Para aqueles que possuíam eleitores *amigos*, o apoio transcendia o voto nas urnas e era o que incentivava o político seguir na política, inclusive, aumentando o apoio em eleições futuras. Esse tipo de argumento foi bastante comum entre os moradores locais para explicar o monopólio do executivo municipal na mão de duas famílias do município que disputam entre si.

Essa disputa entre famílias é fato notório na região, incluso tem figurado matérias jornalísticas publicadas em jornais impressos, online e blogs regionais como demonstra a matéria abaixo, extraída da Folha da Manhã Online:

No antigo sertão, duas famílias brigam pelo poder há décadas. Neste ano não vai ser diferente. Esse não é o texto de abertura de mais uma novela de época da televisão brasileira. É um resumo do cenário político de São Francisco de Itabapoana — chamado de sertão de São João da Barra, antes da emancipação em 1995. De um lado a família Cherene, que está no comando atualmente com o prefeito Pedrinho (PMDB), que deve tentar a reeleição. Do outro a família Barbosa Lemos, a primeira a sentar na cadeira da Prefeitura, com Francimara (PSB) pré-escalada para disputa. A decisão acontecerá no dia 2 de outubro, sob julgamento dos cerca de 35 mil eleitores do município no Norte Fluminense. Para quem analisa “de fora” parece que não há o surgimento de novas lideranças políticas no município. Mas essa não é a opinião dos atores envolvidos. Eles acreditam que as duas famílias têm forte potencial político na cidade e por isso estiveram envolvidas em praticamente todos os pleitos, de 1996 a 2012. Nos confrontos diretos, quando as chapas eram encabeçadas por um Cherene contra um Barbosa Lemos, a vantagem até agora é dos Cherene. Esses encontros aconteceram em 1996, 2000, 2004 e 2012 — a família Barbosa Lemos só venceu em 1996. (Folha da Manhã Online - 24/04/2016)⁸⁴

Os eleitores locais foram categóricos ao assinalar que o aparente êxito político da família Cherene e as derrotas consecutivas da família Barbosa estavam relacionados ao que consideravam o diferencial entre ambas. A saber, a palavra dada e os compromissos estabelecidos durante a campanha. No idioma local, o candidato/político que cumpre a

⁸⁴ A matéria pode ser encontrada no seguinte endereço online <http://www.fmanha.com.br/regioes/familias-brigam-por-prefeitura>.

palavra é considerado um político *justo* e, portanto, digno de crédito, confiança e voto. E nesse quesito os Cherene eram bastante elogiados, ao passo que os Barbosas eram intensamente criticados.

Segundo fontes locais, os Cherene faziam jus à palavra dada, pois estavam sempre “atentos ao eleitorado deles”. Ao passo que a outra família era mais do que reincidente na quebra dessas promessas. Sendo assim, mesmo aqueles que tinham simpatia e os apoiavam reconheciam que eles eram menos confiáveis do que os políticos da família Cherene quando assunto era honrar a palavra.

Uma das principais críticas atribuídas à gestão municipal do primeiro Barbosa foi a de não ter empregado o próprio eleitorado. Ou melhor, de não ter empregado apenas o seu eleitorado nos postos de trabalho municipal. O fato de ter empregado “adversários”, pessoas da oposição, deixando de assistir alguns de seus próprios apoiadores era considerado por seus eleitores como uma tremenda injustiça, falta de consideração e até certo ponto uma traição e, portanto, uma das causas para a perda de apoio que lhe custou a derrota na tentativa de reeleição no pleito do ano 2000.

Mesmo os eleitores que se apresentavam como opositores da família Cherene coincidiam quando o assunto era o bom tratamento em relação seus eleitores desta família. Para essas pessoas, Os cherene possuíam maior habilidade e agiam com maior prudência do que os da outra família, pois estavam sempre atentos às necessidades dos seus correligionários não apenas no período político eleitoral, mas, sobretudo, entre eleições.

2.4 Nova geração, velhas performances: estratégias de manutenção do poder no executivo municipal e as expectativas do eleitorado

Um ano antes da campanha eleitoral de 2012, um blog local noticiava⁸⁵:

Por enquanto, pelo que sabemos, são esses os nomes que estão figurando: atual prefeito, Beto Azevedo (PMDB); médico Pedrinho Cherene (PSC); radialista Barbosa Lemos ou o atual vice-prefeito, Frederico Barbosa Lemos, pai e filho (PR); Professor Marcelo Silva de Barra do Itabapoana (PT); advogado Cláudio Hering (PV) e Edson Correa Mansur (PTB).

No ano seguinte quando começou a corrida eleitoral, a opinião de dois moradores do município em resposta ao blog se confirmava: “Não acredito que haverá uma disputa eleitoral com sete candidatos. Muitos acabam retirando suas candidaturas em troca de uma secretaria,

⁸⁵ <http://paulonoel.blogspot.com.br/2011/10/momento-politico-em-sao-francisco-de.html>

de ser o candidato à vice. Quem viver verá”; “Sempre, desde que foi emancipada, a disputa eleitoral fica entre dois candidatos”.

Sob o lema de “Renovação Total” e “São Francisco, uma família para todos”, a disputa eleitoral daquele ano, longe de acenar para novidades trouxe à baila a “velha” política de oposição entre as duas antigas famílias locais. A única novidade ou renovação dizia respeito à geração dos candidatos, pois os dois candidatos eram os filhos e herdeiros dos antigos adversários nos pleitos anteriores.

O candidato vitorioso neste pleito assumiu a prefeitura da cidade aos 34 anos, sendo, pois, considerado o prefeito mais jovem da região norte fluminense. No dia anterior a posse, o jornal Terceira Via publicou uma entrevista com o novo prefeito na sua página na internet. Na entrevista o político ressaltava, dentre outras coisas, o legado político do pai que havia lhe servido de aprendizado.

Três aspectos que compunha a representação daquele político foram destacados pela matéria na ocasião, o fato de ser jovem, ser médico e de pertencer à determinada família.

Aos 34 anos, o médico Pedro Jorge Cherene Junior, conhecido como Pedrinho Cherene, se tornou o prefeito mais novo da região norte fluminense. Somando 15.804 votos, ele venceu as eleições em São Francisco de Itabapoana em sua primeira disputa eleitoral para o cargo de chefe do executivo. Filho do ex-prefeito de São Francisco de Itabapoana, Pedro Cherene, que administrou o município entre 2001 e 2008, ele pode absorver muitos exemplos deixados pelo pai e que ele encara como um verdadeiro legado. Além de exercer a medicina, Pedrinho já atuou no município de São Francisco de Itabapoana como secretário de Saúde. Na política, foi candidato a deputado estadual, alcançando grande número de votos⁸⁶.

Quando interrogado sobre “os princípios de família que levaria para vida política”, o prefeito respondeu: “honestidade, respeito ao próximo e zelo com a coisa pública. Na condição de prefeito eleito de São Francisco, vivo com a minha população uma relação de carinho e de confiança recíproca, assim como aconteceu com Pedro Cherene”.

Contradizendo o lema da coligação que o elegeu, Renovação Total, o prefeito eleito enfatizou o compromisso com o legado político familiar e a continuidade na forma de fazer política aprendida com o próprio pai, ex-prefeito da cidade por dois mandatos.

O zelo na manutenção deste legado foi um dos aspectos mais realçados por moradores do município quando abordavam a sua gestão. Durante as entrevistas realizadas no terceiro ano de seu mandato, a seriedade com que o prefeito tratava à atenção ao eleitorado, a sua educação excessiva no trato com as pessoas e o carinho especialmente com crianças e idosos

⁸⁶ Citação extraída da matéria intitulada “Entrevista: Pedrinho Cherene é o prefeito mais jovem do Norte Fluminense”.

era um dos aspectos que contavam positivamente a seu favor. “O prefeito como pessoa é delicioso” revelou um dos entrevistados.

Embora ambos os candidatos ao pleito 2012 tivessem linhagem política, o carisma com a população e o compromisso de manter o legado familiar durante sua campanha eleitoral havia sido um diferencial para os eleitores, pois estes realmente demonstravam ter uma relação de confiança com o antigo ex-prefeito conhecido pela fidelidade ao eleitorado. Ao passo que o outro candidato tinha contra ele, a desconfiança por ser herdeiro de um político cuja fama era justamente o contrário.

Apesar disso a disputa foi bastante acirrada, pois ambos tinham a seu favor o apoio de pessoas chave de cada localidade, adquirido de antemão devido à herança familiar. Ou seja, ao iniciar a corrida eleitoral já possuíam uma “torcida” e a adesão voluntária de pessoas cuja relação fora estabelecida antes mesmo que eles houvessem “entrado” na política.

O *nome de família* se mostrou um recurso social poderoso conforme me explicou um funcionário público local, ao abordar a ascensão política do candidato da família Cherene: “o nome, o sobrenome de uma pessoa ajuda muito. Ele teve muita confiança das pessoas. Não que a gestão dele seja igual ao do pai, porque é muito diferente”.

Apesar da existência de aspectos que distingue os distintos políticos de uma mesma família, como a simpatia e o carisma, por exemplo, o fato de pertencer à determinado grupo familiar, sem dúvida, confere ao político alguma vantagem (ou desvantagem), pois de uma forma ou de outra terá sua performance política e/ou pessoal sempre comparada às principais qualidades do seu grupo político.

Nesse sentido, o prefeito eleito para a gestão 2013/2016 entrou na competição eleitoral com alguma margem de vantagem sobre o outro candidato, pois além de ter herdado o “bom nome” (as qualidades relacionadas à sua família) era médico, fato que ganhou grande destaque na época da campanha⁸⁷.

No entanto, apesar de reunir as condições para ser um bom gestor na concepção local, *nome*, simpatia e formação em uma área tão *castigada* no município, conforme termo usado por um morador, no final do mandato parte da população reclamava da administração do referido prefeito. De modo particular os que se situavam na oposição, pois o acusavam de não solucionar os problemas sequer da sua área de atuação: a saúde. Questionando a sua suposta

⁸⁷ Alguns outros membros da sua família também são identificados não só com a profissão como com a prestação de serviço na área de saúde e já ocuparam/ocupam vagas no legislativo municipal dentre outros cargos de confiança, como secretaria de saúde, direção do hospital municipal, etc. Alguns são citados por desenvolver *trabalho social* na área, inclusive, o atendimento gratuito de eleitores por médicos da família.

negligência neste setor. E diante das avaliações negativas a seu governo até mesmo o fator idade passou a ser objeto para a desqualificação do político e motivo para rumores.

O prefeito devia fazer mais pela saúde, principalmente que o prefeito daqui é médico. A gente conhece ele como médico, né? Outro dia um rapaz disse: “ele como médico podia ter uma sala em Ponto de Cacimbas [hospital municipal] para atender as pessoas sacrificadas”. (Fonte: funcionário público, Gargaú, agosto 2016)

O prefeito número 1 aqui foi Barbosa, agora médico só pagando. E dizem que o prefeito atual é médico, mas pra mim não é médico, nem prefeito. Ele é um moleque, está aí para tomar cerveja, pra ser prefeito tem que ter garra. (Fonte: comerciante aposentado, Gargaú, agosto 2016)

O prefeito daqui dizem que dá consulta particular em Rio das Ostras, e o nosso lugar aqui precisando, poxa! É muito educado, mas para administração....(Fonte: comerciante, Retiro, agosto 2016)

Essas críticas ganhavam ainda mais contundência na medida em que eram relacionadas a um evento muito comentado por correligionários e oposição, o de que o referido político não haveria enfrentado sequer uma oposição na câmara dos vereadores durante o seu mandato. Algo que era dito hora como desconfiança, hora como acusação, exceto quando o entrevistado era um dos vereadores da gestão atual.

Hoje, vereador não visita isso aqui, eles moram em Travessão e Barra, mas não tem a quem recorrer. Hoje, eles recebem do prefeito para não pedir nada. Antes tudo o que eu solicitava deles eu era atendido. Eu entrei pobre na política e saí pobre, agora não! Querem sair milionários. (Fonte: ex-vereador, São Francisco, fevereiro 2015)

Eu deixei a secretaria porque não concordo com a forma de governar. Entrei no gabinete 3 vezes, a última foi para entregar o cargo. Liguei várias vezes e ele não atendeu. O político está muito desgastado aqui no município. A câmara está queimada, e eu quero ser um vereador ou prefeito para marcar história de meu município. (Fonte: ex-secretário municipal e político, São Francisco, fevereiro 2015)

Hoje o prefeito paga R\$ 30.000,00 para os vereadores votarem a favor dos projetos, quando o salário de um vereador é R\$ 5.000,00. (Fonte: proprietário de comércio, representante de associação, São Francisco, setembro 2016)

Onde já se viu? Aqui hoje não tem oposição, os que se elegeram como oposição depois passaram a ser posição. (Fonte: ex vice-prefeito, ex-vereador aposentado, São Francisco, junho 2016)

A coligação do meu partido foi oposição ao prefeito, mas quando ele ganhou ele me chamou e me pediu o meu apoio. Aqui o prefeito está fazendo tudo para crescer (Fonte: vereador A, mandato atual, fevereiro 2015)

Independente da estratégia adotada pelo político, para angariar apoio necessário para administrar o município, parece que tem sido bastante bem sucedido neste empreendimento, pois quando as alianças para a nova corrida eleitoral foram definidas, a composição que apoiou a sua reeleição agregou 18 partidos na seguinte coligação “O melhor para são

Francisco” (PMDB / PP / PPS / PR / PRB / PSL / PTB / PEN / PPL / PRP / PV / PSC / PTN / PTC / PT do B / PC do B / PSDC / PRTB), ao passo que os outros candidatos contaram com as seguintes alianças: coligação “Por Uma Nova São Francisco” (PSDB / PHS / PDT / PMB / SD / PT) e coligação “A esperança de um povo” (DEM / REDE / PROS / PSB)⁸⁸.

Além de contar com os antigos atributos pessoais e aqueles herdados com o *nome de família*, o prefeito conseguiu o apoio da maioria dos partidos políticos com representação no do município. E através de uma campanha com ênfase na simpatia (educação), participou da disputa eleitoral em 2016 tentando a reeleição.

O apelo à *simpatia* e a *amizade* tem sido um recurso discursivo bastante valorizado no idioma político local. E parece sintomático a campanha para a reeleição do prefeito da cidade ter vinculado esta ideia, como explicita os cartazes de campanha exposto no facebook e compartilhado por seus apoiadores através das redes sociais com a seguinte frase: “Quem semeia cortesia, colhe amizade, e quem planta amabilidade, colhe amor”.

Apesar de articular aparentemente as mesmas estratégias das últimas eleições da qual saiu vitorioso, o prefeito foi derrotado pela candidata da família Barbosa. De acordo com comentaristas locais, a insatisfação com os resultados de sua gestão no que se referia especialmente ao tema da saúde e a concorrência que recebeu de um vereador que havia sido aliado na eleição anterior, acabou por retirar votos importantes do prefeito e possibilitar que a adversária mais forte vencesse a eleição com uma pequena margem de votos.

2.5 O político e o pescador: sobre estratégias, cálculos e expectativas mútuas

“O que eu prometi a ele eu fiz sem ganhar um real”, me revelou um eleitor que se apresentou como pescador aposentado e vice-presidente da associação de moradores da localidade onde vive. Este morador estava orgulho por haver cumprido a promessa de mobilizar a maior quantidade de votos possíveis em sua *comunidade*, para um dos candidatos ao executivo nas eleições de 2012.

Nos termos do pescador, o referido candidato o procurou no início da campanha política e “ofereceu um emprego com um salário, mas eu não aceitei” em troca de apoio, caso vencesse as eleições. Aceitou apoiá-lo mais rechaçou a oferta, preferiu *ajuda-lo* de forma voluntária. Quando terminou às eleições, o candidato vitorioso naquele pleito retornou para agradecer o apoio, como é de praxe entre os políticos considerados atenciosos, e novamente

⁸⁸ As informações sobre a composição dos partidos e a coligação estão disponíveis no site do TER-RJ e TSE na página <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/municipios/2016/2/58289/candidatos>.

tentou oferecer dinheiro por seu empenho em sua campanha, como assinala: “ele perguntou quanto eu queria, eu disse que não queria nada”. E enfatizou:

Porque eu não aceitei o trabalho da prefeitura? Eu não aceitei, eu agradei porque vejo gente que precisa muito mais do que eu para ocupar essa vaga. O Pedrinho saiu meio chateado, mas disse: se todo mundo pensasse assim, o mundo estaria melhor.

O relato deste morador é bastante emblemático, do ponto de vista do funcionamento da relação político-eleitor no município, e indicativo da coexistência de diferentes moralidades. Este eleitor, assim como outros, relatou esse evento com bastante naturalidade, pois a oferta de dinheiro e cargos (postos de trabalho) em troca de apoio está até certo ponto cristalizada, desde que não ultrapasse determinados limites morais.

Ao se recusar receber qualquer tipo de retribuição pelo apoio isso não significa que reprovava a atitude do político. Ao contrário, lamentou ter deixado o político em uma situação desconfortável diante de sua segunda recusa. Ao mesmo tempo, o pescador estava orgulhoso consigo mesmo por haver recusado aquela *ajuda*, conforme indicava a sua consciência. Ele não achava justo aceitar aquela *ajuda* quando havia pessoas que precisavam muito mais do que ele no município, segundo explicou.

Esse interlocutor embora tivesse uma vida modesta, estava satisfeito com a forma em que estava vivendo. Tinha uma boa relação com algumas personalidades da política e não devia *favor* para ninguém, ao contrário quando se recusou intercambiar apoio por um cargo ou dinheiro, frustrou a expectativa do político em retribuir o apoio dado na campanha.

Diante daquela recusa legítima, o eleitor impediu que o político saldasse a sua “dívida” comprometendo-o, pois a partir daquele momento, a garantia de apoios futuros dependia da disposição do político para manter a relação de proximidade e, inclusive, a disposição para atender as possíveis demandas deste eleitor quando fosse solicitado.

Por haver *ajudado* o político conquistar votos sem receber e/ou exigir nada em troca, havia ganhado respeitabilidade que se expressava na rapidez em que seus pedidos, em favor da sua *comunidade*, eram atendidos pela prefeitura: “aqui nós somos muito concordados...[ele e alguns políticos locais], se eu pedir pra eles [os políticos] virem fazer um alargamento da rua eles vêm”.

Ao atender às demandas locais a pedido do pescador, e se fazer presente nos eventos mais relevantes da localidade o político ganhou a confiança das pessoas e foi muito elogiado por meu interlocutor. Que revelou com visível satisfação que o prefeito *ajudou* e esteve presente na cavalgada que era a principal festa da sua *comunidade*.

Entretanto, revelou também que havia *ajudado* um vereador local, mas se decepcionou após as eleições, porque quando ele “precisou de voto fez alguma coisa pela população”, ao se eleger havia se afastado da comunidade caindo no esquecimento. Para completar, havia tomado conhecimento que o referido vereador havia “comprado votos” e se recusava *ajudar* as pessoas quando era solicitado.

O fato de não buscar benefícios pessoais junto aos políticos, não se aproveitar da relação que estabelecia com eles para ganhos materiais, bem como se colocar a disposição de sua comunidade atendendo, dentro de suas possibilidades, as pessoas que necessitavam de sua *ajuda* se convertiam em respeitabilidade e prestígio. Esse prestígio se expressava na influência que o pescador e vice-presidente da associação local exercia sobre a vizinhança, como ele próprio assinalou: “a comunidade se comporta aqui como se eu fosse o vereador ou o prefeito, me perguntam: e nós vamos votar em quem? Nós vamos ficar com quem?”.

O caso em tela mostra que o sentimento de obrigação, geralmente associado exclusivamente aos eleitores “devedores”, que resultaria em relações de dependência com os políticos, não é a única possibilidade em contextos em que há ofertas as mais variadas em troca de apoio e voto e a circulação de bens materiais e simbólicos entre políticos e eleitores. Há outros arranjos e situações similares como demonstra a narrativa do pescador, em que a circulação desses “bens” não gera necessariamente relação de dependência e de subalternidade, mas de reconhecimento social (poder social) e prestígio que podem ser convertidos em benefícios para a comunidade.

Sugere também que a limitação econômica nem sempre determina a troca do tipo pecuniária entre político e eleitor. O “cálculo” que resultou na recusa do pescador diante da oferta de emprego e dinheiro do político, a câmbio de apoio, estava referido a um esquema moral que articulava variáveis que transcendiam os interesses calculistas (BEZERRA, 1999).

O eleitor movido por certa percepção sobre o funcionamento da política optou apoiar o político gratuitamente, ao recusar receber algum benefício imediato podia mantê-lo *obrigado* ao passo que se o recebesse, todo empenho pessoal posto para *ajuda-lo* conseguir votos estaria de certa forma quitado.

Para este eleitor, a manutenção do prestígio superava qualquer valor monetário, razão pela qual angariava votos sem receber nada em troca se tornando um aliado forte para essas personalidades. Convertia o prestígio gerado desta relação em pedidos/benefícios para sua *comunidade* e aumentava o respeito e reconhecimento frente a ela.

Em face do seu desempenho como pessoa honrada, ocupava o lugar de intermediário entre a comunidade e os políticos. Inclusive, havia ascendido a presidência da associação de moradores local, algumas vezes, por pedido da própria vizinhança. E atuava como uma espécie de “prefeito local” ou subprefeito, conforme informara. Esse caso revela que dentro do seu esquema moral outros imperativos eram mais importantes do que o pecuniário.

2.6 “O que eu faço aqui é ajudar as pessoas”: *Ajuda, favor, trabalho social e amizade*

Desde o início do trabalho de campo ficou evidente que algumas categorias e ideias eram fundamentais para apreender o objeto de estudo. Categorias a partir das quais os moradores do município definam as relações no campo da política e expressavam suas percepções sobre o seu funcionamento.

Para os munícipes que tive a oportunidade de conversar (eleitores e políticos), a noção de representatividade era algo bastante difuso, a política formal era concebida como a ocupação dos cargos de vereador e de prefeito por meio *da política*, ou seja, por meio das eleições. E a candidatura aos cargos legislativo e executivo municipal era concebida como uma alternativa de realização econômica e social particular de cada político (isto é, desejo de acesso ou manutenção de determinado padrão econômico e acesso ou desejo de poder).

No entanto, como a ocupação desses cargos implicava “mexer com dinheiro público dos impostos que a gente paga”, como disse um vendedor, quando a herança familiar não estava pressuposta na biografia do político, os eleitores da comarca utilizavam o caráter pessoal (personalidade) como um dos principais critérios de julgamento. Esta informação aparecia como algo crucial para que os eleitores pudessem definir a natureza da entrada do político no universo da política. Isto é, se a candidatura estava motivada pela disposição de *ajudar* à população ou para satisfazer o próprio interesse.

De acordo com esse princípio de classificação, a qualidade de “bom político” estava referida à disposição para *ajudar*, sobretudo antes de entrar na política, pois esse comportamento prévio, aos olhos dos eleitores, indicava que havia possibilidade do político dar prosseguimento ao trabalho após a eleição. Alguns vereadores locais quando interrogados sobre o que o legitimava ocupar o cargo, respondiam: “minha disposição para *ajudar as pessoas*” e citavam orgulhosamente os casos em que haviam atuado.

Quando o assunto era a política, tanto políticos como eleitores se queixavam dos interesses individualistas que atrapalhavam a política. Os políticos reclamavam dos eleitores que “hoje em dia” votava mais por interesse próprio, enquanto os eleitores se queixavam de políticos que entravam na política para levar vantagem e da falta de políticos comprometidos com as necessidades do município.

Segundo um político local: “ainda há aqueles que votam por tradição e idealismo, mais isso está cada dia mais difícil”. E me explicou que se referia ao voto familiar baseado na fidelidade a determinado partido ou grupo político (família de políticos), especialmente ao PMDB que era o partido de maior tradição no município. Com isso supunha que a *política* como “tradição” familiar e partidária estaria sendo substituída por outra modalidade de política.

Ambos, políticos e eleitores, queixavam-se constantemente da “contaminação” da política pelo dinheiro e ponderavam que o que ainda salvava a política era a *política da amizade*, porque o *político amigo* agia em conformidade com determinadas obrigações e códigos morais que se impunha sobre os seus interesses individualistas. E que o *eleitor amigo* se apoiava nas qualidades do político e não no interesse em receber dinheiro ou algum ganho material em troca do voto.

A certa altura de uma entrevista, uma moradora afirmou: “hoje está uma bagunça qualquer Zé Ninguém pode se tornar um político”. Para ela a ascensão de “políticos novatos sem tradição nenhuma na política” acabava sendo um problema, pois na falta de reconhecimento para ganhar o jogo político (aqueles atributos “tradicionalmente” considerados legítimos para concorrer aos cargos de autoridade - especialmente herança familiar), esses Zé Ninguéns tinham que recorrer ao dinheiro para conquistar os votos do eleitor.

Essa revelação me pareceu bastante curiosa, pois apesar de fazer referência à compra de votos também sinalizava para uma possível diversificação na ocupação dos cargos políticos, que antes estavam monopolizados pela “tradição familiar”.

As disputas políticas no município costumam ser bastante acirradas e o resultado eleitoral em grande medida define a situação daqueles que estiveram envolvidos, torcendo ou realizando campanhas para esses candidatos, pois ainda que a posse do cargo implicasse a realização de um mandato voltado para os interesses municipais (coletivos), após o desfecho

eleitoral a gestão tende ser dirigida a beneficiar a parte vencedora. Ou seja, aquela parte da população identificada como apoiadora da facção política vencedora.

Sendo assim, a população que esteve dividida em duas partes, durante a campanha política eleitoral, ao encerrar a *política* ganha status de beneficiária ou de excluída daquele mandato conforme o lado que ocupou na campanha, pois por uma questão de *justiça* o político teria que atender as demandas daqueles que o apoiaram. Em razão disso, as disputas fomentam muita rivalidade. A cada quatro anos, o objetivo de parcela da população é tirar do poder a todo custo o político “adversário” e passar a condição de “beneficiária”. Essa foi a explicação de uma eleitora para o episódio do boneco inflável e o elevado número de votos recebidos pelo político que o protagonizou. Segundo ela, o desejo de tirar o político adversário era tão grande, que quando o candidato que uma parcela da população queria que voltasse ocupar o cargo resolveu apoiá-lo, as pessoas sequer ponderavam os fatos, simplesmente enchiam os comícios e votaram no político preso, mesmo ele sendo supostamente “um mafioso”.

Ao analisar essa característica da política local se nota que a posse do cargo pelo político é concebida como uma espécie de “controle das sanções sociais”, relacionado à capacidade do político usar o poder pelo qual foi investido para recompensar e favorecer os correligionários ou, do contrário, prejudicar e marginalizar os “adversários” (PITT-RIVERS, 1971, p.97).

O político é visto como alguém que pelo cargo que ocupa passa a ter o poder e/ou a influência para *arrumar* ou tirar empregos, favorecer e/ou intermediar transações, as mais diversas, sejam elas de cunho econômico ou social. E alguém que pode conseguir benefícios para seus *chegados* ou dificultar para aqueles que consideram seus adversários.

No entanto, o equilíbrio do uso de sua influência e poder residiria no fato de que a manutenção ou não da posição ocupada pelo político estaria na dependência do povo (dos eleitores), ou seja, a cada quatro anos tudo pode mudar porque “eles é quem precisam da gente”, como afirmou um ambulante em entrevista para este trabalho.

Deste ponto de vista, a *amizade* aparece como um princípio político importante, pois supõe valores igualitários, de intimidade e reciprocidade capaz de suplantar os valores individualistas e, sendo assim, capaz de regular as relações de autoridade, conferindo alguma simetria às relações assimétricas entre os políticos e os eleitores (PITT-RIVERS, 1971).

Para muitos eleitores realizar *favores* é uma obrigação do político e/ou dos candidatos e, assim, recorriam a eles com muita naturalidade. No entanto, contrariando a literatura sobre patronato e clientelismo, estes *favores* nem sempre submetiam os eleitores ao vínculo de lealdade, ainda que a negativa a um favor pudesse romper o vínculo de amizade.

Os *favores* são, nesse sentido, os termos de uma relação de amizade, pois:

Hacer amistad con alguien significa situarse en un estado de obligación. Esta obligación le impone a uno ponerse a su disposición, aun cuando implique sacrificio. No se debe, si es que se le puede ayudar, decir «no» a un amigo” (PITT-RIVERS, 1971, p.162).

O voto não é visto necessariamente como um direito, mas como a *ajuda* que se dá ao candidato para que este seja eleito. Sendo assim, dar o voto implicava a ideia de fazer *um favor* para político também. Logo, esperar retribuição em tempo oportuno ou ao menos demonstrações de reconhecimento e *amizade* fazia parte da expectativa local. Assim como, pedir um emprego ou *favores* menores ao político também era visto até certo ponto com naturalidade.

No entanto, diante da recusa em realizar esses *favores* ou quando surgiam *amizades* (alianças) mais promissoras, em termos de ganho/favores, os eleitores podiam mudar seu apoio e voto com certa facilidade em eleições futuras.

No entanto, aceitar *um favor* inicial significa entrar em uma relação de *amizade* e de “obrigação recíproca”, pois os vínculos que a estabelecem e a mantêm são a simpatia, a confiança e o favor (PITT-RIVERS, 1971, p.162).

Simpatia, confiabilidade e disponibilidade para *ajudar* e *fazer favores* eram justamente os três principais critérios através dos quais a personalidade de um político era ajuizada pelos moradores do município. No entanto, chamou a atenção o fato de que a categoria nativa *favor* se mostrou bastante difusa.

Ao realizar uma entrevista com um comerciante de um pequeno povoado, ele sugeriu algumas pessoas com as quais, em sua opinião, eu deveria conversar. Dentre elas um vereador que segundo ele se tratava de alguém com o qual mantinha uma relação de apreço e amizade mútua, ainda que ele próprio fosse declaradamente um não eleitor deste político. Para mostrar sua familiaridade com o político em questão, o chamou pelo telefone diante da minha presença para solicitar uma entrevista. E não satisfeito com aquela demonstração de

familiaridade me passou o telefone para que eu mesma pudesse conversar com o político e explicar do que se tratava meu trabalho.

Ao coloca-lo a par do meu objeto de estudo, o político mostrou-se solícito e respondeu prontamente algumas questões diretamente ao telefone, mas sugeriu que o procurasse pessoalmente para uma conversa, porque “o pedido do amigo era uma ordem”. Ao desligar o telefone o comerciante comentou que nunca havia votado naquele político, mas que nutria por ele muita *simpatia*, porque se tratava de uma pessoa muito *humilde* e “boa gente”, especialmente porque apesar de morar na sede do distrito, que está localizado a mais ou menos quatro quilômetros de seu comércio, e de ter vários bares à disposição no bairro em que mora, não só aparecia de vez em quando para tomar umas cervejas no seu bar, como toda vez que oferecia uma festa em sua própria casa, o vereador comprava pessoalmente as cervejas com ele. Deixando de comprar nos comércios maiores e próximos a sua própria residência. O fato de o político lhe dar preferência nesta compra, mesmo tendo alternativas mais fáceis, fazia o comerciante se sentir prestigiado e, portanto, revelou: “esse é um cara que quando eu vejo alguém indeciso recomendo” (o voto).

O fato de o político citado realizar a compra de bebidas no bar deste comerciante produzia nele a sensação de *dever um favor*, pois embora pudesse compra-las em outros estabelecimentos até mesmo melhores, o político escolhia o seu bar mesmo sabendo que o voto daquela família já estava empenhado a outro político. O comerciante, por sua vez, como não podia retribuir-lhe com votos, em contrapartida tratava de tornar público o apreço que tinha por ele e de ressaltar a sua boa reputação frente aos frequentadores do seu estabelecimento. Sendo assim, embora o político não pudesse contar com seu voto, podia contar com o seu apoio político que se materializava em propaganda a seu favor e demonstrações de *amizade*.

Diante de situações e narrativas como essa, percebi que se um *favor* podia ser retribuído com outro não equivalente, na base da *amizade*, e produzir certa simetria nas relações entre não iguais, a ideia de *ajuda* era distinta, pois esta implicava a impossibilidade de “pagamento” à altura. Esta se referia a um *favor* impagável, algo para o qual não havia equivalência em termos monetários. Tratava-se de uma dívida moral sem prazo de validade. Às vezes a partir de uma situação de *ajuda* surgia uma grande amizade, pois devotar à amizade a alguém que lhe presta uma *ajuda* é o mínimo que se espera.

A categoria *ajuda* na maioria das vezes era acionada para descrever um ato de bondade desinteressado (ou pelo menos com essa aparência), realizado geralmente em situações dramáticas em que o realizador da *ajuda* se encontrava em uma situação de superioridade econômica ou moral. Referia-se ao fato de receber um *grande favor* em condição de desigualdade com o doador e por ocasião de uma necessidade grave que não deixava alternativa senão a de aceitar à *ajuda* ou, dependendo da circunstância, solicitá-la.

O pedido e troca de *favores* entre amigos costumava ser visto como uma situação ordinária, mas a oferta espontânea de *ajuda* ou a *ajuda* em função de um pedido era algo que cortava o cotidiano, geralmente marcava a vida dos implicados e era concebida quase sempre como um ato extremo de generosidade, principalmente quando quem dava a *ajuda* estava liberado de qualquer tipo de obrigação moral para realizá-la e ainda assim a realizava.

Nessa categoria entravam os *favores* realizados em momentos limites da vida. Aqueles realizados quando a integridade física, a saúde e/ou a vida de alguém estava ameaçada. Especialmente, mas não exclusivamente, em contextos de enfermidade e morte.

A narrativa da esposa de um pequeno comerciante ilustra bem essa questão. Segundo o relato da moradora, a “denúncia de um vizinho invejoso” havia levado o marido a ser preso em flagrante por venda ilegal de cigarro. Com a prisão inesperada do esposo havia ficado desnorteada, pois nunca sequer havia sonhado passar por uma situação como aquela. Ficou ainda mais desesperada quando foi informada de que o delito cometido era inafiançável. Diante daquela situação complicada, recebeu a sugestão de um conhecido para procurar a *ajuda* de determinado político, político que segundo lhe informaram na época era alguém que tinha *conhecimento* com bons advogados e certamente poderia ajudá-la.

Hesitante por nunca haver apoiado o referido político, em nenhuma eleição, e, portanto, não ter o “direito” de pedir-lhe um *favor*, no final das contas decidiu procurá-lo assim mesmo, pois diante da gravidade do assunto “colocou a vergonha de lado” e foi buscar *ajuda*. No entanto, pensava que o vereador fosse arrumar desculpas para não ajudá-la, por saber que não se tratava de seu eleitorado, mas para a sua surpresa não só fora bem recebida, como o político acionou os seus contatos e se encarregou de todos os trâmites. Em menos de 24 horas trouxe o seu marido de volta e quando o casal sugeriu pagar as despesas do advogado não aceitou receber absolutamente nada em troca.

Desde então esse político se tornou grande um amigo para eles. E nas eleições seguintes, sem que o mesmo solicitasse, a família entrou de cabeça na campanha política tornando-se *cabo eleitoral por amizade*, conforme explicou:

Fomos cabo eleitoral duas vezes. Uma por amizade e uma por dinheiro. A primeira eleição foi logo depois da emancipação. Trabalhamos para o prefeito, fomos cabo eleitoral remunerado (é um tipo de serviço, aqui no município é um serviço extra/legal). O segundo trabalhamos como cabo eleitoral por amizade. Falo isso porque trabalhamos mesmo! Vestimos camisa, botamos boné a caráter mesmo, porque naquela época podia. E não recebemos nada por isso. Aliás, perdemos dinheiro por causa da amizade. Trabalhamos em duas eleições para o vereador X porque ele nos fez um grande favor. Um favor que não tínhamos como pagar (...) Mesmo sabendo que nós não éramos eleitorado dele. Então decidimos ser cabo eleitoral dele sem que ele tivesse pedido e aí trabalhamos mesmo!⁸⁹. (grifos meus)

Desde o episódio passaram a realizar campanha gratuita para o político em todos os pleitos a qual concorreu, pois concebiam que a *ajuda* daquele político havia gerado uma dívida impagável, pois embora a família tivesse dinheiro para pagar o advogado, não possuíam *conhecimentos* (contatos) e influência suficientes para acionar as pessoas e as informações certas para sair daquela situação. Sendo assim, o grupo ponderava que se não fosse por aquele *grande favor*, aquela *ajuda*, o comerciante teria ficado preso muito tempo como um criminoso.

A família que recebeu a *ajuda* não era nem amiga, nem eleitora do político inicialmente, mas depois desse acontecimento passou a lhe dedicar grande apreço e *consideração* redundando, obviamente, em apoio político incondicional e voto.

Em distinção aos *favores* e à *ajuda*, o *trabalho social* estava condicionado a uma espécie de *ajuda* institucionalizada. O político que *ajudou* o comerciante, por exemplo, era conhecido também por realizar um *trabalho social* na área de saúde, que se materializava em um estabelecimento de atendimento infantil para famílias carentes.

Quando se trata de *trabalho social na saúde*, o político geralmente é identificado como alguém que oferece assistência em alguma área, que pode ser na área de saúde, de esporte, de assistência básica, de assessoria jurídica, etc., e ainda que nem sempre esse tipo de assistência possa implicar na existência de um espaço físico, muitas vezes esse espaço existia com nome e endereço conhecidos.

⁸⁹ Narrativa realizada durante uma entrevista por uma comerciante do município em junho de 2015.

Quando o político não dispunha de um local específico para realizar a assistência, geralmente possuía uma rede de relações organizada que lhe dava suporte na consecução do atendimento. Algumas vezes esse *trabalho social* era organizado em forma de projeto ou mesmo de uma espécie de ONG. Durante o trabalho de campo surgiu uma variedade de situações⁹⁰.

Segundo uma informante local, “o seu vereador” (referindo-se ao político que apoiava há anos) havia mantido um projeto chamado “Mão Amiga” que fornecia assistência médico-ambulatorial para pessoas carentes. Segundo ela, os recursos para a consecução do “projeto social” tinha origem numa relação de reciprocidade política entre o político em questão e um deputado estadual⁹¹.

Segundo pude depreender dos relatos, alguns políticos conhecidos, por sua disponibilidade de *ajudar*, com o passar do tempo organizaram um tipo de rede de assistência, ou seja, institucionalizando a *ajuda* em determinado *trabalho social* especializado em um tema específico.

A forma como a população concebia este tipo de assistência era bastante ambígua, mas até certo ponto não estava mal vista. Um líder comunitário declarou em entrevista que em sua opinião todo vereador tinha que realizar um *trabalho social*. No entanto, esta modalidade de *ajuda* ainda que possa render votos para determinados políticos, tampouco produz lealdade como os *favores* ou a *ajuda interessada*, pois esse tipo de atendimento “institucionalizado” ora é associado a uma estratégia para angariar votos, ora concebido como uma forma de compensação do político com aqueles que contribuiram com o voto.

Logo, ser beneficiado pelo *trabalho social* de um político não possui o mesmo valor de receber uma *ajuda* em um momento de necessidade. E, portanto, esse tipo de atendimento não necessariamente gerava vínculos de amizade, pois muitas vezes não era considerada uma dívida inicial e outras vezes esse tipo de assistência era associado à ideia de interesse. Heredia (2002, p.35) assinala que muitas vezes os *favores* solicitados por eleitores estão

⁹⁰ Dentre outros exemplos de *trabalho social* foram citados dois políticos. Um que distribuía cestas básicas, organizando-a com o suporte dos grupos de jovens da igreja a qual era filiado. E outro que prestava assistência na saúde e possuía uma ampla rede de amizade com profissionais da área, de fora do município, a quem recorria para conseguir atendimento, além de possuir um funcionário previamente designado para dar suporte no atendimento das demandas.

⁹¹ Em 2016 entrevistei a ex-esposa desse político, na época candidata a vereança e nesta oportunidade comentou sua intenção de atuar na área de saúde, inclusive organizando uma ONG para prestar assistência. Tema que voltarei a ele detalhadamente mais adiante.

naturalizados e, portanto, não são concebidos como uma dívida original, mas apenas reiteram “um momento no fluxo de uma relação mais ampla” entre ambos.

A relação entre os eleitores que se beneficiavam com o *trabalho social* e o político que o realizava se aproxima à ideia de *amizade instrumental* cunhada por Wolf (2003), que se caracteriza por uma espécie de relação patrão-cliente onde a carga afetiva que possibilita conformar a confiança que mantem as conexões de apoio mútuo futuro é bastante débil.

Ao receber o auxílio de um político que realiza *trabalho social* na saúde para fazer uma cirurgia, por exemplo, os beneficiados apesar de agradecidos nem sempre viam esse *favor* como uma *ajuda stricto sensu*, muitas vezes a entendiam como uma assistência interessada, pois a ideia de que o *trabalho social* desenvolvido por políticos é ao mesmo tempo uma *obrigação* e um ato não espontâneo (interessado), sempre está presente. Em razão disso, os “favores” realizados no âmbito do *trabalho social* nem sempre são considerados uma “ajuda”, pois esta se caracterizaria justamente pelo contrário, por ser um *favor* “espontâneo”, imprevisto e desinteressado.

De acordo com o que se pode depreender dos depoimentos locais, o desinteresse e o “sacrifício” é o que torna a *ajuda* algo quase sagrado. Como, por exemplo, *ajudar* um eleitor adversário em momento de dificuldade, acordar no meio da noite para levar alguém ao hospital, deixar o que estava fazendo para atender um pedido de socorro, cancelar um compromisso para participar de um funeral e/ou prestar algum tipo de ajuda nesse momento, mudar de rota para visitar um doente, etc., sem, contudo, pedir ou deixar entrever que espera contrapartida.

O *trabalho social* é concebido como uma espécie de organização política para fornecer “ajuda” em troca de votos. A manutenção desse tipo de atividade é vista por alguns municípios como necessária porque representaria uma compensação do político ao fato de receber votos para ocupar o cargo. Concepção esta que está fortemente associada à descrença no trabalho formal dos políticos durante seus mandatos. Sendo assim, essas atividades de assistência encarnariam uma forma desses políticos mostrarem serviço.

Sendo assim, a satisfação da necessidade do eleitor, por si só não produz sentimento de gratidão duradouro. O *trabalho social na saúde*, como evidencia a narrativa de alguns informantes, funciona como um intercâmbio de *favores* mais ou menos equivalentes. O político me presta o *favor*, interessado no voto, e eu lhe concedo meu voto na eleição

seguinte por haver recebido o *favor*. Ou seja, o *favor* é restituído através do voto porque “uma mão lava a outra”. Expressão geralmente usada nesses contextos tanto por políticos como eleitores.

Neste caso, o vínculo de lealdade política não se prolonga para eleições futuras se o político não mantiver determinado *fluxo de comunicação* com o eleitor para além do favor concedido. Um político que se identificou como realizador de *trabalho social revelou* que para manter uma boa margem de votos era necessário um trabalho diário de atenção personalizada. Fazer um favor e depois “deixar o eleitor pra lá”, esquecido, não adianta nada.

A meu ver, as relações entre eleitores e políticos em situações que podem ser descritas como de acesso a serviços mediados pelo *trabalho social* são as que mais se aproximam da definição de clientelismo político, tal como é tratado pela literatura, entretanto matizado pelas especificidades locais.

O *trabalho social* aparece como uma espécie de arranjo político e estratégia eleitoral, que resulta de um acordo de apoio mútuo entre políticos locais a políticos de outras esferas para manter e ampliar o alcance eleitoral de ambos no município. Nesta modalidade de *ajuda*, o apoio geralmente logístico ou material de algum deputado para as personalidades da política local dar continuidade ao *trabalho social* (conseguindo ambulância, verbas, facilitando vagas em hospitais, etc.) foi relatado. Nesse sentido, esse tipo de *ajuda* às vezes nasce da “necessidade de dar assistência às bases”, isto é, a partir da preocupação dos parlamentares em manter e ampliar o apoio político nas bases, garantindo votos para eleições futuras, como assinalada para Bezerra (1999, p.46).

Os deputados *ajudam* os políticos ou personalidades locais, geralmente com verbas, para desenvolverem seus “projetos” no município, os chamados *trabalhos sociais*, e estes o apoiam nas eleições majoritárias no labor de conquista de votos. Os políticos locais envolvidos nesse tipo de apoio buscam dar visibilidade ao nome do deputado no município. Os convidavam para participar de eventos considerados importantes e significativos no município, e não perdiam a oportunidade de compartilhar em suas redes sociais fotos desses eventos e do deputado em questão, isto é, o registro de sua presença e dos benefícios trazidos por ele para o município ou região.

Os eleitores por sua vez, marginalizados do acesso a determinados serviços de saúde ou possuindo o acesso apenas limitado a eles, ainda que suspeitassem da dimensão

“interessada” desse tipo de *ajuda*, encontrava nessa modalidade de assistência um modo possível de sanar suas necessidades de saúde entrando em relação e, portanto, se tornando “clientes”. Não resta dúvida que há um forte sistema de dominação por detrás desses arranjos, que se caracteriza pelo monopólio de recursos e de sua distribuição por determinado grupo político que produz, portanto, vínculos de subordinação e dependência.

Na entrevista de um político local, ele afirma que a “ajuda” já esteve institucionalizada no aparato político municipal. E que recursos públicos eram organizados entre os políticos do legislativo para prestar assistência personalizada. Este político informou que em razão disso, havia organizado palestras com representantes do Ministério Público e do Tribunal Superior Eleitoral, para tentar conscientizar os seus colegas a respeito do papel do vereador.

Ao entrevistar os vereadores do município, notei que a lógica que os mobiliza na conformação de tais arranjos clientelistas, nem sempre estão associados ao interesse, embora a priori possa parecer. Observei que concepções compartilhadas com os eleitores, acerca da política e das obrigações morais que o cargo implica, também era uma forte motivação para o estabelecimento de *cadeias de favor* e de dependência pessoal (BLANCO, 2014).

A linha que divide o sentimento de obrigação (as obrigações morais) para com o eleitorado e o atendimento das necessidades de modo impessoal é muito tênue. Mesmo para aqueles políticos cuja lógica liberal-democrática está incorporada na sua concepção de política e, portanto, lhes permite se posicionar criticamente com relação ao clientelismo, em muitas circunstâncias não escapam às trocas de favores que caracterizam esta prática, como bem observou Heredia (2002).

A autora analisa a troca de cartas entre um deputado e eleitores e assinala que:

“Embora se trate de um deputado que combate a prestação de favores, que ele considera ‘clientelismo’. A própria existência das cartas, isto é, o fato da população escrever aos políticos, fazendo pedidos, é revelador de como funciona o sistema político e, portanto, da visão que se tem do papel dos políticos e do que deles a população espera”. (HEREDIA, 2002, p. 28)

Além do mais, ser político e ser eleitor, como assinala Oferllé (2005), não se trata de papéis naturais, mas socialmente estabelecidos e fruto de processos históricos sociais distintos que precisam ser problematizados.

Notei que o progressivo descrédito na política e na capacidade dos políticos para

cumprir as promessas realizadas no âmbito da campanha político-eleitoral, tem levado a população a recorrer a “política da amizade”. Uma configuração política que de acordo com o idioma local é menos injusta, pois supõe compromissos de reciprocidade que minimizam as injustiças cometidas no âmbito do exercício dos cargos políticos, quando os ocupantes desses cargos operariam a partir da lógica puramente individualista.

Em razão disso, os atributos mais valorizados não são aqueles associados ao desempenho do político na qualidade de parlamentar, mas sim na qualidade de “amigo”. Estão referidos muito mais aos compromissos de *amizade* e/ou as dívidas (obrigações) morais do que a realização de propostas de lei ou da participação na consolidação de políticas públicas importantes para o município.

Espera-se que o político seja generoso com seus correligionários e atento as suas necessidades. Um político desatento tem poucas chances de se manter por longo tempo na política. Um deles certo dia me explicou que os votos no município são conquistados *a varejo*, isto é, que dependia da relação que o político estabelecia com o eleitor antes das eleições e das possibilidades de manter essa relação no cotidiano.

Em razão disso, sai ganhando aqueles políticos que têm disponibilidade e boa vontade para ajudar, especialmente em assuntos de maior necessidade, como, por exemplo, saúde e trabalho.

Sendo assim, os elogios e as críticas quase sempre dizem respeito ao preenchimento dessas expectativas. Isto é, estão referidos ao cumprimento dos compromissos firmados no nível pessoal e do tratamento dirigido ao eleitor no cotidiano e não apenas no período eleitoral, pois do ponto de vista local os políticos dificilmente cumprem o que prometem durante a campanha, portanto o que realmente os distingue é a atenção como prática diária, os vínculos afetivos que estabelecem e cultivam, a disponibilidade para *socorrer* a população em momentos de dificuldade e a capacidade de cumprir a palavra dada (as promessas) no nível particular ou pessoal.

CAPÍTULO 3 - A SAÚDE COMO RECURSO SOCIAL E CAPITAL POLÍTICO

A partir das informações produzidas pelos próprios moradores do município e da sua articulação com os dados oficiais (referentes às eleições 2012 e 2016), este capítulo começa por apresentar a relação entre *trabalho social na saúde*, ascensão política e o voto. A articulação entre essas três questões foi se evidenciando a partir da narrativa dos moradores sobre o desempenho dos políticos locais e do relato dos políticos sobre sua própria trajetória e atividades que desenvolviam. Essas narrativas, de ambas as partes, destacavam o atendimento na área de saúde como uma atividade importante na biografia dos políticos mais bem-sucedidos do município.

O prestígio adquirido com esse tipo de atendimento, seja em formato de *trabalho social* seja como uma *ajuda* ou um *favor*, parecia evidente. Não por acaso, os políticos considerados mais comprometidos com a população, que concederam entrevista para este trabalho, revelavam sem reservas a preocupação de “atender o eleitorado” em suas necessidades de saúde, e em adequar suas agendas de atividades formais ao atendimento informal dessa natureza.

Sendo assim, um dos eixos deste capítulo está centrado na discussão sobre esta forma de prestígio como um recurso social localmente importante na obtenção de êxito eleitoral e na composição de uma carreira política ascendente. Um recurso especialmente importante para aqueles candidatos concebidos como “novatos”, isto é, aqueles inicialmente destituídos de outros recursos sociais legitimadores da carreira política.

Nesse sentido, este capítulo abordará as distintas situações que produziam políticos e outras situações que definiam o significado da política e do voto para os moradores locais. Na medida em que vamos penetrando o universo de significações representado pela teoria nativa, isto é, pela produção de interpretação local sobre como é a política e sobre o papel dos políticos, o lugar da *ajuda na saúde* e sua reprodução como uma prática política se torna inteligível. Interpretações como a ideia de *política da amizade* e a diferença entre *vitória eleitoral* e *vitória política*, presentes neste capítulo, expõem a expectativa dos munícipes e suas crenças a respeito do universo da política e, conseqüentemente, sobre como os políticos agiam e como deveriam agir, antes e durante *a política*, para acessar e manter os votos. E o sentido local atribuído ao voto revelava os critérios dos eleitores para escolher “seu candidato”.

De acordo com os interlocutores locais, a inserção da *política do dinheiro* nas disputas eleitorais vinha debilitando certos critérios que compunha a “boa política”. Esta, vista como uma política que articula elementos como: *prestígio, confiança, consideração* e a *amizade*.

Neste capítulo estão reunidas ainda descrições etnográficas de como as disputas políticas-eleitorais cortavam o cotidiano e de como as tensões ordinárias emergiam no *tempo da política*, pois a suspensão das regras de cordialidade e de não-conflito era concebida como uma dimensão *da política*. Além desses conflitos e da tensão sempre eminente, a formação de redes de cooperação entre os profissionais da saúde e os “profissionais da política”, que redundavam na contraposição entre a dinâmica do atendimento versus dinâmica da *ajuda*, também era uma dimensão da política. E para finalizar, discute-se também nesta parte do trabalho, a articulação da *ajuda na saúde* com outros recursos sociais e a possibilidade de sua conversão em *capital político*.

3.1 As eleições locais: dados, significados e interfaces com a área de saúde

Na competição eleitoral de 2016 foram registradas junto ao TER-RJ (Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro) 160 candidaturas para o cargo de vereador do município. Ainda que não tenha sido possível entrevistar todos os candidatos, algumas entrevistas e o levantamento de informações possibilitou mapear de forma preliminar o envolvimento de alguns desses políticos com atividades denominadas localmente como “trabalho social na saúde”. A partir disso foi possível observar que pelo menos cinco destes candidatos novatos estavam associados, direta ou indiretamente, com atividades desenvolvidas na área de saúde, como demonstra a tabela abaixo.

Tabela 3 - Vereadores com *trabalho social* na área da saúde (mandato 2013/2016)

Políticos	Ajuda Autodeclarada	Declarada por terceiros	Partido	2012	2016
Vereador 1	NE	Não	PSC	1371	1,142*
Vereador 2	NE	Não	PSDB	1356	**
Vereador 3	Sim	Sim	PP	904	1.183
Vereador 4	Sim	Não	PSDB	893	**
Vereador 5	Sim	Não	PMDB	878	826*
Vereador 6	Sim	Sim	PSDC	878	1,126*
Vereador 7	Sim	Não	PR	875	803*

Vereador 8	Não	Não	PMDB	774	630*
Vereador 9	NE	Sim	PTB	735	832***
Vereador 10	NE	Não	PSC	662	383***
Vereador 11	NE	Não	PSB	621	658***
Vereador 12	Sim	Não	DEM	463	788*
Vereador 13	NE	Não	PSC	609	-

Fonte: Elaboração da autora com base nos dados do Tribunal Superior Eleitoral – RJ (TSE-RJ) e nas entrevistas realizadas entre 2015-2017.

*Candidatos eleitos em 2012 e reeleitos em 2016

** Candidataram que concorreram à vaga distinta no pleito 2016 e saíram derrotados

*** Candidatos que não foram reeleitos em 2016

- Candidatos que não concorreram à reeleição em 2016

NE – Candidatos não entrevistados

Tabela 4 - Eleições 2016 (candidatos, nº de votos e a relação com a saúde)

Candidato	Trabalho social	Nº Mandatos	Partido	Situação 2016	Nº de votos
Candidato 1	Sim	3	PP	Eleito	1.183
Candidato 2	Não	1	PMDB	Eleito	1,142
Candidato 3	Sim	1	PPS	Eleito	1,126
Candidato 4	-	-	PEN	Eleito	1017
Candidato 5	-	-	PSC	Eleito	840
Candidato 6	-	-	SD	Eleito	838
Candidato 7	Sim	1	PTB	Não	832
Candidato 8	Sim	4	PMDB	Eleito	826*
Candidato 9	Sim	1	PMDB	Não	826
Candidato 10	-	-	PTN	Eleito	817
Candidato 11	Sim	1	PR	Eleito	803*
Candidato 12	Sim	4	PSC	Eleito	788*
Candidato 13	Não	-	PSC	Não	677
Candidato 14	-	2	PROS	Eleito	666
Candidato 15	Não	2	PTN	Não	658
Candidato 16	Não	1	DEM	Eleito	630*
Candidato 17	-	2	SD	Eleito	615
Candidato 18	-	-	PMDB	Eleito	593
Candidato 19	-	-	PSC	Não	563
Candidato 20	Sim	-	PSB	Eleito	521
Candidato 21	Não	-	PSB	Não	421
Candidato 22	-	2	PMDB	Não	383
Candidato 23	-	-	PSL	Não	378
Candidato 24	-	-	SD	Não	377
Candidato 25	Sim	-	PSC	Não	371
Candidato 26	Sim	-	PSC	Não	361

Fonte: Tabela construída a partir dos dados do TSE-RJ – resultado das eleições 2016⁹²

As tabelas acima ilustram a relação entre *trabalho social* na área da saúde e o voto

⁹² <http://divulga.tse.jus.br/oficial/index.html>

considerando o resultado das últimas duas eleições (2012 e 2016) e os 26 candidatos melhor situados, eleitos ou não, na última corrida eleitoral⁹³.

A tabela 3 mostra que apenas um vereador dentre os treze eleitos em 2012 não competiu a um cargo no pleito de 2016 ficando de fora da corrida eleitoral⁹⁴. Dentre os que seguiram na competição eleitoral, nove tentavam se reeleger ao mesmo posto e dois vereadores do PSDB se aliaram para concorrer ao executivo municipal, como prefeito e vice-prefeito respectivamente, mas foram derrotados nessa eleição. Dentre os nove candidatos que pleiteavam continuar no legislativo, apenas seis conseguiram se reeleger. Os outros três vereadores embora tivessem conseguido uma quantidade elevada de votos, perderam o posto em virtude do sistema proporcional.

Dentre os treze vereadores da comarca, oito deles concederam entrevistas para este trabalho. Apenas três dos entrevistados não mencionaram realizar assistência na área de saúde. Apesar de não terem mencionado a atividade explicitamente, dois deles afirmaram realizar atendimentos aos eleitores que os procuravam com certa frequência. O terceiro tinha um trabalho mais voltado para a área do esporte na época. Os outros cinco não só afirmaram realiza-la como revelaram também as estratégias utilizadas para desenvolver o referido *trabalho social*, inclusive revelando situações, exemplos e pessoas e/ou famílias que haviam *ajudado*.

Dos candidatos “novatos” que concorreram ao pleito 2016 e foram identificados pela população como realizadores de *trabalho na saúde*, quatro deles concederam entrevistas. Três deles, inclusive, apesar de não conseguirem ocupar os cargos foram muito bem votados. Após o desfecho eleitoral, um deles ganhou um cargo de confiança na Secretaria de Assistência Social na nova gestão municipal (gestão 2017-2020).

Embora boa parte dos políticos estivesse direta ou indiretamente associada às atividades de assistência na saúde, alguns nomes ganhavam destaque durante as entrevistas à população local⁹⁵. Três políticos, em especial, apareceram em praticamente todas as entrevistas, ainda que os entrevistados se referissem também a outros nomes, fato que indicava que essas três personalidades eram concebidas como uma espécie de referência

⁹³ Dado o elevado número de candidatos inscritos para a disputa 2016, foi necessário estabelecer um recorte para efeito de representação gráfica. Nesse sentido, optou-se por apresentar os 26 candidatos com maior percentual de votos computados neste pleito, ou seja, o dobro das vagas disponíveis na câmara municipal que é de 13 vereadores.

⁹⁴ Em uma conversa com o político via telefone, o mesmo garantiu que sua decepção com o “meio político” havia sido o motivo da desistência em tentar a reeleição.

⁹⁵ Sobre essa questão há que ressaltar que alguns políticos atuavam de modo mais “global”, isto é, estendendo suas atividades de “assistência” para além das fronteiras da sua própria comunidade e/ou distrito.

nesse tipo de atividade.

Para além dos políticos que exerciam mandatos na época da pesquisa e daqueles que estavam preparando a candidatura e se candidataram para o pleito 2016, o nome de políticos mais antigos, alguns dos quais aposentados, também surgiram durante as entrevistas e foram posteriormente entrevistados.

Dentre os vereadores da gestão anterior que conseguiram se reeleger para 2017, apenas um candidato não teve o nome associado à atividade na área da saúde. Todos os demais além de identificados com essa atividade tiveram a quantidade de votos ampliada de uma eleição à outra (2012 – 2016).

No entanto, vale ressaltar que dentre os vereadores que perderam o posto nas eleições de 2016 havia uma candidata amplamente associada ao trabalho na saúde. Esta vereadora conseguiu ampliar o número de votos nesta última eleição, em comparação à eleição anterior (2012), e ocupou o sétimo lugar no ranking de quantidade de votos, porém não conseguiu se reeleger devido o coeficiente eleitoral. Situação semelhante ocorreu com o candidato que galgou a nona posição na eleição 2016. Sua popularidade, atribuída pelo próprio político, ao trabalho de atendimento e os *favores*, não exclusivamente, mas especialmente na área da saúde, lhe renderam uma quantidade significativa de votos, no entanto não conseguiu ocupar o posto em razão também do sistema proporcional.

Os candidatos que ocuparam a primeira e a terceira posição entre os políticos mais bem votados no pleito de 2016, de acordo com a tabela 4, estavam também entre os mais citados nas entrevistas como referências de *ajuda* na área da saúde.

Inversamente, entre os políticos que integravam o grupo que não tinha ligação com a área da saúde apresentou um declínio no número de votos de uma eleição à outra, mesmo aqueles que conseguiram se reeleger apresentaram menor quantidade de votos em comparação a 2012, elegendo-se nesta última eleição em função dos desdobramentos dos cálculos eleitorais, ou seja, em função do sistema proporcional.

A exceção ficou por conta do segundo candidato mais votado, pois a quantidade de votos recebidos por esse político não estava relacionada ao atendimento na área de saúde, mas associada ao trabalho de distribuição de cestas básicas “fora do tempo da política” e da “compra de votos” na última eleição, acusação esta que foi bastante comum quando os entrevistados se referiam ao nome deste político.

Além disso, o seu êxito eleitoral era associado por alguns interlocutores ao que seria a base eleitoral desse candidato na sua primeira candidatura. Isto é, os fiéis da igreja católica,

grupo que segundo essas narrativas o havia apoiado amplamente no início da carreira e contribuído para leva-lo ao cargo.

No que se refere às disputas para o executivo, pouco mudou entre as eleições de 2012 e 2016. Naquela ocasião a disputa ficou entre dois candidatos, ambos descendentes das duas famílias tradicionalmente conhecidas por disputar a gestão municipal desde a emancipação. O candidato da família Barbosa, derrotado no pleito anterior, não pode concorrer em 2016 porque estava em débito com a justiça eleitoral, mas foi substituído por seu cônjuge (a esposa) que derrotou o prefeito da família Cherene com uma diferença de apenas 213 votos.

Apesar da derrota do prefeito, alguns candidatos do partido a qual estava filiado no momento da eleição (PMDB) e dos partidos aliados saíram vitoriosos e, portanto, formaram a maioria na Câmara dos vereadores para o mandato 2017-2020. As duas outras coligações só conseguiram eleger dois candidatos cada uma.

Dentre os vereadores do mandato 2013/2016, que tentaram a reeleição e venceram, apenas uma candidata participou da disputa eleitoral como oposição ao ex-prefeito ao lado da candidata vitoriosa neste pleito.

Ao abordar o tema durante entrevista, a candidata afirmou: “mudei de partido por questão de política, porque na realidade o partido se bandeou para o lado do prefeito a qual sou oposição”. Situação parecida sucedeu com um vereador do DEM. No entanto, o referido político saiu do partido filando-se ao PSC para seguir apoiando o ex-prefeito que também é seu sobrinho, quando o antigo partido decidiu coligar-se à oposição.

A disputa entre os candidatos ao executivo foi bastante acirrada e confirmou uma tendência existente desde a emancipação municipal, a rivalidade política entre a família Cherene e a família Barbosa. E, conseqüentemente, a polarização do município como se fosse duas sociedades, cada qual apoiando e torcendo pelos candidatos dessas duas famílias (PALMEIRA, 1996).

A candidata vitoriosa neste pleito angariou 46,32% dos votos válidos, enquanto o candidato derrotado 45,92%. E por último, o terceiro candidato com apenas 7,76% dos votos válidos computados⁹⁶.

Durante o processo de campanha política-eleitoral foi possível observar que os eleitores de ambos os lados embora estivessem muito otimistas com a vitória dos seus

⁹⁶ Os dados sobre o resultado eleitoral estão disponíveis na página http://www.tre-rj.jus.br/site/jsp/visualizar_arquivo.jsp?idconteudo=132184&idarquivo=117021

candidatos, também se mostravam muito inseguros quanto o desfecho eleitoral. Para muitos a disputa estava “pau a pau” (muito equilibrada), pois a população estava bastante dividida entre os dois candidatos mais “fortes”, resultando difícil afirmar de antemão qual dos dois lados sairia vitorioso daquela disputa.

A rivalidade política no município é um tema bastante conhecido. O jornal Folha da Manhã, de grande repercussão regional, publicou a seguinte matéria na sua versão online quando os nomes dos candidatos ao pleito 2016 foram divulgados: “Famílias brigam por Prefeitura”. E inicia a matéria nos seguintes termos:

No antigo sertão, duas famílias brigam pelo poder há décadas. Neste ano não vai ser diferente. Esse não é o texto de abertura de mais uma novela de época da televisão brasileira. É um resumo do cenário político de São Francisco de Itabapoana — chamado de sertão de São João da Barra, antes da emancipação em 1995. De um lado a família Cherene, que está no comando atualmente com o prefeito Pedrinho (PMDB), que deve tentar a reeleição. Do outro a família Barbosa Lemos, a primeira a sentar na cadeira da Prefeitura, com Francimara (PSB) pré-escalada para disputa. A decisão acontecerá no dia 2 de outubro, sob julgamento dos cerca de 35 mil eleitores do município no Norte Fluminense⁹⁷.

3.2 “Antes batia nas costas do eleitor e dizia: Como é que é amigo? Agora não, manda o cabo eleitoral e foge. É tudo na base do dinheiro”: da política da amizade à política do dinheiro

Ao circular pelo município e conversar com as pessoas, nota-se que há uma forte idealização de que a “boa política” está sendo substituída por outra forma de organização em que o dinheiro passa a ser o principal elemento. No dizer local, *a política da amizade* está sendo substituída pela *política do dinheiro*, que significa dizer que as trocas econômicas e o pagamento passaram a mediar relações que antes, em teoria, eram mediadas por elementos como o *prestígio*, a *consideração* e a *confiança*. Ao discorrer sobre o assunto um político aposentado revelou:

Entrei pra política em 1962, 32 anos de idade na época. Eu tinha certa paixão pela política. Entrei no calor, não sabia o que era partido, legenda nem nada. Gostava de ver a política, acompanhar o comício, essas coisas. A política tem uma porta de entrada e sair é difícil, mas eu fiquei assim...povão. Atendia as pessoas e foi assim que eu tive muita expressividade. Fui fundador do MDB, depois virou PMDB, aqui. Fui vereador em uma época em que não recebia subsídio. Meu atendimento era o favor, e o povo ficava agradecido. Era levar mulher para ganhar neném, mulher para o hospital. Comprei até um carrinho pra atender o povo. Essa eleição do dinheiro, não

⁹⁷ Matéria publicada em 24/04/2016 pelo Jornal Folha da Manhã Online e pode ser acessado na seguinte página: <http://www.fmanha.com.br/regioes/familias-brigam-por-prefeitura>

tinha.

Os moradores locais dão um valor especial ao contato próximo entre o político e o eleitor, “ser povão” é uma qualidade *sine qua non* para ser político em São Francisco de Itabapoana. É um comportamento que garante reconhecimento e amizade, algo que possibilita mais do que ganhar uma eleição se reproduzir enquanto político. Alguns entrevistados ressaltaram que “a eleição do dinheiro bota muito candidato lá dentro”, ou seja, candidatos conseguem ocupar uma vaga no legislativo através do uso do dinheiro, mas conseguir um mandato não era necessariamente garantia de vitórias futuras, segundo a teoria local.

O fato de determinado candidato vencer as eleições e exercer um mandato não o torna automaticamente um político, pois esta posição depende da relação que o candidato estabeleceu com o eleitorado no período entre eleições e o *fluxo de comunicação* mantida com eles ao longo desse tempo (HEREDIA, 2002; MARQUES & VILELA, 2002). Desta relação depende o seu reconhecimento enquanto tal e a vitória em outros pleitos.

Segundo este ponto de vista, a ascensão política associada apenas à compra de votos desmoraliza o político e, portanto, usar a mesma estratégia em pleitos posteriores não necessariamente garantiria ao candidato um pleito exitoso, pois os eleitores valorizam o candidato “povão” e na teoria local aqueles que compram votos costumam ser arrogantes e usarem desse artifício justamente para não se comprometerem com o eleitorado.

Ao contrário do *arrogante* que tenta “comprar os votos”, o candidato “povão” conquista votos através da *amizade* com o povo. Esse tipo de político costuma ser alguém que está sempre presente nos eventos das comunidades e atento às queixas do eleitorado, compartilhando suas dores e alegrias e se colocando à disposição para ajudar quando vê necessidade. Em razão disso, pode perder uma eleição, mas não perde o prestígio. Geralmente, consegue manter uma quantidade elevada de votos e costuma receber palavras de ânimo de seus apoiadores, diante da derrota eleitoral, fato que o impele a retornar à disputa nas eleições futuras. Uma das principais características do *político povão* costuma ser a comunicação e a acessibilidade. Ao entrevistar uma dessas personalidades, um vereador local, o político revelou: “em parte o apoio político que eu tenho é por ser muito conhecido e pela simpatia da gente, pela simplicidade da gente. Se quiser falar comigo não precisa vir ao gabinete, me encontra sentado na praça, por exemplo”.

No entanto, o teor negativo empregado às queixas sobre o uso de dinheiro *na política*, quando analisado em profundidade sinalizava para outras questões. Ficava evidente que não era necessariamente o seu emprego que estava sendo condenado, mas o seu uso excessivo como principal estratégia de campanha. O que estava em jogo quando denunciavam a *política do dinheiro* era a ausência de vínculo que resultaria deste tipo de “transação”, implicando na possibilidade de desobrigação do político com o eleitor. Alguns entrevistados afirmaram que quando o político “compra votos”, busca se eximir de qualquer tipo de compromisso com o eleitorado, pois parte do pressuposto que a *obrigação* foi substituída pelo “pagamento”.

Ao ser examinadas de perto, as preocupações que diziam respeito ao uso do dinheiro na “compra de votos” estavam referidas por um lado à possibilidade de ruptura nas relações e nos *fluxos de comunicação* entre políticos e eleitores e, por outro, aos “desequilíbrios que ameaçariam não apenas eventuais chefias políticas, mas o próprio significado das eleições para essa população”, como observou Palmeira (2006, p. 49) em estudo sobre “Política, facções e voto”.

Sobre uma dessas personalidades que supostamente “havia investido pesado na compra de votos”, meus interlocutores (alguns políticos e “pessoas comuns”) relataram que o mesmo respondia: “eu não devo nada a ninguém, eu comprei o voto”, toda vez que era abordado com algum tipo de pedido realizado por eleitores.

Retóricas como a deste político confirmaria aos olhos dos eleitores que o objetivo deste tipo de político era satisfazer apenas o interesse próprio. As pessoas costumavam dizer que esse tipo de político não realizava *favor* pra ninguém, por isso investia elevadas somas de dinheiro para se liberar dos compromissos e obrigações que o cargo público impõe, ou seja, aqueles compromissos e obrigações que o “político povão” incorpora.

A *política do dinheiro* tratava então da emergência da “compra de votos” como uma prática excessiva vista a luz do dia por qualquer morador atento as articulações do *tempo da política*. Tratava-se da sensação de que de uns anos para cá havia incrementado a concorrência eleitoral com a inserção de candidatos que “faziam da política uma profissão e quando se faz isso se faz de tudo para não perder o mandato. Fica desesperado”, conforme assinalou um político local.

Desde então, a *eleição do dinheiro* (a compra de votos) havia passado a ser um modo possível de entrar na política, que de acordo com esse julgamento moral era um recurso

desonesto acionado por aspirantes à política ou aqueles políticos que fazem “da política uma profissão” para acessar ou se reproduzir no poder.

Sobre os políticos acusados dessa prática, comentou um vereador local (mandato 2013/2016) “tem políticos que são daqui, se elegem, compram casa fora e vão embora para não atender a comunidade”⁹⁸, mas segundo as narrativas esses políticos “sumidos” reaparecem no período político-eleitoral. No entanto, tentam se aproximar dos possíveis eleitores através da mediação, quase exclusiva, de cabos eleitorais.

Tem candidatos que passa e a gente só conhece pelo carro, mas agora no período eleitoral a gente conhece porque andam com as janelas abertas. (Fonte: Comerciante – Praça da Fé, agosto 2016)

Estou eleito uso óculos escuros, vidros elétricos bem escuros. Se eu descer, se você for inibido não vai me abordar, passaram três anos, os óculos descem, os vidros abaixam e cumprimentam até os cachorros de sua casa. (Fonte: Técnica de enfermagem – Ponto de Cacimbas, agosto de 2015)

O candidato que abusa da política *do dinheiro* é referido como um político que não possui “nada para apresentar”, nem no nível pessoal “porque não fez nada para ninguém” e menos ainda no coletivo porque não realizou nada pelo município. São aqueles que no dizer de um agricultor local deixaram “as comunidades desprezadas” e no período político eleitoral “mandam os cabos eleitorais e fogem”. São aqueles que “estão até com vergonha de chegar perto dos eleitores, pois não tem o que dizer pra gente”. Segundo esse mesmo agricultor: “hoje a gente nem tem como escolher não, olha para a cara de um assim, que tem coragem de falar com a gente, e vota”⁹⁹.

Embora no momento da crítica alguns eleitores mencionassem a falta de proposta desse tipo de candidato, observa-se que em realidade a avaliação do bom candidato ou bom político não passava necessariamente pela verificação das propostas políticas apresentadas por eles, tampouco pelo desempenho no âmbito parlamentar-institucional, mas a partir de critérios afetivo-emocionais baseados na forma como esses políticos atuavam para atender as demandas na maioria das vezes no âmbito pessoal (especialmente daqueles eleitores de fato ou potencial, eleitores de determinada comunidade, de determinado grupo social, etc.).

Sendo assim, as críticas ferrenhas ao trabalho dos políticos que se materializam em frases do tipo “os políticos não fazem nada pela saúde” ou “não vejo resultado nenhum do

⁹⁸ Em entrevista concedida em fevereiro de 2015.

⁹⁹ As citações foram extraídas de uma entrevista concedida pelo agricultor em agosto de 2016 em Brejo Grande a localidade onde mora.

trabalho dos políticos” etc., aparentemente influenciavam pouco na escolha do voto, pois o juízo de valor que contava, quase sempre estava remetido às qualidades pessoais desses políticos como, por exemplo, a sua disposição para ajudar.

Durante o trabalho de campo, os políticos se mostravam bastante preocupados em assinalar o quanto solícitos e atenciosos eram com o eleitorado. E se empenhavam em demonstrar os sacrifícios pessoais que realizavam para *ajudar* os mais necessitados. Um deles chegou a mencionar ter comprado um veículo exclusivamente para atender a sua comunidade levando pessoas ao médico. Outro garantiu que ficava até altas horas da noite no gabinete para atender à comunidade. No entanto, dificilmente abordavam qualquer intervenção formal realizada no sentido de melhorar a qualidade dos serviços e/ou as condições de vida no município. Todavia, a frase mais ouvida durante essas conversas foi “o que eu faço aqui é ajudar as pessoas”.

A gente não tem sossego eu estou com 78 anos ...aí chega um: ah meu filho está passando mal e aí deixa eu ligar pra ambulância...se não conseguir tenho que usar o carro próprio porque não vou deixar morrer né? (Fonte: vereador A, São Francisco, fevereiro 2015)

Ontem mesmo socorri uma pessoa que estava com um filho doente e mandei levar para campos. Tem final de semana que têm dois ou três carros meus emprestados (candidato a vereador, São Francisco, fevereiro 2015)

O *ethos* da *ajuda* está incorporado pela maioria dos políticos locais, ao menos discursivamente. A disponibilidade para *ajudar* e a *simpatia* fazem parte do aprendizado político local. Essas duas qualidades foram ressaltadas por praticamente todos os políticos entrevistados, mas especialmente por aqueles cuja entrada na política resultara de um processo “natural” desenvolvido através do aprendizado político familiar. Um deles assinalou haver adquirido aquelas qualidades “naturalmente” “acompanhando o pai fazer política”. E a exemplo de seu pai colocava seus automóveis à disposição da sua *comunidade*, tratava todos com atenção e carinho de uma forma natural durante todo o período do ano, e não apenas no período político-eleitoral como, segundo ele, realizava alguns de seus companheiros.

Esse mesmo político ressaltou que havia aprendido *fazer política* numa época em que vigorava a *política do prestígio*. Numa época em que as pessoas votavam pela *amizade* e o político “não precisava gastar dinheiro” para angariar apoio e voto. Assinalou que a *amizade* previamente estabelecida com o povo, que se consolidou acompanhando o pai fazer política era o elemento básico que definia a sua candidatura e ponderou: “em muitos lugares a herança política quando é uma família de políticos, é por causa da amizade que pegamos com o povo”.

Um dos vereadores locais que completava seu quarto mandato no período 2013-2016, embora não fosse herdeiro de nenhuma linhagem política realizou formulação parecida. Segundo seus próprios termos:

Agora eu sou do PMDB, na outra eleição eu estava no PDT. A política aqui [no município] vai mais pelas pessoas, pelo conhecimento e não pelo partido. Às vezes nem é tanto por gostar de política é o povo, porque o povo aqui fica em cima. O povo diz: Ah, você está forte tem que vir. O povo força a gente a ser candidato.

A assertiva desse político colocou em evidência que independente do legado familiar, “pegar *amizade* com o povo” era um elemento fundamental na reprodução política. E essa *amizade*, inclusive, podia produzir político no sentido de levar determinadas pessoas a entrar na política. Além disso, confirmava o fato da filiação partidária ser considerada um elemento secundário ou pouco importante no aprendizado político, na legitimação de candidaturas e para vencer as eleições no município.

Desse ponto de vista, os descendentes de outros políticos, obviamente, teriam ainda mais vantagens, porque além do aprendizado político adquirido através da transmissão familiar, herdava também a *amizade do povo*, estímulo suficiente para seguir a carreira política e uma condição importante para reproduzir-se nela, eliminando a “necessidade” de mediação do dinheiro (a compra de votos) como estratégia eleitoral.

Como foi dito em outra ocasião, alguns moradores situavam no tempo e no espaço a inserção do dinheiro na política municipal. Comentavam que a *política do dinheiro* havia sido implantada por determinado candidato nas eleições de 2000. E identificavam a eleição daquele ano como: a “eleição do dinheiro”. Na memória dessas pessoas, as campanhas políticas em períodos anteriores eram realizadas com poucos recursos financeiros e havia pouca propaganda dos candidatos porque o voto era conquistado com base na articulação entre *idealismo* e *amizade*. Termos que conforme explicou, se referiam à confiança em determinado partido político (de modo especial o PMDB), e a relação de proximidade, influência e apoio mútuo entre políticos e eleitores, respectivamente. Ou seja, por uma relação que estava referendada por um conjunto de atitudes que abrangia à atenção, uma boa comunicação, ao longo do tempo, e trocas de favores que estavam mobilizadas por sentimentos de *consideração* mútua e de obrigações moral.

De acordo com essas narrativas, ao introduzir a “compra de votos” em 2000, o tal político havia incitado à inserção do dinheiro na disputa municipal. De modo que nas eleições

posteriores outros candidatos também passaram a investir nessa estratégia como forma de se superarem na competição eleitoral.

Algumas pessoas salientaram que o investimento nesse tipo de “estratégia” foi tomando uma magnitude tal, que na atualidade está cada vez mais difícil um candidato ocupar uma das cadeiras no legislativo municipal sem “gastar menos de R\$ 300.000,00 em suas campanhas eleitorais” (revelou um dos candidatos ao pleito de 2016). O mesmo candidato afirmou que embora tenha notado algumas mudanças a partir da eleição de 2012, ainda “há muita compra de votos e troca de favores”¹⁰⁰. Opinião compartilhada também por outros políticos e eleitores, como segue abaixo.

A política é movimentada pelo dinheiro, o faz-me rir. É R\$ 300/500,00 para votar para vereador, pra prefeito eu não sei, mas pra vereador eu sei que sim porque já me ofereceram muito aqui. (Fonte: comerciante, Ponto de Cacimbas, agosto 2015).

Para conquistar o eleitor em São Francisco não precisa de proposta, precisa de dinheiro. Uma parte, uma pessoa da comunidade tem um carro, aí socorre todo mundo, aí todo mundo fica devendo um favor. Mas grande parte eu creio que é dinheiro. 70% dinheiro e 30% favores. (Fonte: comerciante, Ladeira das Pedras, setembro 2016).

Continua sendo o que acontecia há 30 anos, as mesmas práticas. Na teoria a lei eleitoral é explícita sobre a compra de votos. Antigamente eram os coronéis, mas hoje se explora a questão das necessidades ainda. (Fonte: professor, Travessão de Barra, setembro 2016)

Naquela época era um eleitorado amigo. Hoje é por causa de dinheiro. Se não der dinheiro, eles não votam. Minha última eleição eu estava programado para ter mil votos e tive 400 votos porque não tive dinheiro para pagar os eleitores (Fonte: vereador aposentado, Bom Lugar, fevereiro 2015).

Desde sempre há esse voto do cabresto, as pessoas pensam que mudou mais não mudou, antigamente se comprava um voto com um favor, levava para conseguir uma consulta. Agora tem político que compra voto com R\$ 5.000,00 por três votos (Fonte: integrante de uma das associações de moradores do município).

Eu voto por consideração, mas a maioria é venda de voto (Fonte: vendedor, Florestinha, agosto 2016)

O meu irmão foi vereador na quentura do prestígio de meu papai, era o prestígio de papai. Não precisava gastar dinheiro. (...) Teve gente aqui que gastou R\$ 300.000,00. (...). Fui mais votado que o candidato que gastou mais de 200.000, na minha localidade, apesar de ele investir tudo isso eu ainda fui mais bem votado. Não vou exagerar não, mas 30% da população de Rio das Ostras é de população daqui. Muitos vêm votar, mas está diminuindo. Muita gente já transferiu o título pra conseguir benefício no lugar que moram. Mas muita gente deixa o título do lugar como pretexto para visitar a família. Tem gente que vem votar e pega o dinheiro de 3 ou 4 políticos. Acontece muito isso. (Fonte: político/comerciante, Imburi de Campos, junho 2015)

¹⁰⁰ Entrevista concedida em junho de 2015.

De acordo com as narrativas locais, o grande problema da política do dinheiro é o caráter desonesto que caracteriza a disputa política e, conseqüentemente, a forma de fazer política. Alguns entrevistados insistiam em afirmar que a tentativa de persuadir eleitores com dinheiro era um recurso utilizado exclusivamente por aspirantes à política. Esse tipo de afirmação era endossada às vezes por relatos sobre fatos que em tese confirmavam essa tendência e outras vezes se assemelhava a uma espécie de juízo moral sobre a candidatura de pessoas descritas como pessoas interessadas *na política* com a finalidade de ascender economicamente. As pessoas assim identificadas, geralmente eram acusadas de não possuírem quaisquer outros critérios de legitimação política valorizados no município.

Sendo assim, a “compra de votos” estava mais comumente associada a uma prática de candidatos “novatos”, supostamente interessados no ganho proveniente do cargo, ou de políticos “desesperados” em não perdê-lo. Um morador local formulou a questão nos seguintes termos: “os políticos que estão entrando são novatos, dependem dos grandes”. Explicou que a falta de reconhecimento político motivava alguns candidatos a lançarem mão desse tipo de estratégia para desbancar políticos estabelecidos.

Na medida em que ouvia as narrativas sobre candidatos e eleições, a “compra de votos” aparecia como um recurso utilizado praticamente por todos os políticos de diferentes partidos e ideologias, e não apenas pelos “novatos”. Políticos antigos e iniciantes lançavam mão da *política do dinheiro* em alguma medida.

Paradoxalmente, pude observar também que os tais políticos “novatos”, os principais acusados de movimentar a *política do dinheiro*, haviam incorporado as normas tácitas da *política da amizade* nas suas narrativas, construindo em torno de si certa representação ou imagem de político, como demonstra a fala de um desses políticos/candidatos:

Eu não gosto dessa política que só vai à casa do eleitor nas vésperas da eleição. Senão deixa transparecer que é interesse próprio ou pessoal. Eu não opto por essa política de beijar e tal. Sou quem eu sou. Faço a política do dia a dia. Agora, chegar em cima da hora e ser simpático (...) É melhor conhecer o político no período anterior as eleições, se for simpático só no período anterior, significa que depois volta a ser o mesmo. (Fonte: vereador C mandado 2013/2016)

Diante do questionamento da pesquisadora sobre a definição dessa política do dia a dia, e a melhor estratégia para conquistar o eleitorado, o mesmo vereador respondeu:

Primeiro passo é atender na Câmara. Eu só saio da minha sala às 11h da noite. Segundo os funcionários eu sou o que mais vem a Câmara, apesar de morar a 30 km. Tenho uma vida dedicada à política, atendo eleitor de todas as localidades com

carinho e atenção. Essas pessoas geralmente fazem algum pedido pessoal no sentido de marcar um médico, de conseguir uma consulta. O povo é muito tímido e sem cultura, chega aqui e fica com vergonha de pedir para subir, eles esquecem que eles são os patrões. Eu o que faço é encaminhar, dar orientação, muitos precisam de orientação. (Fonte: vereador C, mandato 2013/2016)

O discurso desse político evidencia que ainda que pudesse utilizar *a política do dinheiro*, sabia que negligenciar as regras de etiqueta que dizem respeito à *política da amizade*, e que confere legitimidade ao político, poderia leva-lo a ruína, pois ser acusado de oportunista pode significar a morte política. Por isso, mesmo que no período político-eleitoral pudesse também comprar votos, durante o mandato não deixava de estar acessível, em comunicação constante com os eleitores, tratando-os com carinho, atenção, encaminhando seus pedidos e dando orientações.

De acordo com as normas da *política da amizade*, a proximidade com o eleitor não só é valorizada, como desejada. Às vezes isso implica um esforço contínuo do político e alguns “sacrifícios”. Estar à disposição do eleitorado implica continuar morando na mesma localidade, gerenciar cotidianamente as relações de conflito e de amizade, estar consciente de que a vida pública em um pequeno município implica estar submetido ao controle social cotidiano e ininterrupto da *comunidade*, como sugeriu um político local: “eu sou um escravo do povo, pois o eleitor aqui conhece a vida do candidato. Se eu der um espirro ou brigar com a mulher todo mundo sabe”.

No entanto, se por um lado optar pela *política da amizade* significa estar sujeito a todo o tipo de “aporrinhção” e “desassossego”, como afirmou um vereador citado anteriormente, por outro significa que esses políticos estariam “aparecendo”, “sendo vistos” e “sendo lembrados”, conforme sinalizou vários vereadores nas suas entrevistas. Ou seja, que são grandes as chances que esses políticos recebam em contrapartida apoio ampliado, que poderá transcender até mesmo a dimensão política propriamente dita.

Minha relação com o povo é um caso de amor, tive 60% do voto da minha comunidade. Quando perdi minha mãe me senti muito amado pela minha comunidade. Na verdade o povo aqui é muito carente de dinheiro, mas também de atenção. Muitos, o cara dar carona só no período de campanha, mas pra mim isso é natural sempre vivi assim.

Quando o político se vale da *política da amizade*, o apoio tende a ser recíproco e extrapola o período político-eleitoral. O apoio aparece não só no âmbito da política, mas também em outras dimensões da vida como, por exemplo, em um momento de luto e de dor

como assinalou o político acima. Ao considerar esse aspecto, o político pondera que a derrota nas urnas não necessariamente significa a ruína do político, porque o apoio de *eleitores amigos* não se materializa apenas em votos, mas, sobretudo em apoio moral, conseqüentemente a *derrota eleitoral* pode ser convertida em *vitória política*.

Sob esta lógica, o político que se vale exclusivamente da *política do dinheiro* passa exatamente pelo contrário. Se investir altas somas de dinheiro para se eleger, quando perde as eleições se desmoraliza completamente aos olhos da comunidade. O candidato desmoralizado, por sua vez, é motivo de chacota por um espaço de tempo até cair no esquecimento. Dificilmente alguém se solidariza com um candidato derrotado nas eleições se ele houver sido identificado com práticas desonestas e/ou “compra de votos”. Ao contrário, diante desses casos as pessoas se comprazem em dar, comentar e espalhar a notícia da derrota e realizam uma série de anedotas a respeito. Ao abordar o tema da competição política eleitoral não faltavam referências a casos desse tipo. Alguns políticos, em especial, se regozijavam em contar que determinado adversário tinha se arruinado economicamente e ainda assim havia perdido a competição eleitoral.

As relações políticas que se assemelhavam a uma “troca comercial” pura e simples eram bastante criticadas, como aquelas onde voto era garantido a troco de dinheiro, e este empregado em cambio de voto. No entanto, a conversão de *favores* em apoio e voto era analisada sob outra perspectiva.

Na retórica dos políticos, a realização desses *favores* aparecia como forma de marcar distinção entre quem faz a “boa política” e os que em teoria “jogam sujo” para *adquirir* o voto. “Eu optei pela política da amizade porque é mais transparente”, assinalou um vereador local.

A política da *amizade* é transparente e a competição se dá no nível da generosidade. Os políticos competem para ser o mais generoso e simpático possível para desbancar o adversário. É através da conquista do apreço da população, de uma boa reputação e da *amizade* que, em tese, esses políticos ampliariam a adesão política e os votos construindo legitimidade.

A *política do dinheiro* trata de uma competição que ocorre geralmente na calada da noite, conforme relataram. Um político relatou que havia sido prejudicado no pleito de 2012 por causa desse tipo de política. Segundo ele, na véspera da eleição já estava completamente

tranquilo porque havia realizado uma boa campanha eleitoral, e havia conquistado a maioria dos seus eleitores na base da *amizade*. No entanto, na noite anterior ao pleito, outro político saiu comprando votos e, inclusive, havia acionado eleitores que residiam fora do município para votar. No final das contas, o outro político acabou lhe superado em votos, relegando a ele, um político já experimentado, a cadeira de suplência.

No entanto, revelou que essa situação foi revertida com a posse do prefeito da época que era seu sobrinho. Assim que ascendeu à prefeitura, o prefeito convidou o candidato melhor colocado para uma secretaria do município, arranjando a situação para que ele ascendesse à cadeira de vereador da cidade. Sendo assim, naquele período 2013-2016 realizou o seu quarto mandato.

Para alguns eleitores, na lógica *da amizade* circula algum tipo de *ajuda* ou *favor*, mas a oferta de dinheiro sob certas circunstâncias pode ser considerada até mesmo ofensiva, ao passo que na lógica *do dinheiro* segundo um agricultor local “tem eleitor que troca até a dignidade dele por uma dentadura, um par de sapatos”¹⁰¹ (grifos nossos).

Nem os políticos, nem os eleitores tinham restrições para revelar abertamente os *favores* e/ou a *ajuda* que realizavam ou recebiam respectivamente, e na maioria das vezes ambos doadores e recebedores os revelam em seus pormenores, mas notei que ninguém admitia ter estado envolvido com transações de “compra” ou “venda” de apoio e votos.

Durante uma entrevista a um vereador aposentado, concebido como um político de grande prestígio em sua época, ele contou: “Eu mesmo consegui 62 empregos como vereador. Tem pessoas de Ladeira, Bom lugar, Vilão, Praça. Tem muita gente empregada aí que foi eu que arrumei.”. E assinalou como sua atuação na área da saúde contribuiu na conquista de certo reconhecimento e prestígio, inicialmente como dono de farmácia e farmacêutico prático e, posteriormente, chefe de um dos postos de saúde local através de um cargo de confiança, pois ao *ajudar* a resolver as demandas de saúde das pessoas que o procuravam estas ficavam extremamente gratas.

A partir da narrativa dos políticos e também dos eleitores, ficou evidente que o voto por agradecimento (gratidão) era concebido como um ato de reconhecimento e *consideração*. Tanto que, os políticos geralmente evitavam pedir votos àquelas pessoas que sabiam com

¹⁰¹ Entrevista realizada com um agricultor de Ponto de cacimbas em agosto de 2015.

antecedência que possuíam “dívidas de gratidão” com outros candidatos¹⁰². Esse distanciamento respeitoso era bastante valorizado pelos eleitores. Havia um político no município que andava muito *mal falado*, dentre outras coisas porque ignorava esses detalhes. Segundo fontes locais, ele era *muito descarado*, pois entrava no quintal das pessoas, sem permissão, para colar cartazes de sua campanha mesmo sabendo que se tratava de eleitores do adversário. E quando era reprimido por elas, as questionava com frases depreciativas a respeito do candidato da família.

Inversamente, o eleitor ingrato também estava muito mal visto. Em uma das localidades visitadas as pessoas criticavam uma senhora que depois de muito tempo desempregada havia conseguido um emprego com determinado político, apesar disso andava declarando publicamente que votaria no candidato adversário nas eleições que se acercavam. As pessoas da sua localidade a definiam como uma pessoa “mal agradecida”, até mesmo aquelas que eram adversárias do político que a havia empregado.

No entanto, dizer que o político que respeita o eleitor cujo voto está empenhado a outro candidato é valorizado, não significa dizer que este político deve negar-se *ajudar* quando for solicitado ou diante da necessidade da pessoa ainda que esta, a priori, não faça parte do seu eleitorado. Nestes casos, dependendo da *ajuda* realizada é possível que os eleitores “beneficiados” mudem de lado, conforme explicitou o relato descrito anteriormente sobre a família que trocou o apoio quando recebeu um “favor grande” por parte de outro político. Essa família, inclusive, recusou dinheiro de outros candidatos para apoiar de forma voluntária ao político que os *ajudou* em um momento de *desespero* mesmo sabendo que não se tratava a princípio de seu eleitorado.

O reconhecimento por um *favor* prestado num momento de necessidade se converte em *consideração* e pode, conseqüentemente, produzir apoio e voto. Mas esse vínculo para que seja duradouro necessita ser reforçado através da atenção, da aceitação de convites para participar dos eventos das comunidades ou eventos particulares tais como, aniversários, eventos religiosos, esportivos, paraninfos de festas, padrinhos de casamento, reproduzindo, assim, os vínculos de amizade, conforme demonstra a narrativa de alguns moradores.

Alguns políticos (vereadores) ajudaram a aposentar umas pessoas depois deu

¹⁰² Soube que esse tipo de informação, como outras também necessárias à abordagem do político ao pedir apoio e voto, é levantado por meio do cabo eleitoral, pessoas que de uma forma geralmente tende estar bem informadas sobre a vida das pessoas da comunidade, suas relações e suas “necessidades”. É assim, que os políticos têm acesso aos casos que envolvem necessidades médicas, cirúrgicas, etc.

abandono, se entregou e não ajudou na festa do peixe. O outro aparece, ajudou quando fizeram a cavalgada e tudo.

Ajudar uma ou outra vez e depois desaparecer, “abandonar” os eleitores e/ou a *comunidade* é uma atitude pouco recomendável para os que querem manter os vínculos entre eleições, pois a manutenção das redes de apoio e de contatos possibilita o político ter uma ideia antecipada dos votos que possui, podendo, portanto, organizar suas estratégias e/ou alternativas para a campanha eleitoral.

Esta era a estratégia de um antigo político local que revelou contabilizar os votos que possuía a partir da sua rede de amizade com as famílias, quase sempre numerosas, de cada localidade que ele frequentava e que o apoiavam: “uma coisa interessante é que quando aproximava as eleições eu já tinha mais ou menos calculado os votos que eu ia ter”.

Embora o voto familiar atualmente estivesse mais fragmentado, algumas famílias locais declararam *votar junto*, isto é, votar no mesmo candidato¹⁰³. Em razão disso alguns políticos ainda buscavam estabelecer algum vínculo e conquistar à adesão desses grupos que possuíam certa unidade. No entanto, com a fragmentação dos votos familiares em decorrência das transformações nas próprias famílias ao longo do tempo (mortes, disputas por herança, migração, diferenciação e divergências religiosas, etc.), alguns políticos buscavam alcançar outros grupos como aqueles formados pelas igrejas locais, por exemplo¹⁰⁴.

As transformações na composição familiar têm implicado, até certo sentido, a perda de prestígio daqueles políticos que se apoiavam na política do favor - *política da amizade*, pois ao perder o vínculo com os membros mais importantes que articulavam o apoio familiar, esses políticos passariam a encontrar bastante dificuldade para reunir os votos necessários para se eleger ou eleger os candidatos que apoiavam. Alguns dos quais acabaram por desistir da disputa eleitoral como afirma o ex-vereador: “Quando eu sabia que ia perder, porque a minha eleição era na base da amizade, na próxima eleição eu resolvi parar porque eu já sabia que ia

¹⁰³ Durante minha estadia, alguns membros familiares declaram votar em conjunto como a de Sr. João que revelou “Tô olhando a Francimara, pra ver seu eu faço alguma coisa. Minha família são 26 votos e todo mundo me acompanha”.

¹⁰⁴ Ao circular pelo município em um transporte alternativo, o motorista do automóvel que se apresentou como cabo eleitoral de um candidato a vereador, a certa altura do percurso ligou para o referido candidato para informa-lo que havia marcado uma conversa para o dito político com o pastor de uma igreja de uma das localidades, advertindo-o para não deixar de comparecer porque se tratava de um pastor que tinha influência sobre mais ou menos uns 100 fiéis da igreja.

perder”. Outros, por sua vez, acomodaram-se às mudanças mobilizando recursos e estratégias variadas, incluindo aí a *compra de votos*¹⁰⁵.

Embora as pessoas evitassem ao máximo implicar o próprio nome em relações de intercâmbio de dinheiro e voto, durante o trabalho de campo dois jovens na faixa de 20-30 anos, admitiram que entrariam nessa relação sem problemas. Um deles de forma indireta assinalou “se me der dinheiro eu pego, mas não sou obrigado a votar”. O outro por sua vez foi mais direto e revelou que havia aceitado receber uma determinada quantia de certo candidato não apenas pelo seu voto, em particular, mas também uma porcentagem a mais por cada voto que conseguisse conquistar para o político.

Para justificar a participação nessa “transação” argumentou: “política é assim mesmo. Se eu não aceitar, outro vai e aceita”. Insinuando que seria tolo se não aceitasse a oferta e assinalou que havia recebido proposta semelhante de outro candidato.

Ao evitar se associar a esse tipo de transação, as pessoas tentam: i) proteger o nome do político devido à ilegalidade que o ato comporta diante da justiça eleitoral (a preocupação com vigília da justiça eleitoral no pleito 2016 foi algo bastante comentado durante a campanha política); ii) por se tratar de uma atitude moralmente censurada. Sendo assim, nenhum pai de família ou “pessoas de responsabilidade”, como se diz no município, assumiam publicamente ter aceitado entrar numa transação automática e simples de dinheiro em troca de voto, ainda que em alguns momentos as pessoas se acusassem mutuamente.

Todavia, para os jovens, especialmente do sexo masculino, o julgamento passava por outro tipo de moralidade, tanto que não só aceitam participar desse “jogo político”, como o revelam com maior facilidade. Entre estes, recusar uma oferta “fácil” de dinheiro, ao contrário de ser desmoralizante era uma espécie de desafio e podia ser tomado como tolice por seus pares¹⁰⁶.

De acordo com fontes locais, a “compra” de apoio e votos também pode estar dissimulada em prestação de serviço para a campanha eleitoral. Esses “serviços” envolvem

¹⁰⁵ Alguns políticos que durante as entrevistas afirmavam se valer apenas da disposição para ajudar as pessoas e revelavam casos e a forma como ajudavam, posteriormente eram citados também em casos/exemplos de compra de votos.

¹⁰⁶ Durante o trabalho de campo nenhuma jovem foi citada tendo envolvimento com esse tipo de evento. Alguns comentários acerca das mulheres que “trabalham na política” indicaram que está bastante mal visto o envolvimento delas, especialmente se jovens e/ou solteiras, nas atividades referentes às disputas políticas locais. Seja como cabo eleitoral, etc. Esses comentários deixavam entrever que as mulheres que se dedicam a trabalhar nessas campanhas podem ser bastante estigmatizadas.

especialmente pessoas chaves das localidades, aquelas que na leitura dos políticos podem influenciar determinado eleitorado¹⁰⁷. Outra forma de dissimular a circulação de dinheiro em troca de apoio era o pagamento particular pelo uso de adesivo do candidato: “essa campanha está assim, para adesivar um carro eles pagam R\$ 2000,00/3000,00 dependendo da conversa¹⁰⁸”. Ou seja, esse valor podia ser maior ou menor de acordo com a influência do proprietário do carro.

Outra questão que quase sempre entrava em pauta quando o tema era a “compra de votos” era a participação dos são franciscanos que residem “fora” da comarca nas eleições locais e, conseqüentemente, suas implicações para o desfecho eleitoral. Durante o trabalho de campo, muitas queixas foram remetidas às pessoas “de fora” que retornavam para votar. Para os residentes no município, essas pessoas estariam mais propensas a entrar no esquema da *política do dinheiro*, pois estariam menos preocupadas com os problemas reais do município. Sendo assim, poderiam ser facilmente recrutadas por cabo eleitorais e/ou políticos e trocar dinheiro por voto com maior facilidade.

Para alguns políticos locais, os moradores que residiam fora do município se configuravam em um eleitorado em potencial e, ao mesmo tempo, uma ameaça que desequilibrava a balança eleitoral, pois podiam influenciar no resultado das eleições de forma surpreendente para bem e para mal. Sendo assim, ponderavam que os migrantes eram a um só tempo uma alternativa a mais de voto e um obstáculo para a competição justa entre os candidatos, como expressa as falas abaixo.

Saiu muita gente daqui para Rio das Ostras para trabalhar. Às vezes tem que estar atento para pegar esse eleitorado que está fora. (Fonte: Vereador B, mandato 2013/2016, junho 2015)

Na disputa às vezes você pode estar na frente e alguém ir a Rio das Ostras e conseguir 60 votos e passar na frente sem entrar na pesquisa, porque não reside aqui (Vereador E, mandato 2013/2016, junho 2015).

A pessoa que está lá e volta pra votar aqui pode fazer a diferença aqui para o bem e para o mal. Vota aqui mais não usa as estradas daqui, não usa a saúde e a educação. Então vota em troco de R\$ 50,00. Não tem interesse, e nós é que ficamos!!! Por outro lado tem a questão das verbas que o município consegue com o governo estadual e federal de acordo com o número de habitantes, e essas pessoas que moram fora, usam o serviço de lá e não estão contabilizadas, sobrecarregando e deixando de obter a verba. Mas os políticos daqui estão atentos sim ao eleitorado que mora em Rio das

¹⁰⁷ De acordo com um informante, havia um candidato que pagou uma quantia significativa para o comerciante local exibir um adesivo de apoio ao candidato em seu estabelecimento, pois o comerciante era muito popular em sua comunidade e no município.

¹⁰⁸ Presidente de uma das associações de moradores locais, em entrevista concedida em setembro 2016.

Ostras. Eles fazem reunião lá. Tem cabo eleitoral, fazem churrasco. Não podem mais mandar ônibus, mas fazem isso através de cabos eleitorais. (Fonte: Agricultor/presidente associação, junho 2015)

Não vou exagerar não, mas 30% da população de Rio das Ostras é de população daqui. Muitos vêm votar, mas está diminuindo. Muita gente já transferiu o título pra conseguir benefício no lugar que moram. Mas muita gente deixa o título do lugar como pretexto para visitar a família. Tem gente que vem votar e pega o dinheiro de 3 ou 4 políticos. Acontece muito isso. (Fonte: candidato a vereador, junho 2015)

Ficamos putos com esses de fora que vem votar aqui, porque não conhece os projetos daqui às vezes ganha dinheiro, às vezes passagem só. Só pra dar um passeio e os outros que se dane. (Fonte: dona de casa, junho 2015)

Embora o recurso à *política do dinheiro* estivesse perpassado por acusações morais, este recurso social enquanto prática estava até certo ponto naturalizado. O que realmente estava em questão quando se falava deste assunto era o desequilíbrio que esse tipo de recurso provocava no jogo eleitoral, conforme mencionado. Ou seja, a desigualdade nas condições de competição que o uso desmedido do dinheiro podia implicar, pois havia sempre a possibilidade do político “individualista”, isto é, aquele que não agia em conformidade com a etiqueta política local, empregar grandes quantias de dinheiro e virar o jogo eleitoral a seu favor na véspera das eleições.

Da parte dos eleitores, as críticas mais contundentes diziam respeito ao fato dos são franciscanos não residentes (embora procedentes do município) retornarem ao município para usufruírem de trocas pessoais com políticos locais, votando, pois, em função apenas do “interesse próprio”. No entanto, o interessante era que os eleitores locais também se “beneficiavam” de diferentes tipos de trocas, mas estas não estão necessariamente mal vistas, como temos comentado.

Ao analisar as narrativas sobre o tema e observar algumas performances durante a campanha política de 2016, foi possível concluir que entre o que é chamado de *política do dinheiro* e o que é denominado *política de amizade* há uma linha muito tênue. Ainda que alguns políticos assegurassem lançar mão apenas da *política da amizade*, também acionam outros recursos e, inclusive, práticas muito próximas do que eles próprios identificam como sendo característica da *política do dinheiro*. Por outro lado, a adoção de comportamentos vistos como mais “individualistas”, como a compra de voto, não garantiam por si só o sucesso eleitoral dos candidatos. Haja vista que quase sempre os políticos acusados de praticá-la e que

obtiveram êxito eleitoral também realizavam ou haviam realizado, em algum momento, algum tipo de *ajuda* ou *trabalho social*¹⁰⁹.

Embora outras formas de intercâmbio entre dinheiro e voto, como o pagamento por adesivos nos carros, possam ser concebidas como parte da *política do dinheiro*, estas práticas na maioria das vezes estavam naturalizadas e, portanto, passavam despercebidas indicando que apenas o pagamento de dinheiro vivo por votos, no dia anterior às eleições, era prejudicial para a política.

Certas *ajudas* e *favores* ainda que envolvessem alguma quantia de dinheiro, desde que realizados fora do período eleitoral e estivessem relacionados à satisfação de uma necessidade “não econômica”, isto é, não direcionada à obtenção de vantagens e lucro para o eleitor, não se configurava tentativa de “comprar” o eleitor. Sendo assim, o pagamento de uma cirurgia, a doação de cestas básicas, etc., que ocorriam fora do período político-eleitoral ainda que criassem compromissos que podiam ser convertidos em votos, não eram concebidos necessariamente como um ato interessado.

Eu acho que o vereador deve ter sim um trabalho social sempre, não só no período da política. Eu fui à casa de uma pessoa que é vereador esses dias, e eles estavam fazendo 40 sacolão [cestas básicas]. Era político e não era período de política. Era católico, não sei se é pela questão da caridade¹¹⁰.

Contudo, há também aquelas relações que são identificadas pelos moradores como interesseiras e escapam a denominação de *ajuda*. Ou seja, aquelas em que o eleitor em decorrência da sua leitura negativa da política tenta extrair o máximo de vantagens dos políticos. Como pude notar, este tipo de comportamento estava associado à completa descrença na palavra dos políticos e nas promessas realizadas por eles no “tempo da política”. Tratava-se daquelas promessas programáticas e/ou genéricas, tais como “melhorar a saúde”, “melhorar a educação”, “melhorar o transporte” etc. que na concepção de muitos eleitores não passam de mera formalidade e, portanto, dificilmente seria cumprida após a eleição.

¹⁰⁹ Um desses políticos, por exemplo, é citado como alguém que ascendeu ao cargo de vereador através do trabalho que fazia na igreja. Frequentador da igreja católica havia se tornado liderança da juventude no município e grande articulador de eventos para o público jovem. Além dos grandes eventos promovia também outras atividades como distribuição periódica de cestas básicas e outras atividades, inclusive com a ajuda dos próprios jovens das comunidades que o apoiaram e fizeram campanha quando se tornou candidato. Elegeu-se como o vereador mais votado na primeira eleição para o qual concorreu. E reelegeu-se como o segundo mais bem votado, mesmo tendo sido bastante criticado pelos companheiros de igreja por conduta pessoal considerada incoerente com sua formação religiosa (caso de traição e separação conjugal), e motivo para alguns eleitores manifestarem arrependimento de tê-lo apoiado nas eleições anteriores. Ao segundo pleito que concorreu além de da continuidade a alguns “trabalhos sociais” está sendo amplamente associado à prática ativa de compra de votos.

¹¹⁰ Entrevista concedida em junho de 2015.

De acordo com um vereador local:

A população tem uma visão muito negativa do político relacionada à corrupção, então busca levar vantagem. Outra coisa é que as pessoas são muito dependentes do poder público, porque o maior empregador é o município, então a maioria escolhe em benefício de trocas¹¹¹.

A descrença nos políticos e as restritas oportunidades de trabalho motivariam ambos, políticos e eleitores, a recorrerem-se mutuamente. Os políticos valendo-se da dependência do eleitor ao trabalho negociariam com as vagas de emprego municipais, os eleitores, por sua vez, conscientes do desejo pessoal de certos políticos ocuparem ou se manterem nos cargos públicos, e descrentes do trabalho formal que estes realizam, se valeria do período político-eleitoral para negociar o voto em troca de benefícios, como um emprego, por exemplo.

Sob esta ótica, a descrença do eleitor mobilizaria aquele político que “faz de tudo para ganhar ou não perder o cargo”, isto é, aquele que “pensa a política como profissão”, por um lado. E por outro, as eleições mobilizariam aqueles eleitores que buscam “vantagem pessoal”, pois veem que os ganhos coletivos tem sido mínimos após as eleições. Há ainda os que por constrangimento e ameaça, pelo fato de possuírem um contrato de trabalho municipal, são pressionados a não se opor ao “patrão”: “o município”, isto é, os políticos da situação que negociariam com os cargos públicos.

Ao analisar em profundidade a chamada *política do dinheiro* no município, é interessante destacar que as situações que esta forma de política mobilizava, desmonta um dos principais argumentos com os quais estamos familiarizados, o de que são os pobres que vendem o voto por ninharia e/ou estariam sujeitos a esse tipo de transação devido sua carência econômica e falta de consciência política (desinformação). As observações de campo tem revelado que os principais envolvidos/acusados locais não são necessariamente aqueles mais necessitados (de uma perspectiva econômica), inclusive muitos dos quais possuíam uma condição econômica muito superior à média municipal, e outros uma renda considerada alta, pois se tratavam de pequenos empresários e comerciantes locais¹¹².

¹¹¹ Em entrevista concedida em agosto de 2015.

¹¹²Estudiosos têm chamado a atenção para a associação corrente e automática entre esse tipo de trocas identificadas como clientelistas e pobreza. Para o fato de ser um argumento presente tanto no senso comum quanto no discurso acadêmico. Um argumento que estaria embasado na crença de que pobreza é sinônimo de alienação, carência material e falta de consciência política. Mas que reflete em realidade um estigma social e de acusação moral, uma vez que a relação entre políticos e eleitores em que há intercâmbio de apoio político e benefícios econômicos com maior impacto inclusive sobre bens públicos ocorre no nível da elite, porém esta passa despercebida (Farias, 2001; Ayuero, 2004; Fonseca, 2014).

A observação empírica mostrou, sobretudo, que há três categorias principais de “beneficiários” da *política do dinheiro* além dos candidatos, a saber, comerciantes bem estabelecidos e bem-quistos das localidades, jovens rapazes não necessariamente pobres, mas que tomam a oferta como um “desafio” para ganhar um dinheirinho com “pouco esforço” e munícipes que residem fora da comarca e que supostamente passariam a ter apenas vínculos frágeis com o município.

Os comerciantes, em especial, eram citados como recebedores de grandes quantias de dinheiro. Os jovens, recrutados como uma espécie de cabo eleitoral para convencer seus pares a venderem o voto por R\$ 50,00. E, por último, os que residiam fora do município que seriam recrutados e/ou “venderiam” o voto por dinheiro e/ou passagem para “visitar parentes”, conforme revelado.

Sendo assim, diferentes categorias da população estavam implicadas nessas trocas com os políticos locais, especialmente aquelas que se configuram localmente como *compra de votos*. Todavia, não se tratava apenas das categorias mais pobre da população do município, ainda que estas estivessem sujeitas a certos constrangimentos impostos por formas de dominação às vezes dissimulada, e não necessariamente pela ausência de qualquer forma de consciência.

Esta última questão se tornou explícita ao tomar conhecimento das *compras no caderninho*, uma prática ainda bastante comum nas localidades do município. E foi a partir dessa informação que pude entender o papel fundamental dos comerciantes¹¹³ na campanha eleitoral, e o motivo pelo qual o apoio dessa categoria era disputado por diferentes candidatos durante esse período.

A maioria das localidades era habitada por pessoas muito pobres que viviam exclusivamente do trabalho na lavoura, muitos dos quais assalariados rurais sem salário fixo e, portanto, *compravam fiado* nesses estabelecimentos locais. Nem sempre conseguiam pagar a dívida adquirida ao longo do mês na data prevista. Sendo assim, além de *comprar fiado*

¹¹³ Há que ressaltar que embora os comerciantes de uma forma geral possam ser vistos como importantes aliados políticos, a pesquisa detectou o papel preponderante imputado aos comerciantes do ramo alimentícios (proprietários de mercados e ou de determinados bares locais). O dono de um bar, por exemplo, contou em forma de chiste a oferta de um candidato em troca de apoio, nos seguintes termos “o candidato me disse, se você conseguir uns votos pra mim eu trago umas dez pessoas para beber no seu bar. Não me convenceu não (risos)”. Entretanto quando se trata de uma “boa oferta” que envolve quantidades de dinheiro ou determinados benefícios, e especialmente quando esses são aceitos e usufruídos, dificilmente estes comerciantes comentam o evento por eles mesmos.

quase sempre necessitavam renegociar a data do pagamento para continuar comprando os itens básicos para a alimentação familiar.

Em certa altura da pesquisa, um comerciante confidenciou que às vezes por “doença na família, outros porque está difícil de trabalho, mas têm aqueles que são vagabundagem mesmo” as famílias tinham dificuldade para pagar as dívidas contraídas na *venda*. O trabalho escasso e os imprevistos da vida cotidiana tornavam essas dívidas difíceis de serem quitadas. Logo, essas famílias, obviamente, ficavam na dependência da generosidade do comerciante. Estes por sua vez além de *vender fiado no caderninho emprestavam* dinheiro a juros e outros tipos de transações através das quais construíam em torno de si certa rede de relações de dependência.

Na medida em que me imiscuí naquele sistema de crédito local, a centralidade da figura do comerciante, no que se refere a seu poder de influenciar os votos, ia se evidenciando diante meus olhos. Além de credor de parte das famílias locais, muitas vezes o comerciante era uma das poucas pessoas que possuía um automóvel na sua localidade. Sendo assim, também socorria a vizinhança em momentos de urgência. No período político-eleitoral se tornavam pessoas estratégicas cujo apoio era disputado pelos diferentes candidatos. E curiosamente parte dos políticos estabelecidos e dedicados ao *trabalho social na saúde* tinham exercido atividades no comércio, eram proprietários de comércio ou sido comerciante.

A análise das relações políticas locais permite afirmar que há uma variedade de situações que pressionavam as pessoas em direção à escolha do voto. Essas escolhas no campo da política refletiam à articulação entre distintos aspectos da vida e também reproduziam relações de dominação¹¹⁴. E diante de tais escolhas, as pessoas muitas vezes se encontravam diante de dilemas morais e conflitos com suas próprias convicções e consciências¹¹⁵.

Ao criticar a *política do dinheiro*, os moradores não estavam recriminando necessariamente a circulação de dinheiro nas campanhas políticas-eleitorais, mas a circulação de dinheiro vivo numa relação automática de toma lá da cá, do tipo comprador-vendedor que se expressa pela frieza de uma relação de troca econômica sem vínculos afetivos, sem compromissos futuros. Por ser uma relação assimétrica onde o comprador fica mal visto, até

¹¹⁴ Para uma discussão acerca do processo de naturalização do voto e do voto como “instituição legitimadora da dominação política” ver Oferllé (2005) e Garrigou (2005, p. 40), respectivamente.

¹¹⁵ Como aqueles exemplos em que apesar de conscientes da má qualidade política de determinados candidatos, as pessoas continuavam votando movidos pela obrigação moral – as “dívidas” de *favor*.

certo ponto, pois seu interesse pessoal vem à baila com essa atitude, mas, sobretudo representa a *perda da dignidade* para o eleitor que negocia o voto por cinquenta reais. “É se sujar por muito pouco”, como costuma dizer a população local.

Ao elogiar a *política da amizade*, políticos e eleitores valorizavam o estabelecimento de vínculos afetivos entre ambos com implicação mútua que resultariam no estabelecimento de compromissos futuros e na *obrigação* de salda-los. Para os seus defensores determinados *agradados* não estavam recriminados, muito pelo contrário, *ajudas, favores e agradados* eram concebidos como parte da *política amizade*. Era o que fazia o político continuar sendo visto e lembrado. “O veio [apelido de um ex-prefeito] era um segundo pai daqui, quando andava por aqui trazia um dinheirinho no bolso e me dava. Pagou minhas contas várias vezes”, revelou a proprietária de um pequeno bar de uma pequena localidade.

Os moradores locais viam com naturalidade o político gastar algum dinheiro para *agradar* o eleitorado. Esses *agradados* podiam se configurar em doações, rodadas de bebidas, realização de eventos como churrascos, etc. Esse tipo de atenção reforçava a fama “de povão” do político e o seu caráter popular, especialmente se esses *agradados* fossem realizados em diferentes temporalidades.

Esses “agradados” de um político popular realizados no *tempo da política* tampouco eram mal vistos, pois as pessoas tinham em mente a ideia de que estavam apenas se confraternizando e reforçando os vínculos de *amizade*. Inclusive, esses *agradados* nem sempre estavam direcionados exclusivamente ao próprio eleitorado. Alguns políticos bebiam e pagavam rodadas de bebidas para todos que estavam no bar, embora eventualmente algum frequentador pudesse rejeitar quando se tratava de um ferrenho adversário. Mas em muitos casos mesmo tendo o “seu vereador”, as pessoas recebiam outros políticos em suas casas, torciam por sua vitória e se confraternizavam com eles. Ainda que em determinadas situações, o eleitor sentisse a necessidade de justificar para o “seu candidato” essas visitas, a fim de evitar mal entendidos ou levar a fama de *mal agradecido*. Um vereador local revelou: “a gente que ajuda os quatro anos, as pessoas se sentem na obrigação até mesmo de dar certas explicações. Às vezes um ou outro fala: olha o fulano teve aqui [outro político], mas não vou votar nele não. Porque quando eu precisei lá atrás você que me ajudou com a cirurgia de mamãe”.

Assim como entrevê a citação do político, visitas, pequenos *agrados* e confraternizações do *tempo da política* não produziam necessariamente o mesmo tipo de obrigação e lealdade que produziam um *grande favor* prestado, como, por exemplo, por “desenrolar” uma pendência judicial séria, ou *ajeitar* uma cirurgia. Esses *favores* maiores estavam referidos a casos limites, situações de grande necessidade e/ou problemas de difícil solução que as “pessoas comuns” julgavam incapazes de solucionar sem a ajuda de uma pessoa influente com *conhecimento* (boa rede de relações). Situações complicadas de *ajeitar*, mas que acabavam sendo resolvidas por determinado político. Em razão disso, os políticos identificados com esse tipo de disposição costumam ser elogiados até mesmo fora do limite do seu próprio eleitorado. E ainda que eventualmente pudessem realizar pequenas doações e *agrados* no *tempo da política* não ficavam desmoralizados.

Vale ressaltar que a *política da amizade* também permitia ao político tecer críticas ao eleitorado. Como aqueles que reclamavam do *desprezo* de alguns eleitores e do *interesse* de outros que só os procuram em determinados momentos de necessidade e depois “se esqueciam” ou sobre aqueles eleitores “que só os procuram na hora da dor”, pois o que caracterizava essa política era a continuidade da circulação de bens materiais e afetivos entre eleições, às vezes de parte a parte. Dizia respeito ao fato de políticos e eleitores continuarem se visitando, se acionando e contando uns com os outros fora *da política* também. Ao contrário da *política do dinheiro* onde a relação entre político e eleitores teoricamente se encerrava no ato da troca.

Os políticos mais atentos buscavam organizar sua agenda de atividades de modo a atender as demandas e cumprir certas obrigações também durante os intervalos que antecediam e o sucediam às eleições, dando assim continuidade ao que os autores denominaram de *fluxos de relação e comunicação* com o eleitorado (BEZERRA, 1999; HEREDIA, 2002; MARQUES & VILELA, 2002).

Heredia (2002) no estudo intitulado “Entre duas eleições. Relação político-eleitor” ressaltou que na arena política, entre o papel e a expectativa, entre as obrigações formais e morais existiam limites muito tênues e, portanto, verificou que até mesmo aqueles políticos que combatiam a prestação de favores, porque considerava “clientelismo” não conseguiam escapar da comunicação personalizada com os eleitores. Aspecto que ficou evidente também no município.

3.3 “O voto aqui é por varejo, não por atacado”: o sentido do voto no idioma local

A história da constituição do voto tem demonstrado que a ideia de eleitor individualizado cujo voto resulta de uma escolha objetiva produto de uma opinião, tem pouca correspondência com a realidade quando apreendida empiricamente. Ser eleitor não é um dado natural, mas resulta de um processo de experiência histórica e social particular e inacabada e, portanto, não está evidente para maioria da população. (OFFERLÉ, 2005). Nem mesmo o reconhecimento do voto como direito se encontra consolidado em todas as sociedades, pois até certo sentido a compreensão sobre o significado da política e do voto depende também da distribuição e do acesso aos bens materiais e simbólicos presentes em cada sociedade, incluindo aí os produtos gerados no campo político, conforme salienta Bourdieu (1989).

Para Carvalho (2008), no caso brasileiro a ênfase e a precedência dos direitos sociais ante os direitos civis e políticos implicou em distintas concepções de cidadania e de voto. E essas interpretações ainda podem variar muito de acordo com as distintas experiências sociais.

Ao tentar captar como os são franciscanos entendiam o voto, observei que o voto como uma espécie de *favor* era uma ideia compartilhada pela maioria dos entrevistados. Para essas pessoas o voto era o favor concedido pela população ao candidato para que este pudesse alcançar o seu objetivo: chegar ao cargo. Não que a ideia de representação política fosse inexistente, mas porque era outra a sua formulação. Ou seja, havia uma tendência dos eleitores se sentirem representados pelos “políticos povão” que lançavam mão da *política da amizade*.

No entanto, a ideia do voto como um direito que implicava a escolha de um representante, era apenas residual. E mesmo os poucos que os relacionam demonstram profunda descrença no desempenho do papel formal desses políticos. Quase sempre associavam o exercício da política, especialmente no que se referia a ocupação dos cargos no legislativo municipal, ao interesse pessoal daqueles que decidiam em determinado momento “entrar” na *política*.

Sendo assim, a própria política era definida algumas vezes como “um meio de melhora para as pessoas que entram nela”. O vendedor ambulante que mencionou esta frase

questionou: “se fosse você ou eu que tivesse nela faríamos um pouquinho, ou um pocão para ganhar melhor né?”.

No que se referia ao voto, os munícipes se mostravam mais interessados na articulação dos políticos no âmbito pessoal e na sua relação direta com o eleitor do que no desempenho formal nos quatros anos anteriores, ainda que este também fosse visado em alguma medida. A conquista do voto pelo político, do ponto de vista dos eleitores, estava associada ao que estes tinham feito ou faziam por merecê-lo. Ou seja, o merecimento do voto dependia do empenho realizado pelo político para conquistar a confiança do eleitor, isto é, torna-lo um *eleitor amigo*.

Quando se tratava de políticos consolidados, entrava em jogo *o fluxo de comunicação* mantido com a população nos anos anteriores à eleição. O cumprimento de compromissos firmados com os eleitores e a atenção que os havia dispensado durante o exercício do mandato anterior. Quando se tratava de candidatos “novatos”, geralmente a população observava “o que ele fazia pelos outros”, isto é, como a pessoa se comportava em sua comunidade de origem, sua *disposição para ajudar*. “Quem não faz nada para ninguém antes de entrar na política, não vai fazer depois”, comentou um morador.

O ato de *dar o voto* quando visto como um *favor* exigia do político o movimento de ir ao encontro do eleitor para *pedi-lo*. As pessoas esperavam ser abordadas por esses políticos e/ou que estes fossem as suas casas pedir-lhes o voto.

Ao se referir ao voto, alguns eleitores disseram:

Eles é quem precisa da gente, né? Até agora ninguém se prontificou a procurar se estávamos precisando de alguma coisa, ninguém foi lá em casa. (Fonte: vendedor ambulante, São Francisco de Itabapoana, setembro 2016)

Amaro [vice-prefeito] ficou de ir lá em casa e não foi ainda, eu tô esperando. (Fonte: aposentada, Praça João Pessoa, setembro de 2016)

Tem um aí que se me procurar eu dou o voto (Fonte: Campeiro, Gargaú, setembro 2016)

Geralmente os políticos antigos pedem ajuda....tem gente que vem candidato aí e que faz coisa pelas pessoas, que ajudam as pessoas, marcam médico, marcam consulta, mas ninguém tem consideração com ninguém não. (Fonte: comerciante, Praça da Fé)

A gente quer votar em alguém que ajudou a gente (Fonte: comerciante, Brejo grande)

Os políticos que ofereciam *ajuda* e que procuravam as pessoas eram os que tinham melhores chances de conquistar o voto. Mesmo quando o voto já estava definido, os eleitores

esperavam que o “seu candidato” os procurasse para pedi-lo ou confirma-lo. Tratava-se de um momento ritual onde o que estava em jogo era a confirmação do apoio mútuo, do compromisso entre ambos. Do ponto de vista da conquista dos votos, visitar os eleitores ou aborda-los em outros espaços com esse propósito era importante, pois quando um eleitor estava indeciso entre dois candidatos, por exemplo, essa visita podia ser fundamental para a tomada de decisão do eleitor. Algumas pessoas condicionavam o voto à abordagem do político, “se me procurar, eu voto”.

Sendo assim, no *tempo da política* as pessoas estavam sempre se gabando de haver recebido a visita de “seu vereador”/“seu prefeito” ou se queixando da sua ausência. Ao ouvir as pessoas comentarem essas visitas, ficou evidente que se tratava de um momento simbólico em que o eleitor tornava explícito aos olhos da vizinhança o compromisso mútuo entre ambos.

Após as eleições, os eleitores locais ficavam na expectativa de que seus candidatos, quando vitoriosos, retornassem para agradecer. E ficavam bastante desapontados quando esses políticos “sumiam” frustrando essa expectativa, quando não paravam para ouvir suas queixas e não lhes dispndiam atenção, pois essas atividades eram vistas como inerentes a atuação e o compromisso que o político devia ter com o seu eleitorado. Isto é, o mínimo que podiam fazer por aqueles que os elegeram e, portanto, possibilitado o acesso da pessoa àquele posto.

Os políticos, por sua vez, estavam conscientes e/ou compartilhavam desta lógica, como demonstra a narrativa de um ex-prefeito da cidade:

O nosso município não é diferente de outros municípios, muitos eleitores não sabem votar, muitos vendem o voto e depois querem cobrar, mas ainda tem muita gente que vota por tradição e idealismo, por isso eu sempre falei que o voto aqui é por varejo, e não por atacado. Na cidade você faz mais marketing pela TV e tal, e as pessoas escolhem. Na cidade do interior você tem que dar a mão ao eleitor, conversar com ele, tem que dar atenção pra ele, ligar pra ele, dar bom dia, saber como ele está, visitar e etc.

Por outro lado, há eleitores que preferem não manter nenhum tipo de vínculo com os políticos e se orgulhavam de “não depender de político, nem de política”. Nessa categoria de eleitores estavam aqueles que se apresentavam como mais politizados e aqueles que se diziam neutros na política, ambos tinham em comum o orgulho de afirmar não dever obrigação e/ou *favores* a nenhum político e o fato de criticarem aqueles outros eleitores que supostamente se

envolviam, competiam e rivalizavam por causa da política. Um desses eleitores que se dizia neutro asseverou: “estou alheio a esse negócio de política eu não tenho resposta, ganhar ou perder tanto faz. Eu trabalho para me sustentar”.

3.4 O tempo da política: política-eleitoral e as pequenas políticas do cotidiano

Desde o início da década de 1990, estudos etnográficos realizados em municípios do interior do Brasil tem evidenciado que a população concebe a política como um evento temporário, social e espacialmente delimitado. A política está associada às eleições, momento em que a população a sente de fato no seu cotidiano. Desse modo, o período político-eleitoral é definido, geralmente, como “o tempo da política, época da política ou simplesmente política” (PALMEIRA, 1996, p. 42).

Em São Francisco de Itabapoana não é diferente, o *tempo da política* é marcado por grande expectativa¹¹⁶, pois a política deixa de ser concebida, ao menos momentaneamente, como uma atividade exclusiva de políticos e, portanto, afastada da realidade, para se tornar presente e próxima. Inclusive, penetrando esferas do cotidiano e espaços sociais que em outras épocas, a priori, estão vedados à política. Como por exemplo, o universo doméstico (casas e as reuniões familiares) e o universo religioso (as igrejas e seus eventos).

Após emergir na vida local se nota que a dimensão conflitiva que caracteriza o período político-eleitoral é um elemento que o torna bastante atrativo para a população local. Embora a dimensão conflitiva fosse também o argumento a partir do qual alguns moradores diziam não gostar *da política*. Ou seja, “não gostar de política” quase sempre significava não gostar das disputas políticas-eleitorais, pois durante esta época havia um clima de tensão permanente que geralmente não se notava em outras épocas do ano.

No *tempo da política* conflitos e tensões muitas vezes dissimulados pelo cotidiano vinham à tona, fatos novos eram produzidos continuamente sobre a performance de políticos, suas atividades e sobre aquelas pessoas que tomavam partido nos acontecimentos. A adesão aos políticos na maioria das vezes ganha sentido de torcida, logo um comentário aparentemente trivial podia provocar desentendimentos e discussões homéricas.

¹¹⁶ Refere-se à pesquisa de campo iniciada em 2004, no contexto da investigação de mestrado, em uma das localidades do município. As experiências da época e anotações de campo se somam às realizadas entre agosto/setembro de 2016, no contexto da disputa eleitoral deste ano.

Em tempos de redes sociais esses conflitos se potencializaram, conforme comentou uma moradora, pois se estenderam também ao mundo virtual. A velocidade das notícias que circulavam através desses canais de comunicação tem contribuído para aumentar ainda mais a tensão durante esse período e, conseqüentemente, vinha contribuindo para que determinadas divergências políticas tomassem outras proporções. Segundo minha interlocutora, algumas discussões no ambiente virtual que passavam por agressões simbólicas e tentativas de linchamento moral chegaram a se materializar em eventos reais organizados através dessas redes. Tais eventos se configuravam em perseguição, represália e hostilização entre aqueles que se consideravam adversários na política.

A principal rede social utilizada pelos moradores na época da pesquisa era o facebook. No entanto, havia alguns blogs locais que se encarregam de publicar os eventos da região, fazer enquetes e fomentavam de certo modo às discussões entre os eleitores dos diferentes políticos. Em abril de 2016, por exemplo, antes de começar oficialmente a corrida eleitoral os eventos locais relacionados às disputas daquele ano já estavam sendo noticiadas por esses blogues.

Uma delas, publicada em 1 de maio de 2016, informava a atividade realizada pelos políticos considerados os dois pré-candidatos mais fortes na disputa daquele ano.

O sábado (30/04) foi bem movimentado na agenda dos pré-candidatos a prefeito de São Francisco. Pedrinho Cherene participou de encontro de filiados do PSC na localidade de Amontado¹¹⁷. Francimara comemorou seu aniversário em um sítio na localidade do Macuco.¹¹⁸

Duas fotografias foram publicadas com essa matéria para ilustrar os respectivos eventos. Na legenda das mesmas, localizadas abaixo das fotos, constava: “as fotos foram feitas por cabos eleitorais e postadas no face” e abaixo da legenda havia um espaço para comentários. Na ocasião da consulta ao blogue, onze postagens com a opinião dos visitantes acompanhavam à matéria. Apenas dois entre os perfis que realizaram postagem eram de contas cujos usuários podiam ser identificados, os outros nove comentários foram realizados através de contas anônimas. E um dos comentários foi retirado pelo administrador do blog no dia posterior a postagem. Abaixo seleciono dois desses comentários:

Que vergonha pro Prefeito, meia duzia de pessoas, já no aniversário de Francimara casa cheia, parabéns futura prefeita!!! (morador 1)

kkkkkkkkkk... Aniversário de uma pré-candidato a prefeito, com churrasco e bebida de graça com esses 150 gatos pingados? kkkkkkkkkk... vai dar é Pedrinho Cherene de novo! (Morador 2)

¹¹⁷ PSC era o partido do prefeito até aquela data, porém cadastrou sua candidatura naquele ano filiado ao PMDB.

¹¹⁸ A matéria pode ser encontrada no blog <http://carlosojorgepedagogo.blogspot.com.br/2016/05/agenda-de-pedrinho-e-francimara-em-sao.html>

Essas postagens indicam que as *picuinhas* provocadas “por causa da política” como se diz localmente, podem ser ainda mais potencializadas com o uso das redes sociais. E essas rivalidades eram motivo e justificativa para que alguns moradores preferissem se manter “neutros” ou manifestassem seu rechaço pela *política*. No entanto, uma parte dos moradores entrevistados confessava gostar de *política*, que “gostava de política” e/ou que a “acompanhava”. Participei de um diálogo entre duas senhoras de uma localidade do município e a certa altura da conversa uma delas fez referências a uma caminhada promovida por uma das facções políticas que disputavam às eleições de 2016, e assinalou:

Gente, eu gosto muito de política! Eu estava doidinha pra vir acompanhar a caminhada do meu candidato. Toda hora eu ligava pro José [o marido]: ‘E aí ele passou?’. Aí ele: Não, ainda não. Aí eu ficava animada e dizia, ainda bem! Eu cheguei em casa bem a tempo. Na hora que eu acabei de chegar ele passou.

A moradora em questão trabalhava numa localidade vizinha e temia não conseguir chegar a tempo de participar da passeata. Passou uma parte da tarde angustiada no trabalho, pois não queria perder o evento e a oportunidade de prestigiar o político, quando este passasse em frente de sua casa, como ela mesma revelou durante a conversa. Para ela, o atraso na comitiva do prefeito havia sido uma sorte, pois assim pode recebê-lo, tirar fotos com ele e acompanhar de perto o evento, circulando e confraternizando com os demais políticos e apoiadores daquela facção enquanto caminhavam pela *comunidade*.

Outros moradores, no entanto, diziam que embora não participassem de todos os eventos da política a *acompanhavam*. Com isso queriam dizer que estavam sempre atentos (as) aos acontecimentos referentes às disputas entre os candidatos e seus correligionários. Significava estar informado dos pormenores e, sobretudo, estar atento às tensões e conflitos que ocorriam durante esse período, pois ainda que muitas pessoas estivessem de acordo que estes conflitos podiam ser evitados, eles também eram concebidos como uma dimensão natural do *tempo da política*.

Quando o período político-eleitoral estava oficialmente aberto, ou seja, os quarenta e cinco dias anteriores às eleições, segundo as novas regras que vigoraram nas eleições de 2016, os eventos, as comemorações e confraternizações organizadas pelos políticos e seus aliados em todo o município se multiplicavam¹¹⁹. Eventos para os quais as pessoas se deslocavam às vezes de uma *comunidade* à outra para *acompanhar*¹²⁰.

¹¹⁹ Comícios, visitas, caminhadas, churrascos, comemorações de aniversário, etc.

¹²⁰ Durante o campo, as pessoas se queixavam que a *política* esse ano estava muito desanimada. Essas queixas faziam referência às novas regras eleitorais que limitou bastante as atividades e os eventos considerados legais durante a campanha dos candidatos.

Mesmo aquelas pessoas que se diziam avessas à política, durante esse período se sentiam pressionadas a se manifestar, a revelar suas preferências, seu apoio e o voto. A rotina das comunidades era interrompida e a calma frequentemente associada à vida pacata no município temporariamente era substituída pela visita constante de políticos, de cabos eleitorais e de outras personalidades da política¹²¹.

A política se generalizava e “detestá-la” não isentava ninguém de participar de alguma maneira¹²². Uma senhora da *comunidade* afirmou: “no tempo da política ninguém tem sossego”. Ou seja, quando se vive em um pequeno município e/ou povoado em que todos possuem um *fundo de conhecimento comum*, não opinar ou ficar “neutro” às vezes é uma tarefa tão difícil quanto a de declarar publicamente a posição ou o lado a que pertence (BAILEY, 1971; PALMEIRA, 1993).

Observei que havia uma pressão muito grande tanto por parte dos políticos quanto da própria *comunidade* para que as pessoas/famílias declarassem publicamente o apoio político. A declaração pública e antecipada de apoio a um candidato (ou facção política) é muito relevante nos pequenos municípios, pois tende a projetar determinados nomes como “candidato forte”¹²³. Ser visto como tal aumenta as chances do político receber ainda mais adesões, pois como se diz com frequência no município “ninguém gosta de perder o voto”. Nesse sentido, a declaração pública de apoio a determinado candidato e/ou facção política pode ter o mesmo valor do voto propriamente dito (PALMEIRA & HEREDIA, 2005, p. 456).

Notei também que ainda que declarar-se “neutro na política” fosse algo comum para evitar emitir opinião e discutir a respeito, essa não era uma boa estratégia durante o período-eleitoral, quando as pessoas eram interrogadas pelos seus pares¹²⁴. Nem sempre

¹²¹ Cabo eleitoral é o nome dado àquelas pessoas que trabalham atraindo eleitores e conseguindo votos para determinados candidatos em troca de um pagamento ou por troca de favores ou por *amizade*

¹²² Durante o trabalho de campo ouvimos as seguintes afirmativas: “no tempo da política é um nojo”, “detesto o tempo da política”. Por detrás dessas queixas o fato de que durante o período político eleitoral as pessoas tendem a ser abordadas a todo o momento, por políticos, por cabos eleitorais ou pelos familiares, vizinhos e conhecidos. Uns em busca de apoio e voto e outros para se atualizarem sobre as preferências dos demais e sobre o lado que defendiam e/ou torciam.

¹²³ Razão pelas quais os políticos estão continuamente buscando atrair o apoio, especial, daquelas famílias numerosas (com muitos votos) cujo voto é definido em conjunto. E os eleitores da *comunidade* para além de outros critérios buscam identificar os “candidatos fortes”, pois procuram não “perder o voto”.

¹²⁴ Durante a pesquisa algumas pessoas argumentavam não entender de política e/ou de serem neutras (às vezes utilizam os dois argumentos). Uma delas, por exemplo, quando foi abordada respondeu “para dizer a verdade eu não entendo nada sobre essa coisa de política, eu sou neutro nesse negócio de política”. No entanto, ao

aqueles que afirmavam ser “neutros” eram menos hostilizados, pois ao acessar o *fundo de conhecimento comum* (informações prévias a partir da rede de relações e as inclinações políticas da família a qual cada um pertencia, etc.), as informações eram utilizadas para provoca-los¹²⁵.

As formas de provocação podiam ser as mais variadas, uma das mais comuns que eu pude observar era transformar o nome de certo político (ou facção política) em alvo de *piada*. Fazer *piadinhas/brincadeiras* sobre o suposto candidato da pessoa “neutra” era uma forma de provocação. Eram declarações do tipo jocosas e/ou desmoralizantes que podiam ser verídicas ou não (inventadas para o “jogo”), no entanto, realizadas com o intuito de desestabilizar emocionalmente o implicado/implicada, e observar como a pessoa reagia frente às provocações. A demonstração de qualquer tipo de incômodo por parte da pessoa era tomada pelos demais como um indicativo de que a provocação tinha sido exitosa. Fato que implicava ainda mais hostilidade. Diante as tensões e impasses que essas “brincadeiras” ocasionavam, para alguns a saída possível para evitar o conflito era deixar de frequentar determinados lugares durante o período eleitoral.

Notei esse tipo de provocação durante uma visita a um dos bares locais, que funcionava também como uma espécie de mercadinho. Numa dessas idas ao bar presenciei a seguinte conversa.

A: Você reparou que o fulano anda sumido?

B: Acho que ele está chateado com a turma porque estavam encarnando no fulano outro dia aí [um político].

A: Ué! Mas ele não disse que é neutro na política? Não era pra ter zangado não (ironizou).

B: Isso é o que ele disse, né? (risos) Mas acho que não aguentou a pressão não (e ambos riram).

Diante do meu interesse sobre o assunto, a dona do estabelecimento explicou que se referia a um frequentador do bar que embora fosse de “conhecimento público” que a sua família apoiava determinado candidato, quando era interrogado sobre o tema ele se dizia neutro na política para evitar entrar em discussão. Segundo minha interlocutora este tipo de posicionamento: “acontece muito nesse período pelas diferenças políticas”. E me explicou

prosseguirmos a conversa a partir de outros assuntos acabou por revelar uma série de situações envolvendo a política local.

¹²⁵ Palmeira (1992, s/p) afirma que se declarar indeciso, em uma pequena comunidade, ou realizar afirmativas do tipo “não sei em quem vou votar” é uma atitude automaticamente relacionada a um voto não-declarado na outra facção”

que em razão disso “o pessoal do bar passou a fazer piadinhas a respeito de determinado candidato pra mexer com dele”. Como após o episódio fazia dias que o referido frequentador não aparecia no estabelecimento, como era de costume, *a turma* (os companheiros de bar) suspeitava que o motivo do “sumiço” tinha relação com “as brincadeiras”.

Notadamente, o caráter agonístico que geralmente marca a sociabilidade cotidiana em localidades rurais é aprofundado durante o *tempo da política* (COMENFORD, 2003)¹²⁶. Na região estudada é exatamente essa dimensão agonística que dividia a opinião dos moradores acerca *da política*. O caráter conflitivo que caracterizava o período político-eleitoral o determinava como sendo um período muito atrativo para alguns (esperado com expectativa) e detestado por outros.

A possibilidade das *brincadeiras*, *piadinhas* e provocações, sobre determinados candidatos ou facção política, se transformarem em um conflito maior sempre estava presente. E a probabilidade de diferenças de outras naturezas, não especificamente políticas, emergirem ou se aprofundarem em decorrência das rivalidades políticas ou nelas dissimuladas também estava em jogo.

Segundo os relatos, nas eleições de 2012 apenas dois candidatos disputaram a prefeitura da cidade, e a disputa dividiu o município em dois lados. Todavia, por trás dos conflitos políticos havia também outros tipos de rivalidades como, por exemplo, conflitos religiosos (católicos apoiavam um candidato enquanto a maioria evangélica apoiava o outro), desavenças por questões relacionadas a *ciúmes* e *inveja*, conflitos por antigas disputas envolvendo temas de trabalho, etc.¹²⁷.

¹²⁶ Ao estudar formas de sociabilidade em localidades rurais no interior de Minas Gerais, inspirado em autores como Mauss; Peristiany, Pitt-Rivers, Campbell, dentre outros, e nas suas observações de campo, Comerford (2003) notou que uma das dimensões dessa sociabilidade se traduzia em formas de “brincadeiras”/provoações que colocava em luta pública certas pessoas ou coletividades acerca de temas e posições cujo idioma era conhecido da plateia que observava e julgavam o desenrolar da situação. Essas provocações eram naturalizadas pelo cotidiano e, embora implicasse algum tipo de tensão não supunha necessariamente a falta de respeito entre as partes implicadas. No entanto, o tom usado na brincadeira, se irônico ou sério, era um elemento importante que podia ter ou não consequências mais graves de acordo com a interpretação e julgamento dos participantes e observadores.

¹²⁷ Segundo moradores locais, um desses conflitos ocorreu quando um grupo de mulheres organizou uma emboscada contra outra mulher da *comunidade* que fazia campanha para o político adversário do grupo. Segundo os informantes, embora as provocações políticas realizadas pela vítima também tinha sido pano de fundo para emboscá-la, as mulheres que organizaram a armadilha já *antipativavam* e *rivalizavam* com ela por outras questões antes mesmo do *tempo da política*. Sendo assim, *a política* teria sido usada como justificativa para dar-lhe “uma lição” e humilha-la. Segundo os interlocutores, o episódio teria sido articulado por meio do

Em algumas ocasiões as pessoas eram muito críticas com o comportamento adotado por terceiros durante o período-eleitoral, e às vezes faziam autocríticas quando se distanciavam das eleições. Como, por exemplo, os juízos de valor a respeito de pessoas consideradas “doentes por política”, “fanáticas por política” por um ou outro candidato. Pessoas que às vezes passavam dos limites, considerados aceitáveis, e agiam em nome da política defendendo candidatos e/ou as facções políticas que apoiavam de forma considerada inadequada para os papéis que ocupavam na comunidade em que viviam.

Alguns fiéis da igreja católica, por exemplo, “aproveitavam” o *fanatismo político* de outros eleitores evangélicos para se “vingarem” do rótulo de “idólatras de santos” que estes geralmente lhes atribuíam. Em algumas *comunidades* do município por razões específicas essa acusação ainda era recorrente e tendia causar tensões na vizinhança¹²⁸.

No período eleitoral, alguns católicos aproveitavam para criticar o comportamento desses evangélicos concebidos como *fanáticos* acusando-os de hipócritas por “idolatrarem os políticos”. Esse tipo de referência ouvidas algumas vezes durante a pesquisa de campo, foi o centro de uma discussão também em uma rede social, aconteceu após uma jovem do município publicar em seu Facebook: “E ainda dizem que católico é idólatra. Esse negócio de política já está chato! Vão orar, rezar, fazer novena e vamos fiscalizar todo mundo! O que me mata é que depois todo mundo se cala, e entrega a cidade..”

Às vezes críticas contundentes eram realizadas contra pessoas como uma “torcedora” evangélica assídua de um candidato ao executivo municipal. Segundo as narrativas, desde as eleições de 2012 ela havia se mostrado uma dessas pessoas “fanáticas” pelo político que apoiava e o “defendia com unhas e dentes”¹²⁹. Algo que a própria senhora confirmou durante uma conversa.

Ah gente, o xxxxx [o político] pra mim...eu não sei nem explicar. Eu gosto muito dele. É muito educado, é uma pessoa maravilhosa votei nele nas eleições passadas e voto quantas vezes vier candidato. É uma pessoa muito boa, não gosto nem de ouvir

facebook e, portanto, contou com a participação de pessoas de outras localidades. Segundo informaram, os ânimos dos participantes estiveram tão exaltados que as pessoas que observavam tiveram que acionar a polícia com receio que a mulher fosse linchada.

¹²⁸ Na comunidade estudada entre 2004-2006, por exemplo, essa rivalidade era algo velado, porém aparecia constantemente na fala de alguns moradores de ambos os lados. E esses conflitos que já existiam se potencializaram após alguns acontecimentos que marcaram a ruptura de famílias com a igreja católica e sua migração para as igrejas evangélicas, especialmente a batista, a mais importante do lugar. Em consequência, rupturas familiares e no sistema de compadrio, portanto, nos laços sociais que uniam pessoas e famílias travestiram ressentimentos variados em rivalidade religiosa.

¹²⁹ É, inclusive, citada como uma das articuladoras de um do episódio de hostilização de uma adversária política na localidade em que reside.

ninguém falar mal dele. Esses dias ele teve lá na casa de mamãe, mamãe adora ele também.

Alguns vizinhos comentavam que a referida senhora já havia entrado em contendas para defender sua posição e “seu candidato” em eleições passadas e seguia manifestando seu apoio ao político durante a campanha de 2016, inclusive nas redes sociais. Diante da curiosidade que essas informações suscitavam visitei o perfil público da dita senhora no facebook. Na ocasião pude contabilizar 11 publicações referentes à disputa eleitoral daquele ano (entre os dias 7 de setembro a 01 de outubro de 2016). Dentre esses registros constavam cartazes da campanha do candidato, fotografias de comícios e outros eventos em que o político havia participava, além daquelas em que membros de sua própria família e de seu convívio pessoal posavam ao lado do dito candidato.

Uma foto em especial chamou a minha atenção. Tratava-se da fotografia do referido político abraçado a uma senhora bastante idosa seguido do comentário: “Minha mãezinha também é 15 [número eleitoral]. Como ela ficou feliz com essa visita!! Disse que faz questão de ir votar nele. Família toda apoiando Pedrinho Cherene II”. Esse tipo de apoio manifestado através das redes sociais não se restringia ao perfil dessa moradora, mas se multiplicava a medida que os perfis de outros eleitores do município eram visitados.

A tendência das disputas e rivalidades políticas se estenderem às redes sociais e daí se materializarem em atos às vezes violentos entre eleitores, como aconteceu no próprio município, não se restringe a ele, mas se apresenta como uma dimensão da chamada *sociedade em rede*. Expressão cunhada por Castells (2013), para expressar um novo tipo de interação social introduzido a partir do advento do uso dos computadores, da internet e das redes sociais.

No município, essas contendas “virtuais” parece virem ganhando cada vez mais centralidade, pois mesmo aquelas pessoas que não possuíam um perfil na internet, por falta de familiaridade com essas tecnologias, se mostravam constantemente interessadas em se atualizar a respeito dos acontecimentos no ambiente virtual. E faziam isso através de outros membros da família que tinham um pouco mais de familiaridade. Era muito comum pessoas que não tinham o hábito de usar a internet, durante as conversas se manifestarem sobre fatos ou discussão que haviam se passado no ambiente virtual e sobre o qual havia tomado conhecimento através de um parente. Outras vezes, o próprio interlocutor relatava ter pedido para algum parente mais jovem acessar as redes em busca de notícias para atualizá-lo. Em

algumas situações quando me contavam sobre alguns desses fatos, me advertiam: “você que sabe mexer nesse negócio [na internet], olha lá que você vai ver”.

De fato, ao acessar o facebook e alguns blogs locais nota-se que a internet tem sido uma ferramenta bastante utilizada como forma de manifestação de apoio público, de adesão e de voto, além de um canal a mais para provocações e respostas suscitada pelas diferenças aparentemente políticas entre as pessoas das diferentes localidades do município. No entanto, como foi dito, essas provocações não ficavam apenas no ambiente virtual, pois a maioria dos envolvidos se relacionava face a face, o que fazia dessas redes sociais uma ferramenta a mais de tensão e de conflitos durante o período político-eleitoral.

O interesse *pela política* que se tornava manifesto na época de campanha eleitoral provocava as mais diferentes reações, conforme observou uma interlocutora. Em sua opinião, o clima de disputa que se instaurava no município, a cada período eleitoral, parecia “afetar o juízo das pessoas” de modo que produziam eventos pouco racionais quando vistos com certo distanciamento.

Esse negócio de política é tão doido que a gente queria tanto tirar o velho de lá [tirar o antigo prefeito do cargo, eleger outro] que torcíamos muito pelo outro candidato, e o candidato estava preso e tudo. E era considerado perigosão. Íamos ao comício dele, com aquele bonecão de posto vestido igualzinho o cara, e nós lá torcendo, achando tudo normal, tudo bonito...(risos). Lotava o comício dele. Hoje quando eu para e penso, acho que estávamos tudo doido. [dona de casa, entrevista concedida em 2015]

Além de todas as tensões e intrigas pessoais que vinham à tona dissimuladas em divergências políticas, as relações e a interação entre as pessoas parecia funcionar sob outras regras no tempo *da política*, pois embora ninguém desejasse se envolver ou ser envolvido em brigas e discussões, o conflito nesse período estava naturalizado e determinadas regras eram temporariamente suspensas (DA MATTA, 1983).

Nesse espírito de disputa, as apostas também se tornavam uma das atividades comuns em basicamente todas as localidades como tomei conhecimento. A convicção de que o lado que apoiava venceria as eleições motivava as pessoas a desafiarem umas as outras na realização dessas apostas. Em face dessas disputas entre amigos e conhecidos que se rivalizavam no *tempo da política*, o controle social parecia se duplicar em ano eleitoral, pois se antecipar ao resultado das eleições era garantia de dupla vitória: *ganhar o voto* e o dinheiro da aposta.

Ganhar o voto implicava estar atento aos mínimos detalhes, tendências e

acontecimentos mesmo antes do início oficial das disputas, pois era necessário ter uma ideia já bastante precisa sobre “candidatos fortes” e “candidatos fracos” e sobre essas informações fazer os devidos cálculos. Em razão disso, o levantamento de votos de cada candidato “forte”, ao menos nas localidades que os apostadores viviam, era algo imprescindível para “não perder o voto”. Ou seja, os apostadores se valiam de uma espécie de pesquisa eleitoral feita em casa. Essa era uma das razões para o amplo interesse na intenção de apoio e voto da rede de vizinhança, para que as pessoas se abordassem frequentemente sobre o tema e que realizassem conjecturas sobre o mesmo.

Na opinião de alguns moradores (políticos e eleitores) que concederam entrevista, um dos problemas do município era que as pessoas não gostavam de *perder o voto*. E por essa razão muitas vezes *mudavam o voto* realizando escolhas equivocadas, pois tendiam votar naqueles candidatos aparentemente *fortes* pelo simples fato de não desejarem *perder o voto*. Um ex-prefeito da cidade afirmou: “têm pessoas aqui que votam naquele que vai ganhar”.

Quando se tratava das apostas, se duplicava o desejo de *ganhar o voto*, pois perdê-lo implicava dupla desmoralização, isto é, *perder o voto* e dinheiro. Além do mais, o perdedor costumava ser motivo de *gozação* durante muito tempo após as eleições. E, segundo relatos, muitas desavenças e desentendimentos poderiam ter sido evitados caso não houvesse esse tipo de aposta. O jogo não só acirrava as disputas entre os participantes, mas também gerava conflitos entre os observadores que conjecturam e torciam.

Todavia, mesmo aqueles que não apostavam o voto, se preocupavam em perdê-lo. Assim que, todo o tempo, buscava alinhar o apoio e o voto aos candidatos com grande chance de vitória eleitoral. Findada às eleições, a vida aos poucos voltava à normalidade. O tempo voltava a ser medido pelas atividades cotidianas, e não mais pelos eventos da política. No entanto, o resultado eleitoral, as vitórias e as derrotas, o prestígio de alguns e os vexames de outros, as desmoralizações do *tempo da política* eram temas que se estendiam e circulavam por algumas semanas.

Os que *perderam o voto* e/ou as apostas eram alvos de *deboche* e *piadinhas*, especialmente por aqueles cujos candidatos saíram vitoriosos no pleito. Aqueles que estiveram implicados em conflitos, discussões mais sérias e acaloradas em defesa de seus candidatos ou facções políticas e foram derrotados, tendiam, quando era possível, a sair de

circulação por um tempo para deixar o assunto “esfriar”, ou tentavam evitar frequentar determinados ambientes onde se sentiam vulneráveis às investidas de terceiros nesse sentido¹³⁰.

No entanto, é interessante notar que nem todos que *perderam o voto* eram necessariamente alvos de provocações públicas. Aqueles que se mantiveram discretos durante o período eleitoral e/ou pessoas consideradas *sérias* ou *brutas* que não aceitavam *brincadeira*, e de forma especial as mulheres (principalmente as mais idosas que tampouco *provocavam* os demais), geralmente eram poupadas dessas *brincadeiras*.

Com o passar das semanas os assuntos referentes à *política* começavam a desaparecer das conversas e tudo voltava a ser como antes, porque “fora do período da política ninguém se mete em política”, contou uma moradora. As tensões provocadas pelas divergências se arrefeciam com o passar do tempo e se algum conflito permanecesse era indicativo que precedia o período eleitoral, mas em nome do bom convívio mesmo estes que transcendiam às disputas políticas voltam a ser dissimulados no cotidiano.

Sendo assim, após o período político-eleitoral a política retornava para o seu “lugar de origem”, a saber, os espaços institucionais e para o domínio dos especialistas (BOURDIEU, 1989). Ou conforme se manifestou a jovem local, em seu perfil no facebook logo após a eleição: “todo mundo se cala, e entrega a cidade” e, obviamente, o município ganha de volta à aparente “tranquilidade”.

3.5 A política não olha para a saúde com bons olhos: profissionais da saúde na política versus políticos trabalhando na saúde – redes de cooperação, reciprocidades e conflitos

O jornal Folha de São Paulo publicou recentemente uma matéria sobre a trajetória de um médico cubano no interior de Roraima. Segundo o depoimento do profissional, nacionalizado brasileiro, sua popularidade e prestígio através do trabalho como médico na cidade de Mucajaí (RR) foi motivo para ser convencido por lideranças políticas locais “a entrar em um partido político e a pedir votos para um candidato”. Com a derrota do candidato

¹³⁰ Na semana após as eleições de 2016, ouvi uma senhora local dizer: “Essas pessoas que dão muito a cara e os candidatos perdem ficam assim, a Maria mesmo no dia seguinte às eleições como não podia deixar de trabalhar passou por aqui com uma sombrinha, só pode que era pra tapar o rosto, pois nem chovendo estava (risos). Esse povo quase morre quando seus candidatos perdem”. (nome fictício).

apoiado pelo médico, ele teria sofrido perseguição política e foi demitido do trabalho, e apesar da população organizar um abaixo-assinado enviado à prefeitura, a sua situação não teria sido revertida. No pleito seguinte, “ouvindo o apelo do povo” se candidatou ao executivo da cidade ascendendo ao cargo de prefeito para a gestão 2013/2016¹³¹.

Em estudo realizado em um município do interior de Minas Gerais, Canedo (2005) observou que as duas personalidades que representam as mais importantes facções que disputam o poder político local, estavam relacionadas ao serviço público no âmbito da saúde (ambos haviam sido médicos). Todavia, conforme observou, um deles possuía certa vantagem política sobre o outro, pois além do prestígio associado à profissão descendia também de uma importante família de políticos.

No município de São Francisco, embora o primeiro prefeito efetivamente médico tenha sido o chefe do executivo na gestão 2013-2016, a prestação informal de serviço na área de saúde tem sido uma prática recorrente entre os vereadores desde antes da emancipação municipal. A ascensão de certos políticos na vida pública tem estado associado, inclusive por esses próprios atores, à prestação deste tipo de serviço. Desde o cargo de vereador passando pelo de prefeito da cidade.

A pesquisa técnica “Perfil dos prefeitos do Brasil (2013–2016)”, a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) realizou um mapeamento sobre o perfil profissional dos candidatos aos cargos de prefeito para os 5.568 municípios do Brasil, eleitos para o mandato daquele período. Neste levantamento, Bremaeker (2012) identificou 169 categorias ocupacionais, além da utilização da categoria outras como alternativa para registrar a ocupação dos candidatos.

De acordo com essa investigação, a categoria médica ocupou o quinto lugar no ranking de profissionais eleitos (ocuparam 257 prefeituras), sendo superado apenas pela categoria prefeito (1026 reeleitos), empresário (683), agricultor (359) e comerciante (352). Sobre o estado do Rio de Janeiro, especificamente, os números revelaram que dentre as 61 ocupações declaradas, além de algumas não especificadas (isto é, cadastradas na categoria “outras” no sistema do Tribunal Superior Eleitoral), a categoria médica conseguiu ocupar o segundo lugar no ranking de categoria profissional com maior número de profissionais eleitos (12 prefeitos), sendo superada apenas pela categoria declarada como de prefeito (23

¹³¹ A matéria pode ser acessada através do site <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/05/1285113-medico-cubano-vem-trabalhar-no-brasil-apaixona-se-e-vira-prefeito-de-mujacai-rr.shtml>.

prefeitos), ou seja, da categoria que disputou à reeleição e que não declarou a profissão exercida antes de ocupar a vaga no legislativo de seus municípios.

Além dos médicos propriamente ditos, três outros profissionais relacionados ao campo da saúde também ascenderam ao executivo municipal (1 odontólogos, 1 agente de saúde e sanitarista e 1 assistente social), conformando, portanto, um total de 15 prefeituras comandadas por profissionais da saúde no Rio de Janeiro (representando 16,31% do total dos municípios)¹³². Dentre elas, a prefeitura de São Francisco de Itabapoana¹³³.

A representatividade dos profissionais da saúde no executivo municipal parece indicar que se a carreira médica (ou no campo da saúde), por um lado, não pode ser tomada como o único atributo para a ascensão desses profissionais aos cargos na administração pública, conforme pondera Coradine (2006), por outro é possível afirmar com base na pesquisa em São Francisco de Itabapoana que as qualidades e características que a atividade profissional na área de saúde agrega, possibilita aos ocupantes desses cargos acumularem recursos sociais que podem ser ou não convertidos em *capital político*.

Ao advertir que o vínculo profissional não devia ser tomado como critério exclusivo de legitimação política, Coradine (2006) reconhece que algumas ocupações, por suas particularidades, tendem a ampliar a possibilidade dos ocupantes desses postos entrarem na política. Para o autor, além das ocupações profissionais algumas posições sociais municiam certos indivíduos de recursos básicos e imprescindíveis para a inserção no universo formal da política. Ou seja, possibilitam que certas pessoas assim situadas possam acumular certo conhecimento, incorporar certos valores e desenvolver certas habilidades que podem ser transformadas em vantagens políticas. Como, por exemplo, o nome de família, a filiação partidária, a militância religiosa, a militância sindical, a liderança comunitária e a ocupação prévia de cargos públicos.

Observação bastante pertinente quando esse tipo de relação é investigado empiricamente, pois de acordo com o trabalho de campo embora a princípio o *nome de família*, a ocupação de cargos públicos e a liderança comunitária aparecessem como portas

¹³² Enquanto do total de advogados que se candidataram somente 4 foram eleitos, de deputados apenas 5 eleitos e de vereador 4 eleitos.

¹³³ Vale ressaltar que dentre os 32 candidatos eleitos que declararam o cargo político como ocupação profissional (se declaram prefeito, deputado e vereador) é possível ainda haver nesse grupo outros políticos cuja atividade profissional esteja relacionada ao campo da saúde o que acrescentaria esse número.

de entrada importante na política local, em realidade os políticos com trajetória exitosa associavam, antes de tudo, o êxito político à sua atuação na área de saúde (realização de atividades de assistência na área). Mesmo aqueles que articulavam também outros recursos de legitimidade política em sua biografia pessoal.

Como o exemplo de um funcionário da prefeitura e líder comunitário que utilizava automóvel (às vezes público, às vezes privado) “pra levar gente para o médico” como mencionaram, ou funcionários da prefeitura de diferentes áreas que “aproveitam” a “máquina pública” para “ajudar” na área da saúde em benefício de suas candidaturas, conforme revelou um morador a respeito da campanha 2016:

Ainda tem esse negócio da saúde (...). Uma pessoa da comunidade tem um carro aí socorre todo mundo e aí todo mundo fica devendo um favor. Aqui tem o Sr. João, por exemplo, ele trabalha no Ponto [hospital municipal] e faz encaminhamentos para Itaperuna. Quando o carro não vem ele liga. Ele usa a própria máquina para ir fazendo a política.

Ao interrogar o meu interlocutor sobre o cargo ocupado por Sr. João no hospital, ou seja, para o qual em teoria o candidato recebia um salário pago pela prefeitura, a esposa do entrevistado, que também participava da entrevista, respondeu: “ele é funcionário do hospital, presidente de associação e uma espécie de dedo duro, toma conta do hospital. Vê o que está precisando e leva as queixas”.

Esses e muitos outros casos narrados durante a investigação acenavam para a centralidade da questão da saúde como prática e discurso na legitimação do *ethos* político. Ainda que alguns momentos esses discursos e práticas também eram motivos para críticas.

De acordo com certa literatura, a profissão médica em si, e eu diria as profissões ligadas à área médica, contêm em si mesmas elementos simbólicos e históricos bastantes significativos que as tornam profissões prestigiadas aos olhos da população, ainda que em termos de salário, nos postos públicos, os médicos (e profissionais da saúde) e esses profissionais de uma forma geral possam não ser devidamente valorizados como se queixam os próprios profissionais da área (GAGLIETTE, 2007; MARTINS, 2004).

No caso brasileiro, superado os preconceitos dos tempos coloniais – quando a prática médica era associada a uma profissão manual, portanto, desvalorizada, os médicos passaram a representar junto aos bacharéis de direito, a elite intelectual da sociedade, pois quando poucos tinham um diploma superior, esses profissionais dominavam as matérias não só do

seu campo específico, mas também temas da literatura, filosofia, das artes, etc., ganhando prestígio não só no campo da medicina como passariam a opinar em diferentes temas da sociedade (MARTINS, 2004).

Nesse sentido, a categoria médica foi se conformando como “vanguarda civilizatória” que atuando na política garantiria uma sociedade saudável no corpo e no espírito, conseqüentemente mais produtiva rumo ao progresso (MARTINS, 2004; MACIEL, 1999; GAGLIETTE, 2007). Partindo também dessa concepção, que Gagliette (2007) afirma que a medicina incorporou uma missão política tornando a filiação partidária e a entrada de médicos e de profissionais da saúde na política um fato natural vinculado a “missão” profissional.

Na medida em que o campo médico foi sendo fragmentado com o surgimento de inúmeras especializações, outros profissionais da saúde passaram a compartilhar com os médicos espaço nos serviços de saúde e no tratamento de enfermidades (psicólogos, fisioterapeutas, dentistas, etc.). Ao que tudo indica, o prestígio das profissões na área médica foi aumentando na medida em que a capacidade da população de cuidar da própria saúde diminuía (ILLICH, 1975, FOUCAULT, 1999; MENEZES, 2013).

Inclusive, desde que a medicina se consolidou como poder vem tentado monopolizar todas as atividades concebidas como referentes aos cuidados em saúde. E é possível verificar que uma parte da energia da categoria médica e da ciência que a sustenta, tem sido canalizada para “desmistificar” e para condenar as práticas populares de tratamento da saúde como o uso de chás e as rezas, ao combate às práticas tidas como de curandeirismo e a tentativa de criminalização da intervenção de agentes sociais como as parteiras, por exemplo,¹³⁴. Contribuindo para que as terapias populares perdessem sua eficácia e fossem desprestigiadas frente aos procedimentos técnicos, aumentando, obviamente, a dependência em relação aos cuidados e a busca frequente pelo atendimento médico (ANTUNES, 1999;

¹³⁴ Antunes (1999, p. 117) demonstra que desde a primeira república a categoria médica tenta criminalizar as práticas identificadas como de “medicina ilegal”. Segundo o autor contra a atuação de parteiras no estado de São Paulo, no início do século passado, que ensinavam receitas para evitar a gravidez, etc. resultou uma moção e pedido para que as autoridades competentes agissem no caso. “A moção, que obteve aprovação unânime, havia sido suscitada por uma campanha lançada pelo jornal *O País* contra a ação das parteiras e médicos empíricos que exerciam a “profissão do aborto e da esterilidade”. Sob o pretexto de aplaudir a atuação policial no evento que, dias antes, resultara a suspensão das consultas de dois médicos empíricos, “curandeiros e ocultistas”, a edição de 7 de outubro de 1915 de *O País* cobrava o mesmo rigor para a repressão ao aborto e à esterilização de mulheres”.

MENEZES, 2013)¹³⁵.

No entanto, o desprestígio das formas “tradicionais” e o prestígio dos profissionais da saúde no Brasil é uma questão ainda paradoxal, pois embora a esperança na resolução dos problemas e necessidades de saúde da população tenha sido deslocada, quase que exclusivamente, para o saber médico e para os profissionais da área, *a esperança medicalizada* a que se refere Menezes (1999) se esbarra com a desconfiança da população em relação ao atendimento médico, especialmente no que se refere ao atendimento nos serviços públicos (desconfiança que vem sendo também estendida aos serviços privados).

O desprestígio da saúde pública que alcançou seu auge no período militar ainda permanece, e por mais que parte da população reconheça ter havido algumas melhoras na área da saúde nessas últimas décadas, o atendimento humano no setor público continua muito mal visto (VIEIRA, 2002)¹³⁶.

De uma forma geral, a população que vai aos estabelecimentos públicos de saúde se queixa do mau trato e mau atendimento dos funcionários da saúde (atendentes, médicos, enfermeiros, etc.). O tratamento dispensado por esses profissionais/funcionários (às vezes considerados autoritários, deseducados e até mesmo ofensivos) tem sido justificado pelos representantes das categorias profissionais, e pela mídia, como decorrente das más condições de trabalho, geralmente associadas a salários baixos, inexistência de planos de carreira, contratos precários de trabalho, falta de material e equipamentos ou existência precária dos mesmos, etc.

No entanto, para a população que queixa dos maus tratos no ambiente público, estes representariam o desrespeito das autoridades políticas com a dignidade humana “dos pobres” (VIDAL, 2003). Isso em parte porque no país, com raras exceções, embora o Sistema Único de Saúde ainda seja universal, há uma concepção disseminada que só os “pobres” utilizam os serviços públicos, especialmente os serviços de saúde.

¹³⁵ Embora em determinadas regiões a combinação entre o uso dos serviços médicos, a intervenção de *rezadeiras* e o uso de ervas ainda seja bastante comum. Essa relação foi estudada por Cavalcante (2006) que, inclusive, verificou que o prestígio das *rezadeiras* junto à população no tema da saúde levou-as a serem incorporadas ao Sistema Público de Saúde em um município do estado do Ceará.

¹³⁶ Vieira (2002) ressalta que, por um lado os usuários do SUS reconhecem uma melhoria no acesso e um aumento nos serviços quando comparados ao passado, por outro fazem inúmeras queixas sobre o mau atendimento e a insuficiência dos serviços prestados. Ainda assim, a autora assegura que 75% da população usam o SUS no Brasil.

Diante da concepção sobre as dificuldades que irão enfrentar para obter o serviço pretendido ou necessitado (demora no atendimento, filas/listas de espera, falta de profissionais especializados, falta de tecnologias necessárias e de medicamentos, etc.), e do receio de maus tratos nesses estabelecimentos, a visão estereotipada do serviço público de saúde tende a aumentar conformando, portanto, sentimentos bastante ambíguos com relação a ele¹³⁷.

A universalidade do Sistema Único de Saúde representa a inclusão de todos os setores da sociedade, mas as condições de oferta desses serviços na realidade às vezes torna o acesso a eles uma impossibilidade. Situações como: as prioridades políticas dos gestores municipais, conseqüentemente, baixos investimentos de recursos na área, canalização de recursos da saúde para outras áreas ou desvio público desses recursos (corrupção), etc. vem concorrendo para que essa condição se reproduza. Sendo assim, alguns serviços de saúde, especialmente em determinadas regiões e/ou municípios estão muito aquém das possibilidades reais de oferta dos mesmos ou às vezes simplesmente inexistem. O que torna a dependência a esses serviços públicos um símbolo de humilhação para uma parcela da sociedade, gerando sentimentos de insegurança e sofrimento diante da necessidade de utilizá-los (VIDAL, 2003).

Paradoxalmente, o bom atendimento (e trato pessoal) nas instituições de saúde tende a ser concebido como uma peculiaridade. É a certeza do mau atendimento e a insegurança com relação à solução das necessidades tende a ser o sentimento predominante na parcela da população que procura os estabelecimentos públicos. E razão para que as pessoas se sintam motivadas a buscarem *ajuda* de terceiros para acessá-los. Isto é, de parentes, amigos, conhecidos que trabalham nas unidades de saúde, de políticos, etc.

No município pesquisado há profissionais que são prestigiados por *ajudar* as pessoas diante dessas necessidades. A *ajuda* nem sempre é materializada em um benefício manifesto, pois pode se tratar de uma atenção “especial” como, por exemplo, ouvir as queixas e dramas das pessoas, dar alguma orientação para encaminhar a resolução de sua questão de saúde, etc.

Durante um período de observação no hospital municipal, pude observar que por

¹³⁷ Durante a pesquisa de campo, por exemplo, em uma visita ao hospital municipal ouvi a conversa entre duas mães. Um delas indignada com o atendimento pediátrico recebido pelo filho mencionou: “o bom mesmo é não depender do público, porque na hora do voto querem o voto. Dr. José é um cavalo, no consultório particular eles não têm pressa. Menino pode chorar lá dentro, cagar, ninguém tem pressa”.

qualidades como simpatia (trato educado) e/ou antiguidade, alguns profissionais gozavam da confiança dos usuários. Este fato os tornava uma espécie de mediadores no serviço de saúde. Durante o período de observação, um dos enfermeiros que agregava essas qualidades foi consultado algumas vezes por outros colegas de trabalho, e por pacientes acerca do diagnóstico e dos medicamentos receitados por um médico novato.

O profissional respondeu às solicitações com cortesia e além das instruções conferidas em duas situações específicas, interveio também diretamente em outra situação, interceptando, a revelia da prescrição médica, a aplicação de um medicamento que segundo o seu entendimento era inadequado para a situação do paciente. Alguns moradores que aguardavam atendimento e, assim como eu, presenciaram a atuação deste profissional da saúde, elogiaram a sua forma de proceder e acrescentavam outras observações que evidenciaram o prestígio e respeito que esse profissional possuía.

A admiração e comentários realizados pelos pacientes que observavam a cena indicaram que este profissional podia ser detentor de um recurso social importante no âmbito profissional (simpatia e conhecimentos técnicos). Além disso, sua opinião era bastante valorizada por seus pares, que o interrompia frequentemente para pedir a sua *ajuda*. Apesar da aparente popularidade deste profissional, o mesmo revelou que em muitos momentos essa popularidade era uma fonte de conflitos, pois segundo sua explicação, tem tentado na medida do possível realizar o seu trabalho à margem da política (sem a interferência de políticos), mas que isso vinha sendo algo complicado no contexto municipal, pois os políticos locais estavam continuamente tentando interferir no trabalho, inclusive, tirando satisfações acerca do tratamento dispensado a alguns pacientes e tentando interceder por seus correligionários.

E concluiu: “a política não olha a saúde com bons olhos”, pois “política significa a luta pelo povo e o comprometimento com a saúde e a educação. Priorizar a educação e priorizar a saúde, pois saúde sem educação não existe”. E explicou que na prática não é isso que acontece oferecendo o seguinte exemplo:

O nosso prefeito, por exemplo, é médico, eu penso que poderia se fazer um pouco mais. Eu não sei a quanto anda, mas acho que podia ser mais. Aqui, por exemplo, (referindo-se ao único hospital do município) já teve maternidade, centro cirúrgico e infelizmente não funciona mais. E não teve justificativa para tirar as unidades. A gente trabalha de forma escravocrata, sem carteira assinada, sem férias e com um salário de R\$ 800,00.

A queixa desse funcionário da saúde municipal confirma os dados do último relatório

de Desenvolvimento Socioeconômico do Tribunal de Contas do Rio de Janeiro, que lista os principais problemas encontrados na saúde do município. E mostra que encabeçando essa lista está à admissão irregular de pessoal e o descumprimento de jornada de trabalho (TCE, 2014).

Segundo o depoimento de outra auxiliar de enfermagem: “os políticos cobram muito da gente”. Ou seja, exercem forte pressão sobre o trabalho dos funcionários para atender bem determinados pacientes e/ou a priorizar certos atendimentos. Uma pressão a qual os funcionários, especialmente os contratados muitas vezes não conseguem escapar, pois seu posto de trabalho está condicionado à cooperação com esses políticos e/ou cuja ascensão ao posto de trabalho resultara da indicação de um deles (a quem, portanto, se deve um favor). E acrescentou: “tem paciente que tem dificuldade para receber um atendimento, aí liga para um político e o político liga pra saber o que está acontecendo”.

Outra questão que merece ressaltar é que a crença na medicina muitas vezes contrasta com a falta de confiança nos serviços médicos e nas prescrições médicas (e dos profissionais da área de saúde). Sendo assim, tanto a área médica quanto os seus profissionais estão constantemente se prestigiando e se desprestigiando aos olhos da população.

Uma das queixas mais habituais em relação ao trabalho de médicos se traduz em uma frase dita por um “paciente” local: “eles receitam o que tem que receitar, mas nem olha na cara da gente”. O atendimento no serviço público às vezes é considerado ruim, pois está associado a um atendimento rápido e automático com pouco ou nenhum contato com a pessoa e o seu drama de saúde. Atendimento em que a atitude médica é distanciada, assimétrica e às vezes arrogante, pois alguns desses profissionais se impõem com superioridade ao “paciente”, exigindo apenas aceitação passiva da prescrição de medicamentos e procedimentos técnicos de forma automática. Sendo assim, aqueles que se portam de maneira distinta tendem a ser muito prestigiados.

No entanto, o universo de relações entre “pacientes” em busca de atendimento e os profissionais da saúde, especialmente o médico, é matizado por concepções muitas vezes ambíguas a respeito do atendimento, do desempenho desses profissionais e da confiança que pode ou não ser estabelecida acerca do atendimento que oferecem. De acordo com o diálogo entre pacientes que esperavam atendimento na parte ambulatorial do estabelecimento médico-hospitalar, pude depreender que o caráter rude de um profissional, por exemplo, nem

sempre o desprestigia frente à população.

A *ignorância* no trato pode ser tolerada e até mesmo aceita quando apesar disso o atendimento é fornecido de forma razoavelmente satisfatória, isto é, quando a rudeza do profissional é compensada com demonstração de preocupação e interesse com o estado do paciente, quando lhe interroga sobre a evolução do seu estado e sobre o a sua percepção acerca das moléstias que o acomete, e até mesmo quando “dá bronca” acerca da “desobediência” ante uma prescrição.

No município há um médico bastante conhecido por esse tipo de comportamento. Embora uns ou outros se queixem de sua *ignorância* ou *falta de educação* no trato com os pacientes, uma parte das pessoas que em algum momento foram atendidas por ele o considera apenas como uma pessoa *sistemática* (termo utilizado para minimizar a sisudez e/ou a rudeza das pessoas).

Ao tentar me informar sobre o referido médico, uma moradora do município me contou “o Dr. Miguel é um cavalo. É muito mal educado e ignorante, mas é bom médico. Os remédios que ele passa é bater e valer”. E explicou que apesar dele ser até meio agressivo no trato, as pessoas têm muita confiança nos medicamentos que ele receita e o procuram bastante (querem consultar com ele), porque é de praxe ele apesar da *grosseria* examinar bem o paciente e *dar bronca* quando o mesmo contraria suas prescrições em temas como uma alimentação equivocada ou o uso equivocado de medicamentos. “E ele sabe ser grosseiro e briga mesmo com o paciente e tudo”, mas no final das contas possui grande aceitabilidade por sempre acertar no tratamento. Sendo assim, ainda que algumas pessoas não gostassem da sua forma de atender, tomavam isso como sua forma de ser (ele é sistemático), razão pela qual, apesar das críticas era um médico bastante respeitado na região.

Isto demonstra que o bom profissional nem sempre é aquele definido pela qualidade técnica, mas, sobretudo, por sua atitude humana frente aos dramas e as questões de saúde das pessoas. A eficácia da qualidade técnica que também é imprescindível está estreitamente relacionada ao vínculo de confiança que o médico e/ou o profissional da saúde estabelece com o doente (e/ou a sua família). Se esse vínculo está ausente, geralmente resulta no descrédito do enfermo sobre a autoridade médica para mediar a sua situação de doença.

Nesse sentido, o atendimento atencioso e educado em muitas situações resultam não

apenas na confiança acerca das prescrições (de medicamento e/ou de qualquer outra forma de terapia e/ou cuidado), como se tornavam um forte motivo de gratidão. Conferindo boa reputação moral e prestígio ao profissional e, conseqüentemente, mobilizava reciprocidades.

Durante as narrativas sobre enfermidades e terapias, ouvi diversos casos em que diante de um bom atendimento prestado pelos funcionários da saúde (médicos e enfermeiros), as pessoas ficavam profundamente agradecidas. Atitudes de cuidado dispensadas aos pacientes às vezes eram interpretadas não como uma obrigação profissional ou competência, mas como um gesto de cortesia ou até mesmo *um favor* que, portanto, devia ser recompensado.

Algumas famílias que tinham experiências positivas com esses profissionais às vezes se sentiam em dívida, e isso resultava na oferta de presentes de diferentes naturezas, especialmente materializados em produtos do sítio e/ou do pomar quando o paciente e sua família viviam em propriedades rurais.

O membro de uma dessas famílias relatou o seguinte: “abaixo de Deus se não fosse o Dr. Marcos e o João (o enfermeiro), o Manoel tinha morrido”. Ao associar a recuperação da saúde do ente à atenção dada pelos profissionais que o atendeu, a família se mostrou muito agradecida a ambos. E revelou que a partir de então não sabia o que fazer para *agradar*. Assim que, todas as vezes que alguém da família viajava a Campos dos Goitacazes, cidade onde localizava o hospital que o ente esteve internado, a senhora enviava um *agrado*. No caso dessa família, em particular, se referiam a produtos “da roça” (frutas, queijo, verduras, etc.) coisas que sabiam que o médico e o enfermeiro gostavam.

Outro relato se referia à bondade de uma enfermeira que *socorria* a vizinhança onde morava nas suas folgas do trabalho. Ajudando na aplicação de medicamentos (injeções, por exemplo), na explicação sobre como utilizar medicamentos, na realização de curativos e etc., razão pela qual era bastante respeitada na sua vizinhança.

Alguns desses profissionais da saúde após ganharem popularidade e conquistarem certa reputação, se tornavam visados por lideranças políticas locais e alvo de convites para apoiar determinados políticos (como cabo eleitoral) ou para lançarem candidatura própria, como assinalou a trajetória do farmacêutico mencionado anteriormente.

Quando o atendimento público era algo positivo, os relatos pessoais geralmente estavam matizados por sentimentos de gratidão. Alguns personagens locais eram vistos como pessoas *prestativas* e *desenroladas* quando o tema era *ajudar* as pessoas. Seja conseguindo automóvel para leva-lo ao hospital, seja orientando a família sobre expedientes burocráticos para conseguir determinado atendimento de alta complexidade, seja *ajeitando* uma consulta, uma vaga em um hospital, a liberação de um corpo no Instituto Médico Legal (IML), etc. Ao buscar informações sobre a biografia dessas personalidades pude notar que se tratava na maioria das vezes de pessoas ligadas a área de saúde e/ou políticos da cidade.

Mediante essas narrativas foi possível observar que alguns profissionais que atuavam na área de saúde em dado momento se tornam políticos, e que muitos políticos prestam serviços na área de saúde. E havia uma rede de apoio mútuo envolvendo políticos locais e regionais entre si, e destes com funcionários dos serviços de saúde distribuídos em diferentes unidades de saúde do município e de fora dele. Estendendo-se, inclusive, a outros estados como Minas Gerais, conforme revelou uma personalidade da política local.

Um vereador da gestão 2013-1016 admitiu que a população criou certa dependência com relação aos políticos quando o assunto são os serviços de saúde. Segundo a sua opinião, as pessoas do município estavam habituadas a reivindicar a *ajuda* pessoal de determinados políticos em busca de algum tipo de atendimento, e pondera:

Nós somos culpados, nós alimentamos isso, porque até bem pouco tempo atrás cada vereador tinha um ou dois carros para atender a população (carros públicos), para levar pra Campos (para hospitais, exames, etc.), o vereador passava a ser uma espécie de entidade social. Como se fosse uma ONG. Hoje dos 13 vereadores acho que um faz isso, temos que cobrar que as coisas funcionem aqui, mas isso é difícil acabar. É um círculo vicioso.

Curiosamente durante a entrevista, o referido político foi interrompido três vezes para atender ao telefone. Nas três situações a *ajuda* no tema da saúde foi o assunto tratado. O primeiro telefonema estava relacionado a uma cadeira de rodas, o segundo sobre medicamentos e o terceiro sobre a marcação de um exame de alta complexidade. Ao fim dessas ligações, o político admitiu que até mesmo o seu atraso para chegar à Câmara naquele dia, deveu-se a uma ida ao hospital municipal cobrar posição de alguns profissionais. E explicou que pelo fato do município não possuir serviço de alta complexidade, possuía uma cota para encaminhar a população para realiza-los no Rio de Janeiro. Explicou que a última ligação tinha a ver com dois exames de ressonância que estava incumbido de marcar e assinalou que se não conseguisse resolver através dessa via, ia ter que apelar “para outros município, outras alternativas para atender”.

Segundo sua explicação, quando essa cota era insuficiente para resolver a demanda, ele resolvia: “acionando um amigo vereador em Campos que tem seus contatos lá. Só que eu também não posso pedir muito porque ele tem que atender sua demanda de lá também. Hoje ficamos na dependência dessa ajuda externa”.

Através desses relatos foi possível observar que a rede de apoio e de reciprocidades para fornecer a *ajuda* transcende as fronteiras regionais e envolve políticos de diferentes esferas do poder, bem como profissionais da saúde de diferentes postos de ocupação (desde médicos, enfermeiros, auxiliares de enfermeiros, secretários de saúde, etc.). Há, inclusive, relato de apoio de deputados estaduais em projetos “particulares” de assistência em saúde de vereadores no município¹³⁸.

No município, o político mais emblemático no que se refere ao *trabalho social* na área de saúde, mesmo afastado da competição política até 2020 revelou que continua realizando o trabalho de antes: “às vezes eu marco por telefone, ou uma funcionária minha de lá. Ela marca para mim lá. Esses dias mesmo levei oito pessoas em Mirai para fazer exames de catarata, ele é do Rio [o médico], mas faz e acompanha lá”.

Segundo o seu próprio relato, as consultas mais simples eram agendadas através da funcionária de uma loja de móveis de sua propriedade em Itaperuna. Uma vez por semana a funcionária da loja estava incumbida de marcar as consultas e os exames necessários que o político lhe encaminhava. Quando se trata de serviços mais complexos, como determinados exames ou cirurgias, ele próprio tinha que ligar ou ir pessoalmente conversar com os profissionais do hospital ou outros profissionais, inclusive de fora dos limites do estado do Rio de Janeiro.

Sobre as cirurgias de catarata que ele havia *ajeitado*, embora reticente em dar maiores detalhes, o político revelou que contava com um médico oftalmologista, seu amigo desde mais de 9 anos, um “filho de Mirai” (cidade de Minas Gerais que fica a aproximadamente 250 km de SFI) que mora e possui clínica no Rio, mas possui também uma fazenda na cidade natal. Sendo assim, uma vez por mês o médico realiza atendimento no hospital de

¹³⁸ De acordo com as leis de diretrizes para os serviços de saúde, é possível o estabelecimento de parceria entre público e privado para o fornecimento desses serviços à população. Assim, torna possível através da articulação política a implantação de centros de prestação de assistência como uma ONG que recebe verba pública para atender a comunidade. Em torno desse arranjo alguns centros podem ser criados e mantidos por vereadores, por exemplo, que conseguem o apoio através de deputados e assim prestam serviço a comunidade (serviço dental, psicológico, etc.).

oftalmologia da cidade mineira, clínica para onde o político local encaminha as pessoas que necessitam tratamento de catarata através do seu *trabalho social*.

Ao interrogar o político sobre a relação do referido médico com a política, ele garantiu que se tratava apenas de um *trabalho social* e, desconversando, chamou a atenção para os vínculos de amizade entre ambos, confidenciando detalhes da relação pessoal e de intimidade que mantém, como, por exemplo, os churrascos e as peixadas que organizam na fazenda do mesmo e as trocas de presentes e gentilezas entre ambos.

Outros políticos contavam com o apoio familiar para conceder a *ajuda na saúde*, como era o caso de uma vereadora do município. Ou seja, as pessoas que recorriam a sua *ajuda* eram atendidas no consultório particular do seu irmão médico.

Diante dos diferentes casos que surgiam durante o trabalho de campo, ficava evidente que os arranjos e a interferência dos políticos nos serviços de saúde era algo bastante corriqueiro. E que os *favores* e a *ajuda* de alguns profissionais da saúde, também os auxiliava de atributos para entrar na política.

Na narrativa do antigo farmacêutico, embora não possuísse formação especializada na área da saúde o fato de trabalhar na farmácia familiar lhe deu experiência para tratar fraturas de braços, deslocamentos de membros, a diagnosticar certas enfermidades “menos graves” e receitar os “remédios apropriados”. E, por fim, da sua relação com as empresas farmacêuticas “nunca deixei de atender uma pessoa pobre. Conseguia amostra grátis com os laboratórios para doar para as pessoas carentes. Quem não podia comprar eu doava”.

A época a que se remete o farmacêutico, o município ainda não tinha sido emancipado, portanto o atendimento médico era ainda mais precário. Sendo assim, a maioria das necessidades de saúde era sanada nas poucas farmácias do município. E os farmacêuticos mais exitosos no atendimento, como era o seu caso, conquistavam a confiança e a gratidão das famílias.

Em razão da sua popularidade na farmácia em um dado momento foi convidado para ser cabo eleitoral de um deputado estadual que se candidatou a prefeitura da cidade. Ao aceitar o convite passou a fazer campanha e conquistou muitos votos para o candidato. Foi assim que segundo sua narrativa, adquiriu a experiência necessária para ingressar na política formal. Mediante a vitória eleitoral do deputado foi nomeado para um cargo no posto de saúde de uma das localidades do município e, posteriormente, nomeado chefe de uma

unidade de saúde construída na sua própria comunidade. Onde pode continuar atendendo a população.

Antes tinha farmácia, e passei a trabalhar no posto de saúde. Não era proibido atender as pessoas como farmacêutico. Eu atendia essa região toda. Atendia uma média de 30 pessoas no posto. Eu tinha prática de farmacêutica e no posto dava ponto, fazia tudo...

Com o cargo público na área de saúde ampliou ainda mais o campo de atuação e sua rede de relações, passando a *ajeitar* consultas, *conseguir* remédios, *conseguir* vagas e/ou exames em hospitais da região, e outras demandas do âmbito de sua atuação profissional. Em função dessas atividades tornou-se ainda mais prestigiado aos olhos das famílias da região.

Da sua atuação nas campanhas do deputado somou-se o reconhecimento e prestígio angariado no âmbito da sua atuação profissional, e como “não vinha de uma família de políticos” como ele próprio afirmou, reuniu nessa experiência e *capital político* para candidatar-se ao cargo de vereador nas eleições de 1976, função que exerceu durante doze anos, ou seja, por três mandatos consecutivos pelo partido PMDB. Foi “entrando como apoiador”, na campanha do deputado que pleiteava o executivo local, que Sr. Amâncio (o farmacêutico) afirma ter “iniciado na política”.

Através de sua narrativa se nota que, sem dúvida, sua trajetória profissional no campo da saúde possibilitou acumular os recursos sociais importantes para participar da política. Recursos que o próprio informante confirma não possuir “de berço”, pois a política no seu caso não fora um legado familiar. Ou seja, o prestígio adquirido no exercício de sua atividade na farmácia, a priori, e depois a frente do posto de saúde, elemento fundamental para que o seu potencial de angariar votos fosse reconhecimento e, portanto, para receber o convite que o conduziu a *entrar na política*. Ainda que a atividade profissional em si não tenha definido a sua entrada na política, o exercício desta atividade propiciou o contato com a população, o estabelecimento de *amizades* e de reciprocidades, e de uma rede de relações que possibilitou não só que acumulasse recursos sociais, mas para que esses fossem convertidos em recursos políticos (CORADINE, 2006).

Ainda que a *ajuda* em momentos de doença e de morte nem sempre seja dada de forma interessada, diante da insuficiência dos serviços públicos de atenção à saúde e da gravidade do assunto, obviamente, o setor da saúde acaba se tornando, intencionalmente ou não, um mecanismo para angariar votos, pois toda *ajuda* por ocasião desses acontecimentos

críticos tende a ser vista como uma dívida impagável. E se essa ajuda parte de um político, logo “a eleição pode ser se não um momento de saldar, pelo menos de amortizar parte da dívida, a ajuda sendo retribuída como voto” (PALMEIRA, 1996, p. 47).

3.6 Desigualdade no atendimento à saúde e a inserção dos políticos na dinâmica da ajuda

A Constituição de 1988 é um marco importante no âmbito da saúde pública no Brasil, através dela o direito à saúde que havia sido tema de mobilizações e pressões sociais sufocadas pela ditadura pode ser incorporado. O reconhecimento constitucional desse direito se materializou na organização do Sistema Único de Saúde (SUS), cujo objetivo foi o de criar condições de acesso universal aos serviços de saúde para o conjunto da sociedade.

A criação do SUS, sem dúvida, representa uma importante conquista tanto em termos simbólicos, quanto em termos de inclusão da população antes completamente excluídas do acesso aos serviços de saúde (ou com acesso apenas parcial a eles). Tratou-se de um marco importante também, pois significou não só a ampliação do acesso aos serviços médico-hospitalares, mas, sobretudo, sinalizou para uma mudança de foco. Isto é, em teoria representou uma aposta na prevenção e nos cuidados mais do que na assistência e na hospitalização, como vinha sendo de praxe (OLIVA-AUGUSTO & COSTA, 1999).

No entanto, paradoxalmente, o modo como os serviços de saúde foram organizados, ao longo do tempo, somado às escolhas políticas neste campo (questões como prioridades com relação ao uso dos recursos, por exemplo), tem resultado na reprodução de uma distribuição desigual e precária de saúde¹³⁹. Duas questões têm sido citadas como elementares para a persistência dos problemas relacionados à distribuição de saúde no país, a saber, a insistência num modelo médico curativo ao invés de preventivo, por parte das autoridades, e o mau uso dos recursos públicos destinados à saúde (seja por questão de má

¹³⁹ Illich (1975) assinala que o orçamento público na área da saúde também passa por um processo de medicalização que se evidencia quando se observa o nível de bem estar e o compara ao “nível de saúde nacional bruta representado pelas curvas de distribuição dos produtos da instituição médico-farmacêutica”. De tal observação, afirma o autor, nota-se que “um hospital de câncer em São Paulo, pelos recursos que abarca, pode retirar de dúzias de povoados de Mato Grosso qualquer possibilidade de obter uma pequena clínica, e sua existência não muda em nada a capacidade dos roceiros pobres de se cuidarem eles próprios: não têm outra escolha” (ILLICH, 1975, p.37).

administração, seja pela corrupção na área da saúde)¹⁴⁰.

Alguns pesquisadores têm assinalado que a saúde no Brasil se configura em um grande negócio. Os interesses privados sobrepujam as demandas de saúde da população e isso se reflete na efetivação das políticas públicas de saúde¹⁴¹. Como consequência, a ênfase recai na medicalização, mas pouca coisa é alterada no que se refere aos investimentos para melhorar as condições de promoção de saúde. Crescem os investimentos em serviços e tecnologias médicas sofisticadas, mas os problemas de carência causadores de enfermidades, as chamadas patologias relacionadas à “pobreza”, não são solucionadas. Ou seja, aquelas enfermidades originadas pela falta de saneamento adequado, falta de acesso inadequado aos alimentos, de condições de trabalho inadequadas e etc. As administrações públicas adquirem tecnologias sofisticadas muitas vezes subutilizadas, enquanto o atendimento básico continua precário (ILLICH, 1975; LUZ, 1991; ORELLANA, 2009).

Segundo a perspectiva dos especialistas no assunto, as políticas de saúde e o acesso a elas têm sido pontuais e pouco efetivas. Não chegando a responder de fato às necessidades de promoção de saúde e tampouco se configuram em uma assistência pública considerada adequada. No entanto, houve um processo perverso de medicalização que redundou na perda de autonomia da população para cuidar da própria saúde e de sua dependência às vezes extrema em relação à tecnologia médica. Ou seja, vivemos em um modelo de saúde medicalizado onde os cidadãos estão submetidos a uma medicalização sem precedente que

¹⁴⁰ O relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito de 2006, disponibilizado pelo Senado Federal, denominado “Relatório Final dos trabalhos da CPMI ‘das Ambulâncias’” demonstra alguns tipos de fraudes e do envolvimento-relação entre políticos de diferentes esferas do poder e empresários, em fraudes na área da saúde em distintos municípios do Brasil. Este relatório pode ser acessado na página web https://www.senado.gov.br/comissoes/CPI/.../CPMI_RelatorioFinal_VolumeII.pdf. Casos de corrupção envolvendo desvio de recursos do setor da saúde são recorrentes nas diferentes mídias (televisivas, em jornais impressos e web sites). Matérias de 2006 e 2011, do jornal Gazeta do Povo e Globo respectivamente, por exemplo, dão conta com base em dados disponibilizados pelo Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU), de que 70% dos desvios de recursos dos municípios são da saúde e da educação. O jornal Gazeta do Povo publica a seguinte matéria em 16/09/2011 “Corrupção na Saúde desviou R\$ 2,3 bilhões em nove anos” (<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/corruptcao-na-saude-desviou-r-23-bilhoes-em-nove-anos-caid4fzg8u7veuqcc8om75jym>). Em 20/10/2013 uma matéria do Jornal Folha de São Paulo denuncia “Corrupção na saúde é a pior, diz colunista; veja casos de desvios milionários no SUS” (<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/10/1359587-corrupcao-na-saude-e-a-pior-diz-colunista-veja-casos-de-desvios-milionarios-do-sus.shtml>). Esses são alguns poucos exemplos de casos que seguem permanentemente na mídia.

¹⁴¹ Um desses empecilhos têm sido a pressão e lobbies exercidos pelas empresas de saúde privadas e por representantes políticos-parlamentares cujas campanhas são financiadas por tais empresas (LUZ, 1991). Além disso, o modelo de gestão municipalizada do SUS e da parceria do setor público com o setor privado (através de prestação de serviço na saúde) tem sido apontado como um problema para a concretização de políticas adequadas, uma vez que, o gerenciamento municipal do sistema de saúde em grande medida não tem significado necessariamente uma melhoria na oferta de serviços públicos, mas sim uma ferramenta de poder que comporta uma série de ambiguidades.

vai do berço ao túmulo (ILLICH, 1975; FOUCAULT, 1999; LUZ, 1991; ORELLANA, 2009). De acordo com Menezes (2013), a crença excessiva no poder curativo da ciência resulta que até a *esperança seja medicalizada*.

Na atualidade, os cuidados com a saúde e o conhecimento referente a esses cuidados estão sob o monopólio de certas categorias profissionais. Logo, o aumento da demanda e da dependência por cuidados especializados tende a ser uma consequência lógica desse processo. No entanto, há um grande desequilíbrio entre a produção de tecnologia médica e a capacidade da comunidade política para adquirir tal tecnologia em forma de serviço médico e distribuí-lo ao conjunto da sociedade. As terapias disponíveis no mercado médico, geralmente implicam investimentos elevados em equipamentos, em profissionais especializados e estão associadas a uma série de exames de laboratório delicados e de custo elevado (ILLICH, 1975, BARROS, 2002)¹⁴².

Barros (2002) assinala que a inserção da lógica de mercado no âmbito da medicina resulta em:

Custos envolvidos nas novas tecnologias médicas para cujo enfrentamento os indivíduos ou o serviço público de saúde se sentem cada vez mais impotentes. [...] A lógica de mercado e os interesses envolvidos quando tudo foi transformado em mercadoria desempenha um papel extremamente importante nessa ampliação de gastos, na medida em que tudo é feito sob a égide da ânsia pela ampliação sem limites dos lucros, muitas vezes com pouco ou nenhum controle por parte do Estado ou de outros instrumentos que atuem em defesa dos interesses dos usuários dos serviços de saúde (BARROS, 2002, p.80).

Diante do paradigma da assistência, a área da saúde tem se caracterizado por uma dupla desigualdade: a “incapacidade” de a comunidade política promover a saúde global da população (isto é, erradicar a pobreza e a precariedade que são consideradas pelo Órgão Mundial de Saúde causas básicas de mortalidade e morbidade)¹⁴³ e a incapacidade de

¹⁴² Barros (2002) assinala que a inserção da lógica de mercado no âmbito da medicina tem resultado em elevados “custos envolvidos nas novas tecnologias médicas para cujo enfrentamento os indivíduos ou o serviço público de saúde se sentem cada vez mais impotentes”. E assevera “a lógica de mercado e os interesses envolvidos quando tudo foi transformado em mercadoria desempenha um papel extremamente importante nessa ampliação de gastos, na medida em que tudo é feito sob a égide da ânsia pela ampliação sem limites dos lucros, muitas vezes com pouco ou nenhum controle por parte do Estado ou de outros instrumentos que atuem em defesa dos interesses dos usuários dos serviços de saúde” (Barros, 2002, p.80).

¹⁴³ Garrafa et al (2011, s/p) afirma que “o último relatório sobre a situação sanitária mundial, publicado pelo Fórum Mundial de Saúde mostrava que o principal fator de mortalidade e a primeira causa de morbidade e de sofrimento em todo o planeta não representava nenhuma doença infecciosa do tipo daquelas capazes de arrebatam multidões em pouco tempo, nem tampouco se referia a problemas já persistentes à saúde mundial. Ao contrário, na verdade, era algo muito conhecido, especialmente para os países ditos ‘e desenvolvimento’ ou ‘subdesenvolvidos’: a extrema pobreza”.

medicaliza-la - distribuir saúde, oferecer o acesso às mais modernas tecnologias de prevenção e de cura (ILLICH, 1975; BARROS, 2002; GARRAFA et al, 2011).

Garrafa et al (2011) assinala que no Brasil tem prevalecido uma grande desigualdade na *distribuição de saúde*, pois a universalidade do direito à saúde tem sido superposta pela lógica do direito à assistência. De acordo com os argumentos dos autores, não se trata de desconsiderar este direito que, obviamente, deve ser uma bandeira levantada pela saúde pública, mas se trata apenas de afirmar que a sobrevalorização da medicalização resulta numa política de recursos públicos desigual e, conseqüentemente, na reprodução de grande injustiça social, pois não se trata de uma mera ineficiência administrativa, mas do não cumprimento “do direito mais fundamental, que é o direito à vida” (GARRAFA et al, 2011, s/p)¹⁴⁴.

Sendo assim, enquanto diagnósticos e tratamentos sofisticados estão disponíveis no mercado de saúde privado, para aqueles que possuem condições de pagar, a maioria das pessoas sequer tem acesso aos mais elementares dos serviços de saúde através do setor público. Quando os serviços mais complexos estão disponíveis nos estabelecimentos públicos, geralmente são prestados por empresas privadas numa relação de parceria entre público-privado prevista pelas normativas relacionadas à saúde pública (pelas normas que legislam o setor da saúde). E muitas dessas parcerias são fraudulentas, como aponta o relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito, anteriormente mencionado, resultando em desvio de recursos que deveriam ser aplicados na atenção à saúde e melhoria da saúde básica, como ocorreu no município pesquisado durante a gestão 2009-2012¹⁴⁵.

O episódio envolvendo o “político da saúde” em 2012 ilustra bem essa questão. Em abril daquele ano, o prefeito do município juntamente com o secretário de saúde e os donos de uma clínica/laboratório de exames da cidade foram indiciados e presos por desvio de cerca de R\$ 2,5 milhões, conforme comentado na época. A investigação da Polícia Federal que culminou com as referidas prisões, informava que a verba do SUS repassada à clínica

¹⁴⁴ O autor menciona que a não provisão de tecnologia médica para atender a tratamentos mais sofisticados, que representam o direito à assistência, tendem a ser caracterizados como falta de comprometimento da comunidade política com a saúde e ineficiência administrativa (cujas causas podem ser diversas: incompetência administrativa, corrupção, etc.). Todavia, a falta de investimentos humanos e econômicos nas políticas sociais e preventivas toca numa questão nodal, vai além de má administração política. Nessa concepção haveria uma diferença fundamental entre a boa/precária oferta de tecnologias de cura para determinadas enfermidades (proteção contra a morte) e a negação do direito à vida através de sua exigência primária, o direito à saúde.

¹⁴⁵ Isto é, a realização de acordos entre agentes públicos e empresas privadas beneficiando estas em licitações e, posteriormente, o superfaturamento de serviços que não foram prestados na realidade, onerando os cofres públicos e desviando os recursos que deveriam ser empregados na melhoria das condições de saúde coletiva.

como pagamento dos serviços prestados, foi multiplicada por cinco sobre o total de exames realizados. Segundo a investigação, a clínica havia apresentado em um único mês uma fatura de 35 mil exames, quando a população do município é de pouco mais de 40 mil habitantes¹⁴⁶.

Diante de conjunturas como esta, a insegurança da população frente à enfermidade e o medo de não conseguir satisfazer suas necessidades de saúde obviamente aumenta. Insegurança e medo que atinge especialmente aqueles que contam exclusivamente com os serviços públicos. As pessoas necessitam dos estabelecimentos públicos e ao mesmo tempo receiam do tipo de serviço que vão encontrar. “As pessoas têm medo de morrer a mingua no hospital”, me disse certa vez uma moradora de São Francisco, pois diante da necessidade eminente de serem hospitalizadas, as pessoas, contraditoriamente, temiam pela própria vida devido à precariedade de condições de atendimento no hospital municipal.

O principal estabelecimento de saúde local tem sido muito mal visto pela população. A maioria das pessoas que foram abordadas durante o campo tinham histórias de negligência, descaso, falta de atendimento e/ou mau atendimento para contar. Algumas dessas pessoas associavam, metaforicamente, o hospital municipal a um açougue ou se referiam a ele como um lugar que, dependendo da gravidade da situação, as pessoas iam para morrer, devido à precariedade de recursos materiais (medicamentos, aparelhos, etc.) e humanos (profissionais especializados).

O serviço público de saúde quase sempre é concebido como uma espécie de “quebra galho”, uma alternativa de atendimento para aqueles que não possuem meios econômicos para buscar os serviços privados. Esse tipo de concepção parece vir se refletindo na forma como esses serviços são organizados, confirmando a assertiva de Augé quando o autor ao se referir ao tema afirma que a diferença entre pobres e ricos se expressa também “en una ampla desigualdad ante la enfermedad y la muerte” (AUGÉ, 2004, p.10), pois “poder ser atendido tem se constituído uma possibilidade apenas para aqueles que possuem renda”¹⁴⁷ (GARRAFA et al, 2011, s/p).

¹⁴⁶ Fonte: matéria publicada pelo jornal O Globo online em 29/03/2012, disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/prefeito-secretario-de-saude-de-sao-francisco-de-itabapoana-sao-presos-por-suspeita-de-corrupcao-4441301>

¹⁴⁷ Garrafa et al (2011, s/p) cita o virologista e médico francês Montagnier para quem "A investigação médica nos levará a soluções extraordinárias, mas que serão tão caras que ocasionarão tremendas dívidas sociais. As terapias preventivas que poderão ser aplicadas antes do aparecimento de lesões irreversíveis talvez cheguem a prolongar a vida média por mais vinte anos. Mas as consequências sociais desta revolução biológica serão imprevisíveis. É claro que não poderão beneficiar dez bilhões de indivíduos e que os benefícios tocarão somente àqueles que tiverem meios para pagá-los".

Embora a saúde pública seja um direito, em grande medida ela tem sido tratada pelas autoridades como *um favor*. Um “favor” que às vezes “se concede” a duras penas, pois a maioria dos relatos das pessoas que buscam o setor público dá conta dos sacrifícios e adversidades que é necessário enfrentar para conseguir atendimento, como, por exemplo, as intermináveis listas de esperas e as filas onde é preciso madrugar para garantir atendimento. Essa contradição faz com que o sistema de saúde embora seja universal, se torne uma alternativa apenas para quem não pode pagar ou adquirir planos de saúde, o que torna os serviços públicos, em certo sentido, estabelecimentos de saúde para pobres (MENICUCCI, 2009; RODRIGUES, 2014).

Essas dificuldades embora vivenciadas de diferentes maneiras se convertem frequentemente em sentimentos como o de frustração, de abandono, de constrangimento e de injustiça. Os relatos durante o trabalho de campo dão conta de que as pessoas consideradas “mais humildes”, muitas vezes sequer buscam os serviços públicos, pois não acreditam que vão conseguir atendimento. Ou seja, na eminência de não serem atendidas ou serem mal atendidas, as pessoas simplesmente desistem de buscar atendimento.

Para alguns interlocutores, o problema do serviço público não reside necessariamente na falta de recursos e de serviços, mas no acesso a eles. Pessoas comuns, políticos e personalidades locais concordavam que muitas vezes a oferta do serviço existe (determinadas especialidades médicas e/ou exames, por exemplo), mas ao procura-los as pessoas se esbarram numa forte burocracia. Nos problemas de gestão e organização dos serviços, além da má vontade dos profissionais da área. Esses empecilhos tornam o acesso algo impossível para as pessoas ditas “mais humildes”, *envergonhadas* e que possuem dificuldades para assimilar determinadas informações.

Às vezes as pessoas necessitam apenas de uma orientação ou informações mais detalhadas para conseguir o atendimento, mas nem sempre encontram essas informações disponíveis nos estabelecimentos que procuram ou dificilmente são fornecidas adequadamente pelas pessoas que em tese teriam condições para fornecê-las.

Na primeira semana de abril ao revisar as redes sociais de personalidades políticas e envolvidas com o tema da saúde no município, uma postagem no facebook chamou a minha atenção e reescrevo abaixo.

Antes de anunciar às marcações das consultas e dos médicos que atendem na CLINICA DA FAMÍLIA, em São Francisco de Itabapoana, quero aqui de público, pedir perdão e desculpas, às atendedoras do Ambulatório do Hospital Manoel Carola, pela postagem que coloquei no meu face, onde eu anunciei o início das marcações das consultas dos médicos para o mês de abril. Fiquei até feliz quando soube que muitos pacientes estiveram lá, mas teve gente que não gostou de ver a multidão.

Fazer o quê?

Logo abaixo da mensagem, o gerenciador do perfil publicou uma lista contendo as ofertas de atendimento para cada especialidade médica e os respectivos dias e horários que seriam realizados. Nas entrelinhas da mensagem transparece o seu duplo significado, o de utilidade pública (informar à comunidade local sobre a oferta daqueles serviços) e o de crítica ao incômodo dos funcionários do hospital com a publicação do atendimento (e conseqüentemente a procura em massa por tais serviços).

Ao realizar essa postagem, o seu autor colocou em relevo através da rede social os dois temas que os políticos entrevistados justificavam para realizarem o *trabalho social* na área da saúde, inclusive o autor da mensagem. O problema do atendimento (“mau atendimento”) e a dificuldade para a população conseguir acesso às informações sobre os serviços de saúde.

Não por acaso na linha do tempo do facebook deste político (candidato ao cargo de vereador nas eleições 2016) continha não apenas a referida postagem, como também muitas outras sobre o tema da saúde. Ao entrevista-lo ele se apresentou como um intermediário entre as necessidades de saúde da população e os serviços de saúde. Afirmou que atuava como uma espécie de facilitador do acesso para aquelas pessoas que por alguma características pessoal como timidez ou por desinformação, “por ser humilde” e/ou por má vontade dos funcionários da saúde, não conseguiam acessar os serviços desejados.

A minha história com esse tipo de trabalho começou em 1985. Fui fundador da Associação de Moradores daqui. Aqui não tinha ambulância, não tinha nada. O carrinho da gente é que era a ambulância. E aos poucos através do contato com um vereador marcávamos ficha, fizemos conhecimento com gente de fora do município e até de fora do estado. Hoje temos contato com médicos e pessoas que trabalham com deputados. O município é de pessoas pacatas, pessoas humildes. O que fazemos é intermediar. Tem pessoas que não tem conhecimento e levamos ela para que ela saiba que caminho tomar. Hoje o aparelho de pressão fica direto aqui na varanda de casa, aqui é quase uma continuação da secretaria de saúde. (Sr. João, presidente da associação de moradores de sua localidade, entrevista concedida 10/03/2017)¹⁴⁸

Durante a entrevista realizada na varanda da sua casa, Sr. João contou orgulhosamente uma série de situações sobre as quais tinha intermediado. Informou ainda que se dedicava a este tipo de trabalho há alguns anos e o êxito da atividade se devia às amizades com profissionais da área da saúde e com políticos influentes. Tudo havia começado a partir de sua aproximação inicialmente com um vereador local. A partir desse contato conseguiu ampliar a *ajuda* que fornecia. Sendo assim, a *ajuda* que antes estava restrita ao transporte de enfermos ao hospital foi ampliada para a realização de *marcação de*

¹⁴⁸ Grifos meus.

fichas (agendamento para consultas) e, posteriormente, agendamento de exames mais difíceis e cirurgias.

Graças ao reconhecimento conquistado com esse trabalho prestado, o seu apoio político ao longo do tempo foi bastante requisitado. Quando em 2012 o grupo político que apoiava venceu às eleições, recebeu um cargo de confiança na área da saúde.

Na gestão passada eu não tinha um cargo formal. Éramos (ele e sua esposa) empregados da Secretaria de Saúde, mas fazíamos por conta da gente. De 2013 a 2016 foram mais de 4.000 atendimentos, entre consultas, cirurgias de vistas, exames...A pessoa procura a gente e encaminhamos (ele e/ou sua esposa) para a Secretaria de Saúde e marcamos a consulta. Eu tenho uns casos parados de cirurgia de vesícula e tal e já estamos indo na regulação para levantar esses casos¹⁴⁹.

Durante o trabalho de campo, o nome deste político apareceu como um dos benfeitores no campo da saúde. Algumas pessoas que tive a oportunidade de conversar lhe devotavam muito apreço. Em especial aquelas pessoas que haviam recebido algum tipo de mediação do político, entendiam essa interferência como algo fundamental para que houvesse conseguido o atendimento que necessitavam. No entanto, apesar dos vastos elogios endereçados ao político, alguns moradores o acusavam de haver utilizado a “maquina pública em benefício próprio”, pois sua mediação só havia sido possível devido ao cargo de confiança na área que ocupou durante quase quatro anos e de onde saiu para se candidatar às eleições no pleito de 2016.

O fato de ter ocupado um cargo informal sem atribuições específicas (uma espécie de apoio do hospital, conforme ele próprio descreveu), pesava sobre ele a suspeita de ter sido contratado para “vigiar” o hospital, para ser uma “espécie de dedo-duro” para o prefeito da época, ou seja, por ter desempenhado uma função policialesca.

A opinião sobre o papel que Sr. João exercia no âmbito deste cargo variava conforme o lugar ocupado pelo narrador. As pessoas beneficiadas (direta ou indiretamente) por seu atendimento, geralmente o definiam como uma pessoa solidária que ajudava as pessoas sem interesses. O argumento dos que sustentavam esta opinião era o de que ele havia iniciado no trabalho de assistência “antes da política” e mesmo antes de ter ocupado o referido cargo de confiança. No entanto, para outros moradores a mediação que o político realizava não passava de *politicagem*.

¹⁴⁹ A regulação é uma instância no município ou a nível estadual onde os pacientes são encaminhados para realização de triagem a partir da qual as prioridades /urgências são definidas. Diante da solicitação de um exame, por exemplo, a pessoa passa por uma triagem para que a necessidade seja avaliada e classificada, em tese, de acordo com a urgência. No entanto, ainda que o objetivo da triagem seja a otimização do acesso aos serviços de saúde, o fato dos profissionais que a realizam na maioria das vezes ocuparem a vaga como cargo de confiança e ou indicação, lança dúvida sobre a lisura desse processo, isto é, sobre as prioridades no atendimento, uma vez que vereadores e deputados estão constantemente enviando e intercedendo pelo procedimento de determinadas pessoas, conforme explicou uma assistente social que já trabalhou na área.

A esposa do candidato explicou que ele sempre foi o tipo de pessoa que gostava “de atender e ajudar”, razão pela qual seu envolvimento na política vinha de longa data. A prova disso, assinalou, estava no fato dele ter decidido entrar na disputa eleitoral apenas em 2016, após muitos pedidos para que ele se candidatasse. E concluiu: “tem que atender sem esperar, porque senão se decepçiona. A gente ajuda, vem na sua casa. Aí depois vem gente aí e compra o voto. Essa política suja! Vêm políticos de outras localidades e compraram os votos”.

Durante a entrevista a esposa do referido político se mostrou muito *chateada* porque, segundo ela os votos conquistados na política do dia a dia foram teoricamente solapados do *reduto eleitoral* do candidato, por políticos de outros *territórios* do município, que apesar de não possuir nenhum *trabalho social*, lançaram mão da compra de votos diminuindo a margem de votos do Sr. João na própria *comunidade*¹⁵⁰.

O próprio candidato garantiu: “Ou não faz nada e arranja dinheiro, ou você faz sabendo que terá decepção. Mas fiquei satisfeito porque os votos que fiz foi pela amizade e não pelo dinheiro. Tudo o que você faz pela saúde é muito reconhecido”¹⁵¹.

Assim como este candidato, outras personalidades que desenvolviam *trabalhos sociais* semelhantes se mostraram conscientes de que as atividades de mediação na área de saúde era uma fonte importante de reconhecimento social que podia influenciar no êxito político-eleitoral. No entanto, a decisão de *ajudar* quase sempre é narrada como uma tomada de consciência sobre as barreiras que limitavam as pessoas, especialmente aquelas “mais humildes”, de acessarem os serviços de saúde.

“Muita gente aí precisa de médico, mas pensa ‘Ah, vai passar exame e eu não vou poder fazer’ aí desistem de procurar, mas se tem pessoas que ajudam, elas vão ao médico e depois veem o que fazer. Ou se sabe [que há quem faça esse trabalho], pedem pra fazer por elas”. Esse foi o relato de um dos políticos *novatos* e o mais elogiado quando o assunto era o *trabalho na saúde*. De acordo com o vereador que terminou o mandato 2013-2016 e se reelegeu para o mandato 2017-2020, uma de suas maiores preocupações com a população se refere ao tema da saúde, porque o dia em que necessitou de atendimento médico no hospital municipal havia sido mal recebido pelo médico de plantão que chegou sugerir não atender o seu filho menor que havia passado durante a madrugada. E ponderou: “se ele fez isso comigo

¹⁵⁰ Sobre a relação entre disputas de votos num mesmo reduto eleitoral ou território ver Palmeira & Heredia (2010).

¹⁵¹ Candidatou-se a vereador pelo PSDB e recebeu 255 votos de acordo com o resultado eleitoral divulgado através do site do TSE.

que sou vereador do município e é possível que soubesse, imagina com a população?”¹⁵².

Ao entrar em contato com a trajetória pessoal de cada político-candidato se tornava evidente que para muito deles a dinâmica da *ajuda* havia começado como um ato de solidariedade, às vezes entre vizinhos, e que com o passar do tempo se sofisticava se ampliando para uma assistência mais organizada, como demonstrou o caso de Sr. João.

Inicialmente era acionado para *socorrer* a vizinhança porque era comerciante e o único proprietário de um veículo na localidade. Com o passar do tempo fundou a associação de moradores local se tornando seu presidente. Ao assumir a associação passou a estabelecer e estreitar vínculos com políticos e pessoas ligadas aos serviços de saúde. A partir destes vínculos conseguiu expandir a *ajuda* passando a prestar desde serviço de orientação até encaminhamentos e resolução de situações mais complicadas referentes ao tema.

Os quatros anos de serviço prestado na saúde municipal, no cargo de confiança, eram citados como motivo de orgulho por Sr. João, que ao final da entrevista mostrou um caderno de registro que constava mais de 4.000 atendimentos realizados entre o período 2013-2016. Orgulho que ele manifestava também nas redes sociais. Em 05 de abril publicou no seu facebook:

Terminadas as eleições, tivemos que nos afastarmos do nosso trabalho no Hospital Municipal Manoel Carola. Foram 4 anos de muita luta e dificuldades para atendermos àqueles que nos procuravam. Mesmo assim, dávamos conta de cirurgias (fora do município), exames, que não tinha no município etc. Com a nossa ausência, as pessoas continuam nos procurando, principalmente quando se trata da área da saúde. Ficávamos tristes por não poder atender a alguns casos por falta de recursos financeiros. Recorremos então a Deus e pedimos para que Ele, nos desse a condição de atender aos mais humildes. Como Ele não falha, mais uma vez, Se fez presente e enviou um anjo, que sabendo do nosso trabalho, vai nos dar o suporte para voltarmos a atender a quem nos procurar. E está vindo mais anjo por aí. Com o tempo, os senhores (as), saberão quem são estes anjos.

O anjo a que o político se refere se tratava de um deputado estadual que após o desfecho das eleições no âmbito municipal o havia procura em busca de apoio político para as próximas eleições majoritárias. Em contrapartida, o deputado garantiu apoia-lo no que fosse necessário para que ele pudesse dar continuidade ao *trabalho na saúde* que realiza.

Conforme seus próprios termos, com a derrota do seu candidato nas eleições 2016 “Ficamos desempregados e ninguém chamou pra perto, mas apareceu um deputado que chamou para ajudar e, obviamente, vamos ter que ajuda-lo”.

No entanto, para outros candidatos, a prestação de assistência na saúde possuía outras

¹⁵² Conforme sua narrativa, o caso foi relatado ao prefeito e foi exigindo providência, resultando na exoneração do profissional.

entradas, como demonstra a experiência de dois outros interlocutores que atuam na área:

Eu não tive família no meio político, nasci no comércio, sou filho de comerciante. Em 1996 um ex-patrão meu veio candidato, não se elegeu mais ficamos ativo nesse meio. Em 2001 fui convidado para trabalhar no gabinete de Pedro Cherene (ex-prefeito) e vi que a necessidade maior da população era na área da saúde, aí decidi vir candidato em 2008. Não me elegei, fiquei como suplente. Aí vim de novo em 2012 me elegei e continuei trabalhando na área da saúde. Eu comecei como chefe de gabinete e as pessoas iam pedir ajuda ao prefeito e eu intermediava, acabava sendo interlocutor. A população procura a gente e não podemos negar, temos conhecimento com pessoas de outras cidades porque temos conhecimento fora e acesso. A população que mais necessita tem mais dificuldade de chegar ao ponto e encontram muitas barreiras, as pessoas que trabalham na área dificultam muito o acesso. E eu tentei ser um intermediário nisso aí. Noventa e nove por cento das pessoas que me procuram tem essa dificuldade e sabe que eu faço esse trabalho. Às vezes a pessoa já tem um exame marcado para ir e não tem o dinheiro. Então eu levo ou peço carro da prefeitura. Agora de manhã mesmo estava em Campos fazendo acompanhamento porque o aparelho de raio-x do município está quebrado, e a pessoa precisava de exame de sangue e tal. Então eu entrei em contato com o pessoal de lá (funcionários do posto de atendimento). Às vezes as pessoas não têm condições de pagar exames de sangue e acabam buscando pessoas que possam ajudar (...) E até mesmo quando é particular às vezes só precisam de uma forcinha. Outro dia teve o caso de um rapaz que a esposa estava grávida e precisava de cirurgia (cesariana) e o médico tinha cobrado muito caro. Aí eu liguei pro médico e negociei baixar o preço e ele abaixou. O cara ficou todo feliz. (B.V. vereador gestão atual, entrevista concedida em 11/03/2017).

Eu comecei em 2012 quando ajudei na campanha de um político em Campos e recebi um cargo de confiança. Eu entrei para trabalhar na terceira idade, fui nomeado coordenador da terceira idade. Não pensava trabalhar com política. Não pensava, mas a área de saúde me dá credibilidade. Eu não queria me envolver na política porque não era político, relutei um pouco. Como eu trabalhava em Campos, lá tinha especialidades que aqui não tinha e a gente não tinha vínculos (com o município). Mas aquelas pessoas que procuravam atendimento com a minha família eu agendava marcação, orientava. E às vezes pegava aquelas famílias que mais precisavam, as mais humildes. Isso tudo eu fazia bem antes de me candidatar. Por ser nomeado lá, tinha aquelas portas abertas...os exames mais complexos como ressonância, eu trabalhava ali eu tinha acesso. Então eu ajudei muito as famílias aqui do município e passei a ter mais vínculo com o município. Tinha pedido de políticos para atender lá, mas o município lá já tinha demanda de lá. Atendia deputados que diziam “preciso de ressonância”, “de uma tomografia”. Em 2015 o deputado João Peixoto me convidou para me candidatar porque via meu trabalho na área da saúde. Fiz 432 votos e na primeira vez. Não foi o nome Carlos, mas o serviço na área de saúde. Quando eu saí de lá (de Campos) tinha 32.000 idosos cadastrados. Era um polo de atendimento. Tinha todos os atendimentos especializados. Ia do atendimento básico até os mais especializados. Minha vinda pra São Francisco não foi só eu que ganhei, a comunidade ganhou, porque eu saí de lá, mas o vínculo continua e recebemos essa ajuda. Hoje me conhecem pelo serviço prestado na área da saúde. Por que eu comecei fazer esse serviço? Quando meu pai precisou de ajuda no município (por doença) e não conseguiu fiquei chateado. Quando meu pai precisou de médico para dar atenção, não tinha um Carlos para ajudar. Ele foi para Campos trataram de hepatite e era pedra na vesícula e veio a óbito. Hoje, qual a família que não depende de atendimento médico? E foi aonde eu criei um vínculo maior com São Francisco, através da área da saúde. A questão é quando a gente não faz por politicagem e usa o bom senso. Eu não tinha uma família tradicional, mas tinha acesso à área de saúde que me deu reconhecimento por prestar esse serviço. Um útil ao agradável. (Carlos, subsecretário de assistência social e candidato a vereador na última eleição. Entrevista concedida em 11/03/2017)

No primeiro relato, o vereador deixa claro que sua atuação na área da saúde teve

como marco a experiência como chefe de gabinete de um ex-prefeito, no exercício desse cargo notou a demanda da população pelos serviços de saúde versus as barreiras encontradas no atendimento. E esse havia sido o mote para desenvolver o *trabalho* que realiza.

A partir de então passou a ser um intermediário no tema da saúde e o seu ingresso na política teve como propósito dar continuidade a esse tipo de trabalho. “A gente ajuda os quatro anos”, afirmou o político para marcar que se tratava de um trabalho contínuo, prestado durante todo o mandato e não uma *ajuda* apenas de cunho eleitoreiro.

No segundo relato, um drama pessoal envolvendo a falta de recursos da família versus falta de atendimento adequado, motivou o atual subsecretário de assistência social a enveredar no universo da assistência quando teve oportunidade. Através do exercício de um cargo de confiança que ocupou na cidade vizinha, em Campos dos Goitacazes, passou a *intermediar* as famílias que enfrentavam dramas semelhantes ao que havia passado com a sua própria família e buscavam a sua *ajuda*.

Da *credibilidade* adquirida no desempenho dessa intermediação veio o convite de um deputado estadual para que entrasse formalmente na política. No pleito de 2016 se candidatou pela primeira vez concorrendo ao cargo de vereador pelo PSB, embora não tenha sido eleito nesta primeira disputa, recebeu uma quantidade significativa de votos superando políticos conhecidos.

O próprio político atribui o resultado nas eleições a sua articulação no campo da saúde. Em consequência da sua relevância política recebeu o cargo de subsecretário de assistência social junto à gestão atual do município (mandato 2017-2020).

Outra candidata que concorreu às eleições em 2016, se apresentou candidata *novata*, mas com certa experiência na política. Segundo a própria candidata, a experiência foi adquirida, inicialmente, por ter sido casada com um ex-vereador com vários mandatos na comarca e, segundo, por haver ocupado um cargo de confiança na saúde municipal (2013-2016), como assinala abaixo:

Fui esposa de um vereador com três mandatos pelo município e mais votado. Isso me deu a experiência. A chance de chegar ou não. Minha decisão de candidatar foi o descrédito na política nacional. As pessoas de bem tem que se colocar a disposição. A política ainda é o melhor canal para fazer o melhor para a população. Eu já participei do PP, do PSDB e agora estou no PSL que está coligado ao partido do prefeito. Foi decisão minha entrar, porque trabalhei nesse governo e foi um município que menos desempregou. Os adversários dele [do prefeito] já tiveram a oportunidade, passaram por aqui e não fizeram melhor. Eu fui coordenadora administrativa do PSF [Programa Saúde da Família], foi uma experiência boa, mas deixou a desejar. Aqui nessa comunidade mesmo [localidade onde concedeu a entrevista] não tem agente de saúde. Assim, se eu me eleger vou poder fiscalizar as verbas, como por exemplo, porque aqui não tem agente de saúde nessa comunidade?

Participo de uma ONG também. A AMUSF (Associação de Mulheres Unidas de São Francisco), movimento voltado para as mulheres, trabalhos preventivos de orientação e informação. A associação já existe, tem liderança, só faltam chegar às verbas para começarmos a atuar porque pretendemos atuar em parceria com o município. (Entrevista concedida em set/2016)

Para a candidata, a experiência adquirida como cônjuge de um vereador e o contato com certas demandas da saúde (durante o período que atuou como coordenadora de um programa na área de saúde) legitimavam sua candidatura. Ou seja, sua vivência pessoal no campo da política e o desejo de contribuir com melhorias no campo da saúde a capacitavam para pleitear uma vaga no legislativo municipal.

Quando interrogada se a Organização Não Governamental era parte de da sua proposta legislativa, respondeu: “Não, esse é um projeto como Maria cidadã, não como Maria candidata. O vereador não pode prometer porque ele não sabe como será o amanhã”¹⁵⁴.

Essas revelações apontavam para uma concepção ambígua acerca da assistência e do seu papel como futura vereadora. Durante a entrevista, sugeriu que uma das suas prioridades era lutar para ampliar o quadro de agentes de saúde e assim melhorar o acesso das pessoas a esses serviços, no entanto revelou que estava criando uma ONG para captar recursos públicos e prestar justamente o mesmo tipo de assistência, que em tese realizaria os tais agentes de saúde. Ou seja, havia se candidatado para atuar como representante político a favor da saúde, entretanto havia criado uma ONG, como cidadã, com a intenção de prestar assistência “privada” com recursos públicos à população do município.

Quando o assunto é a dinâmica da *ajuda* é interessante ressaltar também o papel desempenhado pelos cabos eleitorais. Durante a campanha política-eleitoral de 2016, um desses cabos eleitorais de uma das localidades que visitei, explicou que havia resolvido *ajudar* na campanha porque o candidato vinha prestando um bom serviço na saúde, tema que segundo sua perspectiva era o mais urgente e importante devido à precariedade desses serviços no município.

De acordo com a sua narrativa, o seu apoio consistia tanto em pedir votos para o candidato, como também em levantar as necessidades de saúde da população local e de

¹⁵³ E entrevista foi concedida em uma pequena localidade do município onde coincidentemente a candidata estava visitando.

¹⁵⁴ Maria é um nome fictício que atribuímos a essa candidata que segundo fontes locais tinha sido casada com um político que possuía um *projeto social* chamado “Mão Amiga”, um projeto de assistência médico-ambulatorial para pessoas ditas carentes, que segundo as mesmas fontes, funcionava através de com recursos repassados por intermédio de um deputado estadual o qual o vereador apoiava.

outras localidades para que o político pudesse *ajudar resolver*. E ressaltou que quando as pessoas o procuravam em busca de outros tipos de *favores* ou *ajuda* ele tinha que explicar que o candidato o qual apoiava tratava apenas de assuntos referentes aos serviços de saúde.

Eu mesmo estou com um candidato aqui. Ele trabalha como coordenador dos médicos em Campos e vem candidato por aqui. Tem gente que vem pedir tijolo, pedindo cimento e a gente diz que essa área não, nossa área é de saúde. Aqui o hospital está muito caído e não tem nada, fomos em Ladeira das Pedras (outra localidade) e só ali ele ajeitou operação para duas mulheres. Uma operação era para uma mulher que tinha problema de hemorroida. Depois fomos a Barra e lá enfrentamos muita gente assim [com problemas de saúde em busca de cirurgia].

Durante a entrevista, ponderou que atuava como uma espécie de intermediário no processo de comunicação entre o político e aquelas pessoas que possuíam alguma demanda por atendimento na saúde, pois muitas delas sequer sabiam que o referido político fazia aquele tipo de *trabalho*.

Para fazer a divulgação do trabalho do candidato contava com a *ajuda* de alguns conhecidos que residiam em outras localidades, pois assim era possível realizar uma espécie de mapeamento dos enfermos da vizinhança que tinham necessidade de algum tipo de atendimento, tratamento ou cirurgia.

A partir dessas informações ele visitava o enfermo e informado sobre as necessidades de saúde da pessoa encaminhava as demandas ao político, que se mobilizava para dar resolução ao caso. De acordo com o seu relato, durante o período político-eleitoral haviam conseguido realizar uma série de cirurgias e outros tipos de atendimento.

Essa dinâmica realizada pelo cabo eleitoral, durante o período de campanha, não necessariamente é interrompida após o desfecho eleitoral, pois como revelou um político local, a manutenção de *amizades* em diferentes localidades possibilita tomar conhecimento das necessidades do eleitorado, de suas demandas específicas de enfermidade e de eventos como mortes que são momentos imprescindíveis da vida do eleitorado para o qual o *político amigo* não deve prescindir.

3.7 Ajuda, família e cargos de confiança: recursos sociais e capital político

A literatura sobre a política tem advertido que a entrada neste universo pressupõe certo *capital político* (BOURDIEU, 2007). Capital este conformado pelo acúmulo e pela combinação de certos recursos sociais (materiais e simbólicos) que se materializam em prestígio, reconhecimento e legitimidade para ocupar determinada posição no campo da

política.

A aquisição do *capital político* supõe a incorporação de um *habitus* próprio deste campo. Isto é, “do jogo de linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram” (BOURDIEU, 2007, p.69). Tal disposição muitas vezes resultante de certo aprendizado, confere *competência social e técnica* para a participação ativa na vida política e, portanto, confere legitimidade para pleitear e ocupar os cargos de representação.

Embora, em tese, a militância política partidária possa ser concebida como uma via de aprendizado e formação política e, portanto, de legitimidade para ocupar os cargos de representação, na prática esse militância corresponde a um recurso dentre outros apresentados pelos políticos ou aspirantes a esses cargos, como já fora observado por Coradini (2007).

O *capital familiar*, por exemplo, aparece como um dos recursos sociais de legitimação da carreira política em diferentes lugares do mundo, como assinala Miguel et al (2015). No Brasil a centralidade desse *capital* como recurso de legitimação aparece tanto na literatura a respeito, como pode ser facilmente detectada ao passar em revista as linhagens políticas que ocupam, dominam e muitas vezes monopolizam os cargos de representação política nas diferentes esferas do governo (CORADINE, 2001; CANEDO, 2005; MIGUEL ET AL, 2015).

Algumas dessas famílias são conhecidas nacionalmente por este legado, como por exemplo, a família Magalhães na Bahia, o família Sarney no Maranhão, os Arraes em Pernambuco, os Bornhausen em Santa Catarina, os Garotinhos e os Picciani no Rio de Janeiro, dentre muitas outras. Em alguns casos estas famílias se reproduzem no poder e produzem políticos desde o início do século passado, e há representantes desses grupos familiares no âmbito local, estadual e federal (CANEDO, 2005)¹⁵⁵.

No município estudado, as disputas para o executivo, desde a autonomia político-administrativa, sempre estiveram polarizadas entre candidatos de duas famílias conforme mencionado anteriormente. No intervalo de 21 anos contados após a emancipação, o único mandatário que ascendeu ao executivo municipal sem vínculos de sangue com um desses dois grupos foi o “político da saúde”, no entanto chegou ao poder apoiado pela família

¹⁵⁵ Em estudo realizado no interior de Minas Gerais Canedo observou que uma das linhagens políticas que polarizava as disputas locais possuía ascendentes na política desde a Primeira República.

Barbosa, cujo um dos membros foi vice-prefeito.

Os descendentes dessas famílias quando concorrem aos cargos públicos herdaram de antemão certa reputação e, conseqüentemente, votos. Fato que levava o êxito eleitoral desses políticos a ser associado, pelos moradores e por eles próprios, ao vínculo de sangue e ao aprendizado recebido no âmbito da formação familiar.

- Como você iniciou na política? Conta um pouco da sua experiência?

- Tipo...está no DNA, está no sangue. Sempre gostei de política. Sempre acompanhei papai fazendo política (...) Nossa família é de tradição política. A minha votação aqui 30 ou 40% foi o prestígio de papai. Ele chegava comigo nos comícios. Eu só sou o que sou por causa do nome dele. Tanto que eu peguei o nome dele.

Sendo assim, o papel pedagógico cumprido pela família na formação do político é, sem dúvida, um diferencial para acessar os postos políticos, pois como afirma Miguel et al (2015, p. 722)

O chamado “capital familiar” – a existência de parentes próximos ocupando posições de liderança política – incide sobre ambos os fatores. Em todas as atividades profissionais há um grau de recrutamento endógeno, e com a carreira política não é diferente. A presença de pessoas do círculo íntimo exercendo aquela profissão gera a familiaridade e o interesse que estimulam uma opção similar. Por outro lado, trata-se de um “capital” exatamente porque fornece a seu detentor um conjunto de conhecimentos sobre o funcionamento do campo, uma marca dotada de certo valor (seu sobrenome), uma visibilidade derivada do parente mais importante e, em especial, uma rede de contatos com outros operadores políticos, de cabos eleitorais e dirigentes partidários a financiadores de campanha e jornalistas, que podem favorecer sua própria carreira.

Especialmente o político “novato” quando apoiado pelo *nome de família* desfrutava de certas vantagens na hora de se candidatar e pleitear um cargo público como assinalou um ex-vereador do município: “Quem teve votação boa aqui...foi bem votado foi o Bruno Dauaire. 35.000 votos. Nunca tinha sido candidato e foi deputado. Porque o pai e o avô foram prefeitos de São João da Barra. O nome da família resolve muito”.

Todos os políticos entrevistados, tanto descendentes dessas famílias como aqueles destituídos de vínculo familiar na política, assinalaram a importância do *nome de família*. Eles consideravam que o vínculo familiar era sem dúvida a principal porta de entrada para a política. No entanto, o valor da generosidade e da simpatia era enfatizado na fala desses interlocutores como uma espécie de *ethos* político. Garantia não só de entrada, mas de permanência no campo da política. Isso significava segundo esta ótica, que a reprodução política estava associada à capacidade de incorporar esse *ethos* e traduzi-lo em ações de *atenção e prestativas*.

Pertencer a uma família conhecida no campo da política era uma vantagem a mais para os iniciantes, mas não era garantia de *êxito político*. Alguns exemplos estabelecidos durante as conversas atestavam que a falta de simpatia e uma postura arrogante haviam tirado do jogo eleitoral alguns filhos de políticos de grande prestígio no município¹⁵⁶.

Sendo assim, ser *atencioso* (a) e *prestativo* (a) eram qualidades “naturais” que deviam acompanhar o político. Logo, a combinação dessas qualidades podia se configurar no reconhecimento da “capacidade” para certas pessoas entrarem na política. Obviamente esse reconhecimento resultava do comportamento e das ações anteriores dessas pessoas que as legitimavam diante de determinado público para concorrerem a um cargo político municipal.

Sendo assim, a posse dessas qualidades oportunizava ao político que não “vinha de berço” conseguir *fazer o próprio nome*. Pessoas com tais atributos geralmente angariavam *prestígio* e *amizade* que eram vistos também como valores políticos e, portanto, podiam ser transformados em recursos sociais conferindo a um “outsider”¹⁵⁷ *capital político* (MIGUEL et al, 2003).

Ao indagar a alguns políticos locais despossuídos de vínculos familiares sobre a sua inserção na política, sobre sua trajetória e o êxito eleitoral a maioria deles argumentou a favor dos vínculos de *amizade*, especialmente aqueles vínculos construídos através dos *favores* prestados. Esses políticos atribuíam ao reconhecimento da população sobre os próprios atributos, como a disposição e a capacidade de *ajudar* a vizinhança, a principal motivação para se lançarem como candidatos. Segundo seus relatos, às vezes eram pressionados pela própria *comunidade* e decidiam *entrar na política*.

Conforme a pesquisa avançava ficava evidente que os “outsiders” que conseguiam expressividade política eram justamente aqueles cujo nome estava associado à *ajuda* ou ao *trabalho social* na área da saúde. Esses políticos considerados *candidatos novatos*, algumas vezes haviam se engajado na política “espontaneamente” e outras através do convite de lideranças políticas locais ou deputados estaduais motivados pelo conhecimento da

¹⁵⁶ Havia um político local citado em pelo menos duas entrevistas que segundo os entrevistados havia tentado sem sucesso lançar a candidatura dos quatro filhos. Nenhum deles teria conseguido como o pai, conquistar a simpatia e a confiança do eleitorado.

¹⁵⁷ Expressão usada por Elias & Scotson (2000) para descrever pessoas que estão à margem ou são excluídas das convenções sociais de determinada sociedade ou grupo. Aqueles que a priori não se encaixam nesses grupos.

popularidade que estes haviam conquistadas no âmbito dessas atividades¹⁵⁸.

Desde o início da pesquisa, a assistência na saúde aparecia como um importante campo de produção de políticos *stricto sensu* e de políticos em potencial no município. A atuação nesta área, em particular, conferia legitimidade política ao “outsider” para competir aos cargos de representação com políticos já estabelecidos, inclusive, contra aqueles cujo prestígio estava associado ao *nome de família*.

No entanto, na medida em que as entrevistas avançavam, ficava patente que os políticos estabelecidos também articulavam esse tipo de atividade. Ou seja, as atividades na área da saúde eram consideradas tão relevantes em termos de projeção política (visibilidade e votos) que mesmo os políticos já experimentados, cuja emergência no campo da política *a priori* estava associada à trajetória familiar (um deles a militância partidária), confessavam que exerciam também algum tipo de assistência na saúde.

Foi interessante constatar que mesmo que os recursos de legitimação da carreira política passassem por outras experiências como o aprendizado político familiar, a militância partidária, a militância comunitária, etc, quando estes políticos eram interrogados, quase todos atribuíam o prestígio na carreira à prestação desse tipo de serviço. Alguns, inclusive, faziam essa afirmação após terem se referido anteriormente a outro tipo de experiência, como as descritas acima.

Outro fato relevante que foi se revelando ao longo do trabalho dizia respeito ao desempenho de cargos de confiança na política, informação que inicialmente aparecia de forma subterrânea, mascarada na ênfase dada ao *trabalho social na saúde*. Esse dado somente se tornou evidente quando ao estabelecer um quadro dos políticos entrevistados com as informações que me pareciam mais relevantes sobre cada um deles, pude observar que mais da metade deles, oito no total, embora atribuíssem o êxito político-eleitoral exclusivamente ao *trabalho social na saúde* haviam passado por um cargo de confiança antes

¹⁵⁸ Embora a maioria estivesse envolvida em atividades no campo da saúde, havia também candidatos *prestativos* em outros campos, como o recreativo, por exemplo. Um dos candidatos ao pleito de 2016, por exemplo, caminhoneiro de profissão, teve uma votação considerada expressiva quando comparada a políticos mais experimentados associada, dentre outras coisas, ao fato de transportar gratuitamente a vizinhança de um povoado bastante isolado em excursão para a praia todos os verões. Uma oportunidade de lazer que poucos teriam devido o isolamento da *comunidade* em que vivem e da falta de transporte público no lugar. A este feito e outros pequenos favores lhe atribuíam uma rede extensa de *amizade* e, conseqüentemente, o resultado nas urnas. O candidato comentou com um de meus informantes, que havia entrado na disputa por insistência de lideranças do partido pelo qual se apresentou naquele pleito. E esse convite havia partido do conhecimento das amizades que ele possuía na sua comunidade e, portanto, dos votos que poderia angariar “automaticamente” para o partido, mas que nunca havia sido sua intenção se candidatar.

de se candidatarem oficialmente.

Dentre esse total, cinco ocupou cargos específicos na área de saúde e os outros três em outras áreas (transporte, educação e finanças). O fato era que passaram a realizar as atividades de assistência *stricto sensu* após receberem o cargo de confiança ou haviam recebido o cargo justamente pela popularidade que possuíam no assunto. E somente após esse período de experiência política haviam se eleito ao cargo propriamente dito. No entanto, há que ressaltar que esses cargos foram acessados a partir da relação e da relevância de cada um na campanha política da facção política vitoriosa no período em que ocuparam os cargos.

Sobre essa questão pude observar que antes de acessar o cargo de confiança, a maioria desses políticos havia sido cabo eleitoral de políticos vitoriosos. Um deles havia recebido uma secretaria pela expressividade de votos recebidos nas eleições 2012 (embora não tivesse conseguido ocupar o legislativo) e por encarnar um *nome de família* de prestígio político no município (um aliado em potencial). O outro atribuiu a ocupação do cargo de confiança a sua formação técnica e a militância política, fatores que do seu ponto de vista o havia projetado como alguém capacitado para o cargo. Especialmente a questão da militância, pois conforme enfatizou ele era visto pelos demais políticos locais como alguém que possuía contatos importantes nos diferentes níveis do poder (estadual e federal) e, portanto, se configurava em um intermediário político de peso para a gestão municipal.

Ao analisar mais detidamente esses detalhes e arranjos políticos, embora pudesse confirmar que a assistência na saúde seguia sendo um mecanismo importante de legitimação política, este recurso social na maioria das vezes era reforçado ou estava combinado com outras experiências e recursos. Na realidade era a capacidade de reunir e articular esses diferentes recursos e transforma-los em *capital político* o que parecia estar em jogo.

O fato de *ajudar as pessoas* em uma questão considerada precária no município como a saúde, se configurava em um elemento de reconhecimento de uma qualidade política. Um diferencial, uma forma de distinção e, portanto, uma entrada possível naquele universo. No entanto, a consolidação dessa qualidade se dava na medida em que a pessoa em questão conseguia acessar determinado posto, informações privilegiadas e, conseqüentemente, conseguia ampliar suas redes de contato podendo, pois, resolver as demandas de saúde das pessoas com maior facilidade.

Alguns comerciantes locais, por exemplo, conseguiam se destacar nessa questão, pois quase sempre o fato de possuir um automóvel acabava por torna-lo a pessoa que socorria à *comunidade*. Esse tipo de *favor* fazia deste ator social alguém com qualidades políticas aos olhos da população. Em razão disso alguns políticos haviam sido comerciantes e iniciaram *na política* como apoiadores de algum político, às vezes ganhavam algum cargo na gestão municipal e, posteriormente, se candidatava.

No entanto, o êxito político-eleitoral do comerciante, caso decidisse entrar na disputa, dependia de sua trajetória. A adesão anterior a determinados políticos reconhecidos localmente e o acesso a cargos de confiança, era uma contrapartida aparentemente importante, pois possibilitava a aquisição de certa experiência política e a ampliação das possibilidades de *ajuda* que lhe conferia maior legitimidade para entrar na política.

Nesse sentido, quando os políticos atribuíam ao *trabalho na saúde* a sua ascensão, isto implicava observar outros tipos de arranjos como a profissão anterior, os cargos de confiança ocupados, etc, pois como adverte Coradine (2006), o êxito político dificilmente está associado à articulação apenas de um recurso, mas da combinação entre recursos sociais distintos. A trajetória da maioria dos políticos entrevistados, com poucas exceções, se dava na seguinte direção – atividade no comércio ou comerciante – *ajuda* ou *trabalho social* na saúde – adesão-apoio político (geralmente como cabo eleitoral) – cargo de confiança – candidatura própria.

Dentre os candidatos cuja trajetória política seguiu esta orientação, apenas um obteve um baixo desempenho eleitoral na primeira candidatura (apenas 50 votos), coincidentemente foi também o que menos se destacou no que se denominava *ajuda* e/ou *trabalho social na saúde*. Nenhum tipo de *favor* e/ou *ajuda* foi associado ao seu nome durante o trabalho de campo.

Segundo um vereador local, o problema da *ajuda* era que esta havia se institucionalizado como prática política no município através de em uma gestão anterior, pois através de um arranjo entre o executivo e o legislativo cada parlamentar tinha acesso a dois automóveis públicos para realizar esse tipo de atividade. Com isso, os vereadores garantiam atendimento ao seu eleitorado e, obviamente, garantiam também votos em eleições futuras.

Apesar da mudança de gestão haver abolido essa prerrogativa, em face das poucas

mudanças no que se refere ao tema da saúde essa prática seguia fazendo parte das atividades dos políticos. Diante das necessidades de saúde da população e da tentativa dos políticos para corresponder às expectativas do eleitorado, a *ajuda na saúde* continuava sendo prestada, passando de uma prática realizada por políticos mais antigos, a uma prática reproduzida pelos políticos novatos. Como consequência alguns políticos *se faziam* através dessas atividades.

Ao analisar a biografia dos políticos locais, estas sinalizam para as atividades de assistência na saúde não somente como um recurso social que pode ser convertido em *capital político* e legitimar candidaturas, mas também como um recurso social que combinado com outros recursos sociais podia ampliar sobremaneira as chances de êxito político-eleitoral e, portanto, de reprodução no campo da política.

3.8 “A gente colhe o que a gente planta”: o *prefeito da saúde* e o *trabalho social*

Apesar da maioria dos políticos locais terem seus nomes associados ao tema da *ajuda*, na memória das pessoas do município o ex-prefeito era de longe o político mais conhecido da cidade, pois o cargo no executivo possibilitou que ele se destacasse em todo o município e não apenas em algumas localidades, como geralmente acontece com os políticos que concorrem ao cargo de vereador.

Ao ser procurado pela autora deste trabalho, o ex-prefeito revelou que a sua entrada na política coincidia com a emancipação da cidade. No contexto das alianças para definir o primeiro mandato do município como cidade emancipada, ele que até então era comerciante foi convidado pelo candidato mais *forte* ao executivo naquele pleito a se candidatar ao cargo de vereador em sua chapa. No entanto, apesar do convite ter lhe interessado, no fim das contas desistiu de concorrer para não competir com uma pessoa da família, conforme demonstra um trecho de sua entrevista:

- Quando o município emancipou em 1995, o candidato a prefeito queria que eu viesse como vereador. Eu não quis porque meu tio queria vir também e ele era mais velho que eu. Mesmo assim insistiram para eu vir e o prefeito queria que eu viesse. Minha candidatura foi registrada e tudo. Nesse período de 1996 eu votei em meu tio, ajudei ele. Assim mesmo duas pessoas votaram em mim. Ele assumiu 1/01/1997, era vice-presidente da Câmara e mataram ele em 1998. Ele tinha um trabalho social bom, e as pessoas de minha casa me cobravam muito para eu dar continuidade ao trabalho social dele. Em 2000 teve eleição e eu vim candidato e ganhei a eleição. Não perdi nenhuma, ganhei todas que eu participei. (...) no meu caso eu entrei sem lastro nenhum, mas primeiro foi meu tio e eu disse a ele: vai o senhor primeiro que é mais velho, depois eu vou.

- De que se tratava esse trabalho social?

- Ajudar as pessoas mais carentes. Montei uma entidade, os políticos denunciaram. Montei o Instituto Isa, nome de minha mãe, e a própria justiça fechou. A justiça alegou que abrem isso em troca de voto. Conseguia consulta e cirurgia em Itaperuna, nós levávamos as pessoas para essas coisas mais complexas. A gente colhe o que a gente planta. Acabou que eu tenho uma loja em Itaperuna e as pessoas vão comigo para lá até hoje, porque eu vou pra lá uma vez por semana (grifor meus).

Após o assassinato do tio, o ex-prefeito que na época do evento era comerciante, deu continuidade, o comerciante deu continuidade ao *trabalho social* realizado pelo tio atendendo ao pedido da própria família. Nas eleições do ano 2000 decidiu se candidatar à vereança e saiu da competição eleitoral vitorioso. Na retórica deste político, todo o êxito eleitoral obtido neste pleito e nos seguintes resultava do *trabalho social* realizado ao longo do tempo, e admitiu que seguiu realizando-o mesmo após a justiça ter fechado uma entidade que havia criado com essa finalidade.

É interessante notar que o fato de ter sido apoiado pela família Barbosa em 2008, o pleito em que concorreu ao cargo de prefeito sequer fora mencionado. O apoio dessa família, que certamente também foi importante na época, simplesmente foi ignorado pelo político. Para os eleitores entrevistados todo o crédito dado àquela vitória também era atribuída exclusivamente a imagem que ele possuía como o “político da saúde”¹⁵⁹. Imagem esta, reforçada durante a campanha eleitoral daquele ano cuja ênfase era o tema da saúde, conforme um de seus discursos publicado em um dos blogues locais na época.

Em sua fala Beto da Saúde pediu apoio a sua candidatura e disse que vai construir um hospital na área próxima a Praça dos Três Poderes em SFI. “Este é meu compromisso de campanha” prometeu. Disse que o Hospital Municipal Manoel Carola [o hospital municipal] vai se transformar em hospital-maternidade e casa do idoso. Os professores em seu governo serão valorizados. “O teto mínimo será de R\$850,00” disse. (Matéria publicada no blog do Paulo Noel em 29/06/2008).¹⁶⁰

Cinco anos após o fim do mandato, os moradores locais continuavam afirmando que o discurso em defesa da saúde teria sido o diferencial naquela campanha, mas ressaltavam também que a melhoria e os investimentos prometidos ficaram apenas na promessa, pois de fato pouca mudança ocorreu durante o seu governo¹⁶¹.

Se por um lado o ex-prefeito considerava a aliança com os Barbosas algo irrelevante para sua ascensão ao executivo. Por outro, atribuída a ruína daquela gestão justamente a esta aliança. Segundo ele, aliar-se àquela família tinha sido o seu principal erro político e causa

¹⁵⁹ Imagem que perdura, pois muitos moradores locais entrevistados, ao se referirem ao antigo ex-prefeito o chamam “o candidato da saúde”.

¹⁶⁰ http://paulonoel.blogspot.com.br/2008_06_29_archive.html

¹⁶¹ Governo não concluído devido à acusação de desvio de recursos públicos da saúde motivo pelo qual passou a ser alvo de investigação policial e, portanto, afastado do cargo como já mencionado em ocasiões anteriores.

para sua cassação em 2012, pois esta resultou da traição do próprio vice que articulou a sua queda.

Eu fui o prefeito mais votado da história de São Francisco de Itabapoana até hoje. Só errei em ter colocado o vice-prefeito filho de Barbosa, aquele pilantra! São uns mercenários. O pai do vice começou a gastar um dinheirão doido para me tirar do poder¹⁶².

A narrativa deste político coaduna também com a opinião de alguns munícipes de que a cassação do prefeito por “desvio de verbas na área de saúde” teria sido articulada pelo próprio vice-prefeito em conluio com outros políticos da região.

O Beto foi muito bom, fez a reforma do posto de Bom lugar [posto de saúde de uma localidade], conseguiu a verba, que é verba federal. Foi o Beto que conseguiu, mas agora o prefeito embarca. O Beto foi vereador em dois mandatos, levava gente daqui para Itaperuna fazer cirurgia. Mas o Garotinho e o Barbosa perderam prestígio e pegaram no pé até tirar o Beto. Se não fossem esses problemas que arrumaram para ele, ele seria deputado (Fonte: ex-vereador aposentado, fevereiro, 2015).

Na concepção desse vereador aposentado, o *prefeito da saúde* foi alvo de perseguição de dois políticos da região incomodados com sua ascensão política decorrente da atuação na área da saúde.

Para o próprio ex-prefeito, o seu êxito político-eleitoral representado pela vitória em três pleitos consecutivos, teria sido resultado da colheita dos frutos plantados, isto é, da *ajuda* e trabalho social que realizava.

Em 2002 fui candidato a vereador pelo PSDB, fui o mais votado. Eu voltei a ser candidato na segunda eleição e também presidente da câmara. E fui eleito com todos os votos da câmara. Em 2005 o prefeito foi cassado por abuso de poder, problema eleitoral, automaticamente assumi a prefeitura. Aí eu fiquei 60 dias no cargo. E em 2008 fui candidato a prefeito e fiquei na prefeitura até 2012.

Ao ser interrogado sobre o seu retorno à vida política, respondeu que andava desanimado, mas garantiu que seguia realizando o mesmo *trabalho social* de antes (levando pessoas ao hospital, marcando consultas, exames médicos e fazer cirurgias fora do município). Para comprovar a atividade que vinha desempenhando mostrou através do aparelho celular mensagens intercambiadas através do aplicativo whatsapp e fotos de fichas de consultas que ele havia agendado, em um estabelecimento de saúde de Itaperuna, para três pessoas do município. Agendamento este, que segundo o político havia sido realizado por “seu pessoal”, ou seja, por funcionários de sua loja de móveis localizada na referida cidade.

¹⁶² Afirmou o ex-prefeito do município em entrevista para esta pesquisa em setembro 2016.

A certa altura da entrevista, o político interrompeu a conversa porque se lembrou de um assunto que precisava resolver com certa urgência. Ao telefone informou ao seu interlocutor do outro lado da linha, que o médico havia confirmado a entrega das lentes, mas que estas precisavam ser testadas. No entanto, diante do que pareceu certa insegurança de seu interlocutor, o ex-prefeito garantiu que a pessoa não se preocupasse porque ele próprio iria acompanhá-la. Ao finalizar a ligação, explicou que se tratava de um paciente que estava *ajudando* a realizar um tratamento de catarata em uma cidade do estado de Minas Gerais.

CAPÍTULO 4 – ENTRE O DIREITO E A DÁDIVA: A ÉTICA DA AJUDA, A VIOLÊNCIA SIMBÓLICA E A RETÓRICA DO SOFRIMENTO

Neste último capítulo trato da ideia de saúde entre ser concebida externamente como um direito e a sua distribuição como *dádiva* no nível local, assinalando como as necessidades de saúde da população são resolvidas a partir de determinada ética da *ajuda*. Analiso também a partir de situações empíricas, a questão da *violência simbólica* nos serviços de saúde e a emergência da *amizade* e das relações pessoais, especialmente com políticos, como uma forma de “navegação social”. *Violência simbólica* que se materializa nos atos do Estado que permite o sucateamento da saúde pública e, conseqüentemente, seu desprestígio frente à sociedade. Assim, contribui para reforçar na população a crença de que o serviço público não funciona e, portanto, que os estabelecimentos públicos de saúde são espaços para “pobre”. No cotidiano, essa crença se reproduz quando a população se depara com toda sorte de dificuldade na hora de conseguir algum tipo de atendimento. Dentre elas a arrogância de funcionários da saúde, que algumas vezes se sobrepondo o código de ética profissional, atende mal, se recusa atender ou prescreve terapias inadequadas ou errôneas aumentando o temor da população com relação aos serviços de saúde, especialmente o atendimento público. E, por fim, a violência que resulta das tensões entre “profissionais da saúde” e “profissionais da política” que redundam em processos de dominação social e política.

Para finalizar, descrevo as narrativas de *sofrimento* diante de enfermidades ou de mortes privilegiando a retórica da *ajuda*, pois pude verificar que esta sinalizava para determinado sistema moral, compartilhado pelas pessoas que vivem no município e que definia *obrigações* nesses momentos limites da vida e, por consequência, “com quem se podia contar”. Partindo dessa elaboração moral, a *ajuda* dos que estavam situados fora dessa categoria se constituía em uma *ajuda* excepcional e o prestígio dela decorrente um valor incondicional, se tornando, portanto, um canal de produção de reputações.

Sem esquecer de destacar que dentro desse esquema moral, demonstrações de solidariedade, de atenção e de comprometimento com a palavra dada, diante da dor do outro, produzia laços de reconhecimento e dívidas morais duradouras e, o seu oposto, desmoralizações e rupturas às vezes profundas naquele tecido social.

4.1 Entre o direito e a *dáviva*: saúde e a ética da *ajuda*

A ideia de saúde como direito passou a ser assimilada parcialmente pela população brasileira após ser incorporada na Constituição de 1988. Embora esse direito tenha resultado da mobilização social travada entre parcela da população organizada em movimentos sociais e profissionais da saúde, engajados nessa luta, grande parte da população não tem acesso a essa história de lutas e a dimensão do seu significado.

Uma vez consolidada como direito na Constituição, foi preciso iniciar outras batalhas como, por exemplo, organizar o serviço público de saúde que com exceção das campanhas nacionais, até então atendia apenas poucos setores da sociedade. Ou seja, foi necessário colocar esforços para universalizar a saúde e o acesso aos serviços de saúde que antes além de ofertado precariamente estava restringidos a uma cidadania regulada pelo trabalho (LUZ, 1991; VIEIRA, 2002, AUGUSTO & COSTA, 1999).

Sendo assim, o reconhecimento “tardio” desse direito implicou não só a sua incorporação à práxis da elite política em formas de política públicas de saúde, como a assimilação por uma parcela significativa da sociedade de que o acesso a essas políticas (serviços de saúde) se tratava de um direito e não de um *favor* e/ou assistência filantrópica, como vinha sendo distribuída à saúde às mulheres, desempregados, empregados informais, aposentados sem pensão, etc., em suma, os excluídos do restrito mercado de trabalho (VIEIRA, 2002; RODRIGUES, 2014).

Esse desafio longe de ter sido pequeno ainda hoje parece não ter sido superado, pois, a responsabilidade do Estado, por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), de garantir “desde o simples atendimento ambulatorial até o transplante de órgãos, garantindo acesso integral, universal e gratuito para toda a população do país”, ainda é um projeto inacabado¹⁶³. A história da saúde pública no Brasil tem sido uma história de avanços e retrocessos que podem ser resumidos em dicotomias e/ou no impasse quase sempre entre duas forças, a saber, tentativas de investimentos na saúde versus precarização, tentativas de ampliação da oferta da saúde versus favorecimento às empresas privadas, democratização da gestão na saúde versus corrupção, democratização do acesso versus violência simbólica nos serviços de saúde, prestígio do SUS versus desmoralização dos serviços públicos (LUZ, 1991; VIEIRA, 2002, AUGUSTO & COSTA, 1999; RODRIGUES, 2014).

¹⁶³ Trecho disponível no site do SUS/Ministério da Saúde acessado através do endereço eletrônico <http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/cidadao/entenda-o-sus>.

Diante de um cenário onde a saúde existe como um direito, mas é garantida precariamente e que a cidadania também é vivida de maneira precária (a ideia de *direitos de ter direitos*), como os problemas de saúde da população são resolvidos?

Em São Francisco de Itabapoana, quando as pessoas se referem ao acesso aos serviços de saúde, as queixas geralmente são contundentes, no entanto ao se lembrar de como era no passado mencionam “Se hoje está assim, você imagina naquela época? Tudo era um sacrifício danado”.

O primeiro “estabelecimento de saúde” de que se tem notícia no município foi um hospital filantrópico construído por iniciativa particular em 1949. Tratava-se de um asilo para idosos idealizado por um morador local após presenciar uma situação que o sensibilizara. Acruche (2002) que conviveu com o referido benfeitor narra o evento da seguinte maneira:

Havia uma senhora velhinha que se chamava Maria Cordeiro, doente e sem assistência médica, residindo num descampado nas proximidades de Valão Seco e que vivia da caridade humana que lhe ofertava como esmola. Certo dia ela faleceu, à porta do barraco e a figura da morta oferecia a visão de uma cruz. Ela estava de braços abertos como pedindo proteção a Deus. Pela rigidez do cadáver a conclusão e que tinha morrido um dia antes, para ser sepultada teve que ter os braços quebrados para caber no caixão, coberto com um pano negro. Ai eu pensei: por que não criar um abrigo para os idosos, essa gente pobre, desvalida, abandonada como Maria Cordeiro. Isso não saiu mais de meu pensamento (ACRUCHE, 2002, p.110).

Sendo assim, de acordo com o mesmo autor e amigo, o idealizador do asilo buscava incansavelmente *ajuda* externa para fornecer aos “velhos” “um o mínimo de atenção e conforto” e para transformar a instituição em um hospital propriamente dito. Descrito, pelo referido autor, como “solidário, idealista e piedoso” alguém que “sabia pedir em favor da instituição que criara”, o fundador do asilo era muito bem relacionado com a elite política regional, e através dessas amizades conseguia angariar os recursos materiais para sua causa.

No final da década de 1970, idealizou abrir um setor de pediatria e recorreu ao amigo político¹⁶⁴ com o seguinte argumento:

- Queria tanto inaugurar aquela pediatria no dia sete de setembro, quando vamos comemorar mais um ano de fundação, fazer uma festa bonita, convidar as autoridades, mas está difícil, os recursos estão apertados, será que você não conseguia com o governador uma ajuda para terminar essa obra, tem lá um pedido de

¹⁶⁴ O autor que neste caso também era amigo do benfeitor, é bem relacionado no meio político regional e estadual e sempre esteve presente nos eventos mais importantes do município como ele mesmo retrata textualmente e em fotos no seu livro. Além de ter pleiteado a cadeira de prefeito (quando a sede ainda era São João da Barra) e a de deputado estadual sem êxito. No entanto, ao longo do tempo tem ocupado cargos importantes e de confiança em diferentes gestões no município.

auxílio mais ninguém resolve, você com esse seu jeito, com sua experiência com o prestígio que tem o governador pode conseguir.

- Disse-lhe então, não posso lhe prometer, mas vou tentar falar com o governador, porém estou achando muito difícil para sete de setembro, está em cima, o tempo é muito curto. No dia 19 de outubro de 1978, entregávamos a ele, no coreto da Praça de São Francisco um cheque de 200.000 cruzeiros, cuja liberação conseguimos com o governador, o que permitiu a conclusão da pediatria.

Segundo Acruche (2002), no início da década de 1980 mais uma vez intermediou o contato em favor das demandas do amigo junto a um deputado estadual. Essa mediação tinha como propósito conseguir efetivar o convênio entre o hospital filantrópico e o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS). O convênio foi firmado, mas apesar disso uma série de dificuldades levou a paralização das atividades do hospital no início da década de 1990. O mesmo só voltou a funcionar em 1997, após ser municipalizado no contexto do novo município.

Durante muito tempo a população se referia ao hospital como *o Manoel Carola* em referência ao seu fundador e diretor, visto como um benfeitor por alguns e com certa desconfiança por outros¹⁶⁵. Algumas vezes durante o campo ao se referirem à época em que o hospital era beneficente as pessoas diziam: “naquela época tudo que acontecia levava para o Manoel Carola, e de lá quando não dava jeito ia pra Campos”.

Através do relato dos moradores se nota que o acesso à saúde no município desde sempre foi marcado pela *ajuda* e a *beneficência*, fato que coaduna com a própria história nacional. E a reprodução das condições precárias de acesso aos direitos, incluindo aí o acesso à educação, obviamente tem tornado a consolidação da cidadania no município um processo ainda inacabado.

Nesse sentido, a *ajuda* aparece como uma conduta ética incorporada ao idioma político antes mesmo da emancipação municipal, pois o papel de representantes da população do *sertão* na Câmara em São João da Barra, atribuído aos vereadores de São Francisco, ia além da execução das tarefas formais implicadas ao cargo. Dois deles relataram que na época em que foram vereadores, vereador não recebia salário, em contrapartida recebiam um carro da Câmara para atender a população.

Na época eu tinha um carro da câmara que ficava comigo e eu atendia às escolas. A

¹⁶⁵ O relato de uma moradora deu conta de que pairava algumas suspeitas sobre a idoneidade do estabelecimento quando este era asilo para idosos, pois circulavam rumores sobre o trato dados aos acolhidos e suspeitas de que abrigavam os “velhinhos para comerem sua aposentadoria”. E citou o exemplo de um parente distante que havia sido internado pelos familiares e passado alguns meses quando foram visitar souberam que o parente tinha falecido. Além da família não ter sido informada do falecimento do ente, tampouco conseguiu descobrir onde este estava enterrado para providenciar um *enterro digno*.

daqui de Ladeira, a de Santa Luzia, de faxina de Buena. Tinha procuração para pegar os salários e entregar em mãos aos funcionários.

Eram esses vereadores que intermediavam a população do *sertão* em suas distintas necessidades com relação aos serviços que não tinham acesso na época. Desde a realização de documentos, a distribuição de merenda na escola, ao pagamento dos funcionários dos poucos estabelecimentos públicos que existiam, a solicitação/trâmite de aposentadorias e, especialmente, o *socorro* aos doentes e as devidas orientações para acessar os serviços, maioria deles realizados em Campos na época.

Na falta de órgãos ou estabelecimentos competentes, esses vereadores se tornavam peças-chave a quem a população recorria em busca de *ajuda*. Com a emancipação municipal, os serviços tiveram que ser organizados localmente tornando menos difícil acessá-los. No entanto, a mediação continuou incorporada como prática política. Aqueles que pertenciam à “família de políticos” declaravam: “Eu cresci vendo papai ajudar as pessoas, levando pra Campos” (candidato às eleições de 2016, filho de um desses antigos políticos).

Aqueles que ingressaram na política através de outras experiências aprenderam na prática o papel ocupado pela *ajuda*, como relatou um vereador que descreveu a sua entrada na política como resultado da militância político-partidária.

O problema é que o eleitor busca mais o vínculo particular do que o coletivo. Apresentar lei não é parâmetro para a população escolher o candidato, pois não fiscalizam o trabalho efetivo do candidato. Dia de sessão você vai encontrar mais gente no corredor pra falar com a gente do que dentro da plenária para assistir e acompanhar o trabalho do vereador. Na minha comunidade mesmo tinha doze ruas, calçamos todas as ruas e foi a minha pior indicação de voto. Eu achei que não tinha que fazer campanha, quando perguntei para as pessoas elas diziam “ah você fez a rua, mas não resolveu isso assim pra mim. Mas nós somos culpados, porque até pouco tempo atrás cada vereador tinha um/dos carros para atender a população, levar para Campos. O vereador passava a ser uma espécie de entidade social, como se fosse uma ONG. Agora os serviços foram se aproximando do povo, antes buscavam o político para resolver isso, mas alimentamos isso.

A explicação apresentada pelo referido político é bastante significativa, pois aponta para a continuidade da mesma prática realizada outrora, quando os serviços se concentravam na sede longínqua e o uso dos bens públicos travestido de assistência “privada” era comum. Ao usar a máquina pública para atender a necessidade particular dos eleitores, o atendimento tende a não ser concebido como um serviço público, mas como uma “dádiva” recebida do político que por possuir certas prerrogativas teria acesso àqueles bens e serviços.

Com exceção do político acima, que se referiu a esse arranjo como a transformação do vereador em uma espécie de entidade social, a lógica dos demais políticos era basicamente a mesma da população. Portanto, viam como uma espécie de *obrigação moral* e

naturalidade se valerem das prerrogativas do cargo para acessar os bens públicos em prol das demandas particulares (vistas não como particulares, senão como de eleitores e, portanto, daqueles que em tese representariam).

A população por sua vez espera que os políticos sigam *ajudando* ademais de desempenhar as atividades formais do cargo como, por exemplo, “calçar rua” ou propor leis. Estas atividades são vistas como parte do dever do vereador e não como um diferencial. Um bom político nem sempre é aquele que cumpre boa parte dos requisitos do cargo, mas aquele que os transcende. Em razão disso, conhecer as qualidades pessoais de um candidato conta muito, pois possibilita aos eleitores dimensionarem a atitude ética-moral da pessoa como político. E uma das principais qualidades requisitadas pelos interlocutores da pesquisa era a “disposição para ajudar”.

Um candidato com essa característica para alguns dos entrevistados era o indicativo de boa escolha eleitoral. Isso ficava evidente na recorrência da afirmação “meu vereador ajuda muito as pessoas”. Ao dizer essa frase era como se dissessem: “fiz uma excelente escolha porque esse vereador é um excelente político”. No entanto, isso não significava que as pessoas não estivessem atentas ao cumprimento das atividades formais por esses políticos. Contudo, ao operarem sob essa dupla lógica, dois discursos aparentemente inconciliáveis eram colocados na mesma narrativa. Em outras palavras, as pessoas se mostravam críticas ferrenhas ao abandono da área de saúde pelos políticos, os acusava de “não olharem para a saúde”, e em seguida elogiavam um ou outro político por realizarem *trabalho social* na área de saúde “ajudando as pessoas”.

Essa ambiguidade estava associada a um conjunto de questões, a saber, a compreensão sobre a política e sobre o papel exercido pelos políticos (resultado da experiência de vida neste universo social singular e do seu sistema moral - incluindo aí as políticas de reputação subjacentes), às experiências compartilhadas com o mundo externo, dentre elas as que contribuíam na formulação de concepções negativas sobre a política e, conseqüentemente, contribuíam para reproduzir a crença de que a política só beneficiava “aqueles que têm amigos”.

Sendo assim, diante da censura naturalizada de que os serviços de saúde não funcionavam, os pedidos de *ajuda* na saúde e a *oferta* de *ajuda* nesta área se tornavam legítimos. Afinal de contas, diante das necessidades de saúde, da precariedade encontrada no atendimento público e da falta de condições econômicas para buscar atendimento privado, essa *ajuda* e/ou mediação era vista como uma alternativa importante e natural

quando recebida de um político.

No entanto, embora as escolhas políticas estivessem estreitamente relacionadas às atitudes pessoais dos candidatos, especialmente aquelas referentes à *ajuda*, as pessoas faziam questão de distinguir entre o que era um comportamento ético e uma conduta interessada. A diferença entre o que identificavam como sendo um comportamento político coerente com as qualidades do político como pessoa e aqueles que dissimulavam por interesse em apoio e voto. Sobre a capacidade de distinguir entre aqueles candidatos que realizavam “trabalhos sociais” apenas interessados no voto, me disse uma interlocutora: “o eleitor não é bobo”¹⁶⁶. A sugestão dessa entrevistada corrobora com a declaração de um vendedor ambulante sobre o candidato escolhido para as eleições 2016: “vou dar um votinho para ele que ele ajudou, fez a operação de vista do meu pai. Antes das eleições ele ajudou para operar em Itaperuna. Fazendo isso para se eleger, entende?”

Este mesmo vendedor sugeriu que o eleitor não é ingênuo, sabe avaliar quando a assistência e/ou a *ajuda* é interessada. Para tanto, existem alguns critérios que são considerados. Quando um político realiza um *trabalho social* supostamente interessado no voto e não exige apoio em troca da assistência não está de todo mal visto e, portanto, poderá receber o voto numa relação de *ajuda* mútua (“uma mão lava a outra”). O que não significa que esse intercâmbio possa se converter automaticamente em fidelidade política.

Em face da elevada descrença na política e no descrédito das chamadas promessas de campanha (aquelas formalizadas nas plataformas políticas), também não estava mal visto negociar *ajuda/favores* por apoio político e voto em outros âmbitos da vida. Acreditava-se que os benefícios da política praticamente só ocorrem durante o período político-eleitoral, pois a corrida por votos aumentaria o interesse dos políticos em *ajudar*. Sendo assim, ambos, políticos e eleitores se recorriam mutuamente, pois não estava mal visto recorrer ao “seu candidato” em busca de alguma vantagem pessoal, nem tampouco que este oferecesse alguma vantagem em troca do voto. Entretanto, essas trocas tampouco garantiam fidelidade política, pois há sempre a possibilidade de eleitor receber uma oferta melhor do político concorrente nas eleições seguintes.

A promessa de um emprego ou o emprego propriamente dito, por exemplo, pode gerar votos em determinada eleição, mas o “beneficiário” pode mudar o voto e apoiar outro candidato em eleições futuras. Até mesmo aquele que havia sido adversário político no

¹⁶⁶ Tal proposição foi mencionada pela proprietária de um pequeno comércio local em entrevista concedida em setembro de 2016.

pleito passado, se este for capaz de conseguir um posto melhor de trabalho ou ajuda-lo em uma “necessidade maior”, conforme alguns casos narrados, mas dificilmente o mesmo ocorre quando a “dívida” envolve questões de saúde/enfermidade. Nesse caso, o pedido ou exigência de voto em troca de serviços de saúde pode implicar não só a perda de votos como a desmoralização do político frente à comunidade.

Pedir votos abertamente em troca da facilitação de uma consulta, de uma cirurgia, de um exame, de uma vaga no hospital é uma atitude abominável do ponto de vista moral. Ter que empenhar o voto ao político condicionado à troca ou em garantia de receber esse tipo de *favor* é considerada uma atitude ofensiva e imoral.

Da ótica local os políticos que atuam no tema da saúde costumam ter comportamento solidário, serem *prestativos* e “gostam de ajudar” “antes da política”. Estas pessoas estariam sempre atentas às necessidades do eleitorado e, obviamente, presentes em momentos de dor e sofrimento (enfermidades e morte)¹⁶⁷.

De uma forma geral, os políticos são vistos como pessoas influentes que podem resolver qualquer tipo de demanda com facilidade. Portanto, quando o político nega um pedido de ajuda no momento de uma enfermidade ou aproveita a ocasião para negociar o *favor* estaria atestando sua má índole moral.

Todavia, quando a *ajuda* aparentava ser desinteressada e o político colocava o esforço pessoal para *ajudar*, a gratidão a ele dispensada podia se converter em lealdade política que ultrapassava gerações, conforme alguns casos relatados. Às vezes a família inteira continuava votando nos filhos e/ou netos do político somente por *consideração* a *ajuda* recebida no passado. E essa lealdade permanecia ainda que o eleitor tivesse uma opinião ruim sobre o desempenho do político no exercício do cargo (sua qualidade como vereador, por exemplo).

Independente do que esses políticos realizaram ou não durante o exercício do mandato, podiam contar com o apoio incondicional desses “aliados” em eleições futuras. E estes eleitores, por sua vez, independente das críticas que pudessem fazer sobre a atuação desses políticos sempre afirmavam que já tinham “o próprio candidato”, antes mesmo do início da corrida eleitoral, situação que se estendia no tempo e no espaço de acordo com o tempo de permanência do político no cenário de disputas.

Havia uma visível tensão entre a forma como a população vivenciava a política

¹⁶⁷ Ou seja, aqueles políticos que visitam e procuram saber se o eleitor ou sua família estão precisando de alguma coisa quando toma conhecimento que este passa por um algum tipo de necessidade/demanda, fúnebre ou por enfermidade.

enquanto uma relação socialmente construída (seja nas experiências vividas nos períodos político-eleitorais, seja naquelas no desenrolar dos acontecimentos entre eleições) e a forma como a política é definida externamente. Ou seja, entre aquela política apreendida a partir das experiências cotidianas no município, na luta diária diante das demandas morais e às vezes urgentes e existenciais por direitos que não estavam garantidos pelos agentes políticos (relativas às necessidades de saúde e de vida) e aquela política produzida nos discursos sobre como a “verdadeira” política deveria ser, apreendida através de outras vivências, seja na escola, nos eventos que haviam participado, através dos meios de comunicação, etc. Em suma, em relação com a sociedade mais ampla.

Essa tensão se expressava no esforço que as pessoas realizavam para conciliar ideias como “o papel do vereador não é dar nada a ninguém, mas trabalhar pelo município” e ao mesmo tempo elogiar aquele vereador que era *justo* com seu eleitorado por dar atenção as necessidade de cada um em particular, por haver *arrumado* um emprego para alguém, por haver *ajeitado* consultas pra outro, etc. Ambiguidade esta que estava presente em quase todas as narrativas.

Enquanto os *favores* ou *ajudas* em outras dimensões da vida eram motivo para crítica, a *ajuda* por motivos de doença sequer era questionada, por seu caráter peculiar. Era vista como uma ação moralmente legítima porque se tratava de uma necessidade inquestionável e não calculista. Sendo assim, tanto os políticos quanto os eleitores envolvidos nessa relação mútua estariam de certa forma blindados de acusações de oportunismo.

A dedicação para solucionar demandas de saúde costumava ser apreciada como uma atitude digna de respeitabilidade. Afinal de contas, como revelaram alguns vereadores locais, estar disponível para *ajudar* em temas como saúde implicava realizar “sacrifícios” porque “a doença não tem hora marcada. “Às vezes as pessoas vão te chamar para socorrer nas horas mais impróprias e a gente não vai deixar a pessoa morrer ou ficar sem atendimento, né?”. Sendo assim, “a gente não tem sossego eu estou com 78 anos ...aí chega um: Ah meu filho está passando mal! Aí deixa eu ligar pra ambulância...se não conseguir tenho que usar o carro próprio porque não vou deixar morrer, né?”

A disposição para *ajudar* e para fazer “sacrifícios” pelos outros apareceu nos relatos locais como critério de escolha para aqueles que “não tinham candidato”, isto é, alguns eleitores que não estavam ligados a político nenhum afirmavam observar essas características na biografia dos candidatos. Observavam se eles possuíam algum “trabalho

social” e/ou *ajudava* os outros, pois diziam que aqueles que faziam *fora da política* tinha grande probabilidade de continuar fazendo depois de eleito.

Algumas pessoas entrevistadas, no período anterior às eleições de 2016, afirmaram que estavam pensando em votar em um desses políticos “que faz fora da política”. Afirmavam também que embora não conhecesse pessoalmente o candidato, conhecia a sua fama. Um dos entrevistados comentou: “Aquele menino [o político] é uma boa opção porque é boa pessoa e dizem que ajuda muito as pessoas também”.

Sobre esse candidato assinalaram outros moradores:

Tem um candidato a vereador aí que se chegar perto eu voto. Na época em que eu me machuquei disseram a ele que eu tinha me machucado, ele mandou me buscar em casa e levar pra Campos. Não foi na política [período eleitoral], mandou fora da política. Nunca votei nele, nem ele nunca vi. E teve gente aqui [localidade que reside] que ele mandou operar fora da política. E eu sei que os vereadores não foram eleitos para dar nada para ninguém, é para trabalhar pelo município. (Fonte: campeiro aposentado de Gargaú, agosto de 2016) ¹⁶⁸

Tem um candidato mesmo que trabalha muito levando pessoas ao médico. Minha mãe mesmo fez cirurgia de catarata. Ele levou ao médico várias vezes e para operar. Só as injeções eram R\$ 5.000 cada. A cirurgia R\$ 30.000. E ele vinha, panhava em casa, levava e esperava, não deixava a pessoa lá não. E ele fez isso pra muita gente aí. Então uma pessoa dessa..... É isso, a gente tem o candidato da gente, mas não desagrada ninguém. (comerciante de Praça da Fé)

O referido político foi eleito ao cargo de vereador pela primeira vez no pleito de 2012 (com 878 votos). Nas eleições de 2016 se reelegeu ao cargo com 1.126 votos, de acordo com o resultado eleitoral publicado pelo STJ- RJ.

Além desse vereador citado como referência quando o assunto é *trabalho* na área da saúde, outros políticos também foram mencionados (atuais e antigos). Alguns dos quais revelaram, eles próprios, as estratégias que utilizavam para atender os que buscavam sua *ajuda* ou como tomavam conhecimento das demandas de saúde dos moradores. Ao serem interrogados sobre a estratégia para atrair o eleitorado, responderam:

Eu sempre gostei desde novo [de política]. Sempre ajudei e as pessoas vão ficar devendo favores. Aí a gente vai trabalhando no serviço da gente e vai vendo que os políticos não cumprem com os compromissos. Então falei com meu pai, foi na política em 2004 a convite de Pedro Cherene [prefeito na época]. [...] Hoje estou resolvendo questões de cirurgia. Quando não conseguimos temos que pagar. Tem eleitor que valoriza a presença do vereador na comunidade, e outros já valorizam aqueles que quando chega perto das eleições resolvem alguma coisa. É importante estar no meio do povo, pois o povo bota e o povo tira. Aqui tem casos que você não consegue saber. Eu, por exemplo, tem gente que me ajuda em Travessão [uma localidade]. Tem uma pessoa que te diz quem está precisando, quem tá doente. Em Praça [localidade] a mesma coisa. (Fonte: Vereador R, junho de 2015)

Tem gente que compra voto, e tem voto de amizade. O que eu faço aqui é socorrer as

¹⁶⁸ Segundo o entrevistado a profissão de campeiro se trata “da pessoa que trabalha com boi empregado em fazendas”.

pessoas, levar pra Campos. (Fonte: vereador Z, fevereiro 2015)

Eu entrei na política porque eu sempre ajudava a comunidade. Aí acharam por bem eu me candidatar. Tenho 4 mandatos ajudando junto com o prefeito. O prefeito está fazendo um bom trabalho. Na saúde não tinha nada, agora vai bem. Minha família não quer nada com política, eu sou o primeiro e venho fazendo o meu trabalho pra desenvolver o município. Eu estou quatorze anos na política, fui ajudando os políticos e depois acharam que eu deveria me candidatar. O primeiro político que eu ajudei foi Alberto Dauaire. Tudo era difícil porque tinha que resolver tudo em SJB...Adoecia tinha que ir pra Campos. Eu mesmo levava muita gente pra campos, internava e com muito sacrifício conseguia cirurgia e tudo. Tinha conhecimento com médicos, enfermeiros e conseguia consultas e cirurgias... (Fonte: vereador C, fevereiro de 2015).

Contudo, nem todos os políticos admitiam abertamente realizar atividades dessa natureza. Alguns poucos afirmaram se valer apenas da simpatia pessoal e da *amizade*, mantidas “naturalmente” antes e depois das eleições como parte de uma espécie de *ethos* pessoal, além de mencionarem o costume de receber as pessoas em seus gabinetes e dar atenção de uma forma geral. Um deles foi enfático em dizer que esse tipo de prática já quase não existe no município, embora, todavia, tenha afirmado que a *ajuda* era uma prática institucionalizada em tempos pretéritos, e forneceu explicações bastante contraditórias a respeito do tema, como demonstra a transcrição da conversa abaixo:

Hoje dos treze vereadores talvez um faça isso. Temos que cobrar que as coisas funcionem aqui. Mas isso é difícil acabar porque é um ciclo vicioso. O político para se eleger ele depende do eleitor. E o eleitor só dá o voto a quem ajuda. Tem que mudar o comportamento cultural. Aqui já chamamos até o Tribunal Regional Eleitoral para explicar para os vereadores que não podemos ajudar. O problema da saúde é um problema de gestão. Os recursos são pequenos, mas você consegue atender razoavelmente a população. Como prover é uma questão de gestão. Nós vereadores temos um olhar que tem que melhorar muito nessa área. As dificuldades de acesso a exame e de acesso a remédio tem sido pauta com frequência junto ao prefeito. Eu mesmo cheguei tarde hoje porque estava cobrando isso do hospital. Não temos serviço de alta complexidade. Hoje nós temos uma cota para fazer esses exames no Rio. Hoje eu tinha dois pedidos de ressonância para marcar. E quando eu não consigo tenho que buscar alternativas para atender. E hoje eu tento conseguir resolver essa questão acionando um amigo vereador de Campos e ele tem seus contatos lá. Mas eu também não posso pedir muito porque ele já tem a demanda de lá também. Hoje ficamos na dependência dessa ajuda externa. (Fonte: Vereador M, entrevista concedida em agosto 2015)

Duas observações merecem ser realizadas sobre esta narrativa. A primeira, diz respeito ao fato de o vereador ter atendido três telefonemas durante a entrevista e ambos se tratarem de situações relacionadas às demandas de serviço de saúde. A segunda se refere ao fato do político ter declarado desempenhar uma função como a de marcar exames, que via de regra tende a ser desempenhada por um profissional designado para esse tipo de tarefa, como o assistente social, por exemplo.

Ao cruzar essas narrativas locais com os dados publicados pelo Tribunal Regional

Eleitoral, nota-se que há duas tendências distintas para a reprodução de prefeitos e de vereadores nos respectivos cargos no município. Com relação aos primeiros, o monopólio do executivo municipal praticamente na mão de uma família no decorrer dos anos pós-emancipação, parece indicar que o *nome de família* continua sendo um critério importante na escolha dos políticos que ocupam esse cargo. A mesma tendência não é constatada quando a ocupação dos cargos no legislativo municipal é verificada. Neste caso, há uma maior descontinuidade no que se refere ao parentesco. Com poucas exceções, os vereadores considerados mais antigos não tem conseguido eleger seus descendentes¹⁶⁹. Não obstante, a maioria dos políticos que ocupavam a vereança por mandatos consecutivos cuja trajetória política estava desconectada do *capital familiar* atribuíam o êxito eleitoral ao desempenho de atividades de assistência na área de saúde.

O único prefeito que ascendeu ao cargo “sem lastro nenhum”, para usar uma expressão empregada pelo próprio político, chegou primeiro ao legislativo (onde permaneceu por dois mandatos) para depois ascender ao executivo municipal. A conquista das vagas é atribuída por ele próprio às *amizades* e o *trabalho social* realizado na saúde.

Sobre a trajetória e ascensão desse político, um funcionário público do município revelou: “Ah, ele foi presidente da câmara e fez muito trabalho na área de saúde. Os vereadores acabam se fazendo através do trabalho na área, ou seja, naquilo que o município não tem”.

Embora impedido de participar formalmente da disputa eleitoral até 2020, o referido político mencionou que continua realizando esse tipo de “trabalho social” e garantiu que para eleger um político no município, este político “tem que dar atenção para o eleitor”, porque “dizem que quem não é visto não é lembrado”¹⁷⁰. Esta expressão foi usada também por outros políticos para justificar o atendimento personalizado. Outro exemplo do uso da frase ocorreu durante uma entrevista com outro vereador local quando a conversa foi interrompida pela chegada de duas mulheres a sua casa. Ambas foram recebidas pela esposa do vereador e o mesmo assinalou: “tá vendo aquelas duas ali, vieram me procurar. Me procuram muito, graças

¹⁶⁹ Durante o mandato 2013/2016 apenas três vereador foram identificados como descendentes de *família de políticos*. Dois dos quais parentes do prefeito da época.

¹⁷⁰ O político está inelegível até 2020 em razão das acusações a que responde por uso indevido e desvio de verba do setor da saúde durante o período que foi prefeito da cidade. E sobre as investigações a respeito dessas acusações afirmou “a justiça me liberou porque investigaram e viram que foi um golpe do pai do meu vice. Que eles haviam comprado testemunha e tudo. Se eu não fosse de criação de pai, mãe, avó e tudo, ele estaria morto”.

a Deus. Porque significa que o povo não esqueceu. Quem não é visto não é lembrado” (vereador Z, fevereiro 2016).

A força dessa expressão parece se confirmar quando analisamos também o caso do ex-prefeito da saúde, pois apesar de haver tido o nome envolvido no desvio de recursos da área de saúde, que defendia como prioritária em seu governo, do grande escândalo que a repercussão do fato representou na época, o referido político continua sendo citado pela população como o “candidato da saúde” e lembrado por *ajudar* na resolução dessas demandas. As referências da população a seu respeito demonstra que embora o acontecimento não tenha sido esquecido, o fato não retira o mérito do político pelo esforço empenhado em *ajudar* as pessoas.

Embora inelegível, o político segue fazendo a *política da amizade*, isto é, *assistindo* a população em suas necessidades de saúde e apoiando determinados candidatos. O resultado dessa “política do dia a dia”, segundo a opinião do próprio político, tem se expressado na adesão de *eleitores amigos* aos candidatos por ele apoiados: “nas eleições de 2012 eu apoiei o prefeito que está aí e vencemos. Meu vice quis ser prefeito se candidatou a prefeito e perdeu”.

E mesmo aqueles vereadores que declararam se beneficiar do *capital familiar* também promoviam ações de assistência e/ou “ajudavam as pessoas”, pois entendiam a *ajuda* como parte do *ethos* político e, conseqüentemente, uma espécie de conduta ética imprescindível ao político¹⁷¹. A *Ajuda* aparecia como uma *obrigação* do político com o seu eleitorado, com aqueles que os colocaram no cargo. E todos, sem exceção, queixavam daqueles políticos que defendiam apenas os interesses próprios, alguns dos quais eram acusados de residirem fora município “para não ajudar” e, portanto, acabavam lançando mão da compra votos ao invés de conquistar os eleitores pela *amizade*.

A maioria dos políticos entrevistados, salvo duas exceções, estava de acordo que ser prestativo no atendimento na saúde (isto é, a disposição para *ajudar*) era um fator importante para o bom êxito na política, especialmente quando combinado a mais duas outras qualidades: a simpatia (ser *simpático*/ser *povão*) e o cumprimento da palavra dada, qualidades estas que também eram reconhecidas pelos eleitores como expressão do bom político e/ou de alguém que “leva jeito” para a política.

O trabalho de campo mostrou que ser reconhecido pela habilidade de resolver as

¹⁷¹ Alguns desses políticos mencionam terem crescido vendo o pai e/ou outros membros da família *ajudarem* as pessoas e que, portanto, essas eram suas referências de como fazer política.

demandas de saúde tem sido um recurso social importante que pode ser acionado oportunamente e convertido em *capital político*. Muitos políticos mais antigos começaram realizando esse tipo de *trabalho* e os “novatos” que estão “começando na política”, inclusive alguns que se candidataram pela primeira vez nas eleições de 2016, já demonstraram ter desenvolvido algum *trabalho* neste sentido. Alguns deles embora não tenham sido eleitos, conquistaram uma soma significativa de votos que lhes projetaram como “candidatos de peso” ganhando visibilidade no universo político local.

Cabe enfatizar que quando as narrativas locais são cruzadas com os resultados eleitorais, os políticos que têm sua imagem associada a algum tipo de atividade na área da saúde são os que têm garantido também maior quantidade de votos como fora mencionado.

Diante disso, cabe indagar o que o fenômeno da *ajuda* significa não só no contexto das disputas políticas locais, mas também o que este fenômeno representa em termos da relação entre a política local e a sociedade mais ampla.

No contexto das disputas locais, a presença da *ajuda* tem representado um recurso de acesso ao poder que vem confrontando formas tradicionais de domínio político, como aquela representada pelos grupos familiares que tentam monopolizar o poder. Trata-se de uma vantagem política diante da disputa quase sempre desigual entre aqueles que detêm o *capital político*, resultante das oportunidades de formação/aquisição das competências necessárias para “jogar o jogo político e vence-lo”, e os que não tiveram a mesma oportunidade (BAILEY, 1971).

Para a população, a eleição de políticos comprometidos com a *ajuda* tem representado uma forma de acessar esses serviços, pois nem sempre estes são vistos como um direito. A atuação desses políticos tem possibilitado uma parcela da população resolver suas demandas de saúde se configurando, portanto, em um modo alternativo de acessar tais direitos. No entanto, ao aceitar *ajuda* ou busca-la, a população tende a legitimá-la como uma prática política e, portanto, a consolidação dos serviços de saúde como um direito e a sua distribuição igualitária fica subsumida no atendimento personalizado. Ou seja, a concretização dos direitos relacionados à saúde é substituída pelo estabelecimento de redes de amizade que articulam relações bilaterais de *ajuda* e reconhecimento.

Nesse cenário, *ter amizades* passa a ser um imperativo para receber apoio e votos e em grande medida para receber atendimento no serviço público de saúde.

A *ajuda* como prática política ganha sustentação através da articulação entre os seguintes fenômenos: as concepções de determinado público sobre como é a política, produzidas pela experiência cotidiana num espaço social idiossincrático, com sua histórica própria, seu universo moral e forma específica de politização das relações sociais, em confronto com aquelas concepções oficiais e hegemônicas de como a política deve ser. Isto é, do confronto entre o aprendido e a experiência da política como uma relação construída entre sujeitos de carne e osso, que compartilhem determinada sociabilidade e valores morais, e as definições oficiais sobre a política fornecidas em outros ambientes de aprendizado, como aqueles adquiridos através da escola, dos meios de comunicação, em suma, na relação com o mundo externo. Ou seja, entre como a política é, e não como deveria ser.

Desse quadro de referências resultam determinadas práticas políticas que estão articuladas com o modo como os são franciscanos veem a política, especialmente como concebem a representação política e entendem o voto.

Ao analisar a intrincada rede de relações sociais e de valores morais que permeiam a prática da *ajuda*, me parece contraproducente defini-la como clientelismo ou restringi-la a uma estratégia clientelista, pois a transcende. Quiçá possa ser pensada como um processo de dominação, não essencialmente política, mas que se manifesta no campo da política e do qual participa distintos agentes (locais e externos direta e indiretamente, conscientes ou não). No entanto, exatamente porque nem todos os envolvidos estão conscientes dela, mas a instrumentalizam, essa dominação se manifesta por meio da violência simbólica.

4.2 “Tem gente aqui em São Francisco que abaixo de Deus, agradece a mim”: a questão da violência simbólica nos serviços de saúde

A ideia de saúde e o desejo de obtê-la têm sido tratados por especialistas, como um produto da modernidade Ocidental. Como resultado do desenvolvimento e o confronto entre três forças: o Estado, a ciência (neste caso a ciência médica) e a igreja. O Estado pelo monopólio do poder que passou a exercer, controlando a sociedade nos diferentes âmbitos da vida, a ciência devido às descobertas ditas científicas que possibilitaram manipular determinadas doenças e trata-las. E o enfraquecimento das crenças religiosas frente ao chamado progresso da ciência com a consequente substituição, ao longo do tempo, da “crença

religiosa” pela “crença na medicina” (FOUCAULT, 1999; SCLIAR, 2007; MENEZES, 2013).

No processo de controle exercido pelo Estado, a ciência médica foi uma importante aliada. Dessa paradoxal aliança, a sociedade passou a ser *medicalizada* (não sem que houvesse muita resistência e conflitos). No entanto, com o passar do tempo, por meio da ideia de saúde a medicina passou de ferramenta de controle e de poder, a ser pensada também como um direito social que devia ser garantido pelo Estado. Ou seja, a partir de determinado momento, o Estado passou a ser responsabilizado por garantir a saúde dos trabalhadores de determinada sociedade (FOUCAULT, 1999; SCLIAR, 2007).

Com a “vitória” da ciência sobre as crenças religiosas, a aceitação da enfermidade como um “processo natural” ou vontade divina (dos deuses) foi substituído pela esperança e o desejo de cura¹⁷². As enfermidades deixaram de ser vivenciadas com resignação e passaram a ser combatidas (ILLICH, 1975; FOUCAULT, 1999; MENEZES, 2013; ELIAS, 1989).

No entanto, a luta contra a enfermidade implicou um processo e uma trajetória de atendimentos, procedimentos e cuidados que às vezes geram profunda insegurança na medida em que as oportunidades de acesso para obtê-los são maiores ou menores. Essa insegurança tende a ser maior em sociedades em que a desigualdade social prevalece e os direitos estão apenas parcialmente garantidos.

Nessas sociedades, a debilidade na garantia dos direitos tende a se expressar nos precários e/ou insuficientes serviços públicos. Que no caso da saúde se evidencia na precariedade dos serviços de prevenção, de manutenção e de tratamento e, também, nas desigualdades no acesso a esses serviços.

A privação do direito à saúde tende a gerar diferentes tipos de sofrimento tanto físico, quanto psicológico, pois além do surgimento de muitas doenças estarem associadas ao tratamento inadequado ou negligência da comunidade política em temas essenciais do ponto de vista da saúde, outras doenças aparecem ou se agravam quando as terapias para as enfermidades não estão disponíveis (ILLICH, 1875; GARRAFA et al, 2011).

A tensão gerada pela relação entre procura de atendimento versus falta/mau atendimento estava marcada na fala de muitos moradores do município, pois demonstravam

¹⁷² Vale lembrar que em determinadas culturas as enfermidades estão associadas às ações maléficas dos outros, dos inimigos, de modo que podiam ser combatidas no plano dos conflitos e não encaradas com resignação, como é o caso dos Azande estudados por Evans-Pritchard (2005).

sentimentos de insegurança e medo diante da simples possibilidade de necessitar dos serviços públicos de saúde locais, em algum momento da vida, como sugeriu uma moradora.

Eu rezo pra não adoecer, porque tenho até medo. Ali naquele hospital às vezes a pessoa vai com um simples resfriado e acaba morrendo. (informante 1)

A maioria dos entrevistados mostrou uma visão bastante negativa dos serviços públicos de saúde. Os consideravam insuficientes, de má qualidade e demonstrava pouca confiança no atendimento. O associava a falta de medicamentos, a falta de equipamentos e/ou ao deterioro dos mesmos, além da recorrência de diagnósticos e tratamentos equivocados e do mau atendimento por parte de funcionários.

- A situação da saúde está péssima, está precária mesmo. Minha mãe passou mal e foi para o ponto [o hospital municipal], chegou lá e o aparelho de ultrassom estava quebrado. (informante3)

- Quando você vai ao hospital eles mandam logo pra farmácia, a gente está sentindo uma coisa tem que partir para o particular. Aqui tem que melhorar muito ainda, pra não só *ajudar* a nossa família, mas a todo mundo. (informante 4)

- Quando a gente precisa de serviço de saúde aqui é só pra passar raiva e ficar indignado.

Na narrativa desta última moradora, uma experiência, em especial, relacionada ao uso dos serviços públicos havia lhe causado muita indignação. O fato ocorreu quando ao levar a filha mais nova ao hospital municipal, a médica que procedeu ao atendimento teria sido *mal educada e grosseira* no trato com a criança. Segundo o seu relato, depois de uma longa espera por atendimento, o choro da criança teria incomodado a profissional cuja primeira pergunta realizada ao entrar no consultório foi “porque essa criança não para com essa boca fechada?”. E em seguida assinalou:

Ah! Eu fiquei indignada, acho que ela pensava que era manha da minha filha, isso me deixou muito chateada. Por que não perguntou o que a criança tinha antes de fazer essa grosseria? Mas não!. Aí eu tive que dar uma bronca nela também. Eu perguntei: Olha aqui, você sabe pelo o que ela está passando? Aí contei a história toda, aí ela ficou toda sem graça. Mas também, onde já se viu! Duvido se fosse num estabelecimento privado se eles davam esse tipo de tratamento.

Segundo a informante acima, dois dias antes deste episódio estavam sepultando o pai e marido. A mãe atribuía à enfermidade da criança a fatores emocionais relacionados à morte repentina do pai. Nesse sentido, aquele atendimento concebido como *grosseiro* lhe pareceu ainda mais desumano frente à situação de luto que ambas estavam vivendo.

O desabafo de outra mãe acerca do atendimento no mesmo hospital corrobora com o relato acima. Segundo a sua narrativa, todo o “calvário” teria iniciado quando buscava atendimento na emergência mais próxima de sua casa. Ao chegar ao estabelecimento de saúde com o filho febril se deparou com a primeira dificuldade, a discussão da médica com a

recepcionista pelo fato da mesma haver encaminhado a criança ao atendimento embora ela não fosse pediatra. Ao ouvir como justificativa que na ausência de outro profissional e o caráter de emergência do atendimento ela deveria atender, a médica realizou o atendimento. No entanto, com indisfarçável má vontade. Segue abaixo um trecho do relato dessa mãe.

Ela perguntou se ele estava vomitando, eu disse que ele só havia vomitado uma única vez por que estava de estômago vazio e bebeu muita água por causa da febre fazendo assim ele vomitar, e essa médica na mesma hora me disse que tinha que mandar meu filho para o hospital Manoel Carola para hidratar ele. Mas gente.. ele só vomitou uma única vez! Vendo que ali não iria ser nada resolvido fui pra casa... A febre do meu filho continuou e hoje tive a infeliz ideia de recorrer ao Hospital Manoel Carola, cheguei por volta das 11:30, e na recepção fui informada que o pediatra de plantão havia ido em São Francisco (fazer não sei o que)... Esperei pacientemente até onde pude... Chegando outras pessoas ouvi que na recepção iam passando cada hora uma informação diferente, voltei na recepção e me informaram que não tinha pediatra (ué mas ele não tinha ido em São Francisco? 🤔), A nova informação era que um médico só que estava atendendo todos... E que ele estava na hora de almoço que era das 12:00 às 13:00 (mas eu cheguei por volta das 11:30 e já não tinha médico atendendo...)... Esperei, mais uma vez pacientemente, até uma nova informação, o médico vai voltar as 14hrs... Ai não né?! Ai é sacanagem!!! “Pedi para ir na “administração”, bati na porta ninguém atendeu, bati pela segunda vez é uma voz de homem lá de dentro disse gritando: “Espera”... foi o fim... Cheguei no meu limite, ele gritou de lá de dentro e eu do lado de fora respondi: " não espero não! Estou esperando desde as 11:30 e até agora meu filho não foi atendido, perguntei: cadê o pediatra?" Ele respondeu: " não sei, não está atendendo?" (Nem ele que estava na administração não sabia que não tinha pediatra), respondi: " não tem pediatra, não tem médico, tá cheio de criança chegando com febre, e não tem ninguém para atender, ninguém da uma explicação cabível ou convincente, só pedem para esperar, como se a saúde esperasse..." Comecei a gritar, sim gritei, falei alto, falei a verdade... E aí apareceu segurança e inclusive uma médica para atender meu filho!! Um milagre aconteceu. Então quando eu achei que estava tudo resolvido... Ai meu Deus pobre sofre... A médica que atendeu meu filho era " Clínica Médica e geriátrica"... Puta merda.. mais vamos lá né, vai que resolve, ela até foi muito atenciosa, fez diversas perguntas, passou o receituário e encaminhou meu filho para a nebulização, chegando na nebulização não tinha ninguém para preparar a nebulização para meu filho... bom, tirei foto da dosagem que foi passada para fazer em casa a nebulização... Quando passei na volta pelos consultórios, o corredor estava cheio, as crianças sendo atendidas nos dois consultórios disponíveis, que felicidade! Porque até dez minutos atrás nem médico para atender tinha lá...Sai de lá com uma certeza: se chegar no Manoel Carola e ver que não vai ser atendido, dê um de louco e comece a gritar, te garanto que você vai ser atendido! [...] É trágico você precisar de um hospital e ser essa decadência no atendimento e prestação de socorro... E como muitos sabem essa não é a primeira vez que me estresso nesse hospital, foi assim no governo antigo e pelo menos hoje foi assim também, espero que melhore, porque eu pelo menos pretendo nunca mais colocar meus pés lá dentro, e lamento por aqueles que precisam e acabam aceitando aquele atendimento lixo por não ter para onde correr...Lamentável! (relato postado pela própria mãe no facebook do hospital Manoel Carola em abril 2017).

A experiência de ambas as mães embora um pouco diferente, informa sobre a mesma problemática: a precariedade do acesso aos serviços de saúde, a forma como as pessoas que procuram atendimento nesses estabelecimentos são tratadas, o aumento da desconfiança na qualidade dos serviços prestados (qualidade técnica e humana) e o *sofrimento* provocado por essas dificuldades, naqueles que dependem exclusivamente dos serviços públicos.

Durante as conversas com os moradores, o receio de serem submetidos a diagnósticos e terapias equivocados nos estabelecimentos locais ficava evidente, principalmente quando se tratava do hospital municipal, estabelecimento para onde são conduzidos os casos mais graves. Rumores sobre erros médicos (ou suspeitas) circulavam constantemente, e algumas pessoas atribuíam esse problema a suposta pouca experiência dos profissionais, geralmente descritos como recém-formados e/ou *acadêmicos* (médicos em formação) que atendiam no município.

Esse contexto sugeria que a desconfiança nos serviços públicos tornava as demandas de saúde algo ainda mais penoso e dramático para quem necessita. A percepção de que há pouca oferta e má qualidade técnica e humana transforma o desejo de enfrentar a enfermidade (de ser curado) um paradoxo. Entre o anseio de *se tratar* (fazer algum tratamento) e as dificuldades para conseguir o atendimento ou a solução para o problema de saúde, às vezes há um longo e difícil caminho a percorrer. E as narrativas desses trajetos geralmente estão cheias de experiências negativas, narrativas de idas e vindas de um estabelecimento a outro, de descaso e longas esperas decorrentes das burocracias e/ou informações desencontradas.

Em suma, são narrativas de *sofrimento* e de necessidades de saúde que quase sempre não são satisfeitas no próprio município, pois a oferta de determinadas terapias e tecnologias médicas não estão disponíveis. A este fato deve ser acrescentadas mais doses de angústia e desespero, pois sair do município implica enfrentar mais burocracias, filas de espera, ter condições de pagar despesas de transporte (oferta e condições econômica), ter habilidades comunicacionais para buscar as informações pertinentes em um ambiente desconhecido (“timidez” e “estudo pra saber falar”), “saber andar na cidade”, etc.¹⁷³

A consciência dessas dificuldades era algo evidente na narrativa das pessoas e, obviamente, pensadas como um *sofrimento* a parte. Essa mesma perspectiva era compartilhada também pelos políticos entrevistados e lhes servia de argumento de legitimação para a mediação que realizavam.

Na retórica dos políticos, o reconhecimento das “deficiências” nos serviços de saúde e no acesso a ele não representava uma autocrítica ao desempenho formal da classe política, mas atribuída ao mau desempenho dos profissionais e a má organização desses serviços creditada ao tipo de atuação/desempenho dos mesmos nas instituições de saúde em que trabalham.

¹⁷³ Durante as entrevistas vez ou outra ouvi comentários sobre a timidez e falta de estudo como um empecilho a busca de atendimento, porque dificultaria a habilidade de se comunicar levando determinadas pessoas a sentirem envergonhadas de pedir informações e buscar atendimento.

Para alguns vereadores, a arrogância dos profissionais da saúde e o monopólio de informações, dificultava o atendimento no serviço público de saúde. Para driblar essa dificuldade utilizavam as prerrogativas do cargo e a aliança/*amizade* com profissionais da área. Desse modo, conseguiam penetrar nesse campo descrito como “fechado” e de difícil penetração para quem não é do meio.

Nesse sentido, a *mediação* nos assuntos de saúde dependia tanto das alianças estabelecidas, como da capacidade de gerenciar as tensões e os conflitos com os profissionais da saúde. A tensão evidente entre ambos se traduzia em queixas mútuas, pois também as reclamações acerca da atuação dos políticos e a interferência exercida pelos mesmos no âmbito dos serviços e atendimentos na saúde, muitas vezes concebida como arbitrária, também era tema constante na narrativa dos profissionais entrevistados.

No relato desses profissionais, a negligência dos políticos com a saúde, o descompromisso com o investimento de recursos na área e o uso dos serviços de saúde para “finalidade eleitoreira” foram mencionados. Se para os políticos interferir (mediar) no andamento dos serviços de saúde e fiscalizar o trabalho realizado nesses estabelecimentos significava algo “natural” e parte de seu trabalho, da ótica dos profissionais da saúde essa interferência era concebida como inapropriada, policialesca e eleitoreira, por não corresponder a mudanças significativas nos serviços em si, mas sim em tentativas de pressão para que eles colaborassem com determinados arranjos para favorecer o “bom atendimento” para determinada “clientela”.

Pra você ter uma ideia, quando entrou o novo prefeito [gestão 2013-1016] excluiu o centro cirúrgico e a maternidade e deixou só o atendimento de Emergência Vermelha que seria o atendimento de casos de mal súbito, onde o paciente é medicado e fica na sala de estabilização. Se melhorar, mas ainda inspirar cuidados é encaminhado lá pra cima [para a enfermaria] ou dependendo da gravidade é encaminhado para Campos. A finalidade seria essa, mas na verdade atende outros tipos de emergência. O mais comum mesmo é priorizar os encaminhamentos para Campos e os exames via “pedidos” [sugerindo a interferência de políticos nesses pedidos]. (Técnica de enfermagem do município).

Alguns desses profissionais acusavam os políticos de exercer forte pressão sobre as atividades nos estabelecimentos de saúde a favor do seu eleitorado, e alguns deles se sentiam pessoalmente pressionados a colaborar com esses políticos. Segundo uma enfermeira local, a única possibilidade de se isentar dos pedidos de cooperação no atendimento de saúde era “possuir uma vaga fixa” (ser concursado), pois do contrário os políticos indicavam profissionais para a vaga e “depois colocavam pressão”. E afirmou: “como eu não dependo deles, procuro não comer do mesmo pão, não ter relação com políticos”. Enquanto outra

asseverou: “às vezes precisamos colocar alguém em uma fila para internação em Campos e os políticos não se interessam em atender, mas aqueles que pediram *ajuda* e que está menos grave eles atendem”.

Para esses profissionais, o sistema de saúde não funcionava por razões estritamente políticas. Em nenhum momento os entrevistados mencionaram qualquer problema relativo ao *modus operandi* no campo médico (atuação profissional), que também pudessem comprometer o bom andamento do atendimento e/ou dos serviços de saúde pública.

Ao confrontar as narrativas, nota-se que o jogo de acusações mútuas põe em relevo a tensão existente entre os “profissionais da política” e os profissionais da saúde, dois campos aparentemente em disputa por afirmação de poder.

E a população? Esta se queixa de ambos: que “os políticos não fazem nada pela saúde” no âmbito formal. E também do mau atendimento dos profissionais como demonstrou algumas narrativas.

No entanto, no plano pessoal geralmente conhecem os políticos envolvidos com a saúde, se aproximam desses políticos em busca de *mediação* e/ou aceitam sua *ajuda*, afinal de contas é preciso considerar que saúde/enfermidade é coisa bastante séria para prescindir de qualquer colaboração, como quiçá possa ser possível quando a oferta de *ajuda* é de outra natureza.

Sendo assim, o êxito no acesso aos serviços de saúde passa a ser entendido como algo dependente das relações pessoais que se possa estabelecer com alguma das partes, resultando na aceitação da *dominação* e da *violência simbólica* como algo inerente aos serviços públicos de saúde, como explicita Pereira (2004)¹⁷⁴.

Em meio a esse embate, a população segue reproduzindo certos estereótipos sobre os serviços públicos e reforçando a ideia que o sistema público é a “moda Bangu”, porque é lugar de atendimento para pobre, portanto “para quem é, basta”. Sendo assim, ainda que critiquem a atuação dos políticos no plano formal, seguem buscando o seu *socorro* e diante das práticas profissionais, autoritárias ou não, bem sucedidas ou equivocadas, dificilmente as questionam seriamente, pois ao que parece a noção de cidadania ainda é bastante frágil no município e, portanto, tem prevalecido a ideia de que “não há direito a reclamar quando não se paga o serviço recebido”. Desse modo, quando o político *ajuda* é elogiado e conquista notoriedade, e quando o paciente é bem atendido e os procedimentos são exitosos “vê o

¹⁷⁴ Ao estudar a relação entre profissionais da saúde e usuárias do sistema público de saúde em Mato Grosso, a autora descreve como os valores e condutas autoritária e assimétrica desses profissionais naturalizavam relações de poder, de dominação e de violência simbólica que passavam a ser aceitas como um aspecto natural dos serviços públicos de saúde.

profissional que atende e o serviço que lhe ‘abre as portas’ como salvadores de sua vida” (PEREIRA, 2004, p. 25).

Quando o atendimento é ruim e/ou os procedimentos mal sucedidos (ou equivocados) ainda que haja alguma reclamação, dificilmente ações judiciais são levadas a diante, porque o corporativismo profissional e todo o sistema de dominação estrutural incrustado no funcionamento dos sistemas de saúde torna este tipo de ação muito difícil de ser comprovada (PEREIRA, 2004).

Quando os políticos não fazem nada para *ajudar*, estariam fazendo o que os políticos fazem de melhor na concepção popular, isto é, “nada”. Pois como dito antes, a população demonstrou possuir uma visão bastante negativa da política.

Diante disso, naturaliza-se que a política no seu aspecto formal não serve para nada “só pra comer o dinheiro do povo”, e que o serviço público não pode ser bom porque “não é pago”. Sendo assim, o risco de ser mal atendido e/ou de não receber tratamento de qualidade estaria sempre presente, uma espécie de preço para aqueles que não têm recursos para pagar pelos “bons” serviços e o público é sua única alternativa. Ante isso ter um intercessor (a) aparece quase sempre como a única alternativa para eliminar o drama do acesso ao atendimento.

A desigualdade no acesso ao atendimento torna a *ajuda* (solicitar e/ou recebe-la) uma alternativa decisiva, um detalhe que distingue aqueles que provavelmente conseguirão sanar suas necessidades de saúde (as demandas de enfermidade) e aqueles que não. Um indício dessa dependência se evidenciava em uma das frases mais ditas durante as narrativas sobre as experiências de enfermidade: “abaixo de Deus, estou vivo agradeço a fulano”. Frase bastante significativa que indicava que o acesso aos serviços de saúde havia sido exitoso devido à mediação de pessoas e não necessariamente pela oferta e pelo bom funcionamento dos serviços públicos do município.

O mediador/benfeitor podia ser um profissional da saúde (médico ou enfermeiro), um político e/ou vizinho que havia facilitado o atendimento e/ou à terapia em instituições públicas ou privadas, da região ou de fora. Este, obviamente, se tornava pessoa chave, alguém que havia contribuído para que a experiência de dor, o drama pessoal e/ou familiar e o *sofrimento* vivenciado se tornasse algo menos pesado.

Um vereador da cidade declarou em determinado momento de uma entrevista que a situação da saúde é tão delicada que às vezes o que parece ser um simples *favor* deixa as pessoas muito agradecidas. E revelou:

Outro dia um cara me procurou porque sua esposa estava grávida e precisava de cirurgia [cesariana], mas ele não tinha o dinheiro todo que o médico pediu e ficou com vergonha de negociar. Aí eu liguei pro médico e negocieei, contei a história do cara e consegui que abaixasse para uma quantia que ele podia pagar. E ele, nossa!!! Super agradecido.

Além disso, cada bilhete de passagem até a cidade de Campos dos Goytacazes, local mais próximo onde os moradores do município buscam atendimento, pode custar entre quinze a dezenove reais¹⁷⁵, valores que dificulta muito o trânsito dos munícipes que necessitam tratamento naquela cidade, pois a renda dos usuários dos serviços de saúde públicos do município tende a ser muito baixa. Segundo o IBGE, somente 9,4% da população estava ocupada em 2014, e a renda mensal de 44,9% das famílias nesse mesmo ano era de meio salário mínimo por pessoa¹⁷⁶.

Sobre a relação entre renda e saúde um vereador revelou: “às vezes as pessoas não tem dinheiro nem pra pagar a passagem para ir ao médico, quem dirá ter condições para fazer exames. Por isso às vezes acabam procurando outras pessoas que possam ajudar”.

Na concepção desse vereador e de outros políticos entrevistados, a privação econômica que produziria a necessidade de *ajuda* não é pensada como resultado da desigualdade social estrutural (do descaso e/ou incapacidade do poder político em promover melhores condições de vida aos munícipes - renda e serviços públicos de qualidade e, por consequência distribuir saúde), mas em termos de carência pessoal. As raízes da privação e as formas de reprodução dessas condições de vida ficavam mascaradas pela ideia e pelo discurso de que os pobres são necessitados de dinheiro e de informação e, portanto, necessitam ser mediados, assistidos e/ou de atendimento personalizado.

Os moradores, por sua vez, culpavam os políticos de forma genérica pelo descaso com a saúde, mas entendiam as más situações que passavam no serviço público como resultado de sua condição material, pois se tivessem condições econômicas melhores buscariam o serviço privado.

Pinto e Najar (2011) ao analisarem a percepção dos funcionários de dois serviços de atenção básica do município de Niterói-RJ, destacaram que entre os princípios igualitários formalizados nas leis que regulam o sistema público de saúde e a morosidade das burocracias relacionadas ao atendimento e outras práticas, os dilemas de saúde de uma parcela da

¹⁷⁵ A informação a respeito desses valores foi levantada através do site da empresa de ônibus que faz o trajeto São Francisco – Campos dos Goytacazes e através de moradores, acionados por telefone, que utilizam o transporte alternativo entre as duas cidades em junho 2017.

¹⁷⁶ Informação coletada no site do IBGE com base no último senso, página web <https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/rj/sao-francisco-de-itabapoana/panorama>

população vão sendo resolvidos na base do “jeitinho” e das relações personalizadas. Dentre outros exemplos, relatam:

Sete horas da noite. Um homem passa mal, acometido por crise hipertensiva. Ele mora numa grande cidade brasileira e precisa recorrer ao SUS. Após atendimento o médico da unidade de pronto atendimento entrega-lhe um formulário de encaminhamento para que a unidade básica faça um diagnóstico preciso e lhe indique tratamento adequado. Diante da falta de indicação sobre que serviço procurar, ele questiona o médico que sugere procurar um próximo de casa. Chegando ao posto do bairro, é orientado a entrar na fila de marcação para consulta dali a três meses. Então ele pergunta: ‘Mas, e o formulário?’ ‘Não será preciso, já que não “agilizará” seu atendimento’. Angustiado com a demora, ele pede ajuda ao vizinho que trabalha em outro posto e conhece o médico. Dois dias depois é atendido, faz seu cadastro e inicia tratamento. Segundo ele, mais uma vez a história se repete: Isso aqui é o Brasil, mesmo! Ai de mim se não tivesse um amigo; ia “chorar miséria!” (Pinto e Najar, 2011, p. 4376).

Situações com esta também foram narradas à autora deste trabalho no município estudado. Nos casos em que algum tipo de mediação era realizada, a retórica do *sofrimento* era “suavizada”, pois a mediação de um “amigo” ou benfeitor (político e/ou profissional da saúde) podia minimizar as idas e vindas muitas vezes desnecessárias e onerosas do paciente aos estabelecimentos de saúde, podia interferir no tipo de tratamento dispensado ao paciente (a atenção e os cuidados conferidos a ele), demandar e interferir na definição de prioridades no atendimento, etc.

Durante uma observação participante no hospital municipal, o médico de plantão mandou um recado a alguém que esperava por atendimento na recepção nos seguintes termos. “Diz pra ele avisar lá na frente que é meu cunhado e entrar, porque isso aqui hoje está que nem fila do INSS, se não for assim ele não vai sair daqui nunca”. E logo em seguida o rapaz entrou para ser consultado, embora a recepção estivesse lotada por pessoas que haviam chegado muito antes dele.

Quando o paciente e/ou enfermo é um “desconhecido” um “indivíduo” sem intermediários, dificilmente a experiência de atendimento nos serviços públicos de saúde são consideradas positivas. Estas pessoas na maioria das vezes são obrigadas a enfrentar as filas, seguir todos os protocolos e burocracias que são definidas como necessárias para acessar o serviço, etc. Isso às vezes implica esperar meses para ser atendido, há casos em que o paciente já havia falecido quando a família recebeu o comunicado de que a internação e o procedimento por fim havia sido liberado.

Nesse sentido, na medida em que os usuários dos serviços de saúde se deparam com toda sorte de dificuldades, ou seja, com experiências concebidas como mal sucedidas, injustas, de descaso e/ou de desumanidade, aumenta a descrença na isonomia e efetividade

dos serviços públicos de saúde. E *a amizade* às vezes passa a ser a única garantia de êxito em algum atendimento ou de melhor atendimento em caso de necessidade.

4.3 “É nessas horas que a gente vê quem são os verdadeiros amigos”: narrativas de sofrimento e a retórica da ajuda

Após narrar um conjunto de acontecimentos que se sucedeu durante o processo de enfermidade e de morte de um ente, um informante local me disse “é nessas horas que a gente vê quem são os verdadeiros amigos”. Ao dizer tal frase fazia referência às surpresas e as decepções que a experiência de enfermidade na família havia proporcionado ao seu grupo doméstico.

Segundo ele, durante o processo de enfermidade havia se surpreendido muito com a *ajuda* de pessoas com as quais não contava, e por outro lado se decepcionado bastante com a *falta de consideração* de pessoas muito próximas, especialmente de parentes. Experiência a partir da qual concluiu: “muitas vezes, de onde não se espera é que sai”.

Tal como enuncia o morador do município, a partir de sua experiência de dor provocada pelo drama da enfermidade, o sofrimento é tratado por Das (2008), em diálogo com o filósofo Ludwig Wittgenstein, como um código comunicativo que comporta duas possibilidades, a de produzir uma nova relação inaugurando “un juego de lenguaje” ou a de destruir “el sentido de comunidad con el otro al destruir la capacidad de comunicar” (DAS, 2008, p.411).

Essa dualidade presente no sofrimento infligido pelos dramas que envolvem determinados processos de enfermidade ficou bastante visível durante a observação de alguns casos e das suas narrativas.

O *sofrimento* causado por um processo de enfermidade vai além da experiência de dor experimentada pelo enfermo propriamente dito, diz respeito também a um conjunto de situações dramáticas que envolvem ações, tomadas de decisão e tensões que estão referidas a busca de solução para o problema, e o papel desempenhado por casa sujeito implicado.

Além da sensação sentida como física toca outras esferas da vida que podem incidir sobre a própria percepção de dor e de sofrimento. Como, por exemplo, a privação material e toda a insegurança acerca da impossibilidade de acesso aos meios de resolver ou paliar o problema, o medo e as patologias psicológicas acionadas frente à necessidade de se submeter ou submeter alguém da família a determinados tratamentos (terapias) agressivos (como

quimioterapias, hemodiálises, etc.), as divergências familiares em temas que se referem a esses tratamentos, o desejo de dar sigilo a determinadas enfermidades frente à curiosidade da vizinhança, e até mesmo o enfrentamento do próprio orgulho ou do orgulho familiar ante a necessidade de pedir e/ou aceitar *ajuda*¹⁷⁷.

Por toda a carga dramática que representa o enfrentamento de certas enfermidades e as demandas por elas impostas, a cooperação e a *ajuda* podem produzir novos vínculos, dívidas morais e sentimentos de gratidão duradouros. E a indiferença, ao contrário, pode causar grandes ressentimentos, rupturas nas relações e na comunicação entre as partes.

A narrativa de membros de uma família camponesa ilustra bem essa questão. Tratava-se de uma unidade doméstica que residia e trabalhava em uma propriedade de terceiros. O chefe da família possuía um contrato como caseiro e tinha permissão do proprietário para cultivar a terra para o consumo próprio e/ou para venda de produtos da horta, esta cultivada na área ociosa da propriedade. Sendo assim, a família vivia do salário de caseiro (proveniente dos cuidados que realizavam na casa principal, no jardim e pomar) e da venda desses produtos.

Quando a família estava em seu melhor momento em termos econômicos, conforme informou a viúva, o agricultor chefe da família sofreu um acidente inesperado e a partir desse momento começou todo o drama familiar.

O vínculo de contrato com o proprietário que tinha sido realizado em nome do agricultor em poucos meses de internação foi rescindido. Devido à rotina de hospital e de busca por tratamento para o ente, as obrigações referentes aos cuidados com o sítio ficou a desejar, razão para que o patrão rompesse o contrato. Sendo assim, além do *desespero* causado pelo acidente (a possibilidade de perda do ente e toda a mobilização e providências que o estado de saúde demandava), a família passou por momentos de muita tensão produzidos pela insegurança quanto a sua reprodução econômica ameaçada após o acidente do “cabeça” da família.

O acidente considerado gravíssimo levou o agricultor a ser internado entre a vida e a morte em um hospital de uma cidade vizinha. No entanto, poucos dias após a internação, para

¹⁷⁷ Algumas vezes durante o campo, os informantes se referiam a determinadas famílias que “escondiam” a enfermidade do ente. Certa vez a pesquisadora ouviu uma dessas conversas em que duas senhoras se referindo a uma terceira disse: “Gente! Bobeira isso, pra quê esconder:? Eles não querem falar, mas todo mundo vai saber mesmo pra que ficar escondendo?”. O caso em questão referia a um enfermo com câncer, o que sugeria que além de todo conteúdo dramático, supõe a questão do tabu e do sigilo acerca de determinadas doenças podem tornar a experiência de enfermidade ainda mais complicada.

agravar ainda mais o *sofrimento* da família, a direção do estabelecimento solicitou o leito que ocupava no hospital.

Por haver sido enviado de um município vizinho, argumentaram a necessidade da vaga para atender a demanda local, exigindo que providenciassem a transferência do enfermo no prazo máximo de dois dias.

Essa notícia inesperada aumentou o *desespero* do grupo que além de todos os outros problemas ocasionados pelo acidente, pois a partir desse momento se viu obrigado a iniciar nova saga, a busca de uma vaga com UTI em outro hospital para remover o ente. Ao rememorar esses fatos, os familiares reviveram novamente uma parte do drama visto como um *sofrimento danado*, e não conseguiam deixar de expressar também sentimentos de gratidão e alguns ressentimentos.

Ao relembrar as situações difíceis que passaram, a viúva comentou que quando recebeu a notícia do acidente “se desesperou” porque não fazia ideia como ia conseguir resolver tudo aquilo e sobreviver aos acontecimentos, isto é, como iria resolver as demandas de hospital, terapia, atendimento, medicamentos, etc., além de prover o sustento familiar. No entanto, quando menos esperava começou a aparecer todo o tipo de *ajuda* que começou desde o momento do acidente e se estendeu até o dia do funeral (meses depois do acidente).

Com base nas suas lembranças, afirmou que a família recebeu apoio de todas as naturezas¹⁷⁸, desde aqueles que se referiam ao âmbito mais emocional (visitas a toda hora, palavras de conforto e orações), passando pelo logístico (orientações sobre conseguir os serviços de saúde demandados pelo tratamento, ajuda com questões burocráticas referentes a esses tipos de atendimento, ajuda direta para acessar esses serviços como conseguir ambulâncias UTI, vagas em hospital, etc.) até o apoio econômico propriamente dito (personificado em oferta de cestas básicas, compras de bilhete de passagem entre uma cidade e outra onde o enfermo estava hospitalizado, disponibilização de automóveis para deslocar a família para o hospital, etc.).

Algumas *ajudas* eram fornecidas por pessoas de forma particular, algumas das quais por parte de companheiros da igreja do agricultor, outras *ajudas* vinham em nome da igreja, enquanto coletividade, além de haverem recebido a oferta de *ajuda* por parte de três políticos locais que se colocaram à disposição da família para o que precisassem. De acordo com os termos da própria viúva “esse tipo de coisa a gente nunca esquece”. E assinalou haver ficado

¹⁷⁸ O termo apoio está sendo usado neste capítulo referido a ajudas mais genéricas que englobam não necessariamente *favores* pessoais, mas pequenas ajudas logísticas e emocionais (como oferecer a presença, estar presente, rezar pelo doente, ofertam palavras de conforto, de otimismo e de esperança, etc.)

especialmente agradecida pela *ajuda* recebida de pessoas que até então eram desconhecidas da família (pessoas que diziam haver conhecido e/ou eram amigos de seu marido, mas que até aquele momento ela e os filhos desconheciam).

No entanto, na medida em que avançava em sua narrativa ficava claro que, se por um lado nutria um forte sentimento de gratidão por algumas pessoas, tanto que passado dez anos do episódio ainda lembrava nominalmente, por outro mostrou que as decepções e o ressentimento com pessoas mais próximas ainda não havia passado.

Ao relatar os desapontamentos, um parente, em especial, ganhou muita ênfase no relato familiar. Tratava-se de um parente que “era muito certo com a família”, mas que “tomou chá de sumiço” depois do acidente. O fato de ter se afastado em um momento como aquele causou muita estranheza na família. E anos depois do episódio, a família ainda se mostrava ressentida.

Ao falar sobre o tema, os membros da família faziam duas acusações, primeiro que a atitude do parente não era condizente com a *consideração* que demonstrava existir entre ambos e que se supunha existir entre parentes. Segundo, porque se tratava de uma pessoa com formação em técnica em enfermagem e, portanto, considerado capacitado para *ajudar*, caso tivesse boa vontade, aos olhos da família.

No entanto, ferindo as normas de certa lógica moral “ele sequer chegou a oferecer ajuda, mesmo vendo a gente naquele sofrimento danado”, se queixou a viúva. Este parente frustrou as expectativas acerca de como um parente devia agir naquele momento desapontando os membros da família. Ao romper com aquelas normas tácitas fora acusado de não possuir *consideração* e, portanto, de ter sido indiferente com a sua dor.

Ao verbalizar essas recordações diante da pesquisadora e tomarem consciência de que o ressentimento era uma atitude talvez pouco nobre para pessoas cristãs como haviam se identificado, tentaram argumentar que apesar disso não tinham “ficado com raiva” do parente, negando veementemente que tenha havido qualquer tipo de ruptura mais grave entre ambos.

No entanto, as expressões faciais, os olhares e suspiros que emitiam enquanto falavam do assunto, contradizia a ideia que queriam transmitir e evidenciava a existência de certo ressentimento e mágoa. Essa suspeita se confirmou quando no final da conversa a viúva ponderou: “eu não tenho raiva dele não, mais achei muita falta de consideração da parte dele, por isso a gente não tem mais graça com ele não”.

Ao analisar esse e outros casos, foi possível notar que a *ajuda* aparece como uma instituição social bastante complexa, pois está regida por normas tácitas que podem variar conforme o contexto em que estas são dadas, recebidas e esperadas.

O cumprimento de certas obrigações que são esperadas diante de momentos drásticos como de uma grave enfermidade ou morte varia conforme os laços de cada um. No entanto, nesses momentos a *ajuda é obrigação* especialmente dos parentes. Espera-se que a família e/ou os parentes mais próximos possam *chegar junto*, o que significa no idioma local se aproximar, estar presente e *ajudar* como for possível.

Além do mais, o fato da família *chegar junto* na hora da necessidade é uma prova da unidade familiar diante da comunidade. Enquanto o seu oposto põe em xeque esta unidade. Há muitas formas de *ajuda/favores* que se pode dar a um familiar ou parente num momento de doença. E muitas vezes esse apoio passa por “pequenos gestos”, porém essenciais como cuidar de alguma criança, acompanhar à terapia, realizar as tarefas domésticas enquanto o (a) ente está enfermo (a), conseguir um carro ou oferecer-se para levar o enfermo ao hospital quando for o caso, fazer companhia, fazer orações, etc. Em alguns momentos as pessoas se referiam a *correntes de oração* que um ou outro parente havia realizava em pedido para a recuperação de um enfermo.

Há diferentes modos de *ajudar*, isto é, de aliviar o *sofrimento* do outro. E essas atitudes são esperadas daqueles que possuem vínculos mais próximos com o enfermo. Embora “os de fora” possam *ajudar* não estão obrigados a fazê-lo, portanto essa *ajuda* em tese não é esperada.

A indiferença de um familiar ou parente próximo tende a ser moralmente condenável. Não há argumento defensável para um parente que vendo o outro em dificuldade não se disponha a *ajudar*. Há sempre a possibilidade de se colocar à disposição para realizar pequenos *favores* e oferecer ao menos suporte emocional que em certos momentos também são muito importantes. Essas “pequenas” atitudes comunicavam aos familiares mais próximos do enfermo “com quem eles podem contar”.

No caso em tela, as queixas não se referiam necessariamente ao fato do parente não ter *ajudado*, mas sim à ausência de qualquer manifestação de boa vontade para tanto. Isto é, ao ter se distanciado sem ter oferecido *ajuda* num momento complicado para o grupo, isso pesou muito sobre as ponderações que os parentes afetados fizeram a seu respeito.

Em um momento da conversa, a viúva explicou que o que mais a incomodava nesse assunto era que o parente apesar de conhecer o drama da família “teve a coragem” de sequer

ter se oferecido para passar uma noite no hospital (de acompanhante), e contou o drama que havia sido se revezar com os filhos adolescentes durante os turnos da manhã e da noite, durante todos os meses em que o ente esteve internado.

Em determinado momento foi enfática em expressar que o fato do parente não ter se prestado ao menos para conversar com os médicos na época, lhe parecia um absurdo, pois com sua formação na área de saúde teria ajudado a interpretar o jargão médico sobre o progresso das terapias, o estado do paciente e informar melhor à família.

Sendo assim, a *coragem* substantivo geralmente associado às qualidades positivas, ganhou uma conotação negativa no discurso da viúva do agricultor, associada a um impulso para agir com indiferença diante do sofrimento alheio apesar do laço de sangue e da relação de *amizade* que os unia antes do acidente.

Ao dizer que “ele teve coragem” de não oferecer *ajuda*, a informante realiza uma queixa velada e um espécie de desabafo como se quisesse dizer: “como ele sendo parente e amigo, teve coragem de nem ao menos oferecer *ajuda*?”. Às vezes verbalizar o ânimo para *ajudar* tem um valor similar ao da *ajuda* propriamente dita. O ato de dizer: “pode contar comigo para o que precisar”, expressa muito mais do que as palavras ditas podem supor. Há um código de comunicação linguístico e um código de comunicação simbólico que transcende as palavras. Dizer “pode contar” e estou à disposição para *ajudar* supõe o entendimento da dor do outro, o compadecimento diante desta dor e a inclinação para compartilhá-la, tornando-se com este outro (ou outros) um *único corpo em ação* (SARTI, 2001; DAS 2008).

Ao oferecer palavras de conforto, ao realizar pequenas atitudes de apoio e ao colocar-se a disposição do doente e dos seus familiares, possibilito que meu ser, meu corpo e meu esforço participem do sofrimento do outro e, portanto, contribuo para aliviar-lo, como assinala Das (2008).

Actuamos como si fuéramos un único cuerpo en acción; “yo puedo” suplementar a mi amiga con mis habilidades, puedo cumplir sus deseos con mi esfuerzo. Es esta cercanía de la relación tanto como las acciones específicas que realizo lo que alivia su sufrimiento, porque ese sufrimiento se basa parcialmente en una experiencia de aislamiento. El dolor y la enfermedad alteran la comunión con lo natural y el mundo social y crean un solipsismo vivido (Das, 2008, p. 433).

Esse tipo de suporte é o mínimo que se espera de parentes mais próximos e dos *amigos*, como indica a retórica de alguns interlocutores. Estar presente, visitar e, sobretudo, expressar verbalmente a disposição para *ajudar* é uma questão de *obrigação* que implica determinadas pessoas. O ato de dizer que reza/ora pelo doente, quando verbalizado, oferecia uma forma de conforto e não deixava de ser uma forma de apoio para os que eram objeto das intenções e pedidos.

No entanto, aquelas limitações consideradas legítimas que dificultam um parente *ajudar* geralmente também são reconhecidas pelo grupo, mas quase sempre há pequenos *favores* que podem ser realizados de modo a oferecer algum alívio à dor do outro (ou com essa intenção) e que podem expressar, tanto como os *favores* “maiores”, *consideração* e capacidade de empatia com o sofrimento alheio.

Certa vez uma dona de casa comentou que havia ficado muito *sentida* por não haver podido *ajudar* quando a avó de seu esposo esteve doente. Apesar de ter tentado ao menos realizar visitas foi desaconselhada pela própria família da enferma, pelo fato de estar no último mês de gestação. Embora o acontecimento tenha ocorrido há bastante tempo, ela se lamentava por não ter conseguido *ajudar* e por não ter participado do velório quando a enferma veio a óbito, demonstrando, pois, um profundo pesar por não haver realizado duas coisas concebidas como uma *obrigação* fundamental. No entanto, expressar esse sentimento também era uma forma de demonstrar *consideração*.

Ao passo que algumas pessoas deixavam de *ajudar* sem justificativa aparente, pondo em risco a unidade familiar e/ou provocando rupturas, outras se sentiam incomodadas pelo fato de não ter conseguido *ajudar*, pois se sentiam como se tivesse falhado no cumprimento de uma *obrigação*, mesmo que a “ausência” pudesse ser justificada.

Além dos sentimentos de *obrigação* suscitados pela enfermidade de um ente, quando alguém se enferma a *ajuda* não é dada sem que haja certo sistema de hierarquia na distribuição, ainda que simbólica, do papel de cada um e de seu empenho na colaboração e enfrentamento da questão de saúde. Ou dito com outras palavras, quando um problema de saúde mais grave acomete uma família e se torna público, se espera que antes de tudo o grupo afetado se mobilize para encontrar a *ajuda* necessária, antes daquelas pessoas “de fora” que também sempre se dispõe a *ajudar*.

Algumas vezes um ou outro comentava situações de enfermidade em que determinada pessoa (um parente próximo de quem se esperava mais iniciativa) praticamente tinha deixado a outra *morrer a mingua* por não ter buscado *ajuda* para o ente, ou tê-lo buscado tardiamente. E essa narrativa moral quase sempre vinha acompanhada da frase “se não é ciclano” ou “a sorte de fulano”, o caso não teria solucionado. Com isso queriam dizer que se não fosse à interferência de terceiros (ciclano), o enfermo (fulano) não havia sido socorrido e/ou havia morrido por falta de iniciativa de quem *deveria* ter se mobilizado antes de tudo.

Esse tipo de comentário trazia à tona o fato de que a enfermidade de alguém na comunidade, embora pudesse mobilizar a *ajuda* de pessoas de fora do grupo, essa *ajuda* devia

ser secundária. Isto é, como resultado de um pedido de *socorro* dos parentes ou da revelação da enfermidade suscitando a oferta de *ajuda*. A existência desse protocolo social ou acordo tácito não significava que as coisas aconteciam sempre dessa maneira, mas que há certa idealização de como cada um deveria se portar de acordo com os vínculos que possuía com a pessoa doente (necessitada de cuidados de saúde).

Muitas vezes esses “terceiros” que chegam para *ajudar* (inclusive subvertendo a ordem) se tratavam daqueles políticos que estavam atentos às necessidades do eleitorado. Ou seja, aqueles que possuíam informantes nas comunidades que lhes indicavam possíveis casos nos quais eles pudessem oferecer atendimento e/ou *ajudar*. Conforme indicou um vereador local “eu tenho gente que me ajuda em várias localidades. Tem uma pessoa que me diz quem está precisando, quem está doente”.

No entanto, na categoria dos “que têm obrigação de ajudar” às vezes entram também o nome de alguns desses políticos de acordo com o grau de proximidade, *amizade* ou parentesco com a família afetada. Todavia, as expectativas acerca de cada um variam de acordo com o lugar que este ocupa em relação ao enfermo, se um familiar direto, se um parente, se um amigo, se um vizinho, se uma instituição religiosa da qual participava o enfermo, etc.

A *ajuda* e/ou apoio dessa categoria de pessoas geralmente é contabilizada como o cumprimento de uma *obrigação moral*. Na ausência de uns, outros são impelidos a se mobilizar. Em razão disso, os que recebem a *ajuda*, embora possam ficar agradecidos (as) na maioria das vezes essa *ajuda*, de quem “teria” alguma obrigação de *ajudar*, não produz sentimentos de dívida moral. Os *favores* são concebidos como símbolo da *consideração* entre ambos e nesses casos fortalece os vínculos entre as partes, que às vezes se manifesta em relações de reciprocidade e em contrapartidas que indicariam o fortalecimento dessas relações entre elas como, por exemplo, em relações como de compadrio¹⁷⁹.

A relação entre *ajuda* e dívida moral em casos relacionados às demandas de saúde, ao que parece resulta muito mais daqueles *favores* ou *ajudas* recebidos “de onde não se espera”. Isto é, que são realizados por quem, em tese, não tinha o *dever* (a *obrigação*) de fazê-lo e o faz. A pessoa que *ajuda* coloca o recebedor em dívida, instaurando entre ambas um vínculo novo de *consideração* e de *amizade*.

Partindo dessa ótica, as pessoas se surpreendem ou se decepcionam quando recebem ou deixam de receber determinada *ajuda*. É a partir desse parâmetro que os expectadores

¹⁷⁹ Soube de um caso em que a *ajuda* frequente dos vizinhos que tinham automóvel para levar o bebê enfermo, quando este tinha crises e necessitava ser levado ao hospital, resultou no convite para serem padrinhos da criança quando esta se recuperou.

elaboravam juízos morais sobre o desenrolar dos acontecimentos (o processo de enfermidade ou morte, por exemplo). Ou seja, há expectativas sobre quem tem o dever de “chegar junto”, dar *ajuda* e/ou buscar *ajuda* em caso de necessidade.

Um vizinho ainda que ofereça *ajuda* de boa vontade, salvo em algumas circunstâncias, espera que os familiares mais próximos do enfermo se mobilizem na busca dos recursos necessários antes que sua mediação seja de fato demandada. Ao comentar a negligência de um ou outro familiar com a situação de um enfermo, os moradores locais costumavam dizer que “o dono do defunto é quem pega na cabeça”. Uma metáfora que exemplifica como é vista essa hierarquia.

A “intromissão” direta de terceiros geralmente só é feita quando a pessoa não possui familiar ou quando é acionado (a) por estes, pois o fato do enfermo não ser um parente ou pessoa próxima, a resolução do problema (decisões acerca de internação, uma cirurgia ou qualquer outro serviço/demanda) idealmente deve ser realizada pelos parentes. Sendo assim, ainda que a pessoa de “de fora” se mostre solícita, geralmente espera que a *ajuda* seja solicitada e/ou admitida.

No entanto, quando o enfermo não tem parentes na localidade em que vive e/ou no município, a princípio qualquer pessoa poderia se oferecer para *ajudar*, mas ainda assim há certas categorias de pessoas consideradas mais aptas a tomar a iniciativa. Como, por exemplo, a comunidade religiosa que o mesmo pertence. E sendo assim, as expectativas dos demais recaía sobre a mobilização dessas pessoas e/ou instituição.

Durante a coleta de informações, uma moradora mencionou: “a sorte da D. Luzia foi o pessoal lá da igreja”. Segundo sua narrativa D. Luzia era uma senhora idosa frequentadora da igreja batista da localidade em que vivia. A única filha que possuía morava a muitos quilômetros de distância do município, em razão disso quando ficou doente não tinha com quem contar. Segundo minha interlocutora, quando ela soube do estado de saúde de D. Luzia pensava que os *irmãos de igreja* iam se encarregar de *ajudar*, mas não foi o que aconteceu.

Sendo assim, reuniu um grupo da sua igreja (da igreja católica do povoado) para visita-la. E nessa visita então propuseram ajuda-la. Ao que a enferma aceitou ajuda, o grupo prosseguiu com as visitas, orações e busca de outros tipos de *ajuda* para consultas médicas e outros atendimentos que eram necessários. Segundo minha interlocutora: “não é que eu esteja negando ajuda, porque numa situação de doença a gente nunca deve negar, mas a obrigação de ajudar era dos irmãos de igreja dela, você não acha?”.

Neste caso específico, diante do que foi visto como negligência das pessoas consideradas mais próximas para *ajudar*, o grupo “de fora” resolveu dar assistência em diferentes aspectos até o desfecho final que foi o falecimento da enferma.

Este relato não se tratava de uma simples narrativa, mas, sobretudo, de uma narrativa moral. Configurava-se em uma crítica ao abandono da enferma pelo grupo mais próximo, que na falta da família era quem deveria ter se encarregado de D. Luzia.

Além disso, tratava-se de uma crítica à *falta de consideração* das pessoas que prescindiram dos vínculos para não *ajudar*, essa narrativa tratava também de uma censura moral direcionada ao caráter cristão de pessoas que, se não fosse por um grupo “adversário”, teria deixado à enferma “morrer à mingua” (sem assistência). E se isso não aconteceu havia sido porque recebeu *ajuda* de quem ela menos esperava.

Pelo teor da narrativa havia também a tentativa de demarcar certa superioridade moral do grupo que havia *ajudado*, pois o argumento de convivência pacífica entre os participantes das distintas denominações religiosas, geralmente são contraditos através desses tipos de episódios. Isto é, em momentos específicos e/ou rituais como em ocasião de enfermidades, mortes e no *tempo da política*.

É interessante notar que os esforços realizados por familiares durante a doença de um ente geralmente é concebido como um *sofrimento*, isto é, quanto maior for o empenho de todos e/ou de cada um para acudir/assistir o enfermo de acordo com as demandas da enfermidade. No entanto, o esforço individual de tal o qual membro do grupo somente tende a ser enfatizado em duas circunstâncias: quando se trata de um *sacrifício* excepcional como aquele realizado por alguém que doa um órgão, por exemplo, ou quando o desempenho é negativo pela ótica dos demais¹⁸⁰.

No entanto, a forma como o empenho de políticos na resolução dos problemas de saúde é concebido comporta um pouco mais de ambiguidade. Embora em nenhum momento a *ajuda* dessas pessoas tenha sido citada como um *sacrifício*, em dadas circunstâncias é vista como um “dever” e, em outras, concebida como uma dádiva. E se não está referida a ideia de *sacrifício* é porque na concepção local essas pessoas teriam todas as condições, poder e contatos, para conseguir *ajeitar* quase tudo quando tem boa vontade.

¹⁸⁰ Durante o campo ouvi uma referência a um irmão haver doado o rim para uma irmã. Essa situação escapa às *obrigações* que são atribuídas ou esperadas de um irmão em uma situação de enfermidade, pois embora esperassem que ele pudesse *ajudar* no que fosse possível, a decisão de doar um órgão transcende a *ajuda* porque pode ter implicações (riscos) sobre a própria vida e a saúde da pessoa sã. Portanto, considerada uma decisão muito *corajosa*, no sentido positivo do termo, e um grande sacrifício, segundo comentários de terceiros.

Sendo assim, o que tornava a *ajuda* algo excepcional era o seu caráter “não obrigatório”, ou seja, *ajudar* a um “não eleitor” e dar atenção pessoal à família e ao enfermo sem “esperar nada em troca”. Não se tratava simplesmente de conseguir o acesso à terapia, o transporte para transladar, a vaga no hospital, os medicamentos, etc., serviços que se supunha que eles conseguiriam *arranjar* com certa facilidade, mas o que tornava a *ajuda* algo especial era a preocupação demonstrada pelo político com o *sofrimento* da família e a forma como compartilhavam sua dor, demonstrando através de atenção devotada aos envolvidos, de ligações realizadas para saber notícia do enfermo e de visitas realizadas durante todo o processo de tratamento, cura e/ou morte.

Segue abaixo o trecho de uma dessas narrativas cuja questão encontra-se contemplada:

Eu tive minha netinha muito doentinha, ela esteve ruinzinha, tadinha! Ana [a mãe da criança] levava a Vitória [a criança enferma] no Ponto [ao hospital municipal] para a consulta e era difícil, e Sr. João via o sofrimento dela e ajudava a marcar consulta. Ele ajudou no início assim...ajeitou carro para levar Vitória separadamente. Ele acompanhou todo o sofrimento. Ele ajudou muito nós. Ver uma criança no estado de Vitória...[expressão de tristeza ao rememorar o acontecimento] e duas horas ele encostava...[chegava com o carro para socorrer]. Isso não tem preço, só faz coisas boas e antes da política. Vou falar pra você, ele não sabe dizer não. Ele é outro Antônio! [ex-vereador identificado como benfeitor na área da saúde]. Bondade é o que ele é em poucas palavras. Isso não tem preço. Quando ele começou ajudando nós ele não estava na política, pode que ele tivesse fazendo o travesseiro dele..., mas nos diziam no hospital que não tinha carro e ele ligava para um motorista, ele mesmo dava os pulos dele e conseguia um motorista e pedia para levar. Quanto vale isso? Isso não tem preço. Ajudou nessa situação, não foi em dinheiro. Quando passamos por isso, tudo era ele. Tudo ele estava junto com a gente. Abaixo de Deus aqui, foi o Sr. João. Foi sofrimento! Mas graças a Deus, Deus deu a vitória. Quando saiu a política, ele veio aqui conversar com nós. A gente apoiou e muito bem apoiado! Arranjei muito voto e por isso que a Vanessa ficou esquisita com nós [uma candidata à vereadora que buscou a família em busca de apoio]. Ele ajudou muita gente aqui, pra você ter uma ideia ele pegava a dona Josefa em casa para fazer a fisioterapia [uma vizinha que vivia sozinha na localidade], empurrava a cadeira de rodas e tudo.

De acordo com essa narrativa, o político que ainda não tinha se declarado candidato, em um ato de *bondade* havia se solidarizado com o *sofrimento* da mãe da criança e *ajudado* conseguir atendimento. Ao oferecer *ajuda* toda a dificuldade que a família havia encontrado até aquele momento foi dissipada, pois a partir de então “ele mesmo dava os pulos dele” pra conseguir o serviço demandado.

Essa mediação não se materializou apenas na facilitação do acesso ao tratamento da criança (desde o acesso às consultas locais ao tratamento que foi realizado na capital do estado), mas também por toda atenção dispensada ao caso e a família. Isto é, a forma como o político esteve presente resolvendo as pendências burocráticas (com relação ao acesso ao

transporte para levar ao Rio, marcação de consultas, exames, etc.), mas, sobretudo, por ter dado atenção aos sentimentos de *desespero* causados pela enfermidade tentando apaziguá-lo. A combinação entre assistência e cuidado tornou a sua *ajuda* algo excepcional “sem preço”, nos termos da informante.

Dentre outras coisas, o empenho do político para conseguir transporte exclusivo para conduzir a criança à terapia, foi narrado como um ato de extrema generosidade e boa vontade, pois ao atender ao pedido da família havia trazido grande alívio à tensão que o fato de dividir o transporte com outros enfermos lhes causava. Em causa da enfermidade, o trajeto de aproximadamente 6 horas trazia muito incômodo para criança e, conseqüentemente, para os outros enfermos que compartilhavam a viagem, ressaltou minha interlocutora.

Nesse sentido, “só essa ajuda tirou um peso de nossas costas”, assinalou a avó da criança, porque a partir de então eles puderam realizar mais paradas durante o percurso e administrar os medicamentos que aliviavam o incômodo da criança com maior tranquilidade.

Diante de tal contexto, o fato da *ajuda* ter sido interessada ou não se tornou irrelevante, afinal ele havia *ajudado* “antes da política”, como ela afirmava. Isto é, antes que se manifestasse publicamente como político. Além do mais, não havia agido como se realizasse um negócio (um toma lá da cá), mas, ao contrário, foi atencioso com a família em seu drama e agiu de forma desinteressada.

O fato da mediação de Sr. João ter ocorrido antes de se candidatar e a ausência de vínculos anterior entre ambos, faz dele uma pessoa externa a categoria das pessoas que tinham *obrigação* de *ajudar*. O que torna sua *ajuda* algo para o qual não há retribuição suficiente. E, portanto, quando ele precisou de apoio político da família, obviamente, foi “muito bem apoiado”.

Se a *ajuda* de membros da família do enfermo é concebida como uma atitude natural e expressão da unidade do grupo, como já foi dito, a *ajuda* recebida de fora, ao contrário, costuma ser tema de narrativa às vezes detalhada sobre a performance do benfeitor, e se traduz em motivo para dívidas perduráveis no tempo e no espaço.

Aspecto que ficou evidente também na narrativa da viúva do agricultor falecido no acidente. Dentre as lembranças mais fortes daquele período dramático estava à *ajuda* que recebeu de outras tantas pessoas cuja relação de *amizade* começou ou foram reforçadas justamente porque essas pessoas *chegaram junto* na hora da dor. Dentre essas recordações, estava a *ajuda* recebida de três políticos da cidade.

No entanto, ao contrário da narrativa da avó da criança enferma, o relato da viúva do agricultor comportava certa dualidade, pois, por um lado, expressava gratidão pela *ajuda* recebida e, por outro, desconfiança que a *ajuda* talvez tivesse sido interessada.

Em alguns momentos de seu relato afirmou que a mediação desses políticos havia sido imprescindível para acessar os serviços de assistência médico-hospitalar de que o ente necessitava. E nesse aspecto, a *ajuda* dispensada por esses políticos tinha sido fundamental para amenizar o *sofrimento* e a angústia da família¹⁸¹. Atribuiu ao esforço desses personagens o acesso aos serviços médico-hospitalares, as vaga em hospital, a transferência entre hospitais, a realização de exames de alto custo, que tiveram que ser realizados, os medicamentos que tiveram que ser comprados, as despesas de transporte da família até o hospital e outras necessidades que segundo sua leitura, não haviam sido supridas se não fosse pela *ajuda* dessas personalidades. E chegou a ponderar: “abaixo de Deus, a sorte da família foram essas amizades que o falecido tinha”.

No entanto, a certa altura da narrativa, a viúva contou também que apesar da *ajuda* essencial que havia recebido, havia uma aparente disputa entre os três políticos pela atenção familiar e isso lhe tinha desagradado bastante, pois em alguns momentos se sentia constrangida com a presença de ambos que às vezes pareciam competir entre si para dar resolução numa mesma questão e/ou necessidade. Em razão disso, o grupo havia passado por algumas situações embaraçosas ao longo dos meses em que o agricultor esteve internado.

Esses incidentes os levaram a suspeitar que talvez a *ajuda* não fosse um gesto de pura generosidade. E essas suspeitas foram aguçadas a partir do momento que um deles passou insistir que os membros da família *ajeitassem* o documento eleitoral (especialmente dois dos filhos adolescentes que na época ainda não tinha o título de eleitor). O argumento de que o documento eleitoral facilitaria o acesso aos serviços de saúde não foi convincente para a família, e mesmo que nenhum deles houvesse pedido votos na época, a desconfiança pairou sobre eles.

Quando apesar de toda a atenção e terapia recebida, o estado de saúde do agricultor piorou, levando-o a óbito no início de 2008, a família ainda recebeu algum apoio dos políticos para transladar o corpo à cidade natal do falecido e para transportar parentes e amigos de uma cidade a outra para acompanhar o velório, o cortejo fúnebre e o enterro.

¹⁸¹ Inclusive, foi muito enfatizado a boa vontade e a articulação desses políticos na organização e no aparelhamento, em tempo recorde, de uma Unidade de Terapia Intensiva (UTI) no hospital local, para onde foi transferido o ente após a vaga no primeiro hospital haver sido solicitada, garantindo assim a continuidade da terapia e dos cuidados médicos até o desfecho final.

Em meados do mesmo ano (2008), quando a corrida eleitoral se iniciou de fato, a viúva reuniu os familiares e decidiu distribuir os votos da família entre os três candidatos, como forma de gratidão ao apoio que haviam recebido naqueles meses difíceis. No entanto, garantiu que não voltaram a votar nos referidos políticos em eleições posteriores (ambos se candidataram em 2012 e 2016), deixando claro que o sentimento de gratidão havia sido afetado pela ideia de que a *ajuda* havia sido interessada.

A desconfiança acerca do caráter da *ajuda* empobreceu o processo de comunicação entre ambos, desfavorecendo a consolidação de vínculos de *amizade* entre as partes, pois como bem observou Pitt-Rivers (1971, p.163) ao analisar as relações de amizade num povoado andaluz:

Para que la amistad sea real, debe ser desinteresada. El habla se hace eco de ello continuamente. Unos a otros se aseguran que el favor que hacen no busca ser recompensado, es un puro favor que no conlleva obligación, una acción que se hace por el placer de hacerla promovida sólo por el deseo de expresar afecto 3. Por otro lado, la simple sospecha de que la amistad de alguien es «interesada» es una fosa para ella. La gente honorable es cauta en aceptar favores que no sería capaz o no desearía tener que devolver. Alguien puede desear la amistad de otro con el fin de sacar partido de ella. Una vez aceptada no se puede dejar de cumplir con las obligaciones de amistad sin aparecer como un aprovechado, por haber establecido falsamente un acuerdo tácito. Esta implicación, que hace perder la honra a un hombre, frecuentemente es usada por los que explotan el principio de amistad.

Ao suspeitar que o *interesse* no voto havia motivado os políticos oferecerem *ajuda*, naquelas circunstâncias delicada de dor e *sufrimento*, a dádiva perdeu o seu sentido, o espírito da dádiva foi depreciado (GODBOUT, 1998). Ao comentar a atuação de um dos políticos na época do episódio, um dos membros da família revelou: “naquela época ele ajudou muito, mas também estava interessado, né?”.

A retórica do *interesse* se transformou em uma justificativa moral a partir da qual a família se liberou da ideia de “dívida”, pois embora reconhecessem o valor da *ajuda* recebida, consideravam que esta poderia ser quitada com os votos em uma eleição. Uma vez que votaram nos referidos políticos nas eleições de 2008, davam a “dívida” pelos *favores* recebidos como saldados, pois os laços que os uniram durante o episódio eram débeis e se romperam após as eleições, assim como o contato e a comunicação que existia entre ambos.

A experiência desta família foi completamente distinta daquela vivenciada pela família de dona Francisca. Para esta senhora, a ajuda e os favores desinteressados haviam produzido uma “dívida sem preço”. Dívida esta que se transformou em uma relação de *amizade* que perdura mesmo depois da enfermidade. E continua se reproduzido através dos “fluxos de comunicação” e de reciprocidades. A família agradecida *ajudou* na campanha eleitoral do

referido político, e este se sente obrigado a retribuir o empenho da família em sua campanha, como ele próprio assinalou após a entrevista: “estou para ir lá em Francisquinha para agradecer o esforço deles. Tenho que ir lá tomar um café com ela, a menina está grandinha e fica a amizade (grifos meus)”.

Caso semelhante ao da família de Dona Francisca sucedeu com a família de Dona Olga e seu Luís. Segundo o relato do casal, ambos haviam passado por momentos muito difíceis com a enfermidade cardíaca dele. Apesar de haver sido operado há alguns anos, em 2015 seu estado de saúde se complicou e precisou ser internado às pressas para mais uma cirurgia.

A gravidade da enfermidade era demasiado elevada e as chances de recuperação eram muito baixas, segundo alertou o médico que fazia o tratamento. De acordo com Dona Olga, antes da cirurgia o médico a havia deixado bastante desanimada, pois a preveniu que a probabilidade de Sr. Luís sair bem da cirurgia era de apenas 10%. Ao tomar conhecimento dessa informação sua preocupação foi redobrada. Bem como a preocupação do resto da família, especialmente os pais e os irmãos do enfermo.

Para complicar a situação, no dia da cirurgia de Sr. Luís um vizinho do casal faleceu de forma inesperada. Segundo ela, as circunstâncias da morte (o tipo de acidente que havia sido) e o fato de ser uma pessoa muito apreciada no município, a atenção de todos os conhecidos e vizinhos estavam voltados para aquele episódio.

Mesmo abalada pela notícia da morte, ou ainda mais abalada por ela, preferiu acompanhar a cirurgia no hospital enquanto o resto da família participava do funeral. E essa decisão segundo a sua narrativa teria sido crucial para salvar a vida do próprio esposo, pois com a perda excessiva de sangue durante o procedimento fora solicitada pelo médico para conseguir doadores e de sangue com urgência.

A partir daquele momento, a vida do seu marido dependia dessas doações. Diante daquela situação entrou em *desespero*, pois as pessoas mais próximas e conhecidas estavam no funeral e, portanto, não conseguia contato. O hospital estava a quase 80 km da localidade em que vivia e tampouco daria tempo voltar de ônibus para pedir *ajuda*.

Foi quando se lembrou de Sr. João e que, inclusive, a família já havia recebido sua *ajuda* em outra ocasião. Por sorte conseguiu falar com ele, por telefone, na primeira tentativa. Tão logo contou a situação, obteve dele a seguinte resposta: “Vou agora. Vou só fechar tudo aqui e vou com minha esposa e levo também uns dois colegas para garantir”.

Sendo assim, segundo ela, apesar da distância entre a localidade em que o político morava e o hospital fosse de mais de 50 km, em pouco tempo ele, sua esposa e mais dois amigos chegaram para realizarem a doação. E em seguida assevera:

Foi assim que surgiu o nosso apoio (apoio político nas eleições de 2016). Não tem como não votar numa pessoa desta. Quando precisou de nosso apoio, claro que apoiamos! Nós já tínhamos trabalho juntos na campanha de outro político, já era nosso amigo, depois que fez isso pelo Luís não tinha jamais como não votar nele. Sou muito grata porque no desespero quem me atendeu foi ele. Fechou a casa, deixou tudo e foi me socorrer. Aí é claro! Depois disso D. Maria, Sr. Sebastião, o Roberto...todo mundo votou nele (os pais e irmãos de seu Luís e parte da família de D. Olga). Ele ajuda muita gente, e não é em época de campanha. Pra ele não tem tempo ruim. Ele tem prazer de ajudar, gosta de ajudar. Ele ligava todo dia para saber como estava o Luís. Quando cheguei do hospital com o Luís, a primeira visita foi dele e disse que estava à disposição, que seu carro estava à disposição para o que precisasse. Para ele não tem tempo ruim, pode estar sol, chuva, ele socorre! Esse tipo de pessoa se você procurar com lamparina no sol, não acha (grifos meus)¹⁸².

Em outra situação em abril de 2014, a morte trágica de um familiar no município de São Francisco de Itabapoana levou a autora deste trabalho a acompanhar de perto o desenrolar do funeral. Na ocasião, em decorrência das circunstâncias da morte, o corpo teve que ser submetido à perícia no Instituto Médico Legal (IML).

Como o município não dispõe de tal serviço, o corpo foi levado para Campos dos Goitacazes (cerca de 80 km da localidade em que a família vivia). Ao chegar ao estabelecimento a família se deparou com uma extensa burocracia para realizar os trâmites referentes à autópsia. Diante daquele empasse, a viúva e os irmãos do morto preocupados com a possibilidade de que a demora prejudicasse a realização dos rituais fúnebres, começaram a acionar suas redes de contato.

Assim que, em pouco tempo chegou ao IML uma amiga da viúva, apresentada como enfermeira, e em seguida um vereador do município (o presidente da Câmara Municipal na época) contatado pela irmã do morto.

Ambos se apresentaram como *amigos* da família e eram detentores de *capital* para intermediar o acesso à realização dos procedimentos necessários. A enfermeira argumentou que possuía *amizades* no seu meio profissional, e o político vínculos com profissionais e outros políticos daquela cidade, podendo, pois, articular a *ajuda* com seus pares.

Após uma breve conversa com a viúva, ocasião que aproveitou também para dar-lhe as condolências, o político se colocou à disposição para *ajudar* no que fosse necessário, realizou alguns telefonemas e conversou com o chefe da unidade. Depois do que parecia ter sido uma

¹⁸²182 Entrevista concedida em abril de 2016.

longa espera (por volta de 5 ou 6 horas), o corpo foi liberado. Antes de sair do Instituto Médico Legal, a viúva que estava inconformada com toda aquela demora, se queixou do *sofrimento* que havia passado durante aquela espera prolongada com um funcionário do lugar. Após ouvi-la atentamente, o funcionário respondeu: “agradeça a Deus porque a senhora tem amigos, pois não é comum um corpo chegar aqui e sair no mesmo dia. Normalmente quando não tem alguém pra interceder às vezes passam dias para serem liberados”.

E em seguida listou uma série de problemas pelos quais a instituição passava naquele momento, explicando que se não fosse as tais *amizades* nada poderia ter sido feito naquele dia, pois não dispunham de profissionais especializados tampouco dos materiais pertinentes para realizar os procedimentos, e que ambos foram disponibilizados de outras unidades exclusivamente para atender a família e agilizar aquele caso. Diante dessas observações a viúva assinalou “Bem que dizem que quem tem amigos, tem tudo”.

4.4 “O peixe morre pela boca”: as palavras e a presença em contextos de enfermidade e morte

A frase que intitula esse item é bastante conhecida no Brasil e muito popular também no município. Trata-se de uma metáfora que chama atenção para os riscos que correm aqueles que não sabem “vigiar suas palavras”, pois estas podem elevar a moral de um homem, bem como desmoraliza-lo. Bourdieu em seu conhecido artigo “Senso de honra” mostra a importância atribuída à palavra na aldeia argelina por ele estudada. Segundo ele, o homem que não cuidava da palavra ou esquecia a palavra dada esquecia-se a si mesmo e, portanto, se desonrava. E faz a seguinte citação:

Um homem dos Ilmayen dizia que gostaria de ter o pescoço tão longo como o de um camelo; assim, suas palavras, saindo do coração, teriam um longo caminho a percorrer antes de chegarem à língua, o que lhe daria tempo de refletir.

No universo social estudado, em grande medida o êxito de um político passava pela forma como este gerenciava as palavras. Em razão disso, muitos deles se mostravam sempre atentos ao que diziam e prometiam, como um dos aspectos importante da política de reputações, pois afinal de contas “o povo põe e o povo tira”, conforme revelou um vereador. E pensando nisso, havia aprendido que a conduta mais apropriada era buscar ser coerente com suas palavras: “eu não conto história, eu sou muito sério. Quando eu trato eu cumpro. Se eu puder resolver, eu resolvo. Meu pai ensinou que um não bem dado é melhor que um sim não resolvido”.

Este e outros políticos souberam através da educação e/ou da experiência que estava muito mal visto prometer algo e não cumprir a palavra. Sabiam que “é melhor um não bem dado”, pois este é sinal de bom caráter. Alguns desses políticos, inclusive, ganharam admiração justamente por não prometerem nada. Não obstante, é preciso ter em conta que “não prometer” não significa o mesmo que negar.

Sobre essa questão observei que a não promessa sempre contém uma promessa velada. “Um não bem dado” em realidade era uma forma de prevenir dívidas que talvez não pudessem ser saldadas, mas dificilmente implicava uma negativa propriamente dita, funcionava antes de tudo como uma espécie de suspensão da expectativa do outro, abrindo assim uma margem de tempo e manobra para buscar resolução para a demanda. Não se tratava de um “não poder fazer”, mas sim de um “não poder prometer”, sob o risco de perder a palavra.

A narrativa dos próprios políticos, como evidencia as falas descritas no decorrer deste trabalho, estavam cheias desse tipo de cuidado. E os moradores por sua vez sentenciavam que os campeões em promessas não cumpridas “fogem do eleitor...sai pela portas do fundo pra não atender e ter que olhar na cara”.

Um dos políticos considerados da nova geração, que foi exitoso na sua primeira candidatura, foi bastante elogiado durante o trabalho de campo justamente “por não prometer nada a ninguém”. Inclusive, elogiado também por seus pares que ao que parece buscavam seguir a mesma estratégia.

Na narrativa dos eleitores entrevistados, ao contrário dos que “prometem e não fazem” ele “não promete e faz”, e essa atitude era considerada um dos seus grandes méritos. Diziam que sempre que alguém lhe demandava algo, ao invés de dizer que ia tentar resolver ele quase sempre respondia que não podia prometer. No entanto, segundo vários relatos, o mesmo político tempos depois voltava a procurar o demandante com algum tipo de solução e/ou contraproposta. Em um desses relatos, disseram que a família já havia abstraído o pedido realizado, porém quando menos esperava o político os visitou com uma proposta.

Em outro relato, uma senhora garantiu que o referido político teria ido até a sua casa cumprir uma promessa realizada por outro político antes de falecer. Ou seja, embora a “dívida” não fosse dele se preocupou em salda-la e assim honrar a palavra dada por seu progenitor antes de morrer. Cujo mérito político mais comentado era o de ser grande cumpridor da palavra dada.

Conforme fui observando, o discurso sobre o controle das palavras, notei que o discurso de não comprometimento se traduzia em um recurso retórico bastante poderoso, pois ao fim e ao cabo muito do que não foi prometido acaba sendo realizado e, portanto, o político se prestigiava duplamente aos olhos dos eleitores: tanto como pessoa confiável (com palavra/credibilidade) como uma pessoa atenciosa, em suma, uma pessoa honrada pela forma que defendia “uma certa imagem de si destinada aos outros” (BOURDIEU, 2002, p.67).

Além de “vigiar” as palavras (não dizer além do que deve ser dito, nem prometer algo que não possa ser cumprido), administrar a presença também é um requisito importante na construção da reputação dos políticos. Especialmente quando se refere à atuação dos mesmos em contextos de doença e de morte.

Ao que parece, o êxito na carreira política está estreitamente relacionado à articulação de três premissas básicas: fazer-se ver (está presente), falar as palavras adequadas a cada ocasião e cumprir a palavra.

Quase todos os políticos entrevistados utilizaram duas frases para justificar seu modo de proceder: i) Que “o povo gosta de ver o político na comunidade”; ii) “Quem não é visto não é lembrado”.

Ao conversar com os moradores nota-se a expectativa que possuem acerca da presença desses políticos “aliados” em determinados acontecimentos da vida e/ou em eventos da comunidade, mas o político oportunista, *enrolão* cuja “língua não cabe dentro da boca” ou o “abusado que fala demais” é bastante criticado.

Você acredita que ele teve aqui em casa com os capangas dele e queria invadir meu quintal pra colocar uma placa dele? Aí eu falei: Ei, que negócio é esse? Isso é invasão. Não quero isso aqui não. Aí ele respondeu: vão deixar de votar num homem, para votar em veado? Onde já se viu! Isso é coisa que se fale? Ele é muito abusado e fala demais.

A existência social de um político tem haver não necessariamente com sua capacidade “de ser lembrado”, mas de ser bem lembrado. O político acima mencionado apareceu muitas vezes em diferentes narrativas, mas exatamente por protagonizar episódios desagradáveis tidos como inconvenientes e/ou desastrosos, e associados ao “tamanho da sua língua”. É dono de uma reputação bastante negativa, fato que coincide também com os resultados alcançando por ele nas últimas eleições. Desde o ano 2000 não conseguiu se reeleger a nenhuma cargo pleiteado.

Em uma dessas narrativas sobre ele, o mesmo é acusado de haver se aproveitado politicamente de um funeral. De acordo com o relato de sua prima, esposa de um político do grupo rival do nosso protagonista, a má conduta do parente produziu nada menos que a

ruptura do seu grupo familiar e acirrou a rivalidade entre as duas famílias políticas mais tradicionais do município.

Segundo seu relato, tudo começou quando o seu primo, um ex-prefeito que na época era deputado estadual, teria prometido publicamente a pagar as contas do funeral de um membro da família. A promessa havia sido feita publicamente durante o evento num discurso que aparentemente teria sido em homenagem ao morto. No calor das emoções, os familiares diretos do falecido tomaram o gesto como uma demonstração de *consideração* com o morto e com a dor da família. Diante do qual, o grupo se sentiu prestigiado e confiou que o político (e parente) *cumpriria com a palavra*.

Todavia, passados alguns meses o grupo recebeu a fatura das tais despesas funerárias, a mesma não havia sido paga. O episódio causou revolta e ruptura na família, pois quando tomaram conhecimento que a dívida não havia sido paga se deram conta do oportunismo do político parente.

Para minha interlocutora, o primo cometeu dois erros graves: comprometeu a reputação da família no momento que deixou de pagar a dívida com a funerária, que esta acreditava ter sido paga, e por haver se aproveitado da *dor e sofrimento* dos outros para *fazer o próprio nome*. Para ela, aquele evento teria mostrado o quanto o político era “descarado”, oportunista e mau caráter.

Esse acontecimento teria tido grande repercussão dentro da família e provocado uma série de tensões e desentendimentos, que culminou na ruptura das relações entre parentes e, especialmente, com o causador do evento. A narradora em questão afirmou ter se aborrecido profundamente com aquela atitude e que teria não só deixado de apoiá-lo politicamente, como se tornou “sua adversária número um”. E desde então não perdia a oportunidade de desmoraliza-lo, pois “fazer o que ele fez, não merece consideração”, ponderou.

E revelou que a partir de então fez questão de apoiar politicamente o seu cunhado, tornando-se um ferrenho cabo eleitoral deste em prejuízo daquele. E declarou:

Fui fazer campanha para A [o cunhado] e chegamos numa casa em que a família era muito grande. A corda [varal de roupa] estava de fora a fora de camisa de B [primo e adversário político], aí eu fui conversar com a dona da casa e ela não queria nem conversa, porque me disse logo que ali era todo mundo B [apoiadores deste candidato]. Aí eu perguntei por quê? Ela disse que é porque ele dava 10 kg de fubá e coisa e tal. Aí eu argumentei com ela que os recursos eram muito maiores e ele dava fubá e no final das contas embolsava o resto e tal, porque como é que pode alguém que havia feito o que ele fez...(contou a história do funeral para a referida senhora). Aí sabe o que aconteceu? Eu saí dali com os votos e ainda madrinha de uma filha da mulher.

Este episódio sugere que o desempenho negativo em situações dramática como de doença e de morte pode manchar profundamente a reputação do político. Neste caso específico, o político era também um parente do morto, sendo assim a sua atitude evocou uma dupla desonra. Não apenas deixou de honrar com a palavra dada publicamente, como teria tentado se aproveitar dessas palavras (do discurso proferido) para beneficiar-se politicamente aos olhos dos expectadores. Sendo assim, deixou de cumprir sua *obrigação* como um *amigo* da família (ou *político amigo*), e menos ainda como parente. Tornando-se um oportunista no momento mais inadequado, portanto indigno de *consideração*.

A fama deste político de mau cumpridor das palavras e das promessas realizadas aparece também em outras narrativas. Foi descrito algumas vezes como alguém que “fala demais e bota conversa fora”. E esta opinião não era apenas de uma adversária política, mas também de seus correligionários. Um deles asseverou durante uma conversa que o *bom governo* que ele havia realizado a frente da prefeitura acabou sendo minimizado pelo fato de que “ele fala demais, e bota conversa fora”.

Ao participar pessoalmente de um funeral em outra localidade do município, pude notar que a certa altura do evento a insatisfação da família do morto com a ausência de um *político amigo* começava a se tornar evidente. Os rumores que circulavam durante o velório e as conjecturas a respeito da ausência não justificada daquela personalidade deixaram os parentes do morto bastante magoados, pois colocava em xeque a relação de *amizade* entre ambos (político-família). Depois desse episódio, a reputação deste político pode ter sido afetada, pois sua ausência foi bastante criticada tanto pelos adversários políticos como por seus correligionários. Para ambos os lados, se tratava de uma *falta de consideração* com uma família com a qual mantinha uma relação antiga de lealdade e de adesão política.

A ausência dos *políticos amigos* em episódios de tamanha gravidade pode ser paliada por outros tipos de gestos como um telefonema, o envio de uma coroa de flores e pedidos de desculpas e condolências. Ainda que motivos particulares ou questão de agenda possam dificultar a presença nesses eventos, esses gestos de atenção não devem ser negligenciados, pois são nessas horas e que se vê “quem são os verdadeiros amigos”.

No entanto, quando é de conhecimento público que há rivalidades e desavenças entre determinado político e o morto (e/ou a família), a mesma regra de etiqueta funciona pelo lado oposto. A menos que houvesse uma relação de cordialidade e respeito mútuo, a ausência nesses casos às vezes pode ser a melhor alternativa, pois sua ida ao evento pode ser

interpretada como uma espécie de desafio, de deboche e/ou de oportunismo barato e não necessariamente como uma questão de solidariedade.

Soube de um caso desses em que o político sofrera uma espécie de linchamento moral por haver comparecido ao funeral de um eleitor adversário e a atitude associada à aproximação do período eleitoral e, portanto, à “vontade de aparecer”. No final das contas, sua presença neste episódio contou negativamente para a sua biografia, pois na opinião pública local se tratava de uma estratégia eleitoreira, portanto uma ação oportunista.

Isso não significa que as ações oportunistas sejam mal vistas ou execradas. Ao contrário, o oportunismo está até certo ponto naturalizado e/ou tolerado. Não faltavam histórias sobre a presença e a atuação oportunista dessas personalidades em diferentes eventos. Algumas inclusive eram contadas em forma de chistes.

A aparição nos eventos e a simpatia de determinados políticos apenas em ano eleitoral, atuação vista como essencialmente oportunista, também eram motivos para críticas e anedotas. Sabe-se que na corrida eleitoral “não tem tempo difícil pra eles” e que “fazem das tripas coração” para conseguirem os votos necessários para ascender ao poder e/ou permanecer nele, conforme satirizou o dono de um blogue local em abril de 2016: “Em São Francisco de Itabapoana, diferentemente de muitas cidades, a campanha eleitoral já começou faz tempo. Churrascos, aniversários, desfiles de moda, o pessoal por aqui não deixa escapar nem um enterro, vale tudo para alcançar o eleitor”¹⁸³.

Todas as atividades que os políticos e os candidatos desenvolvem, às vezes freneticamente em período de campanha, são consideradas como parte do jogo político. Muitos consideram imprudente o fato de políticos ignorarem as oportunidades, pois delas dependem para conquistar o êxito eleitoral, no entanto “não deixar escapar nem um enterro” transcende as fronteiras do que é moralmente aceitável na ótica local. Em outras palavras, não é aceitável políticos e/ou candidatos usarem um evento como um enterro ou as necessidades de saúde das pessoas para fins eleitoreiros.

Em contexto de doença e de morte toda prudência parece pouco, pois a presença, as promessas, as palavras e as performances não podem parecer interessadas. E é uma desonra quando o interesse do político é manifesto. Nessas circunstâncias, um *bom nome* associado apenas à solidariedade e ao “gostar de ajudar”, pode ser um *capital disponível*¹⁸⁴.

Meu critério para escolher candidato é a honestidade, aquele que joga limpo. Eu estava com meu genro aqui com um exame complicado pra marcar em Campos, o

¹⁸³ Esta citação foi retirada do blogue “Flori Fernandes Notícia que” pode ser vista através da página <https://saofranciscoagora.blogspot.com.br/2008/02/sucesso-em-so-francisco.html>

¹⁸⁴ Sobre o *bom nome* como *capital disponível* ver Pitt-Rivers (1971).

rapaz veio aqui marcou o exame do meu genro e não me disse que era vereador nem nada. Soube depois pelos outros. Eu estou fazendo por amor [votar no candidato]. Você pode ter o seu candidato, mas eu conscientemente vou dar o voto para ele. E pedi para a minha filha dar uma força também. Outro candidato aí, meu genro procurou e ele disse que não podia fazer nada. E perguntou quantos votos ele [o genro] consegue pra ele [o político]. Aí não, né? Já o que eu estou apoiando agora, quando eu perguntei por que ele não me disse que era candidato, ele disse: “eu ajudei, mas vocês votam em seu candidato”. E eu não assinei nenhum contrato, quem chegar aqui eu recebo bem, mas eu vou dar o voto pra ele, a gente tem que reconhecer, né? (Comerciante de Retiro)

Trocar apoio político por serviços de saúde, “aí não, né?” como assinalou a moradora. Atitude como esta é concebida como o cúmulo do oportunismo e expressão de um péssimo caráter. Nesses contextos, as atitudes de *favor* ou de *ajuda* devem parecer desinteressadas, e como tal passam a criar ou reproduzir por si mesmas os vínculos de *amizade*. Atitudes como a expressa na aparente abnegação contida na lógica do candidato citado “eu ajudei, mas vocês votam em seu candidato”, que a princípio liberaria a família do sentimento de dívida, funciona justamente de modo contrário, pois é exatamente o ato de associação livre que caracterizaria os laços de *amizade* (PITT-RIVERS, 1971).

Ao prescindir do voto como forma de retribuição à *ajuda* dada, a atitude do candidato ilustra bem a questão central no sistema da dádiva, a saber, o equilíbrio entre liberdade e obrigação. Embora a família pudesse se sentir livre da “dívida”, pois não estava sendo pressionada e tampouco tinha “assinado um contrato”, paradoxalmente, se sentia mobilizada a apoiar o candidato justamente pelo caráter desinteressado expresso na sua atitude, mobilizando, pois, o *espírito da dádiva* e, portanto, à contraprestação.

De acordo com o relato da sogra do enfermo, ela se sentiu impelida a apoiar não porque estava movida pelo desejo de quitar uma dívida, mas pelo reconhecimento da generosidade daquele candidato e, obviamente, da sua qualidade moral, especialmente quando comparada ao outro político que tentou negociar *ajuda* por votos (GODBOUT, 1998).

Este por sua vez, ao fazer esse tipo de proposta atuou como um *aproveitador* corrompendo, pois, *o princípio da amizade* (PITT-RIVERS, 1971). Por consequência não só perdeu o apoio da família como, provavelmente, maculou sua reputação diante da comunidade, pois um evento como este dificilmente fica no âmbito privado.

Esses eventos demonstram que situações de enfermidade e de morte não são negociáveis e que a prudência com as palavras e a presença em momentos como este é imprescindíveis para a reputação moral de políticos e candidatos. Apresentar determinada conduta frente ao sofrimento alheio e “vigiar” as palavras nessas circunstâncias é uma exigência ética que compõe determinada gramática moral. E, portanto, dominar esta

gramática se configura em um desafio importante para os políticos que buscam se afirmar na política.

Ao escolher os candidatos, boa parte da população observa exatamente esse tipo de conduta ético-moral. Que não está necessariamente referida ao desempenho formal do político na câmara dos vereadores ou na gestão municipal, mas no tratamento dados aos casos em que sua ajuda é solicitada. Conforme advertiu um dos vereadores, a população costuma está pouco informada do que os políticos realizam no âmbito formal: as propostas de leis que realizam, as leis que votam e aprovam, os esforços empenhados ou não para destinar recursos para algumas áreas, etc., mas estão profundamente interessados em saber se esses políticos cumprem ou não aquelas promessas que concebem como parte de sua obrigação moral.

Isso porque o estabelecimento e o cumprimento de compromissos pessoais no âmbito do exercício da política não são necessariamente concebidos como um desvio da política, mas ao contrário, concebidos como sinônimo de conduta honrada e boa conduta moral, ao situar-se assim acabam se prestigiando frente aos eleitores e até mesmo aos adversários. E ainda que essas obrigações não estejam descritas em nenhum código, estão presentes nas expectativas que a população (eleitores) tem acerca dos compromissos que esses políticos estabelecem e na forma como honram esses compromissos frente ao eleitorado. E isso inclui, dentre outras normas, conduzir bem as palavras, saber se fazer presente e saber se ausentar nos momentos adequados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para realizar a pesquisa que resultou nesta tese, tinha como argumento que a saúde no município era um recurso social importante na aquisição de *capital político*. Parti do princípio que a saúde não era apenas um tema de campanha que “rendia votos”, mas era, sobretudo, um campo de produção de legitimação política. Tratava-se de confirmar uma verificação preliminar, a de que uma conduta solidária e prestativa no campo da saúde dotava de atributos políticos o ente assim reconhecido. Logo, ser prestativo, *ajudar* terceiros nos momentos de enfermidade, realizar *favores* diante dessas demandas ou realizar determinado *trabalho social* nesta área, sugeriam certa competência para a representação política aos olhos da *comunidade*.

O campo de estudo não só permitiu confirmar este argumento como possibilitou apreender pormenorizadamente as articulações que no campo da saúde, concorriam para a produção e reprodução de políticos. Ou seja, mostrou como o campo da saúde ao longo da história municipal foi se constituindo como lugar de aprendizado político, de aquisição e de desenvolvimento de competências reconhecidas como legítimas para entrar na política *stricto sensu*. Mostrou também como esta modalidade de aquisição de *capital político* figurava como alternativa de oposição ao “monopólio” político familiar na ocupação dos cargos de representação municipal.

Levando em conta que a entrada no campo da política demanda do iniciante o reconhecimento de certos atributos e competências específicos deste campo (certo *capital político*) e que o *nome de família* tem se configurado em um recurso político poderoso no universo político brasileiro, a questão da *ajuda* na saúde deste ponto de vista se mostrou um tema bastante relevante. Emergiu como uma entrada não convencional para pensar à ascensão aos cargos de representação política. Apresentou-se como um contraponto ao acesso ao poder por aqueles nomes que ganham visibilidade política e credibilidade ao entrar na disputa eleitoral pelo simples fato de herdar um sobrenome. Isto é, um contraponto à trajetória daqueles indivíduos que ascendem ao poder meteoricamente quando aparecem no cenário político local, regional e/ou nacional pelo fato de descenderem de grupos familiares conhecidos na política e que, portanto, são reconhecidos como herdeiros (as) de determinada tradição política familiar (DUARTE, 1966; MIGUEL, 2003; BOURDIEU, 2007; CORADINE, 1997; CANEDO, 2011).

Ao observar o cenário de disputas políticas no município, foi possível notar que o *nome de família* era uma modalidade de ascensão política que havia produzido políticos considerados importantes no âmbito local. No entanto, muitos atores sociais que buscavam ascender aos cargos de representação política estavam mobilizados por outros recursos sociais não necessariamente associados a esse tipo de herança. Tratava-se daqueles políticos que necessitavam *fazer o nome* e/ou demonstrar possuir competências do universo político para ascender e se reproduzirem enquanto tal.

Nesse sentido, as demandas pelos serviços de saúde apareceram como um campo de produção de nomes para a política. Após trajetória de *favores* prestados à vizinhança, associados às necessidades de saúde, algumas pessoas acabavam *fazendo o nome*. O reconhecimento pelos *favores* prestados se transformava em relações de *amizade*, de confiança e respeito. Em razão disso, essas pessoas se destacavam em suas comunidades e, muitas vezes, no próprio município. Esse reconhecimento social se manifestava de muitas maneiras, dentre elas os convites para ocupar posições de importância em cerimônias locais, como bodas e batizados, por exemplo.¹⁸⁵ E se manifestavam especialmente em convites para “entrar na política” e na pressão da *comunidade* para que se candidatassem.

O potencial dessas pessoas para conseguir votos atraía personalidades da política que buscavam conquista-los como aliados, enquanto a disposição para *ajudar* (ser prestativo em momentos da doença) era um atributo identificado pelos moradores do município como uma qualidade política (uma qualidade para o exercício da mesma) e, portanto, uma capacidade para representar politicamente à *comunidade*.

Sendo assim, ao apresentar aquelas qualidades, que os identificava como um benfeitor na área da saúde, a pessoa se tornava um representante em potencial. Logo, o que parecia ser uma noção débil de representação política era uma interpretação sobre a ideia de representação e uma alternativa e/ou modalidade de representação política. Os políticos cuja prática da *ajuda* era anterior à candidatura reuniam as características para ser um “bom político” e, conseqüentemente, estavam capacitados para representar uma parte daquela pequena sociedade.

Dessa maneira, ser um benfeitor neste campo configurava um importante recurso de legitimação do “outsider” no universo da política e de reprodução na política para

¹⁸⁵ Esses convites em muitos momentos eram realizados como forma de agradecimento, reconhecimento e, portanto, de retribuir e prestigiar o convidado, pois na maioria das vezes, como me explicaram em várias ocasiões, esses convites eram feitos a alguém que a família tinha grande respeito e apreço. Essa relação entre cerimônias e esses tipos de convite apareceu com maior intensidade na ocasião da pesquisa sobre os rituais (SARMENTO, 2006).

personalidades já estabelecidas. A relevância de uma conduta orientada para esse tipo de *ajuda* apareceu nas declarações dos próprios políticos e dos moradores locais. Era importante conciliar esse tipo de conduta ética até mesmo com outros recursos como o *nome de família*. Os políticos eleitoralmente mais bem-sucedidos de uma das famílias mais proeminente da política local, também desenvolviam atividades nessa área. A presença de algumas famílias no âmbito dos cargos representativos através das gerações coincidia com a articulação desse recurso social pelos membros desses grupos, desde os mais antigos aos *novatos*. Ou seja, eram famílias que para além do *nome* mantinham também estreita relação com algum tipo de *assistência na área de saúde*.

No que se refere aos candidatos “de primeira viagem”, aqueles que se candidataram pela primeira vez sem vínculos familiares estabelecidos na política, os mais exitosos em termos de votos e/ou prestígio (indicado pela reputação e notoriedade atribuída ao político pela população local) também eram os que estavam engajados no “trabalho social na saúde”.

No entanto, é importante destacar que o engajamento destes candidatos nesse tipo de assistência, em algumas circunstâncias, estava associado às atividades informais desempenhadas na política, alguns como cabo eleitoral e outros através de cargos de confiança. Segundo os candidatos com esse perfil, entrevistados no contexto deste trabalho, a partir dessas experiências eles entravam em contato com a “necessidade” de *ajuda*, seja porque viam os moradores procurarem os políticos em busca de assistência, seja porque eles próprios intermediavam a oferta de assistência na área médica por parte do político que apoiavam.

A partir dessa experiência, que representava também uma forma de aprendizado político, surgia a “vontade de ajudar” e, conseqüentemente, a ideia de se candidatar. Sendo assim, ao se apresentarem como candidatos, esses políticos possuíam antecipadamente algum tipo de *trabalho* ou atividade na área de saúde. Atividades estas que tornavam suas candidaturas legítimas aos olhos dos eleitores, especialmente quando a trajetória desses políticos ou candidatos era comparada à trajetória dos “políticos que não tinham nada para apresentar”, isto é, nenhum outro recurso social considerado pertinente para ocupar os cargos políticos.

Nesse sentido, o *trabalho social na saúde* se apresentava como uma espécie de recurso básico para a ascensão na vida política. Conforme a disposição do político para investir nesse tipo de “assistência”, da atenção e dedicação dispensada a essa atividade aumentava sua chance de êxito *na política*, independentemente do acúmulo ou não de outros recursos sociais

(como a filiação partidária, militância, etc.), isso porque a realização desse tipo de atividade ligava quase que automaticamente o político a uma das características localmente definidoras daqueles que, segundo a teoria nativa, levavam “jeito para a política”, que eram “povão” (eram/estavam acessíveis).

No entanto, ao contrário da herança política familiar, dos políticos herdeiros do *nome de família*, a reputação e o prestígio conquistados através da assistência na saúde não era herdados. Os descendentes de um político cuja trajetória exitosa estivesse associada a sua atuação na saúde não conseguiam se eleger ou “faz seu travesseiro” se não estivessem eles próprios envolvidos com esse tipo de atividade, porque ainda que recebessem algum apoio e votos por dívidas morais e *favores* prestados pelo ascendente, esse apoio não era suficiente para elevá-los ou mantê-los no cargo político pleiteado. Um dos mais antigos vereadores locais cuja reputação foi atribuída à prestação de assistência na saúde, desde que se aposentou tentava eleger um herdeiro sem sucesso (os herdeiros foram derrotados nas três eleições em que participaram).

Na concepção local, ambos os filhos desse político não apresentavam a mesma predisposição para *ajudar* como o pai (nenhum *trabalho social*) e tampouco eram *povão* ou *carismáticos* para conquistar à população e ganhar votos. Logo, o apreço pelo pai e o reconhecimento pelos serviços prestados por ele às famílias e à comunidade não se estendiam aos filhos. Não obstante, o seu apoio político costuma ser requisitado ainda hoje por facções políticas locais, fato que assinala para sua notoriedade e prestígio.

Sem dúvida o *capital político* produzido pela atuação no campo da saúde tem sido um mecanismo importante de configuração da política no município e compõe determinado quadro político. No entanto, se por um lado, a *ajuda* que configura esse *capital* pode ser entendida como um mecanismo interessante de acesso à política que rompe, de certo modo, com o monopólio geralmente exercido por determinados grupos ou uma elite política local, por outro ao conceber o eleitor como um necessitado de *ajuda*, os políticos não necessariamente investem sua energia em melhorar à saúde e as condições de acesso aos serviços de saúde de forma universal, mas ao contrário, atendem de maneira personalizada facilitando o acesso a esses serviços em forma de *favores* dando, pois, continuidade a um padrão de conduta política em que “a carência substitui o direito” (OLIVEIRA, 2007).

Esse tipo de conduta política estava marcado na fala dos próprios políticos através de suas narrativas pormenorizadas sobre o atendimento que realizavam. Alguns, inclusive, mantêm uma espécie de diário de atendimento onde estão registrados o tipo de

ajuda/mediação e os dados dos beneficiários da *ajuda*. Um desses políticos ao final da entrevista revelou: “Tem gente aqui, que abaixo de Deus agradeça a mim”. Indicando que sua intervenção/socorro havia sido fundamental para a restituição da saúde dessas pessoas.

No entanto, a multiplicidade de situações que compõe o que políticos e eleitores identificavam como *ajuda* e o mosaico de sentidos que cada ato de *ajudar* ou de receber *ajuda* expressa, não me permite afirmar como afirma Vieira (2002), que essas atividades de assistência na área de saúde se tratavam apenas de um “clientelismo político disfarçado de ajuda”.

Ademais da dimensão do interesse por votos, que aparecia em algumas situações, a *ajuda* especialmente aquela na saúde, demandava um esforço pessoal para manter uma conduta ética frente ao eleitorado que não podia ser ignorado. Ficou evidente que alguns políticos locais, inclusive vereadores, optavam por outras formas de “conquistar” os eleitores, adotando modos de agir aparentemente mais pragmáticos, quiçá mais próximos daquilo que podemos chamar de clientelismo, pois baseados em trocas imediatas – em períodos eleitorais – e que segundo os próprios políticos, diminuía a *aporrinhção* pela qual passava aqueles que se colocavam à disposição para *ajudar*. Ou seja, evitavam ser incomodado em momento inoportuno, serem procurados com frequência, ter que dar atenção a determinados pedidos, etc.

Faziam parte deste modo de operar, a doação de itens (objetos materiais ou dinheiro) demandada por algum eleitor ou mesmo ofertada pelo próprio político espontaneamente, atos notadamente reconhecidos por seus pares e por parte da população como uma forma interessada de cooptar os votos. “A Eliana mesmo, teve aqui esses dias e ofereceu tijolos para o pessoal”, contou um morador local. Essa citação não foi uma mera informação, mas parte de uma crítica deste morador sobre a atuação de uma vereadora, durante o período-político eleitoral em 2016. Uma atitude definida por ele como *descarada* para tentar ganhar votos. Um tipo de conduta que segundo sua opinião havia revelado uma má índole política por parte da candidata.

Atitudes como a realizada pela vereadora citada, em muitas circunstâncias foram criticadas por moradores locais. No entanto, é preciso enfatizar que há sempre uma grande diferença entre o que o pesquisador identifica como sendo clientelismo e a forma como a população que ele estuda o entende. As definições locais não são produzidas a partir de teorias, mas obviamente articulando um quadro de referências onde o principal eixo são as experiências de vida. O pesquisador partindo de certas definições hegemônicas e reificadas

dentro do seu quadro de referências teóricas, às vezes tende a encaixar as relações e fenômenos apreendidos durante o trabalho de campo dentro deste parâmetro. E quando estes fenômenos escapam ou desafiam às fórmulas produzidas de antemão (as teorias), não raro são definidos como equivocados e/ou ficam engessados por aquelas referências.

O trabalho de campo longe de confirmar que a *ajuda na saúde* se reproduzia como uma relação clientelista porque a população carente se sujeitava a receber ajuda em troca de votos, mostrou que esta era também uma forma de controle social e de sujeitar os políticos à determinada regra de conduta. Ainda que esta dissesse respeito àquelas que regem as relações de amizade. A ação do político *interesseiro* e *individualista* era de certa maneira restringida e o seu êxito político comprometido, ainda que este pudesse ganhar alguma eleição lançando mão de práticas consideradas desonestas no jogo das disputas políticas.

Outra questão que merece ser ressaltada é o fato de que a população (eleitores) “não é ingênua” e até certo ponto estava familiarizada com temas e termos como clientelismo e interesse. Em várias entrevistas, os interlocutores se mostraram atentos a esses fenômenos e chegavam a enfatizar que sabiam perfeitamente quando os políticos tentavam levar vantagem e agiam por interesse próprios.

No entanto, a fórmula como a população pensa o clientelismo obviamente não é a mesma fornecida pela definição de um estudioso no assunto como, por exemplo, Murilo de Carvalho (1997), mas produzem um tipo de teoria articulando parte dessas concepções produzidas externamente com aquelas articuladas na prática da vida cotidiana. Em razão disso, a política no contexto deste trabalho foi pensada à luz de Arendt (1999), como uma relação resultante da interação entre visão de mundo e ação de homens concretos (ou determinado grupo social) em determinado tempo/espaço.

Ao me aproximar do objeto empírico partindo dessa perspectiva, ficou evidente que a noção da política como relações vivenciadas em determinado *recorte de tempo*, tal como sugere Palmeira (1996), era fundamental para captar os sentidos das práticas de *ajuda* naquele universo social, isto é, aquelas consideradas “obrigatórias”, “permitidas”, esperadas, “inadequadas”, descaradas e/ou abomináveis em cada tempo e espaço (dentro e fora do *tempo da política*).

Confirmou-se também uma questão levantada por Heredia (2002), quando a autora afirma que não é simples a tarefa de definir uma ação como clientelista ou não clientelista, pois há uma linha muito tênue entre ambas quando as relações são apreendidas empiricamente. Conforme observado durante o campo, uma conduta tomada como clientelista

no contexto *da política* porque vista como interessada, podia ser bem vista quando adotada fora do *tempo da política* ainda que, eventualmente, pudesse vir a produzir votos no tempo devido. Em razão dessas complexidades, até mesmo aqueles políticos tidos como experimentados no combate à prática clientelista encontravam dificuldade para discernir esses limites e às vezes agiam ambigualmente.

No município, por exemplo, as ações que os políticos desenvolvem fora do tempo eleitoral não eram concebidas como calculistas ou interessadas. Se o *trabalho social* fosse realizado antes, durante e depois das eleições e se o ânimo para *ajudar* e oferecer *ajuda* igualmente persistisse, era tomado como indicativo de uma inclinação “natural” para ajudar e, portanto, sinal de boa conduta política e não necessariamente de uma conduta clientelista, pois esta também estava mal vista pela população local. O que significa que o julgamento da pessoa do político não se encerra com a política, mas se estende no tempo como parte de uma relação prolongada.

No entanto, reconhecer que o clientelismo enquanto categoria teórica não consegue explicar as múltiplas situações empiricamente apreendidas, não se trata de negar a existência de relações clientelistas, mas de reconhecer que nem toda *ajuda* no campo da política pode ser explicada sob esse viés e tampouco ser definida enquanto tal.

Ao tentar não rotular de antemão às relações que passavam pela questão da *ajuda na saúde* como clientelista *buscou-se* apreender e descrever como a política é no município (como funciona no tempo/espço daquela comunidade política) e não como ela deveria ser, conforme determina uma ou outra teoria, embora o diálogo frequente com determinada literatura tenha sido imprescindível.

Algumas dessas literaturas, inclusive, foram bastante interessantes no sentido de possibilitar confrontar e transcender certas ideias. Especialmente no que se refere àqueles trabalhos acadêmicos mais ou menos recentes sobre a ajuda ou especificamente sobre a assistência na saúde que tive contato, pois estavam indistintamente calcados em três princípios básicos (VIEIRA, 2002; LENARDÃO, 2006; SILVA FILHO, 2011; PASE ET AL, 2012)

- i. Que a ajuda/assistência e relações clientelistas – clientelismo na saúde ou na política - eram sinônimos (“clientelismo disfarçado”);
- ii. Que o clientelismo – na política ou na saúde - resultava da pobreza material das populações necessitadas articulada à insuficiência/ineficiência dos serviços públicos;

- iii. Que resultava da atuação oportunista de políticos cujo modo de operar era considerado clientelista (como uma cultura política dos políticos e/ou da população);

Embora eu tenha encontrado muitas semelhanças empíricas entre alguns desses estudos e meu próprio campo de pesquisa, o uso da noção de política como uma atividade de caráter não permanente, foi fundamental para que eu pudesse apreender aspectos da *ajuda* impossíveis de serem captados se submetidos à perspectiva do clientelismo (PALMEIRA, 2002).

Partindo da ideia de que estranhar categorias teóricas naturalizadas na academia e apreender os fenômenos políticos a partir de outras “entradas” são exercícios importantes para lançar luz sobre a complexidade de determinados fenômenos muitas vezes reduzidos a uma interpretação de caráter normativo, busquei apresentar a lógica moral que operava as diferentes categorias de *ajuda*, inclusive aquelas explicações que permitiam definir uma ação interessada a partir da própria teoria nativa. De como os moradores do município estudado compreendiam e expressavam as relações no campo da política (CANEDO, 2005; VÁZQUEZ, 2014).

A partir da experiência de campo me parece pertinente realizar algumas ponderações que possam, talvez, contribuir de alguma forma para reflexões futuras sobre o tema.

Ao me deparar com os artigos: “Poder, violência e dominação simbólicas nos serviços públicos de saúde” (PEREIRA, 2004) e “Cultura e instituições de saúde: estudando a participação de traços culturais da sociedade brasileira no processo de trabalho de serviços de atenção básica” (PINTO & NAJAR, 2011), ficou patente que o campo da saúde sob a perspectiva da atuação política merece ser aprofundado, pois reafirmar a existência do clientelismo na saúde ou que a saúde tem se tornado um “nicho para o mercado eleitoral” não explica a complexidade de questões que dizem respeito ao tema e que transcendem o campo da política propriamente dito.

A saber, a tentativa de *colonização* da política pelos agentes econômicos que se materializa em determinadas ações ou negligências, em diferentes áreas da vida, se evidencia no campo da saúde a partir das distintas formas de dominação e violências simbólicas que redundam em comportamentos e crenças que reproduzem essa dominação. Ao desconsiderar essas nuances interpretando-as apenas sob o ângulo da “necessidade” e do “interesse” estaríamos, a meu ver, ratificando essa dominação e violências (OLIVEIRA, 2007).

A questão não é, essencialmente, se existe ou não clientelismo político na saúde, mas sob que conjunturas e condições históricas, sociais, econômicas, culturais, locais e globais essas relações são favorecidas.

No Brasil, tanto o acesso à política (pensada enquanto processo de construção da cidadania, do estabelecimento do voto e da participação política), quanto o acesso a direitos como a saúde podem ser pensados em termos de um processo doloroso e às vezes violento em que se conjugou (conjugam) violência física e simbólica.

A história da saúde, especialmente da saúde pública tem sido uma história marcada não apenas por avanços, mas, sobretudo por retrocessos. Por versões de saúde e de políticas públicas de saúde, autoritárias e excludentes resultantes das disputas e controvérsias entre dois campos: o campo da política (o estado e os políticos) e o campo médico (profissionais da saúde e a *indústria da saúde*)¹⁸⁶.

A saúde pública no Brasil variou de um modelo de atendimento condicionado a sindicalização profissional e excludente (atendimento médico atrelado aos Institutos de Seguridade Social – IAPs), passando por um modelo baseado na estratégia de sucateamento da saúde pública e incentivo ao setor privado¹⁸⁷, chegando ao Sistema de Saúde Pública (SUS) atual que representa uma grande conquista por direitos, mas, no entanto sua consolidação ainda é um processo inacabado, pois os resquícios das antigas políticas de saúde, articulados a conjuntura neoliberal, a partir do qual esses serviços foram organizados, tem dificultado a sua consolidação (LUZ, 1991; OLIVA-AUGUSTO & COSTA, 1999; VIEIRA, 2002; RODRIGUES, 2014).

Trata-se de uma conjuntura de redução (ou cortes) crescente dos recursos públicos para o setor da saúde (que atravessou vários governos) e de conseqüente desprestígio da saúde pública. Diante disso, a cooptação dos trabalhadores pelas empresas de planos de saúde privados, processo que segundo Rodrigues (2014) tem redundado na seguinte equação: a luta

¹⁸⁶ Tensão decorrente do esforço de consolidação da profissão médica, que gozava de pouco prestígio por aqui até finais do século XIX, e de sua afirmação como poder incorporando-se ao aparelho do Estado. E da tentativa dos políticos para submeter a “ordem/saber médica” aos seus próprios interesses e autoridade. Tensão ainda não resolvida, haja vista as contradições, acusações e etc. presente na relação entre os dois campos. (MACHADO ET AL, 1978; CORADINE, 1997; MIRANDA, 2002).

¹⁸⁷ Para Luz (1991, p 81), os problemas na saúde pública ainda não resolvidos foram aprofundados e/ou produzidos no período da ditadura. Segundo a autora, durante esse período houve uma “estratégia de medicalização social sem precedentes na história do país” houve uma forte expansão da oferta de serviços médicos de caráter privado e empresarial, voltados exclusivamente para o lucro. Enquanto o ensino médico se caracterizou pela *especialização e sofisticação tecnológica* distanciada da realidade sanitária da população e cada vez mais “dependente das indústrias farmacêuticas e de equipamentos médico-hospitalares”. Durante o período, a rede privada de saúde chegou a ser financiada em 80% por verbas públicas (LUZ, 1991, P. 87)¹⁸⁷.

(pressão) da população por melhores condições e qualidade no serviço público se converte em uma forte aspiração para adquirir os planos de saúde privados. Isto é, os trabalhadores vêm sendo atraídos de tal modo para os seguros de saúde ao longo do tempo, que os sindicatos ultimamente têm investido grande energia para conseguir ampliar o acesso a esses serviços, tornado o setor privado um “poderoso competidor do SUS, seja por recursos financeiros e humanos, seja por corações e mentes de grande parte da sociedade” (LUZ, 1991; OLIVA-AUGUSTO & COSTA, 1999; VIEIRA, 2002; RODRIGUES, 2014)¹⁸⁸.

Diante do que foi exposto, antes de falar de clientelismo na saúde é preciso ter em conta as idiossincrasias que conformam a tensa correlação de forças que atuam no campo da saúde. A saber, as forças políticas, os interesses econômicos articulados pela “indústria da saúde” e o monopólio de informações e corporativismo médico (PEREIRA, 2004).

Há que se levar em conta também, as representações de política e de saúde pública (e serviços públicos em geral) produzidas neste cenário de disputas e transmitidas para a população através de discursos ideológicos disfarçados de notícia, como os de que a corrupção na política é um problema endêmico e de que um serviço não pode ser bom se for público.

Esse tipo de discursos repetido na fala de moradores do município resulta, como já mencionei em ocasião anterior, da profunda descrença na política, no papel dos políticos e nas suas instituições, bem como no descrédito da população diante das instituições políticas e de sua capacidade de promover, pelas vias formais, o acesso aos direitos às pessoas “comuns”, restando, portanto, contar com formas alternativas de acesso e com uma mediação personalizada onde a *ajuda na saúde* pode ser uma delas.

Essa descrença tende a se agravar diante de cada dificuldade vivenciada como sofrimento pelos usuários dos serviços públicos. Pinto & Najar (2011), por exemplo, chamam à atenção para o tema da burocracia (etapas formais) nos serviços de saúde, que segundo as autoras se materializa em procedimentos e protocolos tecnicamente justificados para encaminhar os atendimentos, mas que às vezes são excessivamente morosos e agravantes em contextos em que a urgência é uma demanda.

¹⁸⁸ Com base em dados da Agência Nacional de Saúde, Rodrigues (2014, p.39). Afirma que é sintomático em “um dos países de maior desigualdade social e econômica do mundo, as empresas de seguros privados de saúde detêm expressiva parcela do mercado – em 2010 havia 45 milhões de segurados numa população de 190 milhões de pessoas, em torno de 24% do total”. E revela que uma pesquisa divulgada em 2011 pela imprensa “mostrou que 90% dos trabalhadores brasileiros queriam planos privados de saúde, o que colocava esse ‘benefício’ como o primeiro na lista dos mais desejados do país”.

Sendo assim, as autoras observaram que o discurso da burocracia era minimizado quando o demandante do serviço de saúde possuía um conhecido a quem pudesse recorrer para agilizar os trâmites. Desse modo, era possível eliminar a maior parte das etapas otimizando o tempo disponível. O que leva a suspeitar que parte desses procedimentos, ainda que necessários, são arbitrariamente organizados se configurando em mais uma violência simbólica exercida nos ambientes de saúde. Diante dela a saída para parte da população era acionar as relações pessoais, ou o “jeitinho” conforme identificaram as autoras.

Os trâmites burocráticos são uma das principais queixas dos usuários dos serviços públicos quando necessitam atendimentos. Às vezes muitas narrativas de enfermidade estavam centradas na busca de dar soluções a esses trâmites. Algumas pessoas temiam necessitar realiza-los ou evitavam o atendimento para não ter que passar pela humilhação de ter que ir e vir de um lado para outro e/ou ser mal atendidos na busca para satisfazer sua necessidade de saúde. Em razão disso, muitas vezes essas pessoas buscavam diretamente a *ajuda* de intermediários.

Essas e outras tantas situações concorrem para a formulação de representações que desmoralizam o serviço público e a política, enquanto espaço de realização de soluções públicas para a saúde, mas não necessariamente enquanto espaços para articulação de ajudas moralmente reconhecidas.

No município estudado, o escândalo envolvendo o desvio de dinheiro público da saúde em benefício de um laboratório de exames privado, conforme matéria no anexo 2, tem contribuído ainda mais para a descrença da população no que se refere ao papel formal dos políticos para melhorar e ampliar o acesso a saúde pública. No entanto, aquele episódio expõe também a articulação entre a política e os interesses econômicos e privados – onde estão associados profissionais da área médica e profissionais do campo da política (lobistas, etc.).

Diante da complexidade (dilemas, interesses e questões) que envolve a relação entre política e saúde, a atuação dos políticos no que se refere à demanda, a oferta e acesso dos serviços de saúde pública mais do que uma prática clientelista, resulta de um sistema de dominação e violência simbólica que articulam interesses no campo da saúde e no campo da política, que transcendem as fronteiras da localidade, mas que estão fortemente articuladas também a certa moralidade local.

Como resultado do estudo empírico no município, exatamente essa dimensão moral presente nos atos de *ajuda na saúde* possibilitou observar que nem toda assistência se tratava de interesse material e cálculo, mas estavam motivadas também por sentimentos e valores

compartilhados pelos atores sociais, políticos e eleitores, e que transcendiam as explicações convencionais (GODBOUT, 1998).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACRUCHE, Roberto Pinheiro. **Apontamentos para a história de São Francisco de Itabapoana**. Niterói: EDG Ed. Gráfica Ltda, 2002.
- ANTUNES, José Leopoldo Ferreira. **Medicina, leis e moral: pensamento médico e comportamento no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Editora Fundação da UNESP, 1999.
- ALVES, Alessandro Cavassin. **Clientelismo eleitoral e coronelismo político: estudo de um pequeno município**. In: CODATO, A. & SANTOS, F. J. (orgs.). *Partidos e eleições no Paraná: uma abordagem histórica*. Curitiba: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, 2006.
- APPADURAI, Arjun. **Dimensões culturais da globalização: a modernidade sem peias**. Lisboa: Teorema, 2004.
- ARAÚJO, José Duarte de. **Polarização epidemiológica no Brasil**. In: *Revista Epidemiologia e Serviço de Saúde*. Brasília, v. 21, n. 4, dez. 2012. Disponível em <http://scielo.iec.pa.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S167949742012000400002&lng=pt&nrm=iso>.
- ARENDT, Hannah. **O que é Política?**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- ARIÈS, Philippe. **A história da morte no Ocidente**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.
- ARIÈS, Philippe. **O homem diante da morte**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, vol. 1, 1981.
- ASSIS, Luiz Gustavo Bambini. **Financiamento de campanha e fidelidade partidária: Desafio intransponível?**. Em: *Revista Gestão & Políticas Públicas* 1(1):1-18, 2011.
- AUGÉ, Marc. **Por qué vivimos?** Barcelona: Gedisa Editorial, 2004.
- AUYERO, Javier. **La política de los pobres: Las prácticas clientelistas del peronismo**. Buenos Aires: ediciones Manantial, 2001.
- AUYERO, Javier. **Los límites reales del clientelismo**. *El País* [Argentina]. 8 ago. 2004. Disponível em <http://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/1-39331-2004-08-08.html>.
- BAHIA, Alexandre & NUNES, Dierle. **Crise da democracia representativa: infidelidade partidária e seu reconhecimento judicial**. Em: *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte, n. 100, p. 57-84, jan./jun. 2010.
- BARROS, José Augusto C.. **Pensando o processo saúde doença: a que responde o modelo biomédico?**. Em: *Saude e Sociedade soc.* [online]. vol.11, n.1 p. 67-84, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902002000100008&lng=en&nrm=iso>
- BAILEY, Frederic. G. **Gifts and Poison: The Politics of Reputation**. Oxford: Basil Blackwell, 1971.
- BEZERRA, Marcos Otávio. **Em nome das “bases”. Política, favor e dependência pessoal**. Rio de Janeiro: Relumé Dumará, 1999.
- BEZERRA, Marcos Otávio. **Políticos, representação política e recursos públicos**. In *horizonte Antropológicos*. v. 7, n. 15, 2001.
- BIAZZO, Pedro Paulo. **Relações campo-cidade na região norte fluminense: ruralidades e urbanidades em transformação**. Dissertação de mestrado: Centro de Tecnologia/ Instituto de Geografia/UERJ, 2009.
- BLANCO, Ignacio Iturralde. **Comunidades encadenadas: análises de la cultura política y el caciquismo en un distrito de Oaxaca (1915-2014)**. Tesis doctoral. Doctorado en Estudios Avanzados em Antropología Social. Facultad de Geografía e Historia Universitat de Barcelona, 2014.
- BODSTEIN, Regina Cele de A.. **Cidadania e modernidade: emergência da questão social na agenda pública**. In: *Cadernos de Saúde Pública*. Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 185-193, Abril, 1997. Disponível em

<http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1997000200002&lng=en&nrm=isso>

BOURDIEU, Pierre. **A representação política.** In: *O poder simbólico.* Rio de Janeiro/Lisboa: Bertrand Brasil/Difel, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **A delegação e o Fetichismo Político.** In: *Coisas ditas.* São Paulo: Brasiliense, 1990

BOURDIEU, Pierre. **Espírito de Estado, Génesis y Estructura del Campo Burocrático.** In: Bourdieu, Pierre. *Razones prácticas. Sobre la Teoría de la acción.* Barcelona, Editorial Anagrama, 1997, pp. 91-125.

BOURDIEU, Pierre. **Senso de honra.** In: CORRÊA, Mariza (org.). *Textos Didáticos Ensaio sobre a África do Norte.* IFCH/UNICAMP, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **O mistério do ministério: das vontades particulares a “vontade geral”.** Em: CANÊDO, Leticia Bicalho (org.). *O sufrágio universal. E a invenção democrática.* São Paulo: Estação Liberdade, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **O campo político.** *Revista Brasileira de. Ciência. Política.* Brasília, n. 5, p. 193-216, 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522011000100008&lng=en&nrm=iso>

BREMAEKER, François E. J. de. **Perfil dos prefeitos do estado do rio de janeiro (2013 – 2016).** *Estudo Técnico Associação Transparência Municipal.* Salvador, 2012. http://www.oim.tmunicipal.org.br/abre_documento.cfm?arquivo=_repositorio/_oim/_documentos/9FCA2B0F-92FF-CD17-DB9A47514F71C17B12112012054804.pdf&i=2150

BREMAEKER, François E. J. de. **Perfil dos prefeitos do Brasil (2013 – 2016).** *Estudo Técnico Associação Transparência Municipal.* Salvador, 2012. http://www.oim.tmunicipal.org.br/abre_documento.cfm?arquivo=_repositorio/_oim/_documentos/9FCA2B0F-92FF-CD17-DB9A47514F71C17B12112012054804.pdf&i=2150

BRENNER, S. **The Domestication of Desire: Women, Wealth, and Modernity in Java.** Princeton: Princeton University Press, 1998.

CANEDO, Leticia Bicalho. **Ritos, símbolo e alegorias no exercício profissional da política.** In: CANEDO, Leticia Bicalho (org.). *O sufrágio universal. E a invenção democrática.* São Paulo: Estação Liberdade, 2005.

CANEDO, Leticia Bicalho. **Um capital político multiplicado no trabalho genealógico.** In: *Revista Pós-Ciências Sociais.* v. 8, n. 15, 2011.

CARDOSO, Roberto Cardoso de. **O trabalho do Antropólogo.** In: *Revista de Antropologia.* São Paulo: USP, v.39, n. 1, 1996.

CARNEIRO, Maria José. **Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf.** In: *Revista Estudos Sociedade e Agricultura,* n.º 8, abril, Rio de Janeiro: UFRRJ, 1997.

CARVALHO, José Murilo. **Mandonismo, coronelismo e clientelismo: uma discussão conceitual.** In: *revista dados,* Rio de Janeiro, v.40, n. 2, p.229-250, 1997.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil - um longo caminho.** 3ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil.** Cidadania no Brasil - um longo caminho. 10ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CASTAN, Yves. **Política e vida privada.** In: CHARTIER, Roger (org.). *História da vida privada, 3: da Renascença ao Século das Luzes.* São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede.** São Paulo: Paz e Terra, 2013.

CAVALCANTE, Simone Gadêlha. **ENTRE A CIÊNCIA E A REZA: Estudo de caso sobre a incorporação das rezadeiras ao Programa de Saúde da Família no município de**

Maranguape-Ce. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2006.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010. **Características da população e dos domicílios: resultados do universo.** Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_da_populacao/resultados_do_universo.pdf>. Acesso em: mar. 2013.

CHAMPAGNE, Patrick. **Formar a opinião.** Petrópolis: Vozes, 1996.

CHAUÍ, Marilena Chauí. **Convite à Filosofia.** Editora Ática: São Paulo, 2000.

CHAUÍ, Marilena Chauí. **O que é a política?** In: NOVAES, Adauto (org.). *O esquecimento da política.* Rio de Janeiro: Agir, 2007.

COMERFORD, John Cunha. **Como uma família: sociabilidade, território de parentesco e sindicalismo rural.** Rio de Janeiro: Relumê Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2003.

CORADINI, Odacir Luiz. **Em nome de Quem? Recursos Sociais no Recrutamento de Elites Políticas.** Rio de Janeiro: Relumê Dumará: Núcleo de Antropologia Política/UFRJ, 2001.

CORADINI, Odacir Luiz. **Grandes famílias e elite profissional na medicina no Brasil'.** Em: História, Ciências, Saúde—Manguinhos, vol. II (3): 425-66, 1997.

CORADINI, Odacir Luiz. **Relações profissionais e disputas eleitorais.** In: PALMEIRA, Moacir; BARREIRA, César (orgs). *Política no Brasil: visões de antropólogos.* Rio de Janeiro: Relumê Dumará: Núcleo de Antropologia Política/UFRJ, 2006.

CRUZ, José Luiz Viana da. **Origem, natureza e persistência das desigualdades sociais no norte fluminense.** In: CARVALHO, Ailton Mota; TOTTI, Maria Eugenia Ferreira (Orgs.). *Formação histórica e econômica do Norte Fluminense.* Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

CUNHA, Alexandre Mendes. **Patronagem, Clientelismo e redes clientelares: a aparente duração alargada de um mesmo conceito na história política brasileira.** In: *Revista História,* São Paulo, v.25, n.1, p.226-247, 2006.

DA MATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro.** Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

DAS, Veena. **Sujetos del dolor, agentes de dignidade.** Francisco A. Ortega: Bogotá: Universidad Nacional de Colombia. Facultad de Ciencias Humanas. Pontificia Universidad Javeriana. Instituto Pensar, 2008.

DEMO, Pedro. **Metodologia do conhecimento científico.** São Paulo: Atlas, 2000.

DEMO, Pedro. **Pobreza Política: a pobreza mais intensa da pobreza brasileira.** Campinas-SP: Armazem do Ipê (Autores Associados), 2006.

DUARTE, Nestor. **A Ordem Privada e a Organização Política Nacional.** São Paulo: Brasiliense, 1966.

ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders.** Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

ELIAS, Norbert. **La soledad de los moribundos.** Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1989.

EVANS-PRITCHARD, E.E. **Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande.** Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

FARIAS, Francisco Pereira de. **Clientelismo e democracia capitalista: elementos para uma abordagem alternativa.** *Revista de Sociologia Política,* Curitiba, n. 15, Nov. 2000. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782000000200004&script=sci_arttext#n2>

FERREIRA, L. O.; MAIO, M. C. e AZEVEDO, N.: **A Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro: a gênese de uma rede institucional alternativa.** História, Ciências, Saúde— Manguinhos, IV(3): 475-491, nov. 1997-fev. 1998.

FIGUEIREDO, Alessandro Farage. **Eleições e territórios**. Tese de Doutorado: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 2013.

FOULCAULT, Michel. **Estratégias de poder**. Barcelona: Paidós, 1999.

FONSECA, Francisco. **A corrupção como fenômeno político**. In: Le Monde Diplomatique, 2014. Disponível em <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=998>.

FREITAS, Andreia. **Infidelidade partidária e representação política: alguns argumentos sobre a migração partidária no Brasil**. In: Caderno CRH, Salvador, v. 21, n. 52, p. 37-45, Jan./Abr. 2008.

GAGLIETTI, Mauro José. **Dyonélio Machado e Raul Pilla: médicos na política**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

GARCIA Jr., Afrânio Raul. **O sul caminho do roçado. Estratégia de reprodução camponesa e transformação social**. São Paulo: Marco Zero, 1989.

GARRAFA, Volnei; OSELKA, Gabriel; DINIZ, Debora. **Saúde Pública, Bioética e Equidade**. In: *Revista Bioética*, Brasília, v. 5, n. 1, 27-35, 2011. <Disponível em http://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/view/361/462>

GAUDENZI, P.; ORTEGA, F. **O estatuto da medicalização e as interpretações de Ivan Illich e Michel Foucault como ferramentas conceituais para o estudo da desmedicalização**. In: *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/icse/2012nahead/aop2112>.

GARRIGOU, Alain. **O rascunho do sufrágio universal: arqueologia do decreto de 5 de março de 1848**. In: CANÊDO, Letícia Bicalho (org.). *O sufrágio universal. E a invenção democrática*. São Paulo: Estação Liberdade, 2005.

GHIRARDI, José Garcez & CUNHA, Luciana Gross. **O voto do silêncio: abstenção eleitoral, representações de cidadania e participação política na pós-modernidade**. In: *Revista Direito Mackenzie*. v. 6, n. 1, p. 160-169, 2012.

GODBOUT, Jacques T. **O Espírito da Dádiva**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

GODBOUT, J.T. **Introdução à dádiva**. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais* [online]. 1998, vol.13, n.38, pp. 39-52.

HARVEY, David. **A Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1989.

HEREDIA, Beatriz M. A. **Entre duas eleições. Relação político-eleitor**. In: BARREIRA, Irllys; HEREDIA, Beatriz; TEXEIRA, Carla Costa (orgs). *Como se fazem eleições no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

HEREDIA, Beatriz M. A; PALMEIRA, Moacir. **O voto como adesão**. Em: CANÊDO, Letícia Bicalho (org.). *O sufrágio universal. E a invenção democrática*. São Paulo: Estação Liberdade, 2005.

HERZLIC, Claudine. **Saúde e Doença no Início do Século XXI: Entre a Experiência Privada e a Esfera Pública**. Em: *PHYSIS Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 14(2), p.383-394, 2004.

HOLANDA FERREIRA, Aurelio Buarque de. **Novo Dicionário Aurélio**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

ILLICH, Ivan. **A expropriação da saúde: nêmeses da medicina**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (2010). *Censo Demográfico – 2010* em <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=330475&idtema=5&search=rio-de-janeiro|sao-francisco-de-itabapoana|servicos-de-saude-2009>.

KERBAUY & TRUZZI. **Mobilidade e Política: considerações sobre a participação de imigrantes e seus descendentes em cidades médias do interior paulista**. Em: *Teoria & Pesquisa*, nº 32-35, 2000. pp. 157-179.

- KINZO, Maria D'Alva G.. **Partidos, eleições e democracia no Brasil pós-1985**. Em *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 19, n. 54, p. 23-40, 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092004000100002&lng=en&nrm=iso>.
- KÜBLER-ROSS, Elisabeth. **Sobre a morte e o morrer: o que os doentes têm para ensinar a médicos e enfermeiras, religiosos e aos próprios parentes**. São Paulo: Martins fontes, 1996.
- KOVÁCS, Maria Julia. **Educação para a morte: temas e reflexões**. São Paulo: Casa do Psicólogo/FAPESP, 2003.
- KRONEMBERGER, Thais Soares; BARBOSA ZANI, Felipe, ERTHAL VILLELA, Lamounier. **APLs e Desenvolvimento Territorial: um Estudo sobre o Programa Território da Cidadania Norte do Rio de Janeiro**. In: *Desenvolvimento em Questão* [online], ano 10, n.21, 2012. Disponível em:<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=75224619003>> ISSN 1678-4855>
- KUSCHINIR, Karina. **O cotidiano da política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- KUSCHNIR, Karina. **Antropologia e política**. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 22, n. 64, 2007. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092007000200014&script=sci_arttext.
- LACLAU, Ernesto. **La Razón Populista**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Econômica, 2007.
- LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa**. 3 ed. edição. São Paulo: Editora Atlas, 1996.
- LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- LEAL, Maria do Carmo; GAMA, Silvana Granado Nogueira da. **Nascer no Brasil**. In: *Caderno Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 30, supl. 1, p. S5, 2014. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2014001300001&lng=pt&nrm=iso,
- LEONARDÃO, Elisio. **O clientelismo político no Brasil contemporâneo: algumas razões de sua sobrevivência**. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Estadual Paulista – UNESP, 2006.
- LUZ, Madel Theresinha. **Notas sobre as políticas de saúde no Brasil de "transição democrática" - anos 80**. In: *PHISIS Revista de Saúde Coletiva*, vol. I, n. I, p. 77-96, 1991.
- MACHADO, R.; LOREIRO, A.; LUZ, R.; MURICY, C. **A Doação da norma: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1978.
- MACIEL, Maria Eunice de S. **A eugenia no Brasil**. In: *Anos Noventa*, Porto Alegre, n.11, 1999.
- MAGALHAES, Rosana et al. **A implementação do programa Bolsa Família: as experiências de São Francisco de Itabapoana e Duque de Caxias**. In *Ciências da Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 6, p. 1513-1524, Dec. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232007000600013&lng=en&nrm=iso>.
- MAIR, Lucy. **Introdução à Antropologia Social**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.
- MARQUES, Ana Cláudia. (2002) **Intrigas e questões. Vinganças de família e tramas sociais no sertão de Pernambuco**. Rio de Janeiro: Relume Dumará/NuAP:UFRJ.
- MARQUES, Ana Cláudia; VILELA, Jorge M. **Sobre a circulação de recursos nas eleições municipais no sertão de Pernambuco**. In: BARREIRA, Irllys; HEREDIA, Beatriz; TEXEIRA, Carla Costa (orgs). *Como se fazem eleições no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

- MARTINS, Ana Paula Vosne. **Visões do feminino. A medicina da mulher no século XIX e XX.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.
- MAUSS, Marcel. **As técnicas do corpo.** In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: EPU, v. 2, 1974.
- MAUSS, Marcel. **Ensaio de sociologia.** São Paulo: Perspectiva, 2001.
- MENEZES, Rachel Aisengart. **Em busca da boa morte: antropologia dos cuidados paliativos.** Rio de Janeiro: Garamond: FIOCRUZ, 2004.
- MENEZES, Rachel Aisengart. **A medicalização da esperança: reflexões em torno da vida, saúde/doença e morte.** *Amazonica Revista de Antropologia*, v.5, nº 2, p. 478-498, 2013. Disponível em <http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/viewArticle/1503>
- MENEZES, Rachel Aisengart. **A Solidão dos Moribundos: Falando Abertamente sobre a Morte.** Em: *PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 14 (1):147-171, 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/physis/v14n1/v14n1a09.pdf>
- MENICUCCI, Telma Maria Gonçalves. **O Sistema Único de Saúde, 20 anos: balanço e perspectivas.** In: *Caderno Saúde Pública*. Rio de Janeiro, 25(7): 1620-25, jul., 2009.
- MIGUEL, Luís Felipe. **Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso brasileiro.** In: *Revista Sociologia Política*. [online], 2003. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782003000100010&lng=en&nrm=iso.
- MIGUEL, Luis Felipe; MARQUES, Danusa; MACHADO, Carlos. **Capital Familiar e Carreira Política no Brasil: Gênero, Partido e Região nas Trajetórias para a Câmara dos Deputados.** *Dados*, Rio de Janeiro, v. 58, n. 3, p. 721-747, 2015. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582015000300721&lng=en&nrm=iso.
- MIRANDA, C. A. C. **Da Polícia Médica à Cidade Higiênica.** In: *Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano*, Recife, v59, p. 67-90, 2002.
- NEVES, Marcos Freire de Andrade. **Por onde vivem os mortos: o processo de fabricação da morte e da pessoa morta no segmento funerário de Porto Alegre.** Dissertação De Mestrado: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/UFRGS, 2014.
- NETO, A. de F. P.; AJARA, C. **Transformações recentes na dinâmica sócio-espacial do Norte Fluminense.** In: *Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, 15, Minas Gerais, 2006. Anais... Minas Gerais: ABEP, 2006. Disponível em <http://royaltiesdopetroleo.ucam-campos.br/wp-content/uploads/2017/05/ABEP2006>
- NUNES, Edson. **A gramática política no Brasil: Clientelismo e insulamento burocrático.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- OFFERLÉ, Michel. **A nacionalização da cidadania cívica.** Em: CANEDO, Leticia Bicalho (org.). *O sufrágio universal. E a invenção democrática.* São Paulo: Estação Liberdade, 2005.
- OLIVA-AUGUSTO, Maria Helena & COSTA, Olavo Viana. **Entre o público e o privado - a saúde hoje no Brasil.** Em: *Tempo Social; Revista Sociologia*. USP, São Paulo, 11(2): pp.199-217, 1999.
- OLIVEIRA, Francisco de. **Capitalismo e política: um paradoxo letal.** Em: NOVAES, Adauto (org.). *O esquecimento da política.* Rio de Janeiro: Agir, 2007.
- ORELLANA, Rodrigo Castro. **Medicina y capitalismo. Los usos políticos de la salud.** Em: *Revista Ciencia Política*, nº 7, pp. 7-25, 2009.
- OSCAR, João. **Escravidão & engenhos.** Rio de Janeiro: Achiamé, 1985.
- OSCAR, João. **Apontamentos para a história de São João da Barra.** Teresópolis, RJ: Mini Gráfica, 1977.
- PALMEIRA, Moacir. **Voto: racionalidade ou significado.** *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v. 20, n. 7, p. 26-30, 1992.

- PALMEIRA, Moacir. **Política, Facções e voto**. Em: GOLDMAN, Marcio; PALMEIRA, Moacir (orgs). *Antropologia, voto e representação política*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1996.
- PALMEIRA, Moacir. **Eleições municipais, política e cidadania**. Em: PALMEIRA, Moacir; BARREIRA, César (orgs). *Política no Brasil: visões de antropólogos*. Rio de Janeiro: Relumê Dumará: Núcleo de Antropologia Política/UFRJ, 2006.
- PALMEIRA, Moacir; HEREDIA, Beatriz. **Política ambígua**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: NUAP, 2010.
- PALMEIRA, Moacir; HEREDIA, Beatriz. **O voto como adesão**. Em: CANÊDO, Letícia Bicalho (org.). *O sufrágio universal. E a invenção democrática*. São Paulo: Estação Liberdade, 2005.
- PANIZZA, Francisco. **Introduccion. El populismo como espejo de la democracia**. In: PANIZZA, Francisco (org.). *El populismo o como espejo de la democracia*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009.
- PASE, Luis Hemerson; MÜLLER, Matheus; MORAES, Jennifer Azambuja de. **O clientelismo nos pequenos municípios brasileiros**. In: *Pensamento Plural*, Pelotas [10], p.181-199, 2012. PEIRANO, Marisa. **Etnografia, ou a teoria vivida**. In: *Ponto Urbe [online]*, 2008. Disponível em <http://pontourbe.revues.org/1890>
- PEREIRA, Wilsa Rocha. **Poder, violência e dominação simbólicas nos serviços públicos de saúde**. In: *Contexto de enfermagem*, 13 (3), p 391-400, 2004.
- PINTO, Alessandra Maria Silva; NAJAR, Alberto Lopes. **Cultura e instituições de saúde: estudando a participação de traços culturais da sociedade brasileira no processo de trabalho de serviços de atenção básica**. In: *Ciência e saúde coletiva*. Rio de Janeiro, v. 16, n. 11, p. 4375-4384, Nov. 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232011001200010&lng=en&nrm=iso>.
- PITT-RIVERS, Julian A. **Un pueblo de la Sierra: Grazalema**. Madrid: Alianza Editorial, 1971.
- POLLACK, Michel. **Memória, esquecimento e silêncio**. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Cpdoc/FGV, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- PRADO Jr. Caio. **A formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.
- RODRIGUES, José Carlos. **Reflexões sobre a liberdade, a morte e o poder**. In: RODRIGUES, José Carlos. *Ensaaios em antropologia do poder*. Rio de Janeiro: Terra Nova, 1992.
- RODRIGUES, José Carlos. **O tabu do corpo**. 7º ed. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2006.
- RODRIGUES, Paulo Henrique de Almeida. **Desafios políticos para a consolidação do Sistema Único de Saúde: uma abordagem histórica**. Em: *Revista História da ciência da Saúde-Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 37-60, Mar. 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702014000100037&lng=en&nrm=iso>.
- SANTOS, Karem Mata. **Fragmentação Territorial em Escala Municipal: o caso dos municípios de São João da Barra e São Francisco do Itabapoana/RJ**. Trabalho apresentado no VII Congresso Brasileiro de Geógrafos. Espírito Santo, 2014.
- SARMENTO, Gilmar G. S. **“deu um rebuliço danado para colocar o corpo na igreja”:** **morte, conflito e relações sociais**. Trabalho apresentado na X Reunião de Antropologia do Mercosul. Curitiba, 2011.
- SARMENTO, Gilmar. **Conformação, desespero e remorso: sentimentos e significados em funerais de uma pequena comunidade**. Trabalho apresentado no XXVIII Congresso Internacional da Associação latino-americana de Sociologia. Recife, 2011.

- SARMENTO, Gilmar G. S. **“Até que a morte nos separe”**: um estudo sobre os rituais matrimoniais e funerários numa comunidade rural fluminense. Dissertação de mestrado: CPDA/UFRRJ, 2006.
- SARTI, Cynthia A. **A família com o espelho um estudo sobre a moral dos pobres na periferia de São Paulo**. Tese de doutorado: Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo, 1994.
- SARTI, Cynthia A. **A dor, o indivíduo e a cultura**. In: *Saúde e Sociedade*. vol.10, n.1, 2001.
- SCHWARTZMAN, Simon. **A educação no Rio de Janeiro**. Disponível em <http://www.schwartzman.org.br/simon/pdf/educio.pdf>
- SCLIAR, Moacyr. **Hitória do conceito de Saúde**. In: *PHYSIS Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 17(1): 29-41, 2007.
- SCHOTTZ, Vanessa. **Programa Bolsa Família: dilemas e avanços no combate à fome e à miséria. Um estudo de caso do município de São Francisco de Itabapoana - RJ**. Dissertação de Mestrado. Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Osvaldo Cruz, 2005.
- SILVA, F.L. **Política como moralidade: a banalização da ética**. Em: NOVAES, Adauto (org.). *O esquecimento da política*. Rio de Janeiro: Adir, 2007.
- SILVA FILHO, Clidenor Barreto da. **Práticas clientelistas e dádiva como estratégia e hegemonia política. Uma análise sobre o campo da saúde em Mossoró**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2011.
- SCHMITT, Rogério. **Migração partidária e reeleição na câmara dos deputados**. In: *Novos Estudos CEBRAP*. N.º 54, julho 1999 pp. 127-146.
- SOUZA, Jessé de. **Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- SOUZA, Francisco Belisário Soares de. **Condições e garantias do exercício do voto**. Em: CANÊDO, Leticia Bicalho (org.). *O sufrágio universal. E a invenção democrática*. São Paulo: Estação Liberdade, 2005.
- SPECK, Bruno Wilhelm. **A compra de votos: uma aproximação empírica**. Em: *Opinião Publica*, Campinas, v. 9, n. 1, p. 148-169, 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762003000100006&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 20 Junho de 2015.
- TEIXEIRA, Carla Costa. **Honra moderna e política em Max Weber**. *Mana* [online]. Vol.5, n. 1, pp. 109-130, 1999. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131999000100005
- TURNER, Victor W. **O processo ritual: estrutura e anti-estrutura**. Petrópolis: Vozes, 1974.
- VALLADARES, Licia. **Os dez mandamentos da observação participante**. Em: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, vol.22, nº 63, 2007.
- VAN GENNEP, Arnold. **Os Ritos de Passagem: estudo sistemático dos ritos da porta e da soleira, da hospitalidade, da adoção, gravidez e parto, nascimento, infância, puberdade, iniciação, ordenação, coroação, noivado, casamento, funerais, estações etc**. Petrópolis: Vozes, 2011.
- VÁZQUEZ, Félix Talego. **Introducción a la Antropología de las formas de dominación**. Sevilla: Aconcagua Libros, 2014.
- VIDAL, Dominique. **A linguagem do respeito: a experiência brasileira e o sentido da cidadania nas democracias modernas**. *Dados*. Rio de Janeiro, v. 46, n. 2, p. 265-287, 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582003000200003&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 15 de junho 2015.

VIEIRA, Ana Cristina. **Clientelismo e serviços de saúde**. Em: *Revista de Políticas Públicas*. v. 6, n. 1, 2002. Disponível em <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/issue/view/265/showToc>

WEBER, M. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WERNECK, Laerte Guerra. **A fruticultura no sertão de São João da Barra**. In: SÃO JOSÉ, Abel Rebolças. *Produção e mercado*. Vitória da Conquista: DFZ/UESB, 1994.

Wolf, Eric. **Parentesco, amizade e relações patrono-cliente em sociedades complexas**. In: RIBEIRO, Gustavo Lins & FELDMAN-BIANCO, Bela (orgs.). *Antropologia e Poder. Contribuições de Eric Wolf*. Brasília: Editora UnB, 2003.

ANEXOS

Anexo 1 – Portal de entrada da cidade



Foto extraída do site da prefeitura da cidade em <http://www.pmsfi.rj.gov.br/>

Anexo 2 – O ministro da saúde e o setor de saúde privado

Maiores doador de campanha

epoca.globo.com/tempo/expresso/noticia/2016/05/maior-doador-de-campanha-do-ministro-da-saude-e-socio-de-gigante-de-planos-de-saude.html

Maiores doador de campanha do ministro da Saúde é sócio de gigante de planos de saúde

Elon Gomes de Almeida, presidente do Grupo Aliança, doou R\$ 100 mil para Ricardo Barros em 2014

MURILO RAMOS
17/05/2016 - 08h01 - Atualizado 17/05/2016 16h59

Compartilhar | Assine já!

Assine Época a partir de R\$ 14,90 por mês

O ministro da saúde Ricardo Barros (Foto: José Cruz/ABR)

O maior doador individual da campanha de Ricardo Barros (recentemente nomeado ministro da Saúde) para deputado federal pelo Paraná em 2014 foi **Elon Gomes de Almeida**. Elon é sócio do Grupo Aliança, administradora de benefícios de saúde, e disponibilizou R\$ 100 mil para a campanha de Barros. A Aliança mantém registro na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), vinculada ao Ministério da Saúde.

Além de ajudar Barros, Elon doou R\$ 600 mil para a campanha de Vital do Rêgo (PMDB), candidato derrotado ao governo da Paraíba, R\$ 200 mil para o deputado federal Carlos Sampaio (PSDB-SP), que foi eleito, e R\$ 100 mil para Eliana Calmon (PSB), que se candidatou ao Senado na Bahia, mas não conseguiu se eleger.

Recentemente Elon foi alvo da Operação Acrônimo da Polícia Federal. No dia 16 de dezembro, a PF realizou busca e apreensão em sua residência. Uma empresa de Elon, a Support, fez transferências no valor de R\$ 750 mil para o empresário Benedito de Oliveira, o Bené, amigo do governador mineiro Fernando Pimentel. **Perguntado por ÉPOCA** em 18 de dezembro sobre quais serviços Bené prestou para ele, Elon afirmou, por meio de advogados, que as relações de sua empresa com as empresas de Bené eram "privadas".

MAIS LIDAS

- 1 "Dei meu carro e ele me deu o cargo", diz servidora de São Bernardo do Campo a...
- 2 TCU confirma fraudes em contrato entre o Ministério da Fazenda e prestadora de...

Assine Época a partir de R\$ 14,90 por mês

Anexo 3 - Notícias da prisão do prefeito do município em 2012

noticias.r7.com/rio-de-janeiro/noticias/prefeito-de-sao-francisco-do-itabapoana-e-mais-quatro-sao-presos-por-fraude-20120329.html

Brasil
Carros
Cidades
Dicionário
Distrito Federal
Downloads
Economia
Educação
Empregos
Esquisitices
Imóveis
Internacional
Jus Navigandi
Minas Gerais
Previsão do Tempo
Rio de Janeiro
Luiz Bacci
Mariana Leão
Paulo Amendola
Wagner Montes
Enviar vídeo
Notícias
Fotos
Glossário
Enquetes
Mural
Vídeos

Prefeito de São Francisco de Itabapoana e mais 4 são presos por suspeita de fraude

Grupo é suspeito de desviar R\$ 2,5 milhões em dois anos

Do R7 | 29/03/2012 às 08h45 | Atualizado em: 30/03/2012 às 11h33

Recomendar 1 | Tweetar | G+ | Salvar 8

Danielle Santos / Rede Record



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA

Orgia leva bombeiros à Justiça
Eles ficaram presos por 23 dias; fotos vazaram

Eles sobreviveram

Veja casos bizarros em hospitais do Rio
Homem teve olho perfurado por arpão

Escravo no Brasil

Chinês denuncia tráfico humano
Polícia apura se Yan Kuam foi vendido a R\$ 30 mil

Com a bola toda

Conheça a musa transex de boleiros
Jogadores de futebol se rendem a Patrícia Araújo

Mexicanas do Funk

PT 23:48 27/10/2017

Anexo 4 - Notícias da prisão do prefeito do município em 2012



The image is a screenshot of a web browser displaying a news article on the O Globo website. The browser's address bar shows the URL: <https://oglobo.globo.com/rio/prefeito-secretario-de-saude-de-sao-francisco-de-itabapoana-sao-presos-por-suspeita-de-corrupcao-4441301>. The page header features the O Globo logo, a menu icon, the word "RIO", and buttons for "COMPARTILHAR", "BUSCAR", and "ASSINE".

Prefeito e secretário de Saúde de São Francisco de Itabapoana são presos por suspeita de corrupção

Clínica declarava mais exames do que os realizados, e a prefeitura pagava por serviços não comprovados



The photograph shows a dark-colored pickup truck parked in front of a building with large windows and columns. The truck has a wooden log or branch on its roof rack. The scene is outdoors, with some greenery visible in the background.

The Windows taskbar at the bottom of the screenshot shows several application icons: Windows, Internet Explorer, File Explorer, a media player, Google Chrome, Skype, Microsoft Word, and a folder icon. The system tray on the right indicates the language is PT, the time is 23:55, and the date is 27/10/2017.

Anexo 5 – Falta de serviço de saúde e revolta de moradores



Blog do Paulo Noel: Mor X

www.vnoticia.com.br

Vídeo do abandono das obras inacabadas da Ponte da Integração

Vídeo: Será a Ponte da Integração uma réplica da Ponte João Figueiredo?

VNOTÍCIA volta ao local das obras e encontra um cenário de abandono. Num domingo, 08/10/2016, o site VNOTÍCIA voltou ao canteir...



Vista aérea no sentido da cabeceira da ponte em SFI

Moradores revoltados quebram Posto de Saúde de Barra do Itabapoana após atropelamento de mulher

sábado, 13 de julho de 2013

O fato ocorreu por volta das 18 horas deste sábado. A motivação foi a falta de médico.

Informações chegadas agora à redação do Blog do Paulo Noel e da Rádio São Francisco FM, através de internautas, dão conta de que moradores revoltados pela falta de médico para atender uma senhora que fora atropelada por volta das 18 horas, deste sábado, 13-07, em frente à Igreja de São Sebastião, em Barra do Itabapoana, acabaram invadindo o Posto de Saúde promovendo um quebra-quebra das instalações.

As informações estão chegando a todo momento. De um internauta que preferimos preservar seu nome, através do Facebook disse: "a galera esta quebrando o Posto de Saúde de Barra do Itabapoana. O que motivou esta ação foi o atropelamento de uma senhora da comunidade que não pode ser atendida pois o Posto está fechado sem médico".

Segundo informações, um motociclista atingiu a mulher que foi jogada ao chão. Só que, levada para o Posto de Saúde, o mesmo estava fechado sem atendimento. A partir daí, revoltados os moradores começaram a quebrar literalmente o posto.

A Polícia Militar foi chamada, inclusive o Resgate da Saúde já chegou ao local para o socorro. Há muitas viaturas da PM no local. Moradores estão quebrando equipamentos e chegou uma informação que tentaram atear fogo, mas foram impedidos pela PM.

A mulher atropelada foi Dona Maria do Amparo, moradora de Barra do Itabapoana. Tanto o motociclista, que seria uma pessoa de nome Aleff, quanto Dona Maria do Amparo, já foram atendidos pelo Resgate da Saúde levados para o Hospital Manoel Carola em Ponto de Cacimbas.

Secretaria de Saúde atribui ato à ação de vandalismo

Contatos Blog do Paulo Noel e Rádio São Francisco

Telefones: (21) 2789.2187 e 9.9915.2187

Windows taskbar: Internet Explorer, File Explorer, VLC media player, Google Chrome, Skype, Word, Paint, System tray: PT, 00:00, 28/10/2017